configurações

ISSN 1646-5075

9 771646 507031

REVISTA DE SOCIOLOGIA

N.º 3 | 2007



CULTURA E IDENTIDADE

CAMPO DAS LETRAS

Título: CONFIGURAÇÕES 3 2007

Director: Manuel Carlos Silva

Directora-adjunta: Helena Machado

Conselho Consultivo: Ana Nunes de Almeida (ICS, Univ. Lisboa), António Colomer (Univ. Politécnica de Valência), António Lucas Marín (Univ. Complutense); Carlos Alberto da Silva (Univ. Évora), Claude-Michel Loriaux (Univ. Católica de Louvaina), Daniel Bertaux (CNRS, Paris), Elísio Estanque (Univ. Coimbra), François de Singly (Univ. René Descartes-Sorbonne), François Dubet (Univ. Bordéus); Hermínio Martins (St Antony's College, Univ. Oxford), Ilona Kovács (Univ. Técnica de Lisboa); James R. Taylor (Univ. Montreal), João Arriscado Nunes (Univ. Coimbra), João Ferreira de Almeida (ISCTE, Lisboa), João Teixeira Lopes (Univ. Porto), John Law (Univ. Lancaster), José Bragança de Miranda (Univ. Nova Lisboa), José Carlos Venâncio (Univ. Beira Interior), José Madureira Pinto (Univ. Porto), José Manuel Sobral (ICS, Univ. Lisboa), José Maria Carvalho Ferreira (Univ. Técnica de Lisboa), Loïc Wacquant (Univ. Califórnia, Berkeley), Luís Baptista (Univ. Nova de Lisboa), Maria Beatriz da Rocha Trindade (Univ. Aberta), Manuel Villaverde Cabral (ICS, Univ. Lisboa), Manuela Ribeiro (Univ. Trás-os-Montes e Alto Douro), Maria Ioannis Baganha (Univ. Coimbra), Michel Maffesoli (Univ. Paris V, Sorbonne), Ramón Máiz (Univ. Santiago de Compostela), Raymond Massé (Univ. Laval), Renato Lessa (Univ. Fluminense), Veit Bader (Univ. Amesterdão).

Conselho Científico: Emília Rodrigues Araújo, Ana Maria Brandão, António Joaquim Costa, Manuel da Silva e Costa, Ivo Domingues, Maria Engrácia Leandro, Helena Machado, Ana Paula Marques, Maria Paula Mascarenhas, Alice Matos, Teresa Mora, Rita Ribeiro, Manuel Carlos Silva, Carlos Veloso da Veiga, Fernando Bessa Ribeiro (UTAD), Manuela Ribeiro (UTAD), Sheila Khan (Univ. Manchester).

Conselho de Redacção: Ana Maria Duarte, Baltazar Ricardo Monteiro, Carlota Fernandes dos Santos, Fernanda Maria Nogueira, Francisco de Azevedo Mendes, Hélder da Costa Machado, José Fernando Bessa Ribeiro, José Guilherme Leite, José Manuel Machado, José Pinheiro Neves, Manuel Carvalho da Silva, Manuela Ivone Cunha, Maria de Fátima Ferreira, Maria Eugénia Rodrigues, Maria Manuela Ribeiro, Maria Norberta Amorim, Miguel de Melo Bandeira, Telmo Caria, Victor Manuel Rodrigues, Vera Duarte.

Secretariado: Sofia Oliveira (sofiaoliveira@ics.uminho.pt)

Propriedade, redacção e administração: CICS - Centro de Investigação em Ciências Sociais, Universidade do Minho, 4710-057 Braga - Portugal. Telef.: 253 604 695. Fax: 253 604 696. <www.cics.uminho.pt>

Coordenadores deste número: Emília Araújo, Ana Brandão, Joaquim Costa, Rita Ribeiro

Normas para apresentação e avaliação de artigos:
Apresentação de originais: os textos propostos para publicação devem seguir as normas sugeridas na parte final da revista.
Avaliação de artigos: os artigos propostos serão submetidos a parecer de especialistas das áreas respectivas, em regime de anonimato. A listagem de avaliadores será publicada cumulativamente cada dois anos. A decisão final cabe ao(s) coordenador(es) de cada número e, em última instância, à Direcção do CICS.
Os textos podem ser publicados em português, espanhol, francês e inglês.
Correspondência (incluindo assinaturas): Revista *Configurações*, a/c Dr.ª Sofia Oliveira, Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho, Campus Gualtar, 4710-057 Braga.

Apoios: A edição deste número foi apoiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Edição: *Configurações* é editada semestralmente (2 números/ano ou 1 número duplo) pelo CICS - Centro de de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho, 4710-057 Braga, em colaboração com Campo das Letras Editores, S.A., Edifício Mota Galiza, Rua Júlio Dinis, 247, 6.ºE1 - 4050-324 Porto. Telef. 22 60 80 870 / Fax. 22 60 80 880 / E-mail: campo.letras@mail.telepac.pt / site: www.campo-letras.pt

Assinatura Anual: Portugal, países de expressão portuguesa e Espanha: 20 euros. Outros países: 25 euros.
Preço deste número: 12 euros.

Fotografia da capa: Abigail Ascenso

Tiragem: 1000 exemplares

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. - V. N. de Famalicão
ISSN: 1646-5075

Depósito Legal nº: 246289/06

Solicita-se permuta. Exchange wanted. On prie l'échange. Solicitamos cambio.

Esta revista prossegue a série de Sociologia (6 números) de *Sociedade e Cultura* da revista *Cadernos do Noroeste*.

Índice

Nota prévia
Direcção do CICS 5

Introdução 7

Cultura: aventuras líquidas-modernas de uma ideia
Zygmunt Bauman 11

Sociologie et souffrances adolescentes
David Le Breton 23

Estudar a delinquência juvenil: opções teórico-metodológicas
Vera Mónica Duarte 33

Juventude, condições e modelos de vida: o contexto sociocultural da Quinta da Fonte
Otávio Raposo 47

Género e poder na Gestão Educacional: os contributos de uma análise crítica dos discursos organizacionais
Maria Custódia Rocha 69

Entre a vida vivida e a vida contada: a história de vida como material primário de investigação sociológica
Ana Maria Brandão 83

O uso das histórias de vida no estudo da descontinuidade
Emília Rodrigues Araújo e Ricardo Gouveia 107

Debatendo os conceitos de cultura e modernidade: história e conceitos no pensamento social brasileiro
Matheus Silveira Lima 131

Recensões :
Michèle LAMONT (1995), *La Morale et l'Argent: Les Valeurs des Cadres en France et aux Étas-Unis*, Paris, Métailié
Ana Maria Duarte 149

Zygmunt BAUMAN (2006), *Confiança e medo na cidade*, Lisboa, Relógio d'Água
Teresa Mora 155

Resumos/ Abstracts/ Resumés 159

Nota prévia

Os leitores atentos da revista *Configurações* poder-se-ão perguntar sobre o porquê do atraso dos dois números programados da revista. Sucede, porém, que, para além das dificuldades financeiras e dos atrasos institucionais na avaliação do Centro de Investigação em Ciências Sociais (CICS) e consequentes efeitos negativos nas publicações do CICS, a preparação de números temáticos torna-se uma tarefa bem mais difícil, seja na recolha e sujeição dos artigos a avaliação externa –, cujos colegas que amavelmente se dispõem a esta colaboração, assoberbados de trabalho, nem sempre podem responder às solicitações em tempo útil –, seja também e sobretudo pela falta de apoio adequado que acaba por sobrecarregar os organizadores do respectivo número da revista, além do director da mesma.

Pedindo as nossas desculpas por este facto, estamos todavia confiantes e determinados que, após a edição deste número 3 centrado na temática da cultura e da identidade, seguido muito em breve do número 4 sobre família, será reposta a regularidade da edição da revista. Com estes dois números temáticos completar-se-á assim uma primeira expressão de cada uma das respectivas linhas de investigação presentes no CICS desde o primeiro número da revista: (*1*) política, desenvolvimento e desigualdades sociais; (*2*) organizações, trabalho e qualidade; (*3*) cultura e estilos de vida; (*4*) saúde, família e solidariedade. Seguir-se-ão dois números: um de carácter mais transversal e pluritemático, proporcionando assim que artigos apresentados e já aprovados pelos avaliadores possam em breve ser publicados e um outro, de novo mais temático, sobre etnicidade e racismo. Cumprida esta programação, estamos cientes de que não só os leitores poderão contar com a regularidade de publicação como investigadores do CICS e doutras unidades de investigação no país ou no estrangeiro terão nesta revista um espaço para fazer propostas de publicação num quadro exigente e, esperamos, inovador no panorama nacional.

Os colegas coordenadores deste número darão certamente conta dos artigos de enquadramento geral em torno dos conceitos de cultura e identidade e da riqueza teórico-metodológica e empírica dos demais textos plasmados neste número da revista, muito em particular sobre histórias de vida. A liberdade e a pluralidade teórica e ideológica (ou utópica), para retomar estes dois conceitos segundo Karl Mannheim, é um princípio que esta revista prezou desde a primeira hora. Tal não significa, porém, a assunção acéfala ou acrítica, por parte da Direcção da Revista, em relação aos

posicionamentos assumidos pelos respectivos autores e respeitados obviamente pela direcção do CICS. Se as identidades, individuais ou colectivas, não são conceptual e empiricamente realidades estáticas, imutáveis e, como tal, são resultados de processos de definição e construção, identificação e demarcação sociais, elas tão pouco são, por regra, camaleónicas, fluidas e líquidas ao ponto de se perder de vista que elas se arraigam em condições objectivas de vida, impregnadas de interesses, revelando tensões e conflitos em torno de recursos e recompensas. Mais, mediadas por hábitos e estilos de vida, projectam classificações, distintividades e representações sociais, comportando dimensões históricas, afectivas e normativas nas suas trajectórias. Identidade implica comparações em termos de similaridade e de diferença. Porém, nem identidade social se reduz a cultura nem cultura, por certo destrinçável de outras componentes da realidade social, pode ser compreendida e explicada sem a estruturação dos níveis de análise e dos factores assinalados, entre outros.

Do dito se infere que outras leituras e autores de referência sobre cultura e identidade poderiam ser contrapostas e debatidas face aos dois primeiros textos deste número mas que, felizmente, os textos sobre histórias de vida e outros subsequentes dão em grande parte conta de que nem toda a modernidade é líquida mas apresenta contornos sólidos e relevos associados a posições assimétricas de classe, de geração, de nacionalidade, de género ou de etnia, entre outras.

O Director do CICS

Manuel Carlos Silva

Introdução

Orienta-nos, neste número, o propósito de apresentar uma sequência de artigos cujos objectos sociológicos implicam, de forma estreita, o uso do conceito de cultura. Considera-se, por um lado, o papel desta na construção e revelação da identidade, entendida nos planos individual e social e, por outro, o tipo de metodologia de abordagem e de pesquisa mais apropriado ao estudo de objectos sociológicos que, embora "tradicionais" na sua definição (como é o caso da própria "construção identitária"), pressupõem, para a sua apreensão, a redefinição dos quadros teóricos inerentes à teorização *do* e *sobre* o social.

A abrir este número, o texto de Zygmunt Bauman desafia o conceito de cultura herdado das escolas estrutural-funcionalistas na sua vertente "conservadora". Questiona, ainda, a dicotomia entre "cultura popular" e "cultura erudita", interrogando a força explicativa do *habitus*, tal como desenvolvido por Pierre Bourdieu, numa sociedade em que as alternativas de escolha se multiplicam e a miscelânea de gostos se afirma, nomeadamente através das (i)lógicas do consumo. O autor, seguindo um enquadramento macrossocial, sustenta a classificação da modernidade como "líquida", argumentando que tanto o conceito de cultura, como a sua experiência, no domínio das práticas sociais e políticas, têm vindo a metamorfosear-se ao sabor das mudanças sócio-históricas, as quais afirmam, designadamente, a individualização e a intensificação do imaginário da liberdade.

David Le Breton, não se desligando da vertente teórica estrutural, vincula-se à tese de Baumam ao associar o modo de vida das sociedades modernas, em especial a respeito dos jovens, à angústia do carácter provisório da própria experiência social. A "sociedade dos indivíduos" de Norbert Elias é invocada pelo autor para traduzir a "dissolução definitiva dos antigos modos de existência próprios à sociedade industrial", sociedade onde a classe, a profissão e um plano de carreira, assim como os padrões de género constituíam a tríplice da segurança ontológica dos indivíduos. O autor centra-se no "sofrimento identitário" e nas estratégias de fuga desencadeadas pelos adolescentes com o objectivo de buscarem o sentido para a sua própria existência.

Atendendo a que sobre o género assentam várias dualidades identitárias da experiência da vida social – e, de algum modo, numa perspectiva de contraponto com Breton – Custódia Rocha reitera a reprodução de padrões culturais distintos com base nas construções sociais diferenciadas dos lugares sociais e políticos de homens e mu-

lheres, construções estas que são edificadas, aceites e usadas no quotidiano, tendo influência sobre os modos de organização social mais globais, neste caso particular, na gestão educacional em Portugal. A análise de discursos dos próprios actores sociais sobressai como entrada metodológica apropriada à apreensão dos sentidos, declarados e velados, veiculados pelo ordenamento semântico através do qual se conclui a dominância masculina.

Os conceitos de (sub)cultura e género voltam a ser objecto de análise no texto de Vera Duarte procurando a autora elucidar as opções teórico-metodológicas mais ajustadas ao estudo das formas de delinquência juvenil nas quais os sujeitos de sexo feminino são protagonistas. Destaca-se claramente, em remissão aos dois textos iniciais, o carácter insuficiente dos quadros teóricos "clássicos", mais "estruturais" ou "culturalistas", face à necessidade de convocar as implicações das transformações socioculturais recentes sobre os modos de vida, visões do mundo e processos de construção identitária, muito em particular no que se refere à designada "subcultura" juvenil.

O conceito de sub(cultura), tanto no quadro da definição identitária dos jovens, como no âmbito da demarcação individual das diferenças e distinções sociais no (e através do) espaço, constitui objecto de análise do artigo de Octávio Raposo. Este, numa linha bastante descritiva, intenta descortinar a relação entre os modos de vida dos jovens moradores na Quinta da Fonte e os referenciais culturais e simbólicos entretanto construídos e edificados no próprio contexto sócio-espacial caracterizado por desigualdades étnicas e raciais, assim como formas de marginalidade e de exclusão social.

O conceito de identidade, sua formulação histórica e âmbito operativo, continua a ser objecto de análise no artigo de Ana Maria Brandão. A autora faz incidir a sua reflexão sobre a história de vida, propondo-a como componente principal do método de pesquisa cujo objecto central é o homo-erotismo e, assim, a forma como as "identidades pessoais são construídas em contextos socioculturais particulares no âmbito dos quais os actores se servem de um conjunto de recursos que lhes permitem aceder a uma existência pessoal e social reconhecida". Tratando-se de um objecto que remete invariavelmente para o peso das construções sociais sobre os processos de auto-reflexividade e auto-classificação, a história de vida apresenta-se como técnica, de algum modo, privilegiada de acesso à subjectividade. Em simultâneo, constitui um meio de re-construção identitária para os próprios actores.

Esta última ideia é central no artigo de Emília Araújo e Ricardo Gouveia. Os autores interessam-se pelo âmbito de aplicação da história de vida, argumentando que o carácter "móvel" dos processos de construção identitária, que não é marca distintiva dos modos de vida nas sociedades modernas, solicita a utilização de técnicas de pesquisa ancoradas na necessidade de os investigadores contarem com discursos definidores de posicionamentos e de lugares sociais cuja principal característica é serem dinâmicos, isto é, permitirem ao sujeitos abrirem a própria complexidade da experiência vivida e, muito em particular, as descontinuidades da sua "realidade". A construção e definição identitária, concordam os autores, firmam-se em três processos dialécticos centrais: a identidade é individual e social; a identidade assinala a mesmidade da diferença e a identidade entrecruza dimensões macro e micro.

O texto de Matheus Silveira assume aquelas dialécticas, discorrendo sobre a identidade ao nível da "Nação Brasileira", por relativa contraposição à da "Nação Portuguesa". Aqui, o argumento principal pauta-se por um conceito de cultura desvinculado dos desenvolvimentos mais recentes aparecidos nos textos anteriores, carregando consigo dimensões mais identificativas dos modelos edificativos de formas de autoclassificação colectivas, incluindo o relacionamento interclasses sociais, religião e predisposição ao investimento e modos de patrimonialismo.

Cultura: aventuras líquidas-modernas de uma ideia[1]

Zygmunt Bauman

Resumo

O que torna a modernidade "líquida" é a "modernização" compulsiva e obsessiva, permanentemente em aceleração, através da qual nenhuma forma da vida social, tal como os líquidos, é capaz de reter os seus contornos durante muito tempo. A cultura líquida-moderna não tem "povos" para "cultivar". Tem, em vez disso, clientes para seduzir. E, ao contrário da sua predecessora "sólida moderna", já não deseja ficar – eventualmente, mas quanto mais depressa, melhor – sem emprego. O seu trabalho é tornar a sua própria sobrevivência permanente – através da temporalização de todos os aspectos da vida dos seus antigos eleitores, agora renascidos como clientes.

Introdução: Stephen Fry

No (muito improvável) caso de o seu nome não soar muito familiar, aqui vai uma mão cheia de pistas acerca da sua posição cultural actual (no ano de 2008) em Londres, a sua atmosfera e extensão: Stephen Fry, um actor extremamente popular e espirituoso contador de histórias é um convidado muito cobiçado em qualquer festa londrina que pretenda "fazer furor" e um adereço muito ambicionado no directório de qualquer "rede" que pretenda obter um prestígio e uma importância razoáveis. Tentando explicar o sucesso fenomenal do *website Facebook* (que atrai 55 milhões de utilizadores e está avaliado em $15bn), o principal hebdomadário britânico notava que "a multidão" dos seus utilizadores, ao contrário do que é habitual nos sítios de redes sociais, "incluía muitas figuras famosas" e sugeria que isto acontece, pois "de que outra forma podemos pedir a Stephen Fry para ser nosso amigo?" (Tucker, 2007: 35).

Stephen Fry, uma personalidade admirada por qualquer pessoa que queira ser alguém no mundo dos especialistas nas últimas modas culturais, considerou necessário explicar e justificar aos leitores do *The Guardian* (Fry, 2007) por que motivo não faz mal uma pessoa como ele, aclamada como arquétipo das mais refinadas e sublimes credenciais culturais, deslizar uma vez por semana para o corriqueiro e dedicar a sua

[1] Texto de comunicação enviada pelo autor para o seminário "What is liquid? Modernity, culture and identity", organizado na Universidade do Minho, no dia 28 de Abril de 2008. Tradução de Ana Maria Brandão.

coluna aos últimos utensílios electrónicos – engenhocas que é suposto pertencerem ao "popular" (no passado, em tempos abençoadamente inconscientes do "politicamente correcto", conhecido como as "massas") e não à cultura erudita (denominação abandonada pelo actual vernáculo do "politicamente correcto", à excepção da troça – no sentido do desprezo e entre parêntesis). Fry começa o seu encómio com uma confissão: possui uma qualidade que, suspeita, pode ser usada contra ele, pelo menos por alguns leitores do *Guardian* resistentes à mudança: "Os aparelhos digitais embalam o meu mundo. Alguns podem ver nisto uma confissão trágica. O ballet, a ópera, o mundo natural não, Stephen? Não a literatura, o teatro ou a política global?" E apressa-se a antecipar as potenciais acusações: Bem, as pessoas podem ser sensíveis a todas as coisas digitais e, ainda assim, lerem livros, irem à ópera e verem um jogo de críquete e candidatarem-se aos bilhetes dos Led Zeppelin sem perderem a face. Gosta de comida tailandesa? E o que é que a italiana tem de mal? Eh, então... calma! Eu gosto das duas. Sim. É possível. Posso gostar de râguebi e dos musicais de Stephen Sondheim. Do gótico vitoriano erudito e das instalações do Damien Hirst. Do Herb Alpert's Tijuana Brass e das obras para piano do Hindemith. Dos hinos ingleses e do Richard Dawkins. Das primeiras edições do Norman Douglas e de *iPods*. De bilhar, de dardos e de ballet (...). O amor às engenhocas não me torna avesso ao papel, ao couro e à madeira, aos Natais à moda antiga, aos filmes do Preston Sturges ou aos passeios campestres. Nem significa, automaticamente, que leio Terry Pratchett, que só respiro pela boca e que levo demasiado a boca ao prato quando como a sopa. Alguns limites ainda são respeitados e ultrapassá-los não é aconselhável: Pratchett é deixado além do limite (porque é o segundo autor mais lido na Grã-Bretanha e, portanto, demasiado vulgar? Tão vulgar como algumas maneiras à mesa, como dobrar a cabeça sobre o prato em vez de erguer a mão?). *In toto*, no entanto, esta confissão e encómio públicos exigem ser lidos como um franco desafio à ideia de "distinção" de Pierre Bourdieu (1979), que governou e marcou o nosso pensamento sobre a "cultura" nas últimas três décadas.

Stephen Fry é conhecido como lançador de tendências, mas é também um porta-voz muito fiável (e a incorporação viva) das tendências estabelecidas. Pode acreditar-se que não fala apenas em seu nome, mas em nome de centenas de milhares de membros encartados da e de milhões de membros aspirantes à "elite cultural" – pessoas que sabem a diferença entre o *comme il faut* e o *comme il ne faut pas*, e as primeiras a notarem o momento em que essa diferença se torna diferente do que costumava ser. Ele também não errou desta vez. De acordo com o relatório escrito por Andy McSmith e publicado na edição *online* do *The Independent*[2], académicos de renome reunidos na mais autorizada Universidade – Oxford – proclamaram que "a elite cultural não existe". Neste aspecto, todavia, McSmith, à procura de um título adequadamente acutilante e agitador, enganou-se: o que John Goldthorpe, o mais reputado investigador social de Oxford, e a sua equipa de treze elementos concluíram dos dados coligidos no Reino Unido, no Chile, na Hungria, na Holanda e nos EUA foi que o que já não pode ser encontrado é as pessoas que estão no topo distinguirem-se das que estão abaixo delas por irem à ópera e admirarem o que quer que, no momento, seja considerado

[2] Consulte-se http://news.independent.co.uk.this_britain/article3266586.ece.

"cultura erudita" e torcendo o nariz a "qualquer coisa tão vulgar como uma canção pop ou a televisão corrente".

O leopardo da elite cultural está bem vivo e morde – só mudou as suas manchas. As suas manchas podem ser chamadas, desde que Richard A. Peterson, da Vanderbilt University, cunhou a palavra, em 1992, "omnivoracidade" (Petersen e Simkus, 1992) – ópera e canções pop, "arte erudita" e televisão corrente; um bocado disto, um bocado daquilo; agora isto, agora aquilo. Como afirmou Peterson (2005)[3] recentemente, "vemos uma mudança na política dos grupos de *status* da elite de sobrancelhas erguidas que desdenham ostensivamente da cultura de base, comum ou popular de massas... para aquelas sobrancelhas que consomem de forma omnívora um vasto leque de formas de arte populares, bem como eruditas". Por outras palavras: *Nihil* "cultural" *a me alienum puto*, embora não exista nada de "cultural" com que me identificasse firme e descomprometidamente – à excepção de todos os outros divertimentos. Sinto-me em casa em todo o lado, embora (ou porque) esse todo o lado a que chamaria casa não está em lado nenhum. Já não se trata de um gosto (refinado) contra outro (vulgar). É a omnivoracidade contra a univoracidade, a predisposição a consumir tudo contra um desgosto selectivo. A elite está viva e de boa saúde, mais viva e activa do que nunca, demasiado ocupada com todas as coisas culturais para ter tempo para proselitizar e converter. Aparte o "deixa de ser esquisito, sê menos selectivo" e "consome mais", não tem mensagem a transmitir às multidões de unívoros ao longo da hierarquia cultural.

1. Cultura e liquidez

As ofertas culturais, insistia Bourdieu (1979) apenas há algumas décadas, são todas dirigidas à classe e seleccionadas pela classe. O triplo efeito da divisão de classes, da atribuição de classe e da classificação da pertença de classe é a sua principal *raison d'être*, a mais influente das funções sociais e até, talvez, o seu propósito latente, ainda que não manifesto. Na perspectiva de Bourdieu (1979), os *objets d'art* destinados ao consumo estético indexariam, assinalariam e protegeriam as divisões de classe, marcando de forma legível e fortalecendo as fronteiras que manteriam as classes separadas. Para assinalar as fronteiras de forma não ambígua e para as proteger eficazmente, todos ou a maioria dos *objets d'art* teriam que ser atribuídos a conjuntos mutuamente exclusivos, conjuntos que não se podiam misturar, nem deviam ser apreciados e/ ou possuídos conjuntamente. O que contava não seria tanto a sua substância e virtudes intrínsecas, ou a sua ausência, mas a sua intolerância mútua e a proibição de as misturar distorceria a sua inerente resistência à cristalização. Haveria um gosto erudito, um médio e um vulgar – e não se poderiam misturar, como o fogo e a água.

Da *Distinction* de Bourdieu (1979), a cultura emergia sobretudo como um mecanismo usado e possivelmente também concebido para marcar as diferenças entre as classes e para as manter diferentes, como uma tecnologia implementada para construir e proteger a diferença de classe, a separação e a *hierarquia*. Ela emergia numa situação muito similar àquela em que foi encontrada/ situada quase um século antes por Óscar

[3] Veja-se o seu sumário e esclarecedora reflexão sobre duas décadas do seu trabalho e estudos afins em Peterson (2005).

Wilde (1992: 3): "Aqueles que descobrem significados belos nas coisas belas são os cultos... São os eleitos para os quais as coisas belas apenas significam Beleza". Os eleitos. Pessoas que dão o tom e que o dão de uma forma adequada para lhes trazer a vitória no concurso das canções. Certamente eles *encontrariam* significados belos visto que lhes cabia decidir que coisas seriam belas. Antes de se chegar a descobrir esses significados, quem, se não os eleitos, teria decidido onde se deviam procurar os significados belos?

Resumindo, a cultura (o conjunto de escolhas culturalmente encorajadas e "culturalmente relevantes") era uma força *socialmente conservadora*. E, para se libertar adequadamente dessa função, precisava de aplicar com igual zelo cada um de dois expedientes aparentemente opostos: precisava de ser igualmente, se não ainda mais resolutamente estrita e descomprometida face à *exclusão* do que à *inclusão*. Juntamente com os signos que marcavam o seu "interior", a cultura precisava de outros signos que marcavam/ estigmatizavam o "exterior", marcadores com o rótulo indicativo *hic sunt leones* associado. Tal como aquele náufrago da história inglesa ostensivamente irónico, porém moralmente edificante, que, quando encalhou numa ilha desabitada, precisou de construir três abrigos para restabelecer e reter a sua identidade íntegra: o primeiro, para nele viver; o segundo, para servir de clube que deve ser frequentado aos serões; e o terceiro como o clube cuja entrada nunca seria, em caso algum, franqueada.

Quando foi publicado quase há quarenta anos, a obra *Distinction* de Bourdieu (1979) virou do avesso a ideia original de "cultura", nascida e herdada do Iluminismo. A prática cultural que Bourdieu (1979) descobriu, revelou e registou era um grito longínquo do modelo herdado de "cultura" construído num tempo em que o conceito fora cunhado e introduzido no vocabulário público no terceiro quarto do Século Dezoito, quase ao mesmo tempo que o conceito inglês de "refinamento" e o conceito alemão de "Bildung". À data do seu nascimento, pretendia-se que a ideia de "cultura" simbolizasse um instrumento de progresso (assistido pelo poder) no sentido de uma condição humana universal. A "cultura" denotava, então, uma missão proselitista, a ser empreendida e esboçada sob a forma de um esforço sustentado de cultivação e esclarecimento *universais*, de melhoramento social e de elevação espiritual e de promoção dos "humildes" ao nível dos que estavam "no topo". Ou, na expressão inspirada e muito célebre de Matthew Arnold no livro com o revelador título *Culture or Anarchy* (1869), como um trabalho que "procura *acabar com as classes*; tornar corrente o que de melhor tem sido pensado e conhecido no mundo; fazer com que todos os homens vivam num ambiente de doçura e luz" – lançado no prefácio de "Literature and Dogma" (1873) como o trabalho que aguarda os que procuram: "A cultura é a paixão pela doçura e pela luz e (mais do que isso) a paixão de as *fazer* prevalecer" (sublinhado nosso).

A "cultura" entrou no vocabulário moderno como uma declaração de intenções, como um nome de uma missão ambicionada ainda a ser empreendida. Similarmente à ideia de que a acção pretendida retira o seu nome metafórico – a de *agri*-cultura, que justapunha os lavradores e os campos de plantação que lavravam –, ela servia de injunção a missionários prospectivos, designando, ao mesmo tempo, os relativamente

poucos chamados a cultivar e esses muitos que aguardavam ser objectos de cultivo: os guardiães e os seus guardados, os professores e os ensinados, os produtores e os seus produtos. A "cultura" significava o planeado/ desejado pacto entre os do saber (e, acima de tudo, confiantes de estarem no saber) e os ignorantes (ou definidos como ignorantes pelos que confiavam ser conhecedores), um pacto assinado unilateralmente e posto em acção pela emergente "classe do saber" à procura de que o seu papel de dar o tom fosse devidamente respeitado na nova ordem emergente que começava a ser construída sobre as ruínas do *ancien regime*. O intuito declarado era o de educar, esclarecer, melhorar e enobrecer *le peuple* recentemente rebaptizado *les citoyens* do recentemente estabelecido *état-nation:* o casamento da emergente nação auto-promovida a um Estado soberano com o Estado emergente a reclamar o papel de guardião da nação. "O projecto do Iluminismo" atribuiu à cultura (entendida como o *trabalho de cultivação*) o estatuto de um instrumento fundamental de *construção* da nação, do Estado e do Estado-nação. Simultaneamente, indicava à classe letrada o principal operador desse instrumento. Nas suas viagens entre a ambição política e as ruminações filosóficas, e vice-versa, o duplo objectivo do projecto iluminista (explicitamente proclamado ou tacitamente presumido) tinha-se cristalizado prontamente como disciplina dos *súbditos estatais* e como solidariedade dos *nacionais*.

O emergente Estado-nação foi animado pelos números rapidamente crescentes do "povo", visto que se acreditava que o número crescente de trabalhadores-soldados potenciais aumentaria o seu diferencial de poder. À medida que os esforços de construção da nação, juntamente com o progresso económico, sedimentavam os números crescentes de indivíduos "redundantes" (na verdade, categorias inteiras da população com que era urgentemente preciso lidar, não fosse a ordem pretendida fracassar ou o seu crescimento ser severamente perturbado[4]), o recém-estabelecido Estado-nação foi rapidamente pressionado a procurar espaços fora das suas fronteiras para acomodar o excesso de produtos e de pessoas que não conseguia, ele próprio, absorver. Os consequentes esforços colonizadores e de construção do império deram um poderoso impulso à ideia de "cultura" nascida do Iluminismo – e uma dimensão inteiramente nova à missão proselitista que essa ideia sugeria. À semelhança da visão de "esclarecimento do povo", moldaram-se os conceitos do "fardo do homem branco" e de "libertar os selvagens da sua selvajaria". Rapidamente seriam teoricamente embelezados sob a forma da "teoria da evolução cultural", que atribuía à parte "desenvolvida" do globo o papel do padrão "mais avançado" a que o resto do planeta estava destinado, mais tarde ou mais cedo, a aceder (ou ser levado a aceder) e que deveria ser activamente ajudado (ou coagido) a seguir. A teoria da "evolução cultural" apresentou as "sociedades desenvolvidas" como o centro planetário com um papel missionário face ao resto da Humanidade. O futuro papel desse centro foi moldado de acordo com o padrão da função pretendida por ou atribuída à elite letrada na sua relação com "o povo" no âmbito da metrópole colonial.

Bourdieu (1979) concebeu o seu estudo, recolheu os seus dados e interpretou os seus resultados numa altura em que a tarefa citada já tinha sido amplamente comple-

[4] Veja-se Bauman (2005).

tada – pelo menos, no âmbito do "centro" onde os mapas do mundo e os seus futuros antecipados/ postulados haviam sido desenhados (embora não nas suas extensões imperiais, das quais as forças expedicionárias do "centro" eram cada vez mais espectacularmente forçadas a retirar muito antes de terem elevado as realidades aos seus padrões). No centro, a declaração de dois séculos havia semeado um vasto leque e uma vasta rede de instituições, na sua maioria concebidas e geridas pelo Estado, suficientemente fortes para dependerem, para o seu contínuo funcionamento, dos seus próprios ritmo, rotina entrincheirada e inércia burocrática. O produto pretendido ("o povo", reincarnado nos "cidadãos") havia sido obtido e a posição das classes eruditas na nova ordem estava, ou pelo menos acreditava-se que estava, segura. Em vez de uma arrojada, iconoclástica aventura, uma cruzada e uma missão, a cultura parecia (e podia falar-se dela credivelmente como) um aparato homeostático que tornava o Estado-nação instituído resistente aos ventos contrários e o mantinha no trilho certo (ou, na famosa expressão de Talcott Parsons (1973), tornava o "sistema" "auto-equilibrado").

Em suma: de arma da revolução moderna, a "cultura" transformou-se num aditivo/ estabilizador, num homeóstato ou num giroscópio do moderno *status quo*. Precisamente neste momento (um momento breve e fugaz, como depressa se tornou claro), foi captada – imobilizada e, ao estilo de uma fotografia, explorada e registada – na *Distinction* de Bourdieu (1979). O relato de Bourdieu pertencia ao tipo de sabedoria do Mocho de Minerva: espiava a paisagem que se banhava à luz do Sol poente, visível nos contornos que já se começavam a dissolver na escuridão da noite. Captava a submissão à cultura servidora do *status*, homeostática, socialmente reprodutora e equilibradora do sistema no seu caminho para a redundância iminente que se aproximava já rapidamente. Essa redundância era o resultado de vários processos que contribuíam para a passagem da forma "sólida" à forma "líquida" da modernidade (o termo "modernidade líquida" denota o estado actualmente prevalecente da condição moderna, também chamado por outros autores pelos nomes "pós-modernidade", "modernidade tardia", "segunda modernidade" ou "hiper-modernidade". O que torna a modernidade "líquida" é a "modernização" compulsiva e obsessiva, permanentemente em aceleração, através da qual nenhuma forma da vida social, tal como os líquidos, é capaz de reter os seus contornos durante muito tempo. O "derretimento de todos os sólidos", um traço endémico e definidor de todas as formas modernas de vida, prossegue, mas já não se pretende, como anteriormente, que os sólidos derretidos sejam substituídos por sólidos "novos e melhorados", "mais sólidos", que se esperava que fossem imunes a qualquer derretimento adicional).

As realidades prestes a "dissolverem-se na escuridão" à data em que o estudo de Bourdieu (1979) foi publicado eram aquelas que eram vistas e descritas pelo prisma do "sistema que se auto-equilibra" – o modelo ideal que os Estados-nação da fase "sólida" da era moderna repetidamente declararam ser sua intenção atingir e uma condição que, vezes sem conta, com a ajuda entusiástica dos seus panegiristas eruditos, pretenderam ter atingido. Visto que os aparatos homeostáticos funcionais (quer dizer, que combatem eficazmente, ou, melhor ainda, evitam todo e qualquer desvio do modelo sistémico escolhido e restabelecem prontamente o equilíbrio temporariamente

perdido) são cruciais para a sobrevivência dos sistemas que se auto-equilibram, o impulso para definir/ avaliar todo e qualquer aspecto da totalidade social em termos da sua capacidade e efeito homeostáticos era uma tendência natural das sociedades que acreditavam ser elas próprias, ou pretendiam tornar-se nesse tipo de sistema. Era também natural que encarassem quaisquer desvios ao modelo escolhido com suspeição, factores que acrescentavam pressão escusável aos esforços de auto-equilíbrio sistémico e que potencialmente empurravam o todo para o desequilíbrio. Enquanto os Estados--nação alimentaram as suas ambições iniciais, essa tendência parecia bem enraizada e assumir os efeitos estabilizadores como critério de "funcionalidade" parecia evidente e imune ao questionamento. Logo que os Estados-nação foram forçados/ encorajados/ levados a abandonar essas ambições, as fundações já não parecem, no entanto, inabaláveis e a medição da "funcionalidade" das instituições pela força dos seus efeitos estabilizadores deixou de parecer uma forma de procedimento óbvia.

Enquanto – mas apenas enquanto – as ambições de construir um sistema auto-equilibrante permaneceram vivas, a visão homeostática da cultura não precisou de temer contestação séria. Mas as ambições começaram a esmorecer e eventualmente tiveram que ser, relutantemente ao princípio, mas depois intencionalmente abandonadas sob a pressão da globalização. A dissipação das ambições expôs gradualmente a natureza vulnerável e cada vez mais ficcional das fronteiras sistémicas e, no fim, o engodo da soberania territorial – e, portanto, também dos sistemas auto-sustentados e auto-equilibrados confinados ao território do Estado-nação. A maior parte dos efeitos seminais da globalização (acima de tudo, o divórcio do poder da política e, como consequência, a rendição progressiva das suas funções tradicionais pelo enfraquecimento do Estado e a sua consequente isenção do controlo político) tem sido exaustivamente investigada e descrita em grande detalhe. Confinar-me-ei, portanto, a um aspecto do processo de globalização demasiadas vezes considerado em ligação com a mudança paradigmática no estudo e na teoria da cultura, nomeadamente, a mudança dos padrões de migração global. Houve três fases distintas na história da migração da era moderna.

A primeira vaga de migração seguiu a lógica da síndrome tripartida: territorialidade da soberania, identidade "enraizada", postura de jardinagem (subsequentemente referida como TRG[5]). Tratou-se da emigração do centro "modernizado" (leia-se, o lar da construção da ordem e do progresso económico, as duas principais indústrias que substituíam e dispensavam os crescentes números de "humanos desperdiçados"), cerca de 60 milhões de pessoas ao todo, para "terras vazias" (leia-se, terras cuja população nativa podia ser eliminada da maior parte dos cálculos e relatórios, literalmente "não contada" e "não assumida", presumida quer como não existente, quer como irrelevante), fundando aí novas e esperançosas réplicas perfeitas de Inglaterra, da Escócia ou do País de Gales, e de Londres, Berlim, Amesterdão ou Varsóvia. O que quer que tivesse restado da população indígena após uma avalanche de assassinatos discricionários e similares epidemias massivas havia sido apresentado como uma outra edição d' "o povo" que aguardava "aculturação" – e administrado tal como sugerido pela "missão do homem branco".

[5] No original, "territoriality of sovereignty, 'rooted' identity, gardening posture" (Nota do Tradutor).

A segunda vaga de migração pode ser melhor delineada como um caso de "o Império emigra para casa". Com o desmantelamento dos impérios coloniais, um certo número de "povos" indígenas em vários estádios do seu esclarecimento e "avanço cultural" seguiu os seus superiores coloniais para a metrópole. À chegada, foram ajustados ao único molde de mundivisão estratégica disponível: um molde que havia sido construído anteriormente, na era da construção da nação, para lidar com as categorias destinadas à "assimilação" – um processo visando a aniquilação da diferença cultural, lançando as minorias na ponta final das cruzadas, missões *Kulturkämpfe* e proselitistas (culturalmente rebaptizadas, seguindo as regras da correcção política, como "educação para a cidadania", destinada à "integração"). Esta história ainda não acabou: de tempos a tempos, os seus ecos ecoam nas declarações de intenção dos políticos, seguindo os hábitos do Mocho de Minerva, conhecido por estender as suas asas ao anoitecer. Tal como na primeira fase de migração, tenta-se enfiar o drama do "império que migra de volta" no molde da já ultrapassada síndrome TRG.

A terceira vaga de migração moderna, agora em plena força e ainda em crescendo, conduz à idade das diásporas: um arquipélago mundial de povoamentos étnicos/ religiosos/ linguísticos esquecidos dos caminhos queimados e trilhados pelo episódio imperialista colonial e seguindo, em vez disso, a lógica da redistribuição planetária de recursos de vida induzida pela globalização. As diásporas encontram-se espalhadas, difusas, estendem-se por muitos territórios nominalmente soberanos, ignoram reclamações territoriais de supremacia (e, preferencialmente, de exclusividade), exigências e obrigação locais, fecham-se no laço duplo da "nacionalidade dual (ou múltipla)" e da lealdade dual (ou múltipla). A emigração dos nossos dias difere das duas fases anteriores por se mover nos dois sentidos (virtualmente nenhum país é hoje exclusivamente "imigrante" ou "emigrante") e por não privilegiar trajectos (os trajectos já não são determinados pelos laços imperiais/ coloniais do passado). Também difere por rebentar com o velho síndrome TRG, substituindo-o por um síndrome EAH[6] (extraterritorialidade, "âncoras" que deslocam as "raízes" como instrumentos primários de identificação, estratégia de caça).

A nova migração lança um ponto de interrogação sobre a ligação entre identidade e cidadania, indivíduo e lugar, vizinhança e pertença. Jonathan Rutherford (2007: 59-60), observador acutilante e perspicaz dos quadros de ligação humana em rápida mudança, nota que os residentes da rua de Londres onde vive formam um bairro de diferentes comunidades, algumas com redes que se estendem até à rua seguinte, outras que se estendem pelo mundo. É um bairro de fronteiras porosas, onde é difícil identificar quem pertence e quem é estrangeiro. A que é que pertencemos nesta localidade? A que é que cada um de nós chama casa e, quando pensamos e recordamos como chegámos aqui, que histórias partilhamos? Viver como o resto de nós (ou como a maioria desse resto) numa diáspora (que se estende até que ponto e em que direcção(ões)?) entre diásporas (que se estendem até que ponto e em que direcção(ões)?) colocou, pela primeira vez, na agenda a questão da "arte de viver com *uma* diferença", que pode

[6] No original, "extraterritoriality, 'anchors' displacing the 'roots' as primary tools of identification, hunting strategy" (Nota do Tradutor).

aparecer na agenda apenas a partir do momento em que a diferença já não seja vista como meramente temporária e, portanto, agora, ao contrário do passado, exigindo artes, competências, ensino e aprendizagem. A ideia de "direitos humanos", promovida no ambiente EAH para substituir/ complementar a instituição TRG da cidadania territorialmente determinada, traduz-se hoje no "direito a permanecer diferente". Aos solavancos, essa nova versão da ideia de direitos humanos sedimenta, na melhor das hipóteses, a *tolerância*; ela tem ainda que arrancar solidamente para sedimentar a *solidariedade*. E saber se é adequado conceber a solidariedade grupal de qualquer outra forma que não a das "redes" predominantemente virtuais voláteis e refreadas, galvanizadas e continuamente remodeladas pela interacção da ligação e do desligamento individual, das iniciativas apeladoras e significativas e da sua cessação, é uma questão controversa.

A nova versão da ideia de direitos humanos também desfaz hierarquias e destrói a imagética da evolução ascendente ("progressiva"). As formas de vida flutuam, encontram-se, chocam, entram em colapso, acompanham-se, fundem-se e desagregam-se com (para parafrasear Simmel) gravidade igualmente específica. As hierarquias firmes e imóveis e as linhas evolucionárias são substituídas por batalhas intermináveis e endemicamente inconclusivas de reconhecimento; na melhor das hipóteses, com ordens relativas eminentemente renegociáveis. Imitando Arquimedes, que, segundo consta, insistia (provavelmente com uma espécie de desespero que apenas a imensa nebulosidade do projecto podia causar) que viraria o mundo de pernas para o ar se lhe dessem apenas um ponto de apoio, podemos dizer que explicaríamos quem se deveria assimilar a quem, que dissimilitude/ idiossincrasia estaria destinada a ser uma fatia e quem deveria emergir no topo, se simplesmente nos dessem uma hierarquia de culturas. Bem, ela não nos é dada e não é provável que venha a sê-lo em breve.

De facto, na parte do mundo onde os pleitos a favor da cultura, incluindo os de Fry, são compostos e emitidos, avidamente lidos e acaloradamente debatidos, as artes perderam (ou estão rapidamente a perder) a sua função de serva das nações, dos Estados e das hierarquias de classe emergentes. Uma a uma, tais tarefas ou perderam a sua aplicação e relevância ou acabaram por ser levadas a cabo através de outros meios e usando instrumentos diferentes. Emancipadas das obrigações impostas aos criadores e aos operadores culturais pela função inicialmente missionária e depois homeostática dos seus esforços, as artes (no sentido extenso que, na era da intensa individualização e da crescente esfera da "política da vida", acabou por incluir a arte da vida) são livres de servir as preocupações individuais com a auto-identificação e a auto-asserção, que deslocam a questão da "pertença" do "antes" para o "depois" das escolhas individualmente levadas a cabo. Podemos dizer que a cultura (e, mais conspicuamente, mas não de forma única, o seu ramo artístico) é, na sua fase líquida-moderna, feita à medida da (voluntariamente perseguida, ou obrigatoriamente suportada) liberdade de escolha *individual*. E que se *destina* a servir essa liberdade. E que se destina a assegurar que essa escolha permanece *inevitável*: uma necessidade vital e um dever. E que a responsabilidade, a companheira inalienável da liberdade de escolha, permanece onde

a condição líquida-moderna a forçou a permanecer: sobre os ombros do indivíduo, agora designado o único gestor da "política da vida".

Pode dizer-se que não se trata apenas de uma *mudança* de paradigma; podíamos e devíamos falar, antes, de um "*terramoto* paradigmático". Se não fosse o facto de se ter movido para o ambiente líquido-moderno juntamente com as realidades a que se referia no passado sólido-moderno, poder-se-ia dizer que o termo "paradigma" se juntou à família em rápido crescimento dos (como diria Ulrich Beck) "conceitos zombie", ou (como Jacques Derrida preferiria) conceitos que precisam de ser usados *sous rature* – ou melhor, nem sequer usados. A modernidade líquida é uma guerra permanente de erosão erguida contra qualquer tipo de paradigmas – na verdade, contra qualquer outra conformidade homeostática – e mecanismos de promoção da rotina, destinados a sustentar a monotonia e repetitividade dos eventos. Isso diz respeito ao conceito paradigmático (dado pela modernidade sólida) de cultura tanto como à própria cultura (a soma total dos artefactos intencionais, de fabrico humano) que aquele conceito pretendia alcançar e tornar inteligível.

Hoje, a cultura consiste em *ofertas*, não em *normas*. Tal como já notado por Bourdieu (1979), a cultura vive pela sedução, não pela regulação normativa; pelas Relações Públicas, não pelo policiamento; pela criação de novas necessidades/ desejos/ vontades, não pela coerção. Esta nossa sociedade é uma sociedade de consumidores e, tal como o resto do mundo como é visto e vivido pelos consumidores, a cultura transforma-se num armazém de produtos destinados ao consumo – cada um dos quais lutando pela atenção variável/ itinerante dos consumidores prospectivos na esperança de a atrair e prender durante um pouco mais do que um momento fugaz. Abandonar padrões rígidos, ser indulgente face à ausência de padrões, servir todos os gostos não privilegiando nenhum, encorajar a adequação e a "flexibilidade" (nome politicamente correcto da fraqueza) e romantizar a instabilidade e a inconstância é, portanto, a estratégia "certa" (a única razoável?) a seguir. O escrúpulo, o erguer de sobrancelhas, o franzir dos lábios superiores, não são recomendáveis. O revisor/ crítico televisivo do mesmo órgão de marcação de padrão e estilo onde a apologia de Fry foi publicada elogiou a transmissão da véspera de Ano Novo de 2007/ 08 por prometer "fornecer uma selecção de entretenimento musical que garante preencher o apetite de todos" (French, 2007: 6). "O que é bom" nisto, explicou, "é que o seu apelo universal significa que pode entrar e sair do espectáculo dependendo das suas preferências" (*idem*). Uma qualidade recomendável e, na verdade, digna, numa sociedade onde as redes substituem as estruturas enquanto o jogo de ligação/ desligamento e uma procissão infindável de ligações e desligamentos substituem a "determinação" e a "fixação".

A fase actual de transformação gradativa da ideia de "cultura" da sua forma originalmente inspirada no Iluminismo para a sua reincarnação líquida-moderna é impelida e gerida pelas mesmas forças que promovem a emancipação dos mercados face aos constrangimentos de natureza não económica remanescentes – os constrangimentos sociais, políticos e éticos, entre outros. Ao perseguir a sua própria emancipação, a economia líquida-moderna centrada no consumidor confia no excesso das ofertas, no seu envelhecimento acelerado e na dissipação rápida do seu poder de sedução – que, a

propósito, a tornam numa economia da extravagância e do desperdício. Visto que não se pode saber antecipadamente que ofertas provarão ser suficientemente tentadoras para estimular o desejo de consumo, a única forma de o descobrir procede por erros de experimentação caros. O fornecimento contínuo de novas ofertas e um volume constantemente crescente dos bens oferecidos são também necessários para manter a rapidez da circulação de bens e a constante revitalização do desejo de os substituir por bens "novos e melhorados" – assim como para evitar que a insatisfação do consumidor face a produtos individuais se condense numa hostilidade geral face ao modo de vida consumista enquanto tal.

Nota final

A cultura está agora a tornar-se numa das secções da loja "tudo o que precisa e sonha" em que se tornou o mundo habitado pelos consumidores. Tal como noutras secções dessa loja, as prateleiras encontram-se cheias de mercadorias diariamente repostas, ao passo que os balcões estão adornados com os anúncios das últimas ofertas destinadas a desaparecer em breve juntamente com as atracções que anunciam. Tanto as mercadorias, como os anúncios são concebidos para estimular desejos e despertar vontades (como George Steiner famosamente o disse – para "o máximo impacto e obsolescência instantânea"). Os seus vendedores e criativos contam com o casamento do poder de sedução das ofertas com a arreigada "esperteza" e o impulso para a "obtenção de vantagens" dos clientes prospectivos. A cultura líquida-moderna não tem "povos" para "cultivar". Tem, em vez disso, clientes para seduzir. E, ao contrário da sua predecessora "sólida moderna", já não deseja ficar – eventualmente, mas quanto mais depressa, melhor – sem emprego. O seu trabalho é tornar a sua própria sobrevivência permanente – através da temporalização de todos os aspectos da vida dos seus antigos eleitores, agora renascidos como clientes.

Bibliografia

BAUMAN, Zygmunt (2005), *Wasted Lives: Modernity and its Outcasts*, Cambridge, Polity Press.

BOURDIEU, Pierre (1979), *La distinction: critique sociale du jugement*, Paris, Les Éditions de Minuit.

FRENCH, Philip (2007), "A Hootenanny New Year to All" , *The Observer Television* 30 December 2007-5 January 2008.

FRY, Stephen (2007), "Welcome to Dork Talk", *The Guardian Weekend*, 27 October.

PARSONS, Talcott (1973), *Le systéme des societés modernes*, Paris, Dunod.

PETERSON, R.A., SIMKUS, A. (1992), "How musical tastes mark occupational status groups", in *Micjele Lamont & Marcel Fournier (eds.), Cultivating Differences: Symbolic Boundaries and the Making of Inequality,* Chicago, University of Chicago Press.

PETERSON, Richard (2005), "Changing arts audiences: Capitalizing on omnivorousness", *Working paper*. Disponível em: http://culturalpolicy.uchicago.edu/pdfs/peterson1005.pdf

RUTHERFORD, Jonathan (2007), *After Identity*, London, Laurence & Wishart

TUCKER, Ian (2007), "Facebook makes a lot of new friends", T*he Observer Magazine*, 23- December.

WILDE, Oscar (1992), *The Picture of Dorian Gray, London*, Wordsworth Editions

Sociologie et souffrances adolescentes

David Le Breton*

Résumé

Le monde est aujourd'hui confronté à la dissolution définitive des anciens modèles d'existence propres à la société industrielle : la communauté relative qui intègre dans un ensemble où chacun possède sa place et son rôle, une profession avec un plan de carrière jusqu'à la retraite, l'appartenance à une classe sociale porteuse d'une culture propre et d'une dignité, des rôles d'hommes et de femmes inscrits dans la tradition, une famille vouée pour le meilleur ou pour le pire à la longue durée. L'individualisation du sens ouvre à la liberté, mais aussi à l'angoisse, à la peur face à un monde dont les repères sont toujours provisoires.

Introduction

La sociologie est un mot valise, elle n'est pas au singulier mais se conjugue toujours au pluriel, ses significations sont multiples comme ses angles d'approche ou ses méthodes, de même les chemins qu'elle trace pour comprendre les mouvements incessants du lien social. Chaque analyse sociologique est comme une vue de la société à travers une facette sans jamais en épuiser tous les mouvements de sens.

Chaque point de vue suggère son interprétation du lien social, sans être nécessairement contradictoire avec un autre, chacun privilégiant des données singulières, insistant sur le rôle de l'acteur ou du système, et donnant un statut théorique à l'un et l'autre. Ces différentes approches traduisent en ce sens les ambiguïtés et les ambivalences du « fait social », et sans doute aussi ses significations inépuisables.

La sociologie n'est pas le décalque dans un texte d'une réalité objective, elle n'est pas une théologie vouée à la révélation des pratiques comme certains sociologues le souhaiteraient, mais un cheminement plus humble avec les individus dans une certaine connivence de savoir avec les acteurs sur ce qui fait et défait le social. L'éclatement de la sociologie rappelle avec insistance que tout homme, fut-il un sociologue reconnu, est d'abord un artisan du sens et des valeurs qu'il projette sur le monde. Même la référence à un classique n'est pas une garantie car le Weber ou le Simmel de l'un n'est pas celui

* Professor de sociologia na Universidade Marc Bloch (Estrasburgo) e Membro do Instituto Universitário de França.

de l'autre, les œuvres se déclinent elles aussi, à l'image du social, comme une surface de projection, une inépuisable matière à penser où chacun, de l'étudiant au chercheur éprouvé, est en quête d'une autorité tutélaire.

Le sociologue travaille non sur des choses mais sur des relations entre des hommes qui n'en possèdent pas moins eux-mêmes, pour une part, une connaissance des mobiles et des conséquences de leurs actions. La condition humaine se trame dans un univers complexe de sens et de valeurs, une affectivité individuelle et collective à l'œuvre à chaque instant. La sociologie s'applique à un monde changeant qu'elle contribue à modifier par les débats qu'elle provoque et non à un monde naturel immuable et indifférent aux discours tenus sur lui. Et aujourd'hui sans doute les sciences sociales sont des lieux de prise de conscience de soi pour nos sociétés.

Dans la lignée de Simmel ou de Weber, l'interactionnisme symbolique (Le Breton, 2004) prend en compte la réflexivité et la compétence des acteurs. Il pose l'acteur et ses interactions au centre de gravité de l'analyse. Le sociologue appartient au monde vécu qu'il cherche à comprendre. Comme l'homme du commun, il recourt à des typifications qui lui permettent, non seulement d'étudier son champ, mais aussi plus modestement de se mouvoir avec souplesse au sein du lien social. Ce sont ces mêmes procédures de connaissance qui permettent de regarder un film ou de lire un roman, d'entendre une anecdote ou une plaisanterie, ou d'assister à une querelle de trottoir, en en comprenant le principe. Le sociologue est lui même un acteur compétent parmi d'autres, caractérisé surtout par l'intention de mieux comprendre certains aspects de la réalité sociale. La tâche de la sociologie consiste à approfondir une connaissance qui n'est pas nécessairement étrangère aux acteurs, tout en se souvenant que tout concept est un choix moral, de même que l'emploi d'une méthodologie plutôt qu'une autre. Toute approche sociologique défend, avec d'autant plus de fragilité que c'est parfois à son insu, une théorie du sujet, du lien social, elle repose toujours sur une psychologie implicite, sur des valeurs plus ou moins explicitées.

Là où autrefois le lien social se donnait sans doute surtout avec un sentiment d'alliance, de proximité, de solidarité, d'homogénéité, qu'il s'agisse d'un groupe ou d'une classe sociale, aujourd'hui il convient plutôt de parler de « sociétés des individus » (Elias, 2004) afin de rendre compte de l'éparpillement des références et des valeurs de nos contemporains. L'immersion à part entière dans le lien social n'est plus une donnée d'évidence, mais à conquérir. La sécurité de l'emploi, et au-delà celle même de l'existence individuelle, est fortement entamée, de même la confiance qui altère toute prévisibilité dans les autres et empêche de se projeter de manière propice dans l'avenir. Devenu obsolescent et flexible, le travail n'est plus la pierre d'angle de l'existence individuelle et familiale. Détaché de tout lien à un espace privilégié, l'individu devient nomade de lui-même. L'individualisme contemporain traduit le fait pour le sujet de se définir à travers ses références propres. Il n'est plus porté par des régulations collectives extérieures à lui, mais il est contraint à l'initiative, à trouver en lui les ressources de sens pour demeurer acteur de son existence. L'ambition consiste dès lors à devenir soi-même. Ce qui ne signifie pas que l'acteur est en apesanteur et qu'il cesse d'obéir aux logiques sociales, mais il leur répond selon les modulations de son style propre. Il

agit de sa propre autorité, et non plus de celle de la tradition, aucune transcendance ne s'impose à lui. Si, longtemps, le principe de socialisation relevait de l'hétéronomie, l'autonomie est désormais revendiquée. Rester en mouvement, surfer sur le renouvellement des produits, des attentes sociales, ou des offres de travail pour rester à flot devient une occupation à part entière et un principe d'identité. L'entrée dans la vie ne se fait plus sous l'égide d'un projet, mais d'une aptitude à se recycler en permanence. Dans le monde de l'obsolescence généralisée il faut se faire soi même obsolescent, fluide, recyclable.

Le monde est aujourd'hui confronté à la dissolution définitive des anciens modèles d'existence propres à la société industrielle : la communauté relative qui intègre dans un ensemble où chacun possède sa place et son rôle, une profession avec un plan de carrière jusqu'à la retraite, l'appartenance à une classe sociale porteuse d'une culture propre et d'une dignité, des rôles d'hommes et de femmes inscrits dans la tradition, une famille vouée pour le meilleur ou pour le pire à la longue durée. L'individualisation du sens ouvre à la liberté, mais aussi à l'angoisse, à la peur face à un monde dont les repères sont toujours provisoires. L'exercice du quotidien rend tout projet à long terme impensable. L'engagement des institutions à son égard, à commencer par son entreprise, est dépendant des variations du marché. Tout contrat est provisoire, aussitôt rompu si l'un des contractants ne s'y retrouve plus. L'engagement n'a pas plus de valeur au plan des relations amoureuses, familiales ou amicales. Toute amitié, toute relation amoureuse, tout emploi est provisoire. Toute forme de savoir est condamnée à la péremption plus ou moins rapide par caducité des techniques, émergence de nouvelles technologies, ou de principes inédits de marketing pour renouveler le marché. Il importe de rester superficiel pour ne pas être entamé par le prochain déménagement ou la perte d'un exercice professionnel. Le monde n'est plus une responsabilité, mais un cadre formel qui vaut pour le déploiement de soi. A tout moment chacun peut tout perdre (ou tout gagner), ou être contraint d'affronter une situation difficile. S'il veut surnager dans le flux incessant qui l'entoure l'individu contemporain doit être à modulation variable, capable de s'ajuster aux situations. Mais la rançon de cet effort permanent à être soi en dépit des circonstances aboutit à l'ampleur de la dépression, du stress, du harcèlement, et du mal de vivre. Certes d'autres vivent ces relâchements du lien social comme une chance et une ouverture accrue au monde.

L'individu moderne n'est plus un héritier, au sens d'une transmission de l'habitus à travers une socialisation familiale. Il n'est plus dépendant d'un chemin déjà tracé, il n'entre plus dans la carrière quand ses aînés n'y sont plus. Non plus assigné à une origine ou à une filiation, il a ses racines dans la seule expérience personnelle. Ses références sont celles qu'il se choisit. Il établit de son propre chef les liens qui satisfont au sentiment de soi, et délaisse les autres où il se reconnaît moins. Il lui revient de s'instituer par lui-même, certes sous l'influence des autres, et particulièrement de la prégnance du marché, mais avec une marge de manœuvre qu'il lui appartient de construire. Il devient un acteur, en quête d'un bricolage identitaire n'appartenant qu'à lui, et non plus un agent mu par un habitus de classe qui le rendrait d'emblée culturellement dépendant du passé (Le Breton, 2004). De manière générale l'existence devient en permanence un

dilemme identitaire à résoudre. La transformation du statut de la famille, de l'enfant, les transformations profondes du lien social rendent difficile l'entrée dans la vie pour de nombreux adolescents. La self identity (Giddens, 1991) est une constante déconstruction des circonstances pour saisir les lignes de pertinence qu'elles proposent pour l'épanouissement de soi ou pour s'assurer un moment de répit. Une délibération sans relâche caractérise le rapport au monde inquiet de l'individu contemporain. Toujours sur le qui vive, dans l'expérimentation, le calcul relatif de ce qu'il convient de faire selon les circonstances, il n'a guère de repos. Mais les capacités de résistance ne sont pas extensibles à l'infini, elles épuisent l'individu et aboutissent à la fatigue d'exister (Ehrenberg, 1998). Les difficultés d'entrée dans la vie d'une large part de la jeunesse occidentale attestent de l'inquiétude née de ce monde de l'incertitude qui exige d'être toujours à la hauteur.

1. Travailler avec les jeunes en souffrance

Le terrain commande la méthodologie, il module l'analyse des logiques d'action, le statut de participation de l'acteur et exige une sensibilité d'approche toujours à reconduire. La marge de manœuvre de l'acteur est plus ou moins large selon les circonstances. Travailler sur les « souffrances » de l'entrée dans la vie ou sur la douleur d'un point de vue étroitement sociologique contraindrait à limiter l'analyse à une influence sociale souvent démentie par le terrain et la rencontre avec les acteurs.

Des logiques affectives président également à l'entrée dans les conduites à risque des jeunes. De même, la sociologie prend trop souvent l'acteur comme un « homme fait » en oubliant les circonstances de l'enfance ou de l'adolescence dont il reste l'héritier. Dans les conduites à risque, il serait impossible de s'en tenir au seul présent sans remonter le fil d'une histoire personnelle à l'intérieur d'une famille. La sociologie s'attache parfois trop uniquement à la rationalité cognitive de l'acteur, restant dans la subordination du cogito, produisant dès lors la fiction d'un acteur transparent à lui-même, et mobilise trop rarement d'autres niveaux de connaissance. Penser la pression sociale qui porte sur ces comportements éloigne à l'infini des notions d'habitus ou d'influence sociale au sens classique du terme. Mais le jeune qui met ainsi son existence en danger est malgré tout inséré dans une trame sociale. La relation sociale est une configuration de sens mis en scène par les acteurs et aboutissant souvent à des résultats inattendus pour les uns et les autres, mais jamais aléatoires. Le jeune ne se réduit pas à son discours même si celui-ci donne un enseignement précieux sur la manière dont il vit (ou prétend vivre) un événement. Son propos n'est pas une assignation à résidence car, outre que nul n'est transparent à soi-même, les logiques individuelles s'enchevêtrent à des logiques sociales et anthropologiques qui dépassent sa réflexivité. Mais le sens de ses actes n'est pas transparent à sa visée.

Les raisons affectives dépassent parfois sa lucidité et relèvent de son histoire singulière, sans leur prise en compte la sociologie parlerait d'hommes sans intériorité, sans histoire, sans affectivité. Les raisons affectives sont souvent premières (Le Breton, 2003b), surtout chez un jeune davantage à fleur de peau qu'un adulte plus enclin à

peser ses gestes. Les conduites à risque montrent que la condition humaine se déroule sur une scène éloignée de l'individu rationnel, utilitariste, voué à l'élargissement permanent du bonheur sous l'égide d'un individu tout droit échappé au Discours de la méthode, de Descartes, transparent à lui-même dans la formulation du cogito. Elles forcent l'anthropologue à intégrer des logiques d'analyse diverses, à ne pas occulter l'ambivalence et le tremblement de sens de la relation de l'homme au monde. L'action d'un individu repose sur de multiples visées et des significations qui lui échappent parfois, elle se noue dans l'ambivalence, la contradiction. L'acteur baigne dans un écheveau de pensées qui toutes n'accèdent pas à son intelligibilité. D'autres logiques lui échappent. Saisir le sens des actions exige dès lors de considérer l'hétérogénéité des logiques d'action que l'acteur a pris en considération, celle qu'il a hiérarchisée, organisée pour décider de son action.

2. La personnalisation des rites

Une trame infinie de rites imprègne la vie quotidienne des sociétés humaines. Modes d'emplois socialement institués pour agir avec les autres, ils indiquent les raisons d'être et les conduites à suivre dans une situation donnée, en la référant à un mythe d'origine ou à l'usage. Ils s'alimentent à la nécessité de reproduire socialement un modèle commun sous une forme fluide en prenant en compte les déclinaisons innombrables de l'existence individuelle et collective.

Toute vie sociale implique une profusion de ritualisations propre à assurer l'échange symbolique entre les acteurs, et à réguler l'ensemble de leurs rapports au monde. Les rites soutiennent le lien social, ils construisent les conditions de la communication, le dépassement des tensions ou des conflits, ils donnent les consignes sur les conduites à tenir en toutes circonstances. Tenus pour acquis, ils lient l'action et le sens, et ordonnent ainsi les formes communes de l'existence, ils coulent le mouvement de la vie quotidienne dans l'évidence.

Religieux ou séculaires, et dans nos sociétés souvent personnalisés, bricolés, les rites participent du maintien de l'identité collective ou individuelle. Ils ajustent le « nous-autres » et le « moi-je ». Ils fabriquent du lien tout en laissant aux acteurs une marge de manœuvre pour agir en fonction de leur intelligence des circonstances. Ils préviennent ainsi l'angoisse de l'inédit en donnant les clés des innombrables situations qui scandent les péripéties du lien social. Ils intègrent et subsument les différences individuelles par lesquelles un ensemble se tient et alimentent la prévisibilité des conduites, ainsi par exemple du code de la route ou des règles de la civilité, qui permettent à moindre coût une formidable régulation collective. Chacun y entre avec son style, avec une marge de manœuvre qui lui appartient. Celui qui ne joue pas le jeu s'expose à la réprobation ou à l'accident, devenu imprévisible, il met les autres en danger de perdre la face ou à être désorientés comme il s'expose aux mêmes difficultés. Leur régularité crée de la réciprocité et du prévisible. La ritualisation d'un même événement ou d'une situation connaît maintes formes dans le contexte du monde contemporain où l'individu devient l'artisan du sens et des valeurs de son existence même s'il puise

dans l'air du temps. L'individualisation démocratique de nos sociétés induit une individualisation du sens. Et même à une individualisation des rites, ou du moins à leur personnalisation, à leur bricolage laissant une marge à ceux qui les conçoivent. S'agissant de la jeunesse, les étapes autrefois valorisées du passage à l'âge d'homme ont perdu leurs incidences symboliques : entrée dans la sexualité, relation amoureuse, diplômes, travail, communion, service militaire, fiançailles ou mariage ne sont plus des marqueurs d'un passage. Le jeune ne peut plus s'appuyer sur une légitimité sociale pour s'affirmer dans son histoire propre, il s'autorise d'abord de lui-même. L'adolescent est dans une liminalité qui n'est ritualisée que de façon informelle. Cette invitation à la liberté (toujours malgré tout sous l'influence diffuse du lien social) est propice à ceux qui construisent leur cheminement propre et éprouvent le fait d'exister avec évidence. Mais une partie des jeunes peine à s'autoriser à vivre. Leurs conduites à risque puisent dans les conditions affectives de l'enfance et leur histoire. Ils se sentent en porte à faux avec le monde (Le Breton, 2007). Pour ces jeunes mal dans leur peau, incertains de leur avenir, le souci n'est pas tant de trouver une place dans la société que de trouver un jour une place dans leur existence et de s'assurer que leur vie a un sens et une valeur.

3. Des rites personnels de passage

Comprendre les épreuves personnelles que s'infligent les jeunes générations que l'on classe généralement sous la rubrique des conduites à risque (défis, vitesses sur les routes, tentatives de suicide, scarifications, troubles alimentaires, toxicomanies, etc.), exige de se déprendre des notions classiques attachées au rite. Ces actions turbulentes, meurtries, le plus souvent solitaires, mais qui se reproduisent à l'infini dans nos sociétés sont pour ces jeunes des ritualisations, des tentatives de transformation de l'expérience, mais dans un contexte que la société réprouve.

Ce sont des tentatives de fabriquer du sens, de se donner un appui pour rebondir dans son existence. Pourtant, même si les institutions tentent de les prévenir, loin d'être désordonnées, elles participent de la construction du sens et elles sont courantes. Ce sont des ritualisations de contrebande qui ne reposent pas sur des cérémonies déjà établies, mais sur une invention cohérente au regard d'une histoire personnelle. Le jeune y trouve une butée, une limite pour se reprendre, mais il s'y perd parfois. La ritualisation opérée par le jeune à travers les conduites à risque marque la tentative d'apprivoiser le chaos des émotions, de la souffrance, la désorientation de soi. Elle rompt les tensions et redéfinit le rapport au monde, elle donne un moment une prise symbolique sur le désarroi. Même si le passage n'entre pas nécessairement dans les intentions du jeune, il est l'une des conséquences possibles de ses actes. Les conduites à risque sont des rites intimes de passage qui exigent de repenser en profondeur la tradition anthropologique de l'analyse des rituels. La notion classique de rite de passage implique une transmission par les aînés au sein d'une société prévisible, fondée sur des traditions. Dans nos sociétés, l'entrée dans l'âge d'homme concerne un individu qui vole de ses propres ailes, même si la filiation n'est pas nécessairement rompue. Elle est en tous cas secondaire au regard de son importance pour les sociétés traditionnelles. Les conduites

à risque sont à l'inverse de ce processus social. L'accès à une nouvelle dimension du goût de vivre n'est pas socialement construit par une série d'étapes concourant à un rituel établi sous le regard unanime de la communauté sociale. Aucune progression ne jalonne ces épreuves en les rendant désirables et prévisibles.

Solitaires elles s'imposent dans un contexte de déliaison sociale réelle ou vécue comme tel. Relevant d'entreprises inconscientes de leur quête ultime, elles puisent dans la souffrance de ne pas trouver signification à son existence. La réponse apportée est provisoire, insuffisante parfois à assurer le sentiment de sa valeur personnelle. La société leur est hostile et met en place des structures de prévention pour les juguler; elles provoquent la douleur des parents (ou des proches). La métamorphose de soi créée par l'épreuve, quand elle existe, n'est pas transmissible aux autres et ne relève d'aucune mémoire collective. En outre ces conduites induisent infiniment plus de souffrances, plus de blessures ou de drames que de jubilation. La réussite de l'épreuve n'est jamais assurée, elle se paie lourdement. Loin d'être attestée par la communauté sociale, l'institution de soi, quand par chance elle apparaît, est strictement intime. Ce sont des rites personnels de passage (Le Breton, 2007).

Même s'il était seul dans la mise en danger, même si tous ignorent l'épreuve traversée, l'individu, en échappant à la mort, à travers les sensations éprouvées au contact du danger, découvre en lui même des ressources inattendues. Il s'efforce de reprendre le contrôle de son existence. Sous nos yeux émergent de nouveaux rites de passage, individuels, largement répandus. Mais ils n'incarnent plus la scansion socialement ritualisée du passage de l'adolescence à l'âge d'homme, ils marquent plutôt l'accès possible à une signification enfin touchée. La question du goût de vivre domine toutes les autres dans les conduites de risque des jeunes générations. Ces jeunes entendent se révéler à travers une adversité créée de toutes pièces : recherche délibérée de l'épreuve, inattention ou maladresse dont la signification est loin d'être indifférente. Le degré de conscience qui préside au heurt avec le monde est ici indifférent, l'inconscient joue un rôle essentiel dans l'événement. Une nécessité intérieure y domine. Si l'issue est favorable, cette approche symbolique ou réelle de la mort engendre parfois une puissance de métamorphose personnelle reconstituant le goût de vivre au moins pour un temps. Elle régénère le narcissisme personnel, restaure le sens et la valeur de l'existence propre lorsque la société échoue dans sa fonction anthropologique de dire pourquoi elle vaut d'être vécue, pourquoi l'être est préférable au néant. Certes, les rites n'apaisent pas nécessairement la souffrance, mais ils permettent de l'atténuer, de la contenir là où régnerait autrement l'impuissance. Ils sont des issues au moins provisoires à l'angoisse ressentie de l'effondrement possible de soi, ils construisent une contenance au sens social, pour ne pas se perdre devant l'événement, et au sens psychique en ce qu'ils reconstituent une enveloppe de sens qui restaure une limite.

Le statut social du jeune n'est en rien modifié par ces épreuves. C'est son être même qui est virtuellement changé mais le recours ordalique peut se révéler un échec n'apportant pas le changement intérieur souhaité, aggravant encore la situation. Il contient cependant une révélation possible d'identité.

Ces ritualisations intimes qui naissent d'une souffrance sont inattendues, elles

le surprennent parfois. Elles naissent d'avoir perdu tout autre moyen de sortir d'une impasse. La nécessité d'inventer malgré tout une solution souligne combien le jeune en est l'artisan, combien il doit puiser dans ses ressources personnelles pour s'en sortir, trouver une issue au mur du temps qu'il sent devant lui et le réduit à l'impuissance. Ces rites intimes de conjuration de la souffrance s'imposent là où les moyens proposés par la société sont défaillants, là où elle livre l'individu à lui-même en le laissant face à la brutalité de son ressenti et à la nudité de ses moyens. L'existence alors ne se satisfait plus de l'institué, elle est livrée à une « expérience instituante » pour le meilleur ou pour le pire, expérience plus ou moins commune même si elle est toujours déclinée dans l'intimité la plus douloureuse. La tâche poursuivie, parfois à l'insu de l'individu en crise, est de se redéfinir en reprenant la situation en main tout en en payant le prix (Le Breton, 2007). Une décharge motrice accompagne une forte décharge affective. Plongé dans une situation difficile, il a perdu les modes d'emploi socialement validés, il est contraint à l'invention de soi. Le rite intime, dynamique, transitionnel, est une tentative de surmonter une tension, de résoudre un dilemme, d'arracher une réponse sur le sens de la vie et d'échapper à la liminarité. Il ouvre à nouveau un temps qui paraissait figé sur lui-même. La vie peut se poursuivre. Dans une perspective très maussienne, quatre figures anthropologiques dominent les conduites à risque des jeunes, elles ne s'excluent pas les unes des autres, mais s'enchevêtrent : ordalie, sacrifice, blancheur et affrontement (Le Breton, 2007).

L'ordalie est une manière de jouer le tout pour le tout et de se livrer à une épreuve personnelle pour tester une légitimité à vivre encore non éprouvée. Le jeune se sent insignifiant et malheureux, à côté de soi. Il interroge symboliquement la mort pour garantir son existence par le fait de survivre. Toutes les conduites à risque des jeunes ont une tonalité ordalique. Bien entendu, toute confrontation à la mort est une redéfinition radicale de l'existence. Quand la souffrance taraude, et qu'autour de soi nulle figure ne s'incarne avec suffisamment de force pour convaincre que la vie vaut la peine, il reste à solliciter la mort comme instance anthropologique, réaliser à travers une épreuve personnelle un échange symbolique au risque de se perdre. La démarche n'est nullement suicidaire, elle vise à relancer le sens, à mettre l'individu au monde. Le sacrifice, lui, joue la partie pour le tout. Le jeune sacrifie une part de soi pour sauver l'essentiel. Ainsi par exemple des scarifications ou des diverses formes d'addiction comme la toxicomanie, l'anorexie... La blancheur est plutôt l'effacement de soi dans la disparition des contraintes d'identité. On la rencontre notamment dans l'errance, l'adhésion à une secte ou la recherche de la « défonce » à travers l'alcool, la drogue ou d'autres produits. Recherche du coma et non plus de sensations. L'affrontement est une confrontation brutale aux autres à travers violences, incivilités, délinquances, une fuite en avant en se cognant contre le monde à défaut de limites de sens bien intégrées et heureuses. Mais encore une fois ces figures se mêlent. Une telle proposition n'est d'ailleurs qu'un moment de l'analyse, elle ne s'y réduit pas, elle suggère une poignée d'outils parmi d'autres[1].

[1] Pour une approche détaillée de ces différentes figures je renvoie à D. Le Breton (2007), *En souffrance: Adolescence et entrée dans la vie*, Paris, Métailié.

Conclusion

La multiplication, des conduites à risque sous des formes éparses et individuelles en fait un phénomène sociologique. L'évidence de vivre n'est pas toujours acquise pour bien des jeunes de nos sociétés contraints de « conquérir » leur droit à exister. Mais privé de reconnaissance sociale, le jeune recherche par lui-même une raison d'être en se mettant en danger ou en provoquant les autres.

En affrontant la mort, il éprouve sa propre valeur à défaut de la lire dans les yeux des autres. La mise à l'épreuve de soi, sur un mode individuel, est l'une des formes de cristallisation moderne de l'identité quand le jeune est en souffrance, en suspension avec une impossibilité d'entrer dans la vie. Loin d'être purement destructrices, elles relèvent d'une expérimentation de soi, d'une recherche tâtonnante de limites. Ce sont des formes de braconnage du sens, plutôt rites intimes de contrebande favorisant l'intégration sociale et le sentiment d'être garanti, d'avoir enfin rallié une signification à son existence. Les conduites à risque dans leur diversité sont une réponse douloureuse et intime aux failles culturelles et sociales, un ultime recours pour celui qui pense n'avoir plus rien à perdre. Dans nos sociétés le rite individuel de passage est une réplique douloureuse à l'exclusion du sens. C'est une échappée belle hors de la liminarité. Si les autres modes de symbolisation ont échoué, échapper à la mort, réussir l'épreuve, attestent qu'une garantie règne sur son existence. Ces épreuves sont des rites intimes, privés, autoréférentiels, insus, détachés de toute croyance, et tournant le dos à une société qui cherche à les prévenir. Parfois même elles provoquent un sentiment de renaissance personnelle, elles se muent en formes d'auto-initiation (Le Breton, 2007).

Bibliographie

BECK, U. (2001), *La société du risque: Sur la voie d'une autre modernité*, Paris, Champs.

EHRENBERG, A. (1998), *La fatigue d'être soi:. Dépression et société*, Paris, Odile Jacob.

ELIAS, N. (2004), *La société des individus*, Paris, Pocket.

GAUCHET M. (2002), *La démocratie contre elle-même*, Paris, Folio.

GIDDENS, A. (2005), *La constitution de la société*, Paris, PUF, Quadrige.

GIDDENS, A. (1994), *Les conséquences de la modernité*, Paris, L'Harmattan.

LE BRETON, D (2007), *En souffrance: Adolescence et entrée dans la vie*, Paris, Métailié.

LE BRETON, D. (2004), *L'interactionnisme symbolique*, Paris, PUF, Quadrige.

LE BRETON, D. (2003a), *Conduites à risque: Des jeux de mort au jeu de vivre*, Paris, PUF, Quadrige.

LE BRETON, D. (2003b), *Les passions ordinaires: Anthropologie des émotions*, Paris, Petite Bibliothèque Payot.

MEAD, G. H. (2004), *L'esprit, le soi et la société*, Paris, Gallimard.

SENNET, R. (2000), *Le travail sans qualité*, Paris, 10-18.

Estudar a delinquência juvenil: opções teórico-metodológicas

Vera Mónica Duarte*

Resumo

Este artigo pretende introduzir um breve percurso pelas opções teórico-metodológicas que marcam a minha pesquisa de doutoramento sobre a delinquência juvenil feminina e a dinâmica das escolhas nos percursos de vida de jovens raparigas delinquentes. A compreensão de como é que estas jovens vivenciam, percebem e descrevem as experiências delinquentes nos seus percursos de vida, pretende passar pela construção e pela visibilidade discursiva permitida pela recolha e análise das suas histórias de vida.

Introdução

O estudo sobre a cultura e os estilos de vida, tanto numa perspectiva diacrónica como sincrónica, sugere, normalmente, a análise das subculturas e seus processos de construção social e simbólica. Um eixo de análise central das subculturas tem sido o fenómeno da delinquência juvenil. Ocupa-nos, neste texto, a fundamentação das opções teórico-metodológicas implicadas no estudo da delinquência juvenil feminina, a qual tem sido uma realidade negligenciada do ponto de vista do seu tratamento teórico. Com efeito, quando se fala em comportamentos desviantes juvenis, raramente, ou quase nunca, se tem em mente um universo que não seja o masculino e tudo se combina para a manutenção desta realidade: a comunicação social e os discursos públicos e políticos que normalmente constroem a realidade social da desviância juvenil em torno da figura do sexo masculino; os retratos estatísticos da delinquência juvenil que mostram a presença esmagadora dos rapazes neste universo[1]; os estudos científicos que têm vindo a reiterar as lógicas da masculinidade nas dinâmicas da delinquência juvenil e têm mostrado que a delinquência juvenil feminina – a que tem chegado ao conhecimento dos tribunais – é quantitativa e qualitativamente pouco importante

* Bolseira de doutoramento pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, no âmbito do Centro de Investigação em Ciências Sociais.

[1] Segundo Raquel Matos, numa entrevista dada à *Notícias Magazine* de 11 de Novembro de 2007, entre adultas e jovens, as mulheres representam 6.4% da totalidade de detidos em Portugal. Em Centros Educativos, segundo dados do Instituto de Reinserção Social (IRS) de 2005, apenas 5.6% dos jovens internados eram raparigas.

quando comparada com a dos rapazes. Segundo Assis e Constantino (2001: 19) "os motivos mais óbvios apresentados para a ausência de estudos sobre a delinquência feminina foram a sua reduzida incidência – se comparada à masculina –, o papel secundário da mulher na sociedade e na vida extra-familiar, o preconceito que atribui pouco ou nenhum valor às manifestações de desajuste social da mulher e a falta de pressão da opinião pública, que não se interessa pelo tema". Uma constante secundarização do fenómeno que tem justificado, não só em Portugal mas também em outros países[2], a ausência de um enfoque autónomo sobre a delinquência juvenil feminina. Uma ausência que contribui não só para a reiteração da invisibilidade, mas que tem tido consequências quer no campo conceptual, quer nas dimensões das práticas e da intervenção[3].

Esta preocupação com a invisibilidade da delinquência juvenil feminina tem estado presente na minha investigação de doutoramento[4], cujo objectivo é o de contribuir para o debate em torno da relação entre delinquência juvenil e género, procurando compreender como é que jovens raparigas vivenciam, percebem e descrevem as experiências delinquentes nos seus percursos de vida, pondo em evidência a importância da contextualização subcultural (da delinquência) que implica dar atenção, quer aos condicionantes históricos e sociais que orientam as identidades para posicionamentos anti-normativos, quer à construção das subjectividades que legitimam os sentimentos de pertença e as práticas culturais do grupo. Neste sentido, o uso dos conceitos de cultura e estilos de vida torna-se um caminho a seguir sendo que, de entre o vasto campo de análise do social em que a cultura se assume como conceito central, procurar-se-á, neste artigo, focalizar a subcultura da delinquência, no caso concreto da delinquência juvenil feminina, procurando elucidar a complexidade das dimensões de análise envolvidas no seu estudo, assim como as opções metodológicas mais ajustadas à pesquisa sobre essa mesma complexidade.

Assim, neste contexto, proponho-me avançar as linhas fundamentais para a construção de um modelo de análise operacional no estudo da delinquência juvenil e apresentar as técnicas de pesquisa que, no tempo presente, se têm mostrado pertinen-

[2] Cf. Alder e Worrall (2004), Batchelor, Burman e Brown (2004), Chesney-Lind e Shelden (1992), Chesney-Lind (1997), Miller (2002), Assis e Constantino (2001), Dell'Aglio, Santos e Borges (2004).

[3] Se revirmos as grandes teorias sociológicas sobre a delinquência, concluímos que todas elas explicam o fenómeno utilizando o seu enfoque na delinquência masculina, remetendo a figura da "rapariga" para 'nota-de-rodapé' e secundarizando o interesse que as questões de género têm na explicação da delinquência. "Boys'Theories for Girls'Lives" expressa o conteúdo destes quadros teóricos (in Cohen, 1966; Durkheim, 1996 [1897], Merton, 1970, Gonçalves, 2000; Dias e Andrade, 1995). A emergência do problema da criminalidade feminina, na esfera pública, deve-se ao pensamento feminista, nas suas mais variadas expressões, que tem influenciado o desenvolvimento de novas teorias e destacado a necessidade da utilização de metodologias que promovam avaliações contextualizadas do comportamento delinquente feminino, redimensionando e reenquadrando a importância do género na explicação da criminalidade feminina (Matos, 2006; Chesney-Lind, 1997; Chesney-Lind e Sheldon, 1992; Alder e Worral, 2004; Burman, Batchelor e Brown, 2001; Miller, 2002). Nas dimensões da intervenção, esta invisibilidade tem sido causa e consequência de um olhar menos atento por parte do próprio sistema judicial; e se considerarmos que rapazes e raparigas se desenvolvem física e emocionalmente de diferentes formas, assumimos que as causas e os significados da delinquência poderão ser também específicos por género... Assim, as respostas institucionais devem ser diferentes e dirigidas para as suas necessidades e os profissionais treinados na diferença de género (Alder e Hunter in Worrall, 2005: 80; Batchelor, 2005; Batchelor, Burman e Brown, 2004; Miller et al., 1995).

[4] Trata-se de uma investigação conducente à obtenção do grau de Doutoramento em Sociologia, orientada pelo Prof. Doutor Albertino Gonçalves e pela Prof.ª Manuela Ivone Cunha, ambos do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Projecto financiado por uma Bolsa de Investigação da FCT.

tes para o estudo desta problemática. Foi em torno deste propósito que se estruturou o texto que, após o enquadramento introdutório, nos apresenta diferentes pontos de partida teóricos para estudo da delinquência juvenil e, de seguida, faz dialogar as opções teóricas com as metodologias mais adequadas.

1. Pontos de partida teóricos para o estudo da delinquência juvenil

A importância adquirida pelo fenómeno da delinquência juvenil no discurso público e mediático, associada à necessidade de conhecer melhor as causas do fenómeno para repensar o sistema das políticas de prevenção, intervenção e reinserção social, tem contribuído para dar maior visibilidade aos estudos que têm procurado encontrar regularidades e continuidades entre os contextos de socialização e as práticas delinquentes. Esta procura de padrões logrou estabelecer relações directas entre as práticas delinquentes e as condições sociais de existência, transformando num lugar comum a ideia de que a delinquência juvenil é uma trajectória típica da classe popular, integrada em contextos de grande "vulnerabilidade societal" e marcada por um conjunto de clivagens nos processos de socialização familiar e escolar (Walgrave, 2000; Carvalho, 2003; Chaves, 1999; Fernandes, 1998; Ferreira, 1997, 2000; Lourenço e Lisboa, 1998; Agra, 1998; Agra e Matos, 1997; Sebastião, 1998; Le Blanc et al., 2008).

Estas conclusões têm sido, aliás, espelho dos grandes estudos sobre a delinquência juvenil, em que as teorias da anomia e da transmissão cultural, incluindo as teorias do controlo social, são exemplos paradigmáticos. Destacamos aqui alguns desses estudos: *The Hobo* (1923) de N. Anderson; *The Gang* (1927) de F. Thrasher; *The Ghetto* (1928), por L. Wirth; The Jack Roller (1931) e *Natural History of a Delinquent Carreer* (1938) de C. Shaw; *Street Corner society* (1943), escrito por W. Whyte; *Delinquent Boys: the culture of the gang* (1955), de Cohen; *Causes of delinquency* (1969) de Travis Hirschi.

Destarte, a importância em elencar as causas explicativas do fenómeno e compreender as formas como os comportamentos juvenis reflectem condições sociais, culturais e económicas mais vastas não deve ocultar a necessidade de analisar as lógicas de acção social dos indivíduos e a produção de si próprios e das suas identidades na relação com os outros e na construção de percursos de vida, como propõe a perspectiva construtivista do interaccionismo simbólico.

Neste contexto, e como demonstra Ferreira (2000), a delinquência pode surgir quer como uma expressão juvenil que reflecte uma tradição cultural e económica desfavorecida e vulnerável aos processos que marcam as desigualdades de oportunidade, quer como uma consequência das experiências juvenis, das rupturas e dos fracassos que experienciam e das influências que derivam dos processos comunicacionais e culturais. O confronto destes modelos coloca o olhar sobre o desvio juvenil num dilema: será que os jovens se vêem "empurrados" para uma vida de marginalidades devido às dinâmicas de uma sociedade intrinsecamente excludente ou será que os motivos subjacentes a essa escolha estão relacionados com a forma como os actores vão construindo a imagem de uma vida desejável e provável? Será que a delinquência é resultado de

uma desestruturação das agências de controlo social, ou será uma resposta a problemas com os quais os jovens se vão deparando na construção das suas identidades sociais? Ao animar investigações sobre o tema, estas questões têm dado visibilidade à insuficiência de estudos que descrevem as actividades quotidianas de jovens delinquentes, que atendem ao que estes pensam de si, das suas actividades e da sociedade (in Pinheiro, 2004:6). Trata-se de um exercício que obriga a encarar o fenómeno da delinquência juvenil de forma dialéctica, privilegiando os processos de interacção dinâmica que ganham sentido quando perspectivados a partir de cenários vivenciais e quotidianos.

A análise do fenómeno, a partir de uma perspectiva que toma em consideração o olhar do actor social, abre-nos outros caminhos que passam pela compreensão do actor como entidade activa na construção da sua realidade social. Aliás, como escreve Pais (2005: 291), "Muito se fala da delinquência dos jovens, dos seus acidentes de percurso. Mas o essencial da questão é saber analisar o acidental sem descurar o substancial. Os seus riscos de vida (acidental) encontram-se em associação estreita com os seus traços de vida (substancial). É o substancial das suas vidas que os empurra para a delinquência". Nesta perspectiva, a "escolha" do caminho da delinquência pode não ser, para o/a jovem, uma acção com significado negativo, mas um passo activo para alcançar um leque específico de objectivos. Os cenários de desenquadramento e de *invisibilidade social*[5], em que os/as jovens vivem, podem "levar à constituição ou integração em redes de relações alternativas como tentativa de alcançar alguns dos objectivos culturalmente valorizados" (Sebastião, 1998: 84), transformando um caminho indesejável, no plano político e social, num caminho como os outros, assumido com alguma naturalidade. Uma naturalidade que não provém apenas de processos psico-biológicos, mas de consecutivas inadaptações sociais às normas e aos valores da sociedade, que são reiteradas pelos modos de agir e de pensar das subculturas adoptadas (Cloward e Ohlin, 1970) onde adquirem competências, consolidam motivações e aprendem as justificações necessárias para a definição das suas identidades (Becker, 1973). Ou seja, o valor do que é considerado normativo pode ser posto em causa quando os/ as jovens que enveredam por trajectos de delinquência entram em contacto com actividades e modelos culturais que lhes permitam interpretar o sentido da vida de modo mais atractivo do que aquele que lhes seria proporcionado pelos trajectos ditos normalizados.

Analisando a forma como os indivíduos se apropriam dos modelos culturais dominantes, os legitimam ou quebram, e constroem os seus projectos e percursos de vida, é possível compreender as suas perspectivas, sem termos de cair, necessariamente, no discurso fatalista que os reduza a vítimas eternas das condições materiais em que vivem. Apesar da importância que estas condições objectivas têm no curso de vida

[5] Luiz Eduardo Soares é um dos autores do livro *Cabeça de Porco*, publicada em 2005, uma obra que reúne reflexões etnográficas sobre a violência urbana, com depoimentos de jovens envolvidos no tráfico de drogas no Brasil. "Seres socialmente invisíveis" é uma das razões que o autor utiliza para explicar a entrada destas crianças no mundo da criminalidade. São crianças invisíveis, quando muito reflexo de um estigma, sem qualquer reconhecimento social. A entrada no mundo da delinquência é a forma que têm ao seu dispor para romper com essa invisibilidade social. ("Violência no Brasil: genocídio, políticas públicas e desafios teóricos", conferência proferida no Seminário Internacional "A carta do Porto"... e depois? Para uma visão crítica da inclusão, 24 e 25 de Novembro 2006, no Instituto de Psicologia e Ciências da Educação – Universidade do Porto).

dos actores sociais, e que não se pretende descurar, fixar-se apenas nelas pode contribuir para obscurecer algumas questões como a da transversalidade do fenómeno e da eventualidade de trajectos *improváveis*[6] dentro de cada classe. A redução às condições objectivas pode contribuir para o fechamento do círculo das oportunidades, dado o efeito da estigmatização, e negligencia a compreensão de determinados comportamentos, que exige um enquadramento nas experiências concretas, captadas do interior.

Assim, falar em "trajectórias de delinquência" e interpretar os significados sociais com que são vividas implica partir do princípio de que "toda a acção tem um sentido, e é escutando o sentido que podemos desocultar a acção; e de que o sentido é aquele que o actor dá para si próprio à acção que empreende" (Fernandes, 1998). Deste modo, partiremos de uma perspectiva construtivista da realidade (Berger e Luckman, 1999; Schutz, 1974), relendo-a com a lente do interaccionismo simbólico (Mead, 1962; Becker, 1973 Goffman, 1989; Matza, 1964; Strauss, 2002 [1959]) que assume que os indivíduos agem em função do sentido que os objectos e as situações têm para eles. Um sentido que é construído e modificado durante o processo de interpretação desenvolvido no contexto de interacção social que permite a aquisição de reportórios e motivações cada vez mais consistentes.

Estas motivações adquiridas tendem a normalizar, discursiva e simbolicamente, essa mesma prática, fazendo emergir subculturas de "estigmas partilhados" (Goffman, 1988) que propiciam modos alternativos de identificação, redefinindo as identidades e interpretando as relações, quer com o grupo restrito, quer com o universo de quem os critica e rotula. Assim, se as interpretações da experiência são biograficamente diferentes, no sentido em que a carreira implica, também, uma experiência subjectiva que surge das actividades inerentes a essa carreira e aos sentidos que lhe são atribuídos pelo sujeito (Tinoco, 1999), elas não deixam de se ajustar, continuamente, às interpretações e comportamentos dos outros, com os quais se estabelecem relações sociais. Neste sentido, o termo carreira qualifica o contexto social no qual se desenrola a vida de qualquer indivíduo.

O estudo de Becker (1973) sobre a "carreira" do "fumador de marijuana" é, a este respeito, um exemplo a destacar, ao mostrar que cada etapa da trajectória de desvio é interpretada na base das sensações que produz – contacto e aprendizagem técnica e cognitiva (Xiberras, 1993: 128-129) – e numa aprendizagem (sub)cultural e de partilhas de proximidade que permitem ao actor ver-se sob um novo prisma, onde a actividade estigmatizada adquire um papel central na organização da identidade emergente. Esta ideia da afiliação, trabalhada por Sutherland (1937) e por Matza (1964), coloca o actor social na condição de decidir se arca (ou não) com as consequências da integração (significação) da 'imagem' de desviante que a sociedade atribui

[6] Bernard Lahire na sua obra *Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável* (2004) procurou compreender, a partir de casos improváveis de sucessos em meios populares, as razões que fazem com que se tenha sucesso onde, estatisticamente, se deveria fracassar, demonstrando que existem razões culturais mais amplas para explicar o sucesso e o fracasso escolar. O autor demonstra que categorias gerais, como a de "classe popular", precisam de ser compreendidas, também, nas suas particularidades e diferenças, isto é, existem dissonâncias entre as famílias, mesmo quando se pensa em consonância de classe social. Assim, faz sentido para o autor olhar as realidades sociais numa perspectiva de multiplicidade individual e de "múltiplas socializações".

aos que participam nesse tipo de comportamento. A partir deste momento, o indivíduo ora avança no processo, e principia um trajecto de socialização na subcultura, ora interrompe esse trajecto, caso as normativas dominantes e a sua escolha individual tracem o afastamento (Becker *in* Tinoco, 1999). A construção de uma carreira desviante não se fica, apenas, pelo processo de aprendizagem subcultural. Contempla também os processos de controlo social que levam à etiquetagem de quem é e de quem não é delinquente, num determinado contexto.

Optar por uma teoria interaccionista da delinquência obriga-nos a levar em consideração, segundo Tornberry e Krohn (2004: 139), três premissas fundamentais que, articuladas, nos ajudam a analisar as (des)continuidades dos percursos de vida desviante. A primeira premissa é a adopção de uma perspectiva desenvolvimentista, ou seja, considerar que as causas da delinquência não são nem estáticas, nem estáveis, mas que variam ao longo dos vários estádios de desenvolvimento na base dos sucessos e fracassos que pautam os percursos de vida. O indivíduo vai construindo, dialecticamente, formas de compreensão do mundo social, elaborando teorias acerca dos acontecimentos sociais que vai experimentando (Turiel, 1983 *in* Manso, 2006), relacionadas com o desenvolvimento de outras trajectórias relevantes na vida do/a jovem. Esta questão permite introduzir a segunda premissa que se refere à importância atribuída às interacções comportamentais e à causalidade bidireccional, ou seja, a formação de padrões de comportamento resulta das interacções dos indivíduos com o seu meio. Se os indivíduos têm a capacidade de codificar e descodificar os significados das suas interacções e assim participar na construção da própria realidade social, esta capacidade interpretativa permite-lhes reagir à pressão do controlo social e definir as modalidades de desvio comportamental que melhor se lhes adeqúem. Neste sentido, o comportamento desviante não deve ser visto como uma questão de 'inadaptação cultural', mas como um problema político, obviamente vinculado a uma problemática de identidade (Becker, Erikson e Kitsuse *in* Velho, 1974: 24) entre a imagem que o indivíduo tem de si e aquela que têm acerca dele o seu grupo e o meio social. Este parece ser o eixo explicativo da construção das identidades desviantes. Olhar para o mundo da delinquência em busca de lógicas de sentido permite-nos afastar a ideia dos mundos anómicos e encarar o desviante como actor social, com uma (sub)cultura estruturada, com hierarquias e leis e capacidade de transmitir aos outros essa condição social (Sebastião, 1998; Becker, 1973), abandonando a procura do que é radicalmente diferente no desviante a favor de um estudo das interacções sociais que facultem contextos de aprendizagem de competências subculturais específicas (Sykes e Matza in Tinoco, 1999). A terceira premissa indica-nos a importância da influência da estrutura social na explicação do desenvolvimento das trajectórias delinquentes destacada por autores como Bourdieu (1998, 2001), através do conceito de *habitus*, e Giddens (2000), com a "dualidade da estrutura"[7], que tentam superar a dicotomia estrutura/ sujeito no sentido de a acção do indivíduo ser estruturada nos contextos quotidianos de acção, responsáveis pelas "estruturas labirínticas da vida" (Calvo in Pais, 2005:318).

[7] Para Giddens (2000), a estrutura é, simultaneamente, condição e resultado da acção. É factor de constrangimento mas também possibilita a acção/ agência.

Como nos mostra Passeron (1989), cada trajectória de vida está entrecruzada por outras vidas, inscrevendo-se num quadro de relações marcado pela interdependência: a família, a escola e as redes de sociabilidade. Neste sentido, o indivíduo, como actor social que integra estas formas de socialização, é, simultaneamente, um ser constrangido pelas estruturas sociais e um ser com uma autonomia que lhe permite fazer escolhas face ao leque de oportunidades. Nesta esteira, Bourdieu (1998) mostra que a valorização do papel do sujeito (ainda que epistémico), que actua construindo interpretações e dando sentido às situações nas quais se encontra, deve ser alicerçada na assunção de que as práticas dos indivíduos, ao estarem ligadas a um conjunto de disposições duradouras que actuam de maneira sistemática em todas as práticas, determinam o espectro possível de escolhas e probabilidades. Esta "causalidade do provável", ao definir trajectórias sociais, pode ser observada, para além das práticas, "nas representações subjectivas do futuro e na expressão declarada da esperança" (Bourdieu, 1998: 89). Como diz Morin (1994), o passado e a ideia de futuro são indispensáveis à construção e conhecimento do presente. Os dados biográficos, as condições de aprendizagem e a história de cada indivíduo combinam-se para formar o capital cultural que mergulha nas estruturas mentais do indivíduo (Paugam, 2003: 99).

1.1. O género

Se a opção pelo mundo infraccional pode ser vista como o "resultado de uma variedade de pressões sociais, económicas, estruturais e culturais, que se interrelacionam de múltiplas formas e em diferentes intensidades" (Assis e Constantino, 2001: 33), não podemos descurar a importância do género como mediador da forma como estas forças jogam (Steffensmeier e Allan, 1996) na construção das identidades, dos percursos desviantes e das estratégias de sobrevivência que são accionadas como resposta activa às reacções estigmatizantes.

Além da compreensão do sentido das vivências e das experiências, narradas na primeira pessoa, pretende-se apreender também "uma perspectiva feminina, enraizada na sua experiência" (Ward *apud* Dias, 2004: 215), partindo do pressuposto de que a mulher vive a sua vida segundo a cor do género e dos seus papéis e, por isso, não será possível falar dos seus problemas e das suas experiências sem considerar o género, que estrutura a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social (Amâncio, 1993).

Para Chesney-Lind e Sleldon (1992), rapazes e raparigas não usam as mesmas expressões e não fazem as mesmas escolhas. Isto não significa que elas não partilhem os mesmos problemas que eles, mas a forma como dão sentido às coisas é que é diferente, por serem diferentes as representações e reproduções quotidianas do género.

Assim, o conceito de género, que aqui se pretende adoptar, é também ele enformado pela noção interaccionista *doing gender*, ou seja, a ideia de que "o género não constitui um atributo individual, mas uma categoria criada através da interacção social, sendo que a própria estrutura social existe na medida em que os actores continuam a interagir com vista a reproduzir as relações de género" (Andersen *in* Dias, 2004: 226).

Esta premissa assume-se como crucial neste estudo na medida em que, ao analisarmos a relação entre *doing gender* e *doing violence* (Miller, 2002; Messerchmidt, s/d), devemos levar em consideração as definições culturais de homem e mulher, o seu impacto na construção do comportamento das raparigas e a assimetria de poder nas definições e aplicações da masculinidade e da feminilidade. Para as raparigas, a estratificação de género e os desequilíbrios de poder entre homens e mulheres – juntamente com os estereótipos associados à figura da mulher (ligados à fraqueza, à submissão e à domesticidade), percepcionados como sendo incompatíveis com o mundo criminal (Steffensmeier e Allan, 1996: 476) – são contextos que devem ser invocados nos seus processos de decisão relativos às formas como usam a violência, como recriam os significados de género no contexto delinquencial e reajustam as suas identidades.

2. Opções metodológicas

A "realidade" da delinquência juvenil é, assim, multidimensional e propõe a necessidade de levar em linha de conta diversos modos de abordar o social e estudá-lo. Ressalta, do cruzamento entre os vários quadros teóricos, uma ideia central: a delinquência remete para uma certa dinâmica temporal, que implica um "caminho", um "tornar-se", que, como foi salientado, não é estudável apenas a partir do estudo das condições objectivas de vida e do posicionamento social dos indivíduos, ou apenas dos processos de construção social ligados aos modos de interacção social e institucional. A pesquisa sobre a delinquência juvenil tem vindo a requerer, cada vez mais, o uso de metodologias qualitativas, que implicam a análise das dinâmicas inscritas nos percursos e nas histórias dos sujeitos envolvidos. Por isso, apesar da tentação de tratar as histórias e os trajectos de vida segundo lógicas de linearidade, isto é, como relatos coerentes dispostos numa sequência de acontecimentos, assumiremos que as descontinuidades e as mudanças estão sempre presentes nos percursos de vida (que evoluem por etapas, podem ser interrompidas e o seu resultado é quase sempre incerto) e que a linearidade acaba por configurar a ilusão biográfica, apontada por Bourdieu (1986). A este respeito, Tornberry e Krohn (2004: 137) mostram que "a constatação de que alguns delinquentes começam cedo a sua trajectória desviante e de que outros a iniciam tarde, não significa apenas que existam dois tipos de delinquentes – os de início precoce e os de início tardio", mas que estes comportamentos se desenrolam e sofrem mudanças e que, embora "de uma forma geral, o aparecimento precoce do comportamento anti-social esteja correlacionado com uma maior persistência, alguns indivíduos do grupo de início precoce conseguem desistir" (ibidem, 155).

Assim, se carreira é o "caminho pelo qual se circula" (Pais, 2005: 11), nem sempre esse caminho é linear, mas feito de descontinuidades, nós, imprevistos e *retomadas*[8], onde o actor social, enquanto *sujeito autopoiético*[9] (Agra, 1998; Agra e Matos, 1997) se cria e reinventa a si próprio, à medida que caminha e apreende as

[8] Para Machado Pais (2005: 13), a retomada é o voltar a tomar caminhos que se abandonaram.

[9] Para Cândido Agra o "sujeito autopoiético" é aquele que tem capacidade de transformar os seus factos objectivos em valores subjectivos, distribuídos por diferentes e múltiplos planos de significação existencial. Um sujeito concebido como artista de si próprio, capaz de se (re)criar.

diferentes influências do mundo, marcadas por graus diferentes de poder, de saber e de julgar. Compreender este *saltos de descontinuidade*, que são preconizados (como são conceptualizados?) por Schutz (1974), surge como um grande desafio, principalmente se estas passagens, mais ou menos ritualizadas, forjarem novas identidades. Lugares "entre-cenas" da vida que importa captar e, apesar de reflectirem a clandestinidade do social, não deixam de ser identitários, relacionais e históricos (Augé, 1994).

Fazer emergir sentidos e significados é um dos grandes propósitos da investigação que se conduz. Donde, partindo dos discursos de cada jovem, pressupõe-se que os sujeitos constroem a realidade a partir dos seus sistemas de crenças, saberes, práticas e experiências. E, quando os indivíduos falam das suas experiências, eles tendem a utilizar a sua memória biográfica. Neste sentido, o recurso ao método biográfico e à construção de histórias de vida surge como um caminho indispensável. Ao permitir captar a interpretação subjectiva das trajectórias de vida e das experiências individuais, este método permite incluir não apenas o local dos acontecimentos, mas também, as suas opiniões, os motivos, os planos para o futuro e as interpretações do passado (Born, 2001: 245). Assumindo que não "há exactidão na pintura da vida, somente imagens múltiplas e traços do que aconteceu, do que poderia ter acontecido e do que é agora. Essas histórias se movem para fora das próprias pessoas para os grupos que proporcionam significado e estrutura" (Denzin cit. *in* Melleiro e Gualda, 2003: 75).

Neste quadro, a escolha de uma metodologia qualitativa tem-se mostrado mais ajustada, pois enforma a exploração de relatos biográficos e a construção das próprias histórias biográficas de vida. Segundo Guerra (2006: 31), citando Demazière e Dubar, ancorando o estudo numa "postura analítica e de reconstrução do sentido" considera-se o sujeito uma 'síntese activa' do todo social, procurando interpretar a relação entre o "sentido subjectivo da acção, o acto objectivo (práticas sociais) e o contexto social em que decorrem as práticas em análise". Assim, o centro da análise será "a categorização social accionada por uma narração que permite ao sujeito estruturar o sentido do mundo social e o seu lugar nesse mundo e que torna possíveis as suas apropriações e interpretações metódicas pelo investigador" (idem: 32), o qual participa do próprio processo de interpretação, tal como mostra Machado Pais (2005a: 20) ao afirmar:

> "Se é certo que os relatos de vida remetem para tempos recompostos pela memória (Gaulejac, 1988: 5-7), na exacta medida em que a memória reconstrói o tempo passado (deformando-o, transformando-o, valorizando-o, esquecendo-o), eles permitem situar um indivíduo concreto no contexto da totalidade de sua vida, em relação directa com a história do seu tempo; capacitando-nos a melhor compreender as suas opções, contingências e alternativas através da conjugação de um tempo histórico individual e de um tempo histórico societal".

E, para complementar, retomamos Elias (*apud* Carvalho, 2001:117-118), que nota:

> "Para compreender um ser humano tem de se saber quais são os desejos dominantes que anseia ver realizados. O sentido da vida para si próprio depende de conseguir

> realizá-los, ou até que ponto consegue realizá-los. Mas estes desejos não se instalam nele antes de toda a experiência. Vão-se formando desde a primeira infância, a partir da convivência com outras pessoas, e vão-se fixando progressivamente na sua forma de vida (...). Também não depende apenas delas (as pessoas) se esses desejos são concretizados e até que ponto o são, já que eles visam sempre outros, o entrelaçado social com outros".

A história de vida possibilita o acesso a dimensões essenciais da construção da identidade social: a dimensão dos desejos, dos sentimentos e das angústias, a dimensão da sociedade a que pertence e da dinâmica existencial que a caracteriza (Gaulejac *in* Carvalho, 2001: 133; cf. Passeron, 1989; Conink e Godard, 1989). Ora, através das biografias pode-se lograr a compreensão sociológica dos contextos onde os percursos de vida das jovens delinquentes se configuram, sem perder de vista que as biografias são interpretações subjectivas de experiências individuais[10]. Neste sentido, sem querer retirar o seu carácter hermenêutico, mas reduzir o efeito de efabulação e os jogos discursivos, pretende-se articular as subjectividades com as estruturas objectivas. Se a regulação institucional e o comportamento/acção individual são igualmente relevantes para a compreensão de padrões de trajectórias e percursos de vida, são também desafiantes ao nível metodológico. Aliás, a flexibilidade metodológica exigida por estas abordagens (Becker, 1994) faz com que o investigador seja capaz de manusear uma diversidade de técnicas, utilizando-as também como procedimentos de verificação da veracidade do material recolhido.

O princípio epistemológico orientador desta investigação sobre a delinquência prima pela compreensão (Bogdan e Biklen, 1994) e, se o espírito da análise compreensiva se esboça a partir dos primeiros contactos com o terreno, tal sugere privilegiar as lógicas da "pesquisa de terreno", que pressupõem a presença do investigador nos contextos sociais em estudo e o contacto directo com os actores e suas "situações de vida". Assim, além da utilização das histórias de vida, torna-se relevante poder circunscrever a investigação ao estudo de casos porque este permite ao investigador concentrar-se num contexto específico e aí identificar os vários processos interactivos em acção (Yin, 1994).

De facto, optar pela metodologia qualitativa supõe um modo particular de pensar o projecto científico, nomeadamente a respeito da representatividade da amostra e da capacidade de generalização das conclusões apresentadas. Fazer um estudo de casos, baseado na recolha biográfica e construção de histórias de vida implica assumir que são as qualidades teóricas dos sujeitos escolhidos que determinam o seu valor de representatividade, pois são escolhidos por serem sociologicamente representativos[11]. A opção pela compreensão dos modos como as jovens interpretam as suas próprias trajectórias e experiências de vida fica, assim, notoriamente valorizada face a uma lógica de investigação mais quantitativa, normalmente baseada no estudo da tipologia de

[10] A vida possui três dimensões: como é vivida, como é experienciada e como é contada. A vida vivida é aquela que, de facto, acontece, a vida experienciada surge das imagens, dos sentimentos, dos desejos e das sensações que a pessoas tem da vida, a vida contada [história de vida] é uma narrativa influenciada pelas convenções culturais de quem está a contar, de quem a ouve e do contexto social no qual está inserida (Melleiro e Gualda, 2003: 73).

[11] Cf. Glaser e Strauss (1999).

casos de delinquência, mas não a descura completamente, pois, dada a complexidade envolvida no fenómeno, torna-se sempre relevante incluir a "triangulação metodológica", isto é, o cruzamento de várias técnicas, na pesquisa.

Em síntese, diremos que a utilização de uma metodologia sensível aos casos particulares e às singularidades não deixa de estar atenta às questões da validade e da fidelidade dos procedimentos, como garantia do rigor que se exige no exercício da pesquisa científica (Yin, 1994; Hamel, Dufour e Fortin, 1993; Pinheiro, 2004).

Nota final

Falar em percursos (desviantes) de vida, interpretar os significados sociais envolvidos e assumir a importância da dimensão de género como mediador da forma como a variedade de pressões sociais, culturais e estruturais jogam na construção desses percursos desviantes, lança, efectivamente, grandes desafios teórico-metodológicos, onde os temas culturais encontram sustentação. Sem ignorar a velha querela sobre quais os métodos mais adequados para analisar e avaliar a cultura, a opção prosseguida não foi inocente, mas convocada pela sua pertinência heurística. O horizonte deste trabalho deixa transparecer que olhar para as singularidades das formações culturais, espácio-temporalmente situadas, possibilita ao pesquisador saber de que forma a diversidade das matrizes teóricas e metodológicas das subculturas o poderão auxiliar a ver melhor o seu objecto de estudo.

Bibliografia

AGRA, Cândido (1998), *Entre a droga e o crime: actores, espaços, trajectórias*, Lisboa, Editoral Notícias

AGRA, Cândido e MATOS, Ana (1997), *Trajectórias Desviantes*, Lisboa, GPCCD, Ministério da Justiça.

ALDER, Christine e WORRALL, Anne (Ed) (2004), *Girl's Violence: myths and realities*, New York, State University of New York Press

AMÂNCIO, Lígia (1993), "Género – Representações e Identidades", *Sociologia – Problemas e Práticas*, 14, pp. 127-140

ASSIS, Simone Gonçalves de e CONSTANTINO, Patrícia (2001), *Filhas do Mundo: infracção juvenil feminina no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Editora FioCruz

AUGÉ, Marc (1994), *Não lugares: introdução a uma antropologia da sobre modernidade*, Venda Nova, Bertrand

BATCHELOR, Susan, BURMAN, Michel e BROWN, Jane (2004), "Discutindo a violência: vamos ouvi-lo da boca das raparigas", *Infância e Juventude*, Abril-Junho, 2, pp. 125-143

BECKER, H. (1973), *Outsiders. Studies in the Sociology of Desviance*, New York, Free Press

BECKER, Howard (1994), *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*, S. Paulo, Editora Hucitec

BERGER, Peter e LUCKMAN, Thomas (1999), *A Construção Social da Realidade*, Lisboa, Dinalivro

BOGDAN, R. BIKLEN, S. (1994), *Investigação qualitativa em educação – uma introdução à teoria e aos métodos*, Porto, Porto Editora

BORN, Claudia (2001), "Género, trajectórias de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos", *Sociologias,* Porto Alegre, 5, pp. 240-265

BOURDIEU, Pierre (1998), *La distinción: criterios y bases sociales del gusto,* Madrid, Taurus

BOURDIEU, Pierre (2001), *La reproducción: elementos para una teoría del sistema de enseñanza*, Madrid, Editorial Popular

BOURDIEU, Pierre (1986), "L'illusion biographique", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 62/ 63, pp. 69-72

BURGESS, Robert (1997), *A pesquisa de terreno*, Oeiras, Celta Editora

BURMAN, Michele, BATCHELOR, Susan e BROWN, Jane, (2001), "Researching girls and violence", *The British Journal of Criminology*, 41, pp. 443-459

CAMPENHOUDT, Luc Van (2003), *Introdução à análise dos fenómenos sociais*, Lisboa, Gradiva

CARVALHO, Maria João Leote de (2001), "Em torno do método biográfico", *Infância e Juventude*, 2, pp. 107-136

CARVALHO, Maria João Leote de (2003), *Entre as malhas do desvio*, Oeiras, Celta Editora

CHAVES, Miguel (1999), *Casal Ventoso: da gandaia ao narcotráfico. Marginalidade económica e dominação simbólica*, Lisboa, ICS – Universidade de Lisboa

CHESNEY-LIND, Meda (1997), *The female offender*, California, Sage Publication

CHESNEY-LIND, Meda e SHELDEN, Randall G. (1992), *Girls delinquency and juvenile justice*, California, Brooks/ Cole Publishing Company

CLOWARD, R. e OHLIN, L. (1970), "Differencial opportunity structure", in M. Wolfgang e F. Ferracuti (orgs.), *The sociology of crime and delinquency*, New York, John Wiley Sons, pp. 300-318

COHEN, Albert (1966), *Desviance and Control*, Englewood Cliffs, Prentice-Hall

CONINCK, Frédéric e GODARD, Francis (1989), "L'approache biographique à l'épreuve de l'interprétation", *Revue Française de Sociologie*, 31, pp. 23-53

COULON, Alain (1995), *A Escola de Chicago*, São Paulo, Papirus Editora

CUSSON, Maurice (1983), *Le contrôle social du crime*, Paris, Presses Universitaires de France

DELL'AGLIO, Débora, SANTOS, Samara e BORGES, Jeane (2004), "Infracção juvenil feminina: uma trajectória de abandonos", *Interacção em Psicologia*, 8 (2), pp. 191-198

DIAS, Figueiredo e ANDRADE, Costa (1997), *Criminologia: o homem delinquente e a sociedade criminológica*, Coimbra, Coimbra Editoras

DIAS, Isabel (2004), *Violência na Família: uma abordagem sociológica*, Porto, Edições Afrontamento

DUARTE-FONSECA, António (2000), *Condutas desviantes de raparigas nos anos 90*, Coimbra, Coimbra Editora

DURKHEIM, E. (1996 [1897]), *O suicídio*, Lisboa, Editorial Presença

FERNANDES, Luís (1998), *O sítio das drogas*, Lisboa, Notícias editorial

FERREIRA, Pedro Moura (1997), "Delinquência juvenil, família e escola", *Análise Social, 37* (143) (4.º-5.º), pp. 913-924

FERREIRA, Pedro Moura (2000), "Controlo e Identidade: a não conformidade durante a adolescência", *Sociologia, Problemas e práticas*, 33, pp. 55-85

GIDDENS, Anthony (2000), *A dualidade da estrutura: agência e estrutura*, Oeiras, Celta Editora

GLASER, Barney G. e STRAUSS, Anselm L., (1999[1967]), *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*, Chicago, Aldine Publishing Company

GOFFMAN, Erving (1988), *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, São Paulo, Editora Guanabara

GOFFMAN, Erving (1989), *A representação do eu na vida quotidiana*, Petrópolis, Vozes

GONÇALVES, Rui Abrunhosa (2000), *Delinquência, crime e adaptação à prisão*, Coimbra, Quarteto Editora

GUERRA, Isabel (2006), *Pesquisa qualitativa a Análise de Conteúdo*, Cascais, Principia

HAMEL, Jacques, DUFOUR, Stéphanie e FORTIN, Dominic (1993), *Case Study Methods*, London, Sage

HERPIN, Nicolas (1982), *A Sociologia Americana: escolas, problemáticas e práticas*, Porto, Edições Afrontamento

HOGGART, Richard (1973), *As utilizações da cultura 1*, Lisboa Editorial Presença

HUGHES, Everet (1984), *The sociological eye: selected papers*, New Brunswick, Transaction Book's

LAHIRE, Bernard (2004), *Sucesso escolar nos meios populares: As razões do improvável*, São Paulo, Ática

LE BLANC, Marc, OUIMET, Marc, SZABO, Denis (dir.) (2008), *Tratado de criminologia empírica*, Lisboa, Climepsi Editores

LEWIS, Óscar (1979), *Os filhos de Sanchez*, Lisboa, Moraes

LOURENÇO, Nelson, LISBOA, Manuel (1992), *Representações da violência*, Lisboa, Centro de Estudos Judiciários

LOURENÇO, Nelson, LISBOA, Manuel (1998), *Dez anos de crime em Portugal*, Lisboa, Cadernos do CEJ

MANSO, Ama Lisa Lopes (2006), *Educação para o Direito: representações sociais de jovens institucionalizados em Centro Educativo*, Braga, IEC-UM [Dissertação de Mestrado em Estudos da Criança]

MATOS, Raquel Maria (2006), *Vidas raras de mulheres comuns: percursos de vida, significações do crime e construção da identidade em jovens reclusas*, Braga, Universidade do Minho [Tese de Doutoramento em Psicologia]

MATZA, David (1964), *Becoming Deviant*, New Jersey, Prentice-Hall

MEAD, George (1962), *Mind, Self and Society from the stanpoint of a social behaviorist*, Chicago, The University of Chicago Press

MELLEIRO, Marta Maria e GUALDA, Dulce Maria Rosa (2003), "O método biográfico interpretativo na compreensão de experiências e expressões de gestantes usuárias de um seerviço de saúde", *Revista Esc. Enfermagem*, USP, 37 (4), pp. 69-76

MERTON, Robert (1970), *Sociologia: Teoria e estrutura*, São Paulo, Editora Mestre Jou

MESSERSCHMIDT, James (s/d), "'Doing Gender': the impact and future of a salient sociological concept", http://www.usm.maine.edu/crm/faculty/jim/doinggender.pdf [Agosto 2008]

MILLER, Darcy, TRAPANI, Catherine, FEJES-MESNDOZA, Kathy, EGGLESTON, Carolyn, DWIGGINS, Donna (1995), "Adolescent female offender: unique considerations", *Journal of Adolescence*, vol. 30, pp. 429-435

MILLER, Jody (2002). "The strengths and limits of 'doing gender' for understanding street crime", *Theoretical Criminology*, 6 (4), pp. 433-460

MORIN, Edgar (1994 [1981]), "Para onde vai o mundo", in *As grandes questões do nosso tempo*, Lisboa: Editorial Notícias, pp. 233-264

PAIS, José Machado (2005), *Ganchos, tachos e biscates. Jovens, trabalho e futuro*, Lisboa, Âmbar

PAIS, José Machado (org.) (2005a), *Traços e Riscos de Vida: Uma Abordagem Qualitativa dos Modos de Vida Juvenis*, Lisboa, Âmbar

PASSERON, Jean-Claude (1989), "Biographies, flux, itinerairies, trajectories", *Revue Française de Sociologie*, 31 (5), pp. 3-22

PAUGAM, Serge (2003), *A desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza*, Porto, Porto Editora

PINHEIRO, Alexandra (Coord) (2004), *Estudo Violência Juvenil: Histórias e percursos*, Porto, Fundação da Juventude

SANTOS, Boaventura de Sousa (Dir.) (2004), *Os caminhos difíceis da nova justiça tutelar educativa*, Coimbra, Observatório Permanente da Justiça Portuguesa – CES

SCHUTZ, Alfred (1974), *El problema de la realidad social*, Buenos Aires, Amorrortu

SEBASTIÃO, João (1998), *Crianças de ruas: modos de vida marginais na cidade de Lisboas*, Oeiras, Celta Editora

STEFFENSMEIER, Darrel e ALLAN, Emilie (1996), "Gender and crime: toward a gendered theory of female offending", *Annual Review Sociology*, 22, pp. 459-487

STRAUSS, Anselm (2002 [1959]), *Mirrors and masks: The search for identity,* New Brunswick and London, Transaction Publishers

SUTHERLAND, Edwin (1937), *Principes de criminologie*, Paris, Editions Cujas

TINOCO, Rui (1999), "Notas sobre a construção psico-social da identidade desviante em toxicodependência", *Toxicodependências*, n.º 3, pp. 11-23

TORNBERRY, T.P; KROHN, M.D (2004), "O desenvolvimento da delinquência: uma perspectiva interaccionista", in António Castro Fonseca (Ed.), *Comportamento anti-social e crime*, Coimbra, Almedina, pp.133-160

VELHO, Gilberto (org.) (1974), *Desvio e divergência*, São Paulo, Zahar Editores

WALGRAVE, Lode (2000), "Vulnerabilidade societal e acção social" in Marc-Henry SOULET (Org.), *Da não-integração*, Coimbra, Quarteto Editora

WORRALL, Anne (2005), "Raparigas em risco? Reflexões sobre as mudanças de atitude relativamente à delinquência de mulheres jovens", *Infância e Juventude*, 2, pp. 71-84

XIBERRAS, Martine (1993), *As teorias da exclusão, para a construção do imaginário do desvio*, Lisboa, Instituto Piaget

YIN, Robert (1994), *Case Study Research: design and methods*, Thousand Oaks, Sage

Juventude, condições e modelos de vida: o contexto sociocultural da Quinta da Fonte

Otávio Raposo*

Resumo

Os domínios do trabalho e do parentesco são, muitas vezes, considerados "mundos antagónicos", incomunicáveis, na nossa sociedade. No entanto, observámos, entre os jovens descendentes de imigrantes africanos do bairro da Quinta da Fonte (Loures), a completa indissociabilidade entre estas duas esferas. Com efeito, ao articularmos as estratégias de educação familiar com a posição de classe e as actividades económicas dos jovens do bairro, tornou-se mais fácil compreender os seus diversos percursos escolares e profissionais. Este trabalho reflecte a problemática desta articulação.

Introdução

A ideia de que os domínios da economia e do parentesco são incomunicáveis está enraizada na nossa sociedade. Segundo alguns autores, os processos de industrialização e de modernização seriam responsáveis pelo afastamento entre ambas as esferas (Parsons, 1955), pensadas enquanto esferas de acção antagónicas da vida social dos indivíduos (Lima, 2004). Um dos defensores desta perspectiva, amplamente discutida por Weber (1992)[1], foi o sociólogo Talcott Parsons (1955), o qual conclui que a expansão da sociedade industrial ocasionou a separação e a especialização dos mundos do trabalho e da família, cujos papéis diferenciados foram necessários para a estabilidade e o desenvolvimento da sociedade, no seu conjunto. Uma das consequências dessa separação de mundos seria a perda de importância da família face ao domínio económico[2]. Segundo esta concepção funcionalista, a industrialização alterou o papel da família, assim como a sua relação com outras instituições sociais, tornando-a menos

* Concluiu a licenciatura em Sociologia na FCSH e o Mestrado em Antropologia Urbana pelo ISCTE. É sociólogo na Comunidade Vida e Paz - Instituição de Apoio aos Sem Abrigo. Este artigo baseia-se na investigação do Estágio Profissional realizado com o Fórum Sociológico (FCSH/UNL) e a Câmara Municipal de Loures, em 2005.

[1] Para Weber (1992), as transformações na estrutura familiar foram fundamentais para a ascensão da sociedade capitalista, dado que o tradicionalismo familiar era um obstáculo ao seu desenvolvimento.

[2] Nesta óptica, o "grau de civilização" de uma sociedade poderia ser pensado a partir da forma pela qual os laços de parentesco são vivenciados. Assim, acaba-se por transmitir a ideia de que nas sociedades onde é atribuída demasiada importância às relações de parentesco, o grau de civilização e de desenvolvimento tecnológico é menor (Parsons, 1955).

relevante, no conjunto das actividades produtivas (Pleck, 1976). Mas, como sublinha a antropóloga Antónia Lima (2004), a separação entre as esferas de acção do parentesco e da economia possui uma forte carga ideológica, sendo um elemento constitutivo da sociedade industrial (Lima, 2004:117). As teorias funcionalistas analisaram os domínios da economia e do parentesco em pólos opostos, baseando-se numa suposta distinção de actividades e de objectivos entre eles, em que as interferências mútuas seriam praticamente inexistentes (Pleck, 1976), pois ambos os domínios são considerados isoladamente, dividindo-se em diferentes unidades emocionais e geográficas. Isto é, enquanto o domínio da economia estaria relacionado com as esferas do trabalho, da impessoalidade, da racionalidade, dos interesses, dos objectivos e com as normas públicas e universais, o domínio do parentesco estaria ligado ao que é familiar, íntimo, emocional, assim como às normas particulares e pessoais.

As próprias forças políticas e produtivas da sociedade capitalista seriam as principais responsáveis pela propagação desta ideia de separação entre os dois domínios, muito aceite nos discursos de senso comum e até mesmo no interior das ciências sociais. Todavia, um conjunto de investigadores tem vindo a rebater estas teorias, salientando o carácter multidimensional da vida social. A inseparabilidade das várias esferas sociais seria o caminho a seguir, pois nas vidas em sociedade não existiriam esferas independentes (Pais, 2003). Parte-se do princípio de que, sem entender a base afectiva e familiar dos indivíduos e as suas referências culturais, não poderemos compreender os seus objectivos, interesses e, inclusive, a sua localização no mundo do trabalho. A investigadora Antónia Lima (2004) tentou demonstrar a necessidade de apreender a dimensão económica, entrelaçada com a dimensão do parentesco no seu estudo sobre as empresas familiares. Este tipo de organização "familiar" pode ser considerado como uma espécie de "caricatura" da indissociabilidade entre estas duas esferas, pois as suas relações económicas estão tão imersas em relações de parentesco que se torna quase impossível concebê-las isoladamente. Se, por um lado, podemos considerar que a industrialização e outras transformações registadas na estrutura do trabalho e da economia influenciaram e alteraram a vida familiar, constatamos, por outro, que esta continua a ser fundamental para a compreensão das esferas económicas e produtivas na sociedade actual. A estrutura familiar alterou-se, o seu significado também, mas a esfera do parentesco continua a manter um carácter decisivo na reprodução do sistema capitalista e de um determinado modo de vida (Pleck, 1976). Por isso, para apreender um pouco da "realidade" sociocultural dos jovens descendentes de imigrantes africanos da Quinta da Fonte, no Concelho de Loures, tivemos de assumir a ligação entre a esfera do parentesco e a da economia.

A pertença étnica e as trajectórias escolares e profissionais foram outras dimensões abordadas na tentativa de conseguirmos conhecer estes jovens. Só desta forma poderíamos, por um lado, identificar o peso relativo que as diferentes condições estruturais – neste caso, as relativas à posição de classe e à filiação étnica – teriam no desenvolvimento das estratégias de socialização utilizadas pelas famílias destes jovens e, por outro, perceber como estes factores actuam na construção de determinadas trajectórias escolares e profissionais, assim como modelos e códigos de vida. Por outras

palavras, amparando-nos no conceito de subcultura, tentámos problematizar o grau de importância da posição de classe e da pertença étnica na compreensão dos tipos de inserção laboral, em que a precariedade é um sinal distintivo. Antes de relacionarmos este conjunto de dimensões, faremos uma breve descrição histórico-social do bairro onde estes jovens estão inseridos, de forma a melhor contextualizá-los, pois o território assume um papel fundamental para a compreensão das suas relações. Partimos, assim, do pressuposto de que a organização espacial de um território influencia e é influenciada pelo modus vivendi de uma dada população, num permanente processo de (re) construção (Antunes, 2002). Esta ideia torna obrigatório o enquadramento histórico e sociocultural da Quinta da Fonte.

1. Nota metodológica

A investigação no bairro da Quinta da Fonte, localizado na Freguesia da Apelação, teve a duração de nove meses e foi realizada no âmbito do Estágio Profissional promovido pelo Fórum Sociológico (FCSH/ UNL) e a Câmara Municipal de Loures em 2005. Propusemo-nos, então, compreender os processos de construção de identidades culturais e territoriais dos jovens de origem africana do bairro e a sua relação com as diversas instâncias sociais em que estão inseridos, como a família, a escola e o trabalho.

Para este efeito, procurámos conhecer o percurso biográfico de quatro jovens do bairro, através de entrevistas realizadas no formato de "relatos de vida"[3] assim como as visões que funcionários e dirigentes de instituições e associações[4] presentes na Quinta da Fonte tinham sobre eles e o respectivo processo de realojamento. Privilegiou-se, neste estudo, o método "hipotético-indutivo", pois foi através da pesquisa de terreno que definimos conceitos e hipóteses de trabalho. Para formulá-los, estivemos permanentemente no bairro em contacto directo com os jovens, participando das situações por eles vividas. Desta forma, valorizámos a observação participante e o trabalho de campo, dado que estas técnicas permitem uma actualização constante das ideias e dos problemas encontrados, numa permanente troca entre observador e observado (Burgess, 1997). Acompanhar o quotidiano dos jovens em locais de intensa sociabilidade (esquinas, associações, cafés e outros) revelou-se importantíssimo para ganhar a sua confiança e fazer entrevistas que pudessem permitir um olhar "de perto e de dentro" das relações laborais, escolares e familiares, revelar o seu quotidiano, momentos de lazer, as redes de amizade, entre outras (Magnani, 2003).

Como a investigação etnográfica apela a diferentes escalas de observação e análise (Gulick, 1989), esta foi realizada englobando três níveis de análise distintos: I) o

[3] Os relatos de vida dão voz aos que vivem o quotidiano a partir da sua subjectividade. A sua importância está nesta capacidade de nos transportar ao mundo do indivíduo, mundo invisível aos nossos olhos, porque esta metodologia é "um tipo particular de documento pessoal que leva em conta o aspecto subjectivo do social" (Poirier, 1995: 146).

[4] Entrevistámos alguns funcionários e associados do Centro Comunitário da Apelação, Divisão Municipal de Habitação da Câmara Municipal de Loures, Associação de Moradores da Quinta da Fonte, Associação Ajuda de Mãe, Junta de Freguesia da Apelação, Grupo Recreativo Apelaçonense, Programa Escolhas da Quinta da Fonte, Associação Casa da Angola, Pastoral dos Ciganos, Jardim de Infância da Apelação, Escola Básica EB1 e Escola Básica Integrada 1, 2, 3 da Apelação.

quotidiano de alguns jovens que frequentavam o Centro Comunitário da Apelação[5]; II) a sua experiência nas ruas e esquinas que constituem ponto de encontro e de sociabilidade para os jovens e III) os discursos desses jovens sobre o bairro e suas experiências vivenciadas nas várias esferas sociais. Por último, entrevistámos funcionários das instituições presentes naquele espaço.

A impossibilidade de conhecer todos os jovens de origem africana da Quinta da Fonte – algumas centenas – ou de construir, devido às limitações de tempo, uma amostra representativa deste universo, tornou indispensável adoptar uma metodologia que nos permitisse apreender a heterogeneidade existente neste universo juvenil. Daí a opção de conhecer o percurso biográfico de dois jovens que frequentavam o Centro Comunitário da Apelação e de outros dois que apenas estabeleciam relações residuais com o mesmo. Partimos do pressuposto de que os dois primeiros mantinham relações privilegiadas com as instituições formais existentes no bairro e, por isso, seriam mais influenciados por estas, enquanto os dois últimos frequentavam com mais assiduidade as ruas do bairro, estando aptos, desta forma, a formular um discurso mais independente. Utilizámos, também, o critério da idade – terem entre 18 e 26 anos – e de etnia – terem diferentes origens nacionais africanas – na escolha dos entrevistados.

Em cada entrevista, fizemos uma leitura a partir da lógica do entrevistado, estando atentos aos jogos de palavras, às contradições e representações. Na transcrição das entrevistas decidimos reproduzir na íntegra as suas declarações, incluindo calão, as palavras em crioulo e outras expressões informais. Para além das entrevistas realizadas, formulámos um pequeno inquérito respondido por oito jovens que estavam a frequentar o curso de informática dinamizado pela Associação Casa da Angola no Centro Comunitário da Apelação. A utilização de um diário de campo constituiu um meio para registar as nossas observações e reflexões durante o trabalho empírico, evitando o risco de esquecer algumas informações valiosas. Não fizemos anotações de campo enquanto participávamos do convívio com os jovens do bairro porque tal poderia ser mal interpretado e servir de obstáculo a um reforço da proximidade. Quase toda a nossa observação se concentrou no universo juvenil masculino, já que eram os rapazes que mais assiduamente ocupavam os espaços públicos do bairro (a rua, a esquina ou o campo de futebol).

O pressuposto de que a conjugação de dados qualitativos e quantitativos é o melhor método para compreender o nosso objecto de estudo nas ciências sociais direccionou-nos para a recolha de dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística – INE (Censos 2001) e pela Divisão Municipal de Habitação da Câmara Municipal de Loures. Estes dados estatísticos foram valiosos para revelar o perfil socioeconómico dos habitantes da Quinta da Fonte e para medir o crescimento da freguesia da Apelação na última década. Todavia, a informação estatística sobre a população da Quinta da Fonte era muito escassa e apresentava sérias limitações, dada a inexistência de uma base de dados organizada e disponível sobre as famílias do bairro na altura da investigação.

[5] Pertencente à Câmara Municipal de Loures. É a instituição que mais reunia os jovens do bairro, designadamente num espaço chamado Apelarte.

Convém reafirmar que as conversas informais e o convívio com os jovens nas ruas do bairro, durante os meses de trabalho de campo, assim como a participação em algumas actividades realizadas pelo Centro Comunitário da Apelação, foram de grande mais-valia na percepção de uma pluralidade de sensibilidades que, cruzadas e confrontadas entre si, possibilitaram construir alguns dos "mapas de significação" que orientavam os jovens no quotidiano (Pais, 2003: 76).

2. Apresentação do bairro: território e população

A Quinta da Fonte é um bairro de realojamento situado na Freguesia da Apelação, no Concelho de Loures, situado a 30-40 minutos de Lisboa numa viagem de autocarro. Com uma população residente de 3153 pessoas[6], este bairro teve o seu início em 1996, ano em que chegaram os primeiros residentes. O processo de formação da Quinta da Fonte decorreu de forma bastante rápida e abrupta para as famílias que para lá foram transferidas. O seu realojamento não foi planeado com antecedência devido à necessidade urgente de esvaziar os terrenos que ocupavam e onde seriam construídas as futuras urbanizações da EXPO 98[7] e as vias rodoviárias que dariam acesso à ponte Vasco da Gama. Como ambos os projectos estavam calendarizados e não havia moradias projectadas para serem construídas para abrigar esta população, a Câmara Municipal de Loures, com o apoio do Plano Especial de Realojamento (PER), comprou os prédios entretanto erguidos na Freguesia da Apelação por uma cooperativa de moradores. Estes, na sua maioria, abandonaram o projecto, já que consideravam que a partilha do bairro com moradores realojados desvalorizaria os seus imóveis. Tal acabou por transformar a Quinta da Fonte num bairro fundamentalmente composto por pessoas que habitavam anteriormente em barracas e/ ou bairros clandestinos.

Ao percorrermos a Quinta da Fonte, notámos que os seus arruamentos estão todos asfaltados e com iluminação, as lixeiras estão em muitas esquinas e os telefones públicos não são uma raridade. Contudo, isto não impede o bairro de ter ruas insalubres porque muitos dos seus moradores deixam o lixo no chão, chegando a deitá-lo das janelas dos seus apartamentos. Os prédios do bairro possuem entre cinco a sete andares e, para um olhar menos atento, aparentam estar em óptimas condições de habitabilidade. Com cores que variam do castanho claro ao mais escuro e avermelhado, estes edifício apresentam diferentes graus de conservação. Um conjunto minoritário de prédios distingue-se por possuir elevadores, jardins, portas de vidro em óptimo estado, pinturas exteriores em boas condições, interfones, pouco lixo na proximidade e, às vezes, até varandas. Os demais edifícios, que constituem a maior parte das moradias do bairro, possuem, em maior ou menos grau, as paredes exteriores grafitadas, as portas partidas (ou mesmo inexistentes), ausência de elevadores, lixo espalhado nos acessos, interfones e caixas de correio danificados. Desta forma, constatámos a existência de

[6] Dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) referentes ao Censo 2001 – Recenseamento da População e Habitação.

[7] A EXPO 98 foi um dos maiores eventos realizados em Lisboa. Proporcionou a requalificação de espaços urbanos envelhecidos e marginais em espaços emblemáticos e cosmopolitas; estabelecer uma redefinição simbólica não só da cidade de Lisboa, mas de todo país, foi um dos desafios mais importantes deste projecto (Baptista e Pujadas, 2000).

dois tipos de ocupação na Quinta da Fonte: os edifícios pertencentes aos associados das cooperativas que permaneceram no projecto, identificados pelo melhor estado de manutenção; e os edifícios pertencentes à Câmara Municipal de Loures, destinados aos realojados, em que é patente o pior estado de conservação[8]. Com paredes feitas de *pladur*[9], em vez de tijolo, como no caso dos prédios pertencentes às cooperativas, a qualidade da sua construção é motivo de protesto entre os realojados, como fica expresso nas palavras do Presidente da Associação dos Moradores da Quinta da Fonte:

> "Todos se queixam. A população foi realojada sem ninguém lhe ensinar como se utiliza uma porta, uma campainha, o telefone interior, a sanita, toda mal construída em plástico. A população africana trabalha nas obras, com coisas pesadas, pega para partir ou para pôr no lugar, e imagina como é que um pedreiro vai viver numa casa de papelão, pladur e plástico" [Presidente da Associação dos Moradores da Quinta da Fonte].

A maior parte da população realojada é oriunda de bairros clandestinos localizados na Freguesia do Prior Velho e na Freguesia da Portela[10]. Contudo, muitas famílias habitavam outras freguesias do Concelho, o que evidencia a multiplicidade de origens residenciais dos habitantes do bairro. Na Quinta da Fonte, regista-se também uma grande diversidade étnica, pois os seus moradores compõem-se do seguinte modo:

– 53% são de origem africana (na sua maioria cabo-verdianos, angolanos, guineenses e são-tomenses);
– 21% são portugueses ciganos;
– 26% são portugueses não ciganos[11].

De acordo com declarações e entrevistas recolhidas junto de moradores realojados, e depois confirmadas junto dos funcionários da Câmara Municipal de Loures, os habitantes foram dispersos pelos diversos edifícios, sem critério. A forma abrupta como foi realizado o realojamento – motivada pela urgência em se cumprir os prazos de conclusão das novas urbanizações da EXPO 98 – é registada como a razão pela qual os residentes tiveram uma participação mínima neste processo. Desta forma, as redes familiares e de vizinhança existentes nos antigos bairros foram praticamente ignoradas, situação que teve como consequência o enfraquecimento das várias redes de suporte económico e sentimental que facilitavam o seu dia-a-dia. Segundo explicou um técnico do Centro Comunitário da Apelação:

[8] O bairro da Quinta da Fonte é composto por 72 prédios com um total de 776 apartamentos, dos quais 554 pertencem à Câmara Municipal de Loures. Os restantes 194 fogos estão aglutinados em 18 prédios pertencentes aos associados da cooperativa Cheuni e O Meu Ninho.
[9] A placa de gesso laminado é muita utilizada em construções de baixo custo para substituir paredes e tectos.
[10] Ressaltamos que alguns desses bairros ainda existem, como é o caso da Quinta da Serra, já que parte do seu território não se sobrepõe às obras de urbanização realizadas.
[11] Dados da Divisão Municipal de Habitação (DMH) da Câmara Municipal de Loures (Grupo de Estudos Sociais, 2004).

> "Este foi um realojamento quase 'toma lá a chave, desenrasquem-se!" [Técnico do Centro Comunitário da Apelação].

Ao percorrermos a Quinta da Fonte constatámos que muitos prédios eram partilhados por famílias ciganas, africanas e portuguesas oriundas de diversos bairros. Tal situação dificultava a convivência entre vizinhos, bastante impreparados para viver num ambiente intercultural, tampouco num território tão denso em termos populacionais. Além disso, parece não ter havido preocupação em explicar aos moradores como funcionavam os recursos existentes nas suas novas casas, assim como as exigências e responsabilidades decorrentes de viver num prédio (pois anteriormente viviam em barracas ou em casas clandestinas). Podemos entender que a Quinta da Fonte foi construída ignorando-se as características dos seus futuros moradores, tendo tal facto repercussões negativas na qualidade de vida destes. Esta ideia é especialmente vincada pelo Presidente da Associação de Moradores do bairro:

> "A população realojada não foi só do Prior Velho, foi de um conjunto de bairros, desde Odivelas, a Bugalheira, Catujal e outros bairros daqui da zona. Por isso é que a Quinta da Fonte é o pior exemplo de realojamento, se calhar, de todos os bairros de realojamento. (...) Quando se quer realojar uma população deve-se convidá-la a pensar isso em conjunto. Mas não foi nada disso, os agentes sociais não fizeram nenhum papel e continuam a ter um papel muito negativo, porque sensibilizar as pessoas é uma coisa, mobilizar é outra. Foi meter num saco e despejar! (...) Hoje, mais de 50% da população está descontente porque caiu numa ilusão. A Quinta da Fonte é um bairro totalmente em constante degradação: pessoal, de ambiente, de habitação" [Presidente da Associação dos Moradores da Quinta da Fonte].

Importa realçar que as habitações da Quinta da Fonte foram construídas a uma certa distância das urbanizações mais antigas da freguesia da Apelação, estando um pouco isoladas. Ou seja, os novos edifícios que integram o bairro parecem formar um conglomerado independente das restantes casas do núcleo principal da Apelação, constituindo-se como um mundo à parte onde os moradores da chamada "Apelação velha" não ousam entrar. Esta apreciação ganha contornos ainda mais evidentes quando se trata de uma freguesia pequena como a da Apelação, com uma feição rural e composta por uma população bastante envelhecida. Para que tenhamos uma melhor ideia do impacto da Quinta da Fonte no seio desta freguesia recorreremos aos dados relativos à sua dimensão populacional, antes e depois da incorporação do novo bairro. Se, em 1991, a população residente na Freguesia da Apelação era de 3419 pessoas, em 2001 este número subiu para 6043[12], o que representou um aumento em torno de 77%. Este aumento foi consequência, fundamentalmente, da formação do bairro em questão. Todas estas transformações afectaram profundamente os antigos habitantes desta freguesia, como explica o vice-presidente do Grupo Recreativo Apelaçonense, uma associação constituída pelos antigos moradores da Apelação:

[12] Dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) referentes ao Censo 2001 – Recenseamento da População e Habitação.

> "Aqui na nossa freguesia o que foi notório e toda a gente entendeu, é que foi uma carga muito grande, muito pesada para um meio tão pequeno e de característica rural como nós éramos. (...) Todos os dias sofremos aqui com a pequena criminalidade: assaltam automóveis, roubam viaturas e incendeiam-nas, assaltam casas em pleno dia, vão aos estabelecimentos comerciais e roubam, utilizam a força, mas miúdos! Miúdos de 12, 13, 14, esses, nós já começamos a dizer que já não são miúdos, mas há miúdos de 6, 7 e 8 anos. Depois, a polícia é chamada constantemente. O problema é que a polícia não pode fazer nada" [Sr. José Carneiro].

A existência de algumas situações de conflito – zangas entre vizinhos, pequenos furtos, roubos de carros – envolvendo alguns dos moradores da Quinta da Fonte faz com que este bairro seja identificado, pelos que lá não vivem, como um local extremamente perigoso, um território racialmente conotado, no qual a imagem dos jovens descendentes de imigrantes africanos é associada ao fenómeno dos chamados *gangues*[13]. Todo este contexto dificulta a relação entre antigos e novos habitantes da Apelação, favorecendo a ocorrência de situações de tensão entre ambos. É que, simultaneamente, os diferenciais de poder entre ambas as populações são muito fortes. Os antigos habitantes da freguesia possuem uma forte coesão interna e beneficiam de uma situação económica muito superior à das famílias realojadas, além de ocuparem os postos mais importantes das associações locais, como a Junta de Freguesia da Apelação e a Colectividade Recreativa Apelaçonense. Os laços sociais entre as famílias realojadas são bem mais ténues, não só pelo facto de viverem no bairro há pouco tempo, mas também, como salientámos atrás, pela forma como decorreu o processo de realojamento, ao misturar famílias de diferentes procedências e referências culturais.

Não é, aliás, por acaso que as associações criadas pelos realojados têm pouca força[14] e persistam situações de conflito, designadamente entre as populações ciganas e de origem africana. Estamos diante do que Norbert Elias e John Scotson (2000) caracterizaram como uma relação entre estabelecidos, os "de dentro" (*established*) e os marginais, "os de fora" (*outsiders*), em que os habitantes mais antigos monopolizam as fontes de poder e detêm os meios para exercer a sua superioridade social. As conversas e dizeres depreciativos, o racismo e a exclusão das fontes de poder são as armas do grupo estabelecido para afirmar a sua supremacia face aos novos moradores, vistos através dos atributos que os associam à anomia[15], à delinquência e à violência (idem). As diferenças étnicas e nacionais entre antigos e novos moradores acabam por reforçar o estatuto de "fora" (*outsider*) dos últimos, dado que a aparência física e a linguagem facilitam ainda mais o "reconhecimento" do grupo já estigmatizado. Tal

[13] A noção de gangue ganhou destaque nos estudos da Escola de Chicago na década de 1920, e é utilizada para designar uma organização com racionalidade instrumental e fins de mobilidade social entre os seus integrantes. Altamente hierarquizados e com uma identificação a um território, os gangues costumam estar envolvidos em comportamentos violentos e podem estar ligados a actos de delinquência (Abramovay, 1999; Whyte, 2005).

[14] A Associação de Moradores da Quinta da Fonte exemplifica essa situação, dado que as suas reuniões eram pouco participadas e não possuía uma sede, funcionando provisoriamente na casa do seu presidente.

[15] O uso do conceito de anomia foi importantíssimo para Robert Merton (1970, *apud* Velho, 1979: 12-13) formular uma das obras mais influentes sobre o estudo do comportamento desviante. Segundo este autor, tal comportamento não é fruto de uma personalidade patológica adquirida pelo indivíduo à nascença, mas da influência de estruturas sociais e culturais em estado de anomia que exerceriam pressão sobre determinados grupos e segmentos da população lá inseridos.

como proposto por Elias e Scotson (2000), verifica-se que os moradores realojados são considerados pelos mais antigos como intrusos e potenciais ameaças à segurança e à estabilidade dos que levam uma vida "normal. Como explicam Luís Baptista e Joan Pujadas (2000: 296) "As relações entre novos e velhos residentes, em contextos de mutação social acelerada, tendem a ser conflituais: as mudanças que se revelam incómodas ou desconcertantes para os velhos residentes têm nos novos residentes o bode expiatório".

Esta conjuntura agrava-se quando são os próprios meios de comunicação e algumas instituições governamentais os principais responsáveis por enquadrar tais populações neste conjunto de estereótipos, formulados a partir de uma visão extremamente simplificada das realidades sociais dos seus membros, na qual o espaço concedido à diversidade é praticamente inexistente (Bauman, 2002). Ou seja, as características dos habitantes da Quinta da Fonte são construídas por discursos exteriores ao bairro que os identificam como pessoas problemáticas. Ao mesmo tempo, o bairro de realojamento aparece como uma unidade sócio-espacial privilegiada quando se trata de identificar fontes de violência e problemas da cidade (Fernandes, 2000), o que provoca grande insatisfação nos seus moradores, como fica patente nas palavras deste jovem:

> "Eles [habitantes antigos da Apelação] não partilham muito com os que moram num bairro social. Acham que quem mora nos bairros sociais é bandido, porque é isso, ou porque é aquilo, e eu acho isso mal. Devem saber, primeiro, o que se passa para depois falar" [Entrevistado n.º3, descendente de guineenses, 21 anos].

3. O estigma de pertencer a uma minoria

O uso do conceito de minoria étnica nos discursos da esfera pública e política tem como intuito delimitar uma vasta gama de "culturas" e nacionalidades com base em características sócio-culturais supostamente diferentes dos costumes portugueses. Nesta discussão, está implícita a ideia de que as minorias étnicas são uniformes e culturalmente diferentes do "grupo maioritário", neste caso, os portugueses, também avaliados de maneira estática e homogénea. Autores como Barth (1969), pelo contrário, demonstraram a impossibilidade de se estabelecer uma delimitação estrita de um grupo por um conjunto de traços objectivos, já que a variação cultural por si só não dá conta da maneira como os limites étnicos são construídos. O foco deve privilegiar a forma como a diversidade étnica é socialmente articulada e preservada. Esta abordagem enfatiza a interacção e a interdependência entre os grupos, consideradas condições indispensáveis para a formulação das fronteiras étnicas. Esta mudança é reiterada por Poutignate Streiff-Fenart (1997: 64): "O objecto das pesquisas sobre a etnicidade passou do estudo das características dos grupos para o estudo das propriedades de um processo social. A forma tomou o lugar da substância, os aspectos dinâmicos e racionais substituíram os aspectos estatísticos e o processo tornou-se mais importante que a estrutura".

Sob este ponto de vista, a etnicidade deve ser compreendida através das relações entre os diferentes grupos sociais que estabelecem processos de inclusão e exclusão,

definindo limites e diferenças entre eles e não apenas por um conjunto intemporal e imutável de traços culturais (línguas, crenças, valores, vestuários, ritos, culinária, símbolos, etc.), perpetuados de geração para geração. Embora estes tenham sido construídos sob a égide de uma suposta história comum, os processos de interpretação e de selecção por parte de uma "memória colectiva" nunca cessaram. Os traços culturais que distinguem os grupos étnicos são dinâmicos e contextuais, sendo (re)criados num plano de interacção social com outros grupos, dentro de um contexto histórico concreto (Barth, 1969). A questão específica da etnicidade relaciona-se com a crença numa origem comum, arquitectada através de uma interpenetração de certos acontecimentos e determinados personagens lendários. Neste processo, é fabricada uma série de símbolos identitários, supostamente representativos de uma identidade étnica particular. Esta é a percepção de Stallaerte (2004: 20):

> "(...) caracteriza-se [a identidade étnica] por ser uma identidade que se nutre do passado, um passado mítico em que se situa a comum ascendência, a origem comum dos que integram a colectividade. É esta dimensão histórica, a sensação de formar uma comunidade de parentesco – simbolizada popularmente pelo sangue – o que diferencia o grupo étnico de um mero grupo cultural, linguístico ou religioso"[16].

Os novos estudos etnográficos parecem demonstrar que a homogeneidade é tão artificial no caso dos portugueses, como no de diversos grupos minoritários (Costa, 1999; Contador, 2001; Pais, 2003). O estatuto de minoria étnica atribuído aos imigrantes e a outros grupos étnicos acaba por "menorizar" estas populações, o que tem como consequência o seu afastamento das fontes de poder. O exemplo mais visível é a dificuldade que os imigrantes e os seus filhos evienciam em conseguir a cidadania portuguesa e em exercer a plena participação política. Neste processo de "menorização", realizado, principalmente, pelas autoridades do Estado e meios de comunicação, é atribuída às minorias étnicas uma identidade estigmatizada e negativa, na medida em que esta categoria costuma estar associada à pobreza, à violência, à negritude, aos bairros de realojamento, aos trabalhos precários, às drogas, enfim, a uma vasta gama de atributos estereotipados e preconceituosos. Tal como mostra Fradique (2003:140): "A associação entre etnia, desigualdade social e cultura leva a pensar nas minorias étnicas como uma espécie de nova classe cultural, tornada homogénea exactamente a partir de uma mistura pouco clara dessas três categorias e criada, sociológica e politicamente, para gerir as novas configurações inerentes às sociedades pós-coloniais".

O conceito de minoria funciona como um código dado pela "cultura dominante" que serve para as instituições políticas e sociais simplificarem e delimitarem determinados contextos vistos como problemáticos. Muitas das pessoas consideradas como sendo minoria por estas instituições não se concebem como tal, sendo poucas as que se sentem plenamente identificadas com o estatuto de inferioridade que caracteriza esta denominação, como é sublinhado por Hans Vermeulen (2001:24): "A 'imagem de nós' ganha forma apenas em contraste com a 'imagem deles'. De resto, os grupos

[16] Tradução do autor.

em interacção quase nunca têm a mesma definição da situação ou das identidades de cada um e, com frequência, influenciam-se reciprocamente nas percepções – de forma desigual, porque raramente existe um equilíbrio de poder".

A maior parte da população da Quinta da Fonte é duplamente segregada e discriminada, pois, além de habitar um bairro com uma má imagem, é estigmatizada por ser negra ou cigana. Possui, ainda, um estatuto social bastante frágil, na medida em que está inserida num ambiente sociocultural de fraca estabilidade e protecção[17]. As suas identificações locais estão marcadas por diversos discursos preconceituosos, o que propicia uma limitação de perspectivas e possibilidades de ascensão social. Isto é, a forma como o espaço está organizado e é representado pela sociedade acaba por contribuir para a perpetuação e sedimentação dos estatutos precários dos seus habitantes. Esta realidade pode ser melhor entendida pelas palavras de um jovem residente da Quinta da Fonte, que, ao ser questionado sobre as maiores dificuldades enfrentadas por quem procura trabalho, aponta:

> "Às vezes, quando você quer arranjar um emprego e diz que é desse bairro, a pessoa prefere não te dar emprego. Isso é muito chato porque pode haver pessoas melhores do que outras, que, por estarem num bairro que apresenta uma imagem diferente, uma imagem não violenta, acabam por ficar no emprego, e os outros, só porque pertencem a um bairro que é mal falado e tem um mau ambiente, acabam por ficar sem o emprego" [Entrevistado n.º1, descendente de cabo-verdiano, 24 anos].

Esta afirmação revela as dificuldades que os jovens do bairro enfrentam para conseguir entrar no mercado de trabalho, reforçadas pelos fenómenos da estigmatização a que são sujeitos. Em processos de selecção laboral, muitos julgam ter sido preteridos após darem conta da sua morada. Por isso, muitos optam por fornecer endereços falsos. Todos os jovens com quem conversámos na Quinta da Fonte já tinham vivido situações que podem ser consideradas discriminatórias, inclusive os brancos. Esta é uma experiência bastante vulgar para quem é pobre e habita um bairro socialmente mal-afamado. Muitos desses jovens declararam que são frequentemente seguidos por seguranças em supermercados e centros comerciais e observam pessoas desviarem-se ou protegerem as suas malas quando notam a sua presença. Os próprios interpretam essas atitudes como demonstrações do medo e da aversão que provocam.

4. Quando classe, etnia e estratégia educacional são indissociáveis

Em alguns estudos precursores sobre as estratégias familiares na educação dos filhos, como é o caso da obra de Melvin Kohn (1959), atribuiu-se bastante importância às condições de ordem estrutural. Nesta investigação, o autor defende que as famílias de diferentes classes sociais desenvolveriam diferentes valores, em virtude de condições de vida específicas, que se expressariam em modos de socialização familiar igualmente distintos. Embora não queiramos cair num "fatalismo sociológico" – que

[17] Grande parte dos moradores da Quinta da Fonte não tem a cidadania portuguesa – nomeadamente os imigrantes e seus descendentes –, situação que impede o direito de voto.

faria com que qualquer indivíduo que nascesse no seio da classe trabalhadora tivesse o seu percurso emocional e intelectual predefinido –, a localização de uma família na hierarquia das classes sociais influencia a construção de distintos projectos de vida (Velho, 1987) e de socialização familiar (Seabra, 1999).

Pensamos que a socialização deve ser entendida como um processo interpretativo em que se conjugam a adaptação e a acção. Ou seja, não devemos pensá-la como uma "corrente de transmissão" unívoca e estática, cuja emissão e recepção de regras e valores entre gerações é feita passivamente "de cima para baixo"; mas, antes, como um processo cumulativo de experiências relacionais e de vivência quotidiana, cuja interpretação apresenta uma vasta heterogeneidade. Para tentar não ignorar esta faceta, muitos autores preferem usar a expressão "processo em constituição", pois esta "dá conta, de uma forma dinâmica, do permanente processo de formação das pessoas e permite evitar um certo determinismo subjacente ao conceito de socialização, não retirando peso e importância à família" (Lima, 2004).

Em relação aos jovens da Quinta da Fonte, todos os membros de associações e instituições presentes no bairro enfatizaram as suas graves dificuldades económicas. A Pastoral dos Ciganos da Apelação é uma IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social) que trabalha com crianças do bairro de origem africana e cigana no seu jardim-de-infância. De acordo com a sua responsável, "Este bairro, a nível da população africana tem muitos problemas, há crianças com problemas muito graves que tocam muito. (...) o que eu noto é que há muita miséria. Alguns são mesmo de miséria e outros vivem na miséria mas têm carro à porta de casa, só que para a criança não há nada. Há um desleixo completo (...) Muitos deles, quandó têm algum problema, é ao Di e à Rita, os nossos monitores, que recorrem, não é ao pai ou à mãe".

Esta afirmação ajuda a sustentar a ideia de que as diversas estratégias de educação familiar desta população, assim como a sua relação com a escola e com o mercado de trabalho, terão de ser pensadas em conjunto com a posição de classe destas famílias, os recursos de que podem usufruir e os projectos e perspectivas a que aspiram. Foram muitos os investigadores que problematizaram as diferentes estratégias de educação familiar no seio de classes sociais distintas. De acordo com algumas destas teorias (Kohn, 1959; Lautrey, 1984; Kellerhals e Montandon, 1991; Bourdieu, 1998), os meios sociais mais favorecidos valorizariam mais o domínio de si, a autonomia e a curiosidade, existindo uma orientação no sentido de deixar as crianças fazerem a sua própria experiência, usando a persuasão como "ferramenta" de controlo. Enquanto isso, as famílias oriundas dos meios populares tenderiam a valorizar mais a ordem e a disciplina, onde a atitude autoritária prevalece. Esta perspectiva tem muitas semelhanças com a investigação desenvolvida por Teresa Seabra (1999: 30), que observa "a inequívoca saliência das classes sociais na diferenciação das estratégias de socialização familiar".

Com efeito, esta autora ressalta a necessidade de examinar o papel da família no contexto das redes sociais que a envolve. Isto é, considera que não devemos deixar de fora da análise outros processos de interacção em que os jovens participam, tais como o grupo de pares, as redes de vizinhança, a inserção laboral, a influência dos meios de

comunicação ou a escola. É que, ao moverem-se em múltiplas instâncias sociais, os jovens são influenciados por diferentes processos em constituição, o que nos obriga a analisar os elos de ligação desses diferentes contextos particulares. De acordo com a investigação da autora, configuram-se dois modelos de estratégia familiar na educação das crianças, influenciados pelas distintas forma como as famílias filtram, mediatizam e controlam a influência das outras instâncias socializadoras. Contudo, teremos que salvaguardar a diversidade e heterogeneidade no seu interior, na medida em que concebemos estes dois modelos enquanto "tipos-ideais". Estes modelos dizem respeito a diferentes estratégias familiares na socialização das crianças e jovens que variam conforme as classes sociais a que pertencem:

> • A **estratégia contratualista**, que seria partilhada pelas famílias pertencentes a um meio social de extracto médio ou alto, mais ligadas à burguesia, cujos integrantes completaram e/ ou frequentaram um curso do ensino superior ou um curso médio. Nestas famílias, costuma-se incentivar as potencialidades da criança e a sua sensibilidade segundo técnicas baseadas na empatia e no diálogo, além de haver uma maior coordenação e abertura com outras instâncias socializadoras (idem).
>
> • A **estratégia estatutária**, que apareceria em oposição à primeira e associada a famílias de origem social mais desfavorecida, cujos membros desempenhariam trabalhos ligados ao operariado e à pequena burguesia de execução. As habilitações literárias destas famílias tenderiam a ser mais baixas, variando entre o 4.º e o 11.º anos. As características e os objectivos da estratégia estatutária "salientam a importância da acomodação às normas sociais vigentes, procuram, de modo coercitivo, assegurar a manutenção desta estabilidade normativa e atribuem às outras instâncias socializadoras um papel específico e restrito, participando de forma distanciada" (idem: 50).

Neste trabalho, atribuiremos maior ênfase à estratégia estatutária – por razões que se prendem com a posição de classe das famílias da Quinta da Fonte na divisão social do trabalho –, relacionando-a com o universo da escola. As famílias que se "encaixam" neste tipo de estratégia costumam ter uma metodologia educacional autoritária e coercitiva em relação aos seus filhos, pretendendo condicionar as crianças através do medo e da violência. Um jovem que habita o bairro contou-nos um pouco da influência dos seus pais durante o percurso escolar, revelando-nos o carácter heterogéneo e complexo das estratégias de educação familiar.

> "Eles acompanhavam o meu estudo. Se eu chumbava, era porrada, entre aspas. Eles falavam um pouco do percurso que eles tiveram, diziam que foi difícil terminar os estudos e insistiam para nós nos mentalizarmos de que temos de estudar, diziam que eles antes não tinham nada e para batalharmos. Era comum eles dizerem: «Aproveitem porque no nosso tempo não havia nada disso!» [Entrevistado n.º1, descendente de cabo-verdianos, 24 anos].

Neste caso, as duas estratégias referidas parecem conjugar-se, pois, ao mesmo tempo que nos narra aspectos autoritários dos seus pais, o carácter da persuasão está presente. A explicação talvez possa ser encontrada no facto de a mãe deste jovem ter

sido professora em Cabo Verde (trabalha actualmente como empregada de limpeza, dado que não aceitaram as habilitações e os certificados que trouxe do seu país de origem) e, simultaneamente, pertencer a uma classe social desfavorecida. Ainda assim, consideramos que a prática do diálogo é a que prevalece, de acordo com a citação anterior. A pesquisa de Teresa Seabra é esclarecedora ao concluir que sanções severas aplicadas pelos pais aos filhos não é uma prática tão comum nas famílias de classes sociais mais baixas, mas antes há uma tendência de substituir a punição física pela adopção da persuasão e do "sistema de castigos" (Seabra, 1999). A relação de grande parte das famílias da Quinta da Fonte com a escola pode ser caracterizada, de forma genérica, como distanciada. As famílias que adoptam este tipo de estratégia educativa (estatutária) tendem a ter muita dificuldade em entrar e participar no "mundo da escola", cuja relação acaba por ser marcada pela exterioridade. Em conversas com professores e técnicos das escolas e instituições do bairro em estudo, a fraca participação dos pais foi mencionada inúmeras vezes, como nas palavras da vice-presidente da escola EB1 da Apelação:

> "O principal problema da escola, na minha opinião, é a falta de participação da família. A família não se envolve, ou, se calhar, nós, professores, não conseguimos o envolvimento da família. (...) Nem nas reuniões de pais nós conseguimos. Há uma ou outra turma de excepção, mas, por média, conseguimos 6 ou 7 pais numa turma de 22 ou 23 meninos. Não há participação da família e não havendo participação da família as crianças também não valorizam a escola. É quase o andar cá porque alguém diz que tem de ser, mas ninguém explica por que é que tem de ser..." [Vice-presidente da escola EB1 da Apelação].

Outra professora, desta vez do Jardim-de-infância da Apelação, expressa a mesma angústia em relação à fraca participação da família no universo escolar:

> "A nossa maior dificuldade é na colaboração dos pais e na estabilidade das crianças. Falo mesmo da estabilidade emocional de algumas crianças porque não são crianças estimuladas. Todo o trabalho de estimulação é feito no Jardim-de-infância ou porque os pais se desinteressam completamente, ou então porque têm também graves dificuldades" [Educadora do Jardim-de-Infância da Apelação].

De acordo com a investigação que realizámos no bairro, o principal factor a explicar a ausência de interacção entre a escola e as famílias não reside na reduzida importância que estas possam atribuir à escolarização dos filhos, já que nas entrevistas realizadas se notou que a escola era encarada pela maior parte das famílias como algo importante. Consideramos que o insuficiente diálogo entre essas duas instâncias – família e escola – se deve-se à vulnerabilidade económica da população em causa, o que tem reflexos no conjunto das expectativas, dos valores e projectos de vida construídos pelas gerações mais novas. Grande parte das famílias da Quinta da Fonte desempenha os trabalhos mais precários, mal pagos e desprestigiados da sociedade portuguesa, sendo obrigatório, para muitas delas, fazer horas extraordinárias ou acumular empregos de modo a complementar os baixos rendimentos. Esta situação torna difícil aos pais

acompanharem com mais atenção a trajectória dos filhos, inclusive nas questões relativas ao desempenho escolar. Aponta neste sentido a declaração de um jovem do bairro, ao interpretar as razões para o baixo aproveitamento escolar de alguns estudantes da Quinta da Fonte:

> "Para mim, uma das causas é os pais não terem tempo. Há pais que quase não vêem os filhos, só vêem aos fins-de-semana, levantam-se de madrugada para ir trabalhar e só voltam quase à noite: ou o filho está na rua ou o filho está já a dormir. Ou se o filho está em casa, o pai ou a mãe estão já a dormir porque têm que ir trabalhar amanhã. E não é que não haja interesse, falta tempo para os pais, tipo chegar do trabalho e perguntar ao filho: «O que é que fizeste hoje na escola? Como é que estava a escola? O que te recomendou a professora? Tens que estudar mais! Tens que fazer isso!» Raramente há pais que perguntam isso porque, se calhar, não têm tempo, estão sempre: trabalho – casa, casa – trabalho e é muito chato. Os jovens não são acompanhados. E às vezes, também, na escola, há professores que, como não são os filhos deles, dizem: «Querem vir estudar, vêm, se não quiserem podem ficar em casa». Eles optam por ficar no bairro e isso é mau para eles porque, depois, no futuro, eles, se calhar, não arranjam emprego, não têm muita facilidade para arranjar emprego" [Entrevistado n.º 3, guineenses, 21 anos].

A pobreza em que vive grande parte das famílias da Quinta da Fonte impede uma maior participação dos pais nos domínios da escola. Esta situação prende-se com o facto de muitos moradores deste bairro realizarem trabalhos precários e instáveis, designadamente a construção civil (no caso dos homens africanos) e os serviços de limpeza (no caso das mulheres africanas)[18]. Desta forma, a dimensão económica influencia decisivamente o domínio escolar e cultural, dado que, para as famílias que vivem em dificuldades financeiras, a reprovação dos seus filhos na escola é relativamente pouco importante se comparada com as exigências mais elementares de sobrevivência. O carácter preponderante dos aspectos económicos é expresso por uma técnica da Associação Ajuda de Mãe, uma instituição que faz atendimentos no bairro:

> "Os problemas económicos condicionam tudo, condicionam o tempo, condicionam o tipo de trabalho que as pessoas têm. Às vezes, saem de manhã e só voltam à noite, daí não haver muita disponibilidade para brincar com as crianças, para lhes dar atenção. Muitas vezes, não há tempo, outras vezes, é mesmo desconhecimento, e nós tentamos chamar a atenção, porque, muitas vezes, as pessoas nem sabem que é importante brincar com os seus filhos" [Técnica da Associação Ajuda de Mãe].

Por isso, o contexto de pobreza em que vivem muitas famílias da Quinta da Fonte tem reflexos no aproveitamento escolar das gerações mais novas. Tais alunos terão menos hipóteses de conseguir um desempenho satisfatório, não só por causa das questões relacionadas com a falta de apoios e recursos, mas também pela maior dificuldade dos pais em acompanhar o desempenho escolar dos seus filhos, quer por questões de ordem económica, quer por razões simbólicas e culturais. Há um desencontro entre saberes e tipo de socialização entre a família e a escola, além

[18] A população cigana do bairro trabalha, fundamentalmente, na venda ambulante.

de existir um forte sentimento de impotência da primeira em relação à segunda. A escola é considerada pelos pais como uma instituição onde os filhos poderão obter conhecimentos que eles não dominam, nem podem transmitir (Seabra, 1999). Porém, muitos educadores consideram que há famílias no bairro que dão pouca importância ao desempenho escolar dos seus filhos. Tal situação ocorrerá mais entre as famílias ciganas, segundo a vice-presidente da escola EB1 da Apelação:

> "(...) há crianças que são quase negligenciadas. São deixadas de manhã, os pais vão trabalhar cedíssimo, eles tomam conta deles próprios. Vêm trazer os irmãos ao infantário e depois voltam para a casa e almoçam sozinhos. Há dois anos que temos serviço de refeitório e muitos já vêm almoçar aqui para não estarem sozinhos em casa. Mas há muitas situações em que, depois, o aproveitamento é complicado, as crianças estão cansadas, não têm estímulos, muitos deles vêm à escola porque têm de vir. A família, talvez mais a nível da família cigana, não dá grande valor à escola, e eles acabam por até estarem revoltados por estar aqui e inventam todas as artimanhas para chamar a atenção, para provocar alguma reacção, alguma agitação no sistema. É difícil o aproveitamento. Há crianças com bom aproveitamento, mas mesmo com estas crianças é complicado, porque o ambiente é todo muito pesado, é sempre complicado uma criança conseguir ter um bom aproveitamento..." [Vice-presidente da escola EB1 da Apelação].

Teresa Seabra (1999) associa o fraco desempenho escolar das crianças de origem mais desfavorecida à forma distanciada como os seus pais percepcionam a escola. Segundo esta socióloga, há uma maior separação entre as esferas da família e da escola que se reflecte no tipo de participação e de controlo que a primeira desenvolveria. Estas famílias teriam mais dificuldade na participação no domínio escolar, não percebendo a escola como complemento da esfera familiar, já que lhe atribuem um papel restrito e específico. Não seria a falta de interesse dos pais em acompanhar a escolarização dos filhos o principal adversário para um maior aproveitamento escolar destes, mas as dificuldades de comunicação entre estas duas instâncias. Estas seriam reforçadas pelo desconhecimento, pela impotência e fraca confiança destas famílias em relação ao universo escolar, dada a situação de vulnerabilidade e de empobrecimento em que algumas se encontram.

Lançamos a hipótese de existirem desentendimentos e desencontros entre os tipos de saber e as formas de comunicação praticadas pelas famílias da Quinta da Fonte e os das instituições de ensino (Seabra, 1999). Consideramos que este afastamento aumentou, no caso das famílias do bairro em estudo, devido a factores associados ao processo de realojamento referido anteriormente. Esta conjuntura de distanciamento e incompatibilidade entre os domínios da família e da escola – que não é exclusiva das famílias de origem africana e cigana, atingindo também os portugueses realojados – repercute-se na motivação dos jovens estudantes do bairro para continuar os estudos e no tipo de projecto que constroem para a sua vida.

Alguns autores atribuem à etnicidade uma fonte de diferenciação social tão importante como a posição de classe na estruturação das sociedades actuais (Glazer e Moynihan, 1975; Parkin, 1979), especialmente num contexto em que, com as desco-

lonizações, os fluxos migratórios se intensificaram. No estudo dos jovens descendentes de imigrantes africanos, esta variável é bastante relevante, nomeadamente quando se trata de conhecer as lógicas e códigos de educação familiar e de inserção laboral desta população (Machado, 1994; Pais, 2004; Raposo, 2007). Para algumas famílias da Quinta da Fonte, formulámos a hipótese de os factores de pertença étnica contribuem para aumentar o desencontro entre os processos de socialização familiar e inserção escolar. Ao perceberem que as referências culturais dos países de origem dos seus pais são pouco valorizadas, não é de estranhar a reduzida identificação desses jovens com o conteúdo educacional transmitido pela escola. Além disso, não há articulação desse conteúdo com as experiências dos jovens fora dos seus muros, o que torna a escola descontextualizada e distante das expectativas e necessidades de grande parte dos alunos da Quinta da Fonte. Tanto as dificuldades enfrentadas pelos jovens no seu dia-a-dia, como a riqueza das suas expressões culturais (de que o crioulo é apenas um exemplo) são ignoradas ou, no mínimo, pouco aproveitadas pelas instituições de ensino. Esta realidade faz com que o percurso escolar dos jovens das camadas populares seja marcado pela desmotivação, dado este ser uma "colecção" de experiências negativas (Dayrell, 2005). A necessidade de se estabelecer uma "ponte" entre a escola e as referências culturais dos jovens de origem africana pode ser detectada nas palavras de um jovem do bairro:

> "Aqui no bairro, eles [os jovens] só vivem com africanos e têm um pouco a cultura dos pais e quando vão para a escola encontram uma cultura diferente. Depois, em termos de integração, já fica um bocado difícil para eles. Eles não reagem muito bem quando encontram uma cultura diferente, acho que a principal dificuldade na escola está na integração noutras sociedades. (...) Aqui no bairro fala-se crioulo, a comida que temos é totalmente diferente, depois conhecemos mal a cultura dos próprios portugueses" [Entrevistado n.º 1, descendente de cabo-verdiano, 24 anos].

Só poderemos compreender a etnicidade do ponto de vista relacional, ou seja, na relação com o Outro. Portanto, os fenómenos de estigmatização e discriminação sofridos por muitos filhos de imigrantes são cruciais para compreender os múltiplos processos de construção identitária, assim como o desenvolvimento das suas trajectórias escolares e profissionais. A localização isolada do bairro, o estatuto social vulnerável dos seus habitantes (grande parte dos jovens de origem africana não tem nacionalidade portuguesa, como é o caso dos entrevistados 2 e 3) e a segregação de que são vítimas são alguns dos fenómenos centrais para a apreensão da vida social desta camada juvenil. Quase todos os jovens com quem conversámos na Quinta da Fonte salientam a especificidade da cor da pele e da nacionalidade estrangeira como uma barreira à entrada no mercado de trabalho:

> "Está muito difícil, é muito difícil. O jovem de origem africana encontra emprego onde os outros não querem, onde aqueles que têm mais possibilidades acham que não é aquilo que eles querem fazer, o que torna tudo mais difícil" [Entrevistado n.º3, descendente de guineenses, 21 anos].

Para estes jovens – mesmo para aqueles que conseguiram concluir o secundário e que apresentam um bom aproveitamento escolar –, é muito difícil conseguir emprego fora do sector da construção civil. A entrada no mercado de trabalho inicia-se bastante cedo, entre os 14 e os 16 anos, quando acompanham o pai numa obra para conseguir uns "trocos" durante o período das férias escolares. Entretanto, a obtenção de trabalhos alternativos (fora da construção civil) é referenciada por todos como algo bastante difícil, até porque as suas redes sociais de entreajuda estão mais localizadas dentro deste segmento profissional. Apesar de sabermos que as situações de continuidade laboral são as que prevalecem para os filhos de imigrantes africanos, verifica-se uma maior heterogeneidade de emprego entre eles do que entre os seus progenitores. O trabalho em lojas, restaurantes (como a *Telepizza* ou *McDonald's*) e empresas de segurança e a distribuição de panfletos são algumas das alternativas encontradas, cujo denominador comum é a precariedade da relação laboral. Porém, encontramos alguns percursos profissionais distintos, em que alguns jovens conseguiram inserir-se em áreas mais bem remuneradas e, por vezes, ligadas às novas tecnologias, tais como montagem de computadores, fotografia, vídeo, produção musical e pintura de veículos. Estes são exemplos minoritários, já que o desemprego e a precariedade estão disseminados por esta população. Como até na construção civil se vive uma crise de emprego, o projecto de emigrar é bastante comum entre estes jovens. E muitos já o passaram à prática:

> "Portugal, em termos de emprego, está mal, ele [o seu irmão], como um jovem que está a pensar no futuro, já tem mulher e filho, não pode viver um bocado à 'sombra da bananeira'. (...) Ele trabalhava, depois, o trabalho parava, depois, para tentar arranjar trabalho, demorava algum tempo. E, como ele já tinha família, quer dizer... Ele disse que não dava, teve que ir para fora. Ele foi primeiro para Londres, não correu como ele estava a pensar, voltou para Portugal e, depois, foi para a França. Agora está a trabalhar em Nice. (...) Se a situação de Portugal não melhorar... Se eu vir que, para ficar mais estável na vida, é preciso emigrar, não tenhas dúvidas que eu vou, sem pensar duas vezes" [Entrevistado n.º 1, descendente de cabo-verdiano, 24 anos].

Notámos que existe uma série de aspectos comuns aos jovens de origem africana da Quinta da Fonte. Todos eles são pobres, negros e exercem precariamente o seu direito à juventude – dado o pouco espaço que encontram na sociedade –, estando praticamente sozinhos no seu processo de construção como sujeitos. A escola vira-lhe as costas ao ignorar os temas que mais lhes interessam (e que geralmente tomam lugar, fora dos seus muros) e desvalorizar as suas referências culturais familiares; e o trabalho pouco contribui para o seu engrandecimento pessoal e equivale ao preenchimento dos postos mais desvalorizados socialmente. Desta forma, os jovens estão a abandonar a escola e não conseguem ingressar no mercado de trabalho formal. Eles constroem as suas referências positivas fora das instituições formais e aproveitam o espaço urbano à sua volta e os laços informais que estabelecem entre si para impulsionar os seus projectos e ideais. A conclusão parece evidente: a sociedade não está a criar espaços capazes de acolher estes jovens, pelo contrário, está a converter-se em sua inimiga (Lemus, 2002).

Conclusão

Percebemos, nos capítulos anteriores, como é importante articular a esfera da família com a posição de classe e a pertença étnica dos jovens da Quinta da Fonte para compreendermos os seus percursos escolares e profissionais, suas visões do mundo e modelos culturais. Concluímos que são dimensões inseparáveis da vida social dos indivíduos, incidindo na formulação das suas expectativas, perspectivas e representações. Foi fundamental analisar o processo de realojamento da Quinta da Fonte e conhecer o "quadro de interacção local" de modo a podermos contextualizar as dimensões acima mencionadas (Cordeiro e Costa, 1999), dado que estas não actuam sobre um "vazio social". Notámos que os problemas de aprendizagem escolar dos jovens da Quinta da Fonte são consequência do distanciamento existente entre os domínios familiar e escolar, que empreendem diferentes tipos de socialização. A situação de pobreza de muitas famílias do bairro não só dificulta a sua participação nas actividades da escola (muitas não têm tempo ou suficiente formação para fazer um bom acompanhamento na educação dos filhos), como promove uma estratégia educacional em que os saberes e as formas de comunicação difundidas não estão suficientemente em sintonia com as impulsionadas pelas instituições de ensino.

A problemática da filiação étnica agrava ainda mais este quadro, dado que o programa escolar não abarca interesses e preocupações específicas dos jovens de origem africana, existindo um reduzido diálogo intercultural. Por serem negros e pertencerem às classes sociais mais baixas da sociedade portuguesa, os jovens de origem africana da Quinta da Fonte dificilmente conseguem bons empregos e escapar da precariedade. Regista-se uma reprodução geracional na forma de inserção no mercado de trabalho. Importa ressaltar que, ao viverem na Quinta da Fonte, as dificuldades para superar um estatuto vulnerável e precário são bem maiores. A estigmatização a que estão sujeitos – não apenas por habitar um bairro socialmente mal-afamado, mas também devido ao facto de serem pobres, negros ou ciganos – exerce um "poder paralisante" na tentativa de conseguirem ultrapassar as dificuldades enfrentadas no quotidiano (mercado laboral, inserção escolar, participação associativa, etc.), contribuindo para a perpetuação das suas condições de vida num modelo subcultural próprio.

Por último, vale a pena conjugar as questões acima mencionadas com a operacionalização do conceito de projecto individual (Velho, 1987). Este conceito apresenta-se como uma oportunidade de se conseguir observar continuidades e descontinuidades no interior da mesma categoria social (sejam classes sociais, grupos étnicos ou religiosos), constituindo uma ferramenta teórica útil para reconhecer a riqueza e a multiplicidade de trajectórias individuais na nossa sociedade (Pais, 2003). A relação entre projecto individual e dimensões da vida social em que o agente participa é crucial para entender esse conjunto de processos, pois "os projectos são elaborados e construídos em função de experiências socioculturais, de um código, de vivências e interacções interpretações.

Bibliografia

AGIER, Michel (2001), "Distúrbios Identitários em Tempos de Globalização", *MANA – Estudos de Antropologia Social*, 7 (2), pp.7-33

ANTUNES, Marina (2002), *Estrela d'África, um bairro sensível: Um estudo antropológico sobre os jovens na cidade da Amadora*, Tese de Doutoramento em Antropologia Social, Lisboa, ISCTE

BAPTISTA, Luís e PUJADAS, Joan (2000), "Confronto e Entreposição: Os efeitos da metropolização na vida das cidades", *Fórum Sociológico*, 3/ 4, pp.293-308

BARTH, Frederik (1969), *Ethnic Groups and Boundaires: The Social Organization of Culture Difference*, Bergen, Oslo, Universitetsforlaget

BAUMAN, Zygmunt (2002), "In the lowly nowherevilles of liquid modernity", *Ethnography,* 3 (3), pp.343-349

BOURDIEU, Pierre (1998), *Escritos de Educação*, Petrópolis, Vozes

BURGESS, Robert G. (1997), *A Pesquisa de Terreno: Uma introdução*, Oeiras, Celta Editora

CONTADOR, António (2001), *Cultura Juvenil Negra em Portugal,* Oeiras, Celta Editora

CORDEIRO, Graça Índias e COSTA, António Firmino (1999), "Bairros: contexto e intersecção", in Gilberto Velho (org.), *Antropologia Urbana*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, pp. 58-79

COSTA, António Firmino da (1999), *Sociedade de bairro: Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras, Celta Editora

DAYRELL, Juarez (2005), *A Música Entra em Cena: O rap e o funk na socialização da juventude*, Belo Horizonte, Editora UFMG

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John (2000), *Os Estabelecidos e os Outsiders*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor

FEIXA, Carlos (1999), *De jóvenes, bandas y tribus*, Barcelona, Editora Ariel

FERNANDES, Luís (2000), "Los "territórios urbanos" de las drogas. Un concepto operativo", in M. Díaz e Oriol Romaní (org.), *Contextos, Sujeitos y Drogas: un manual sobre drogodependencias*, Barcelona, Institut Municipal de Salut Pública

FRADIQUE, Teresa (2003), *Fixar o Movimento: Representações da música rap em Portugal*, Lisboa, Dom Quixote

FRUIN, Mark (1980), "The family as a Firm and the Firm as a Family in Japan: The case of Kikkoman Shõyu Company Limited", *Journal of Family History*, 10 (2), pp.432-449

GLAZER, Nathan e MOYNIHAN, Daniel (1975), *Ethnicity: Theory and Experience, Massachusetts*, Harvard University Press

GRUPO DE ESTUDOS SOCIAIS (2004), *Estudo Sociológico da População Residente em Bairros Municipais*, Loures, Divisão Municipal de Habitação da Câmara Municipal de Loures

GULICK, John (1989), *The Humanity of Cities. An Introduction to Urban Societies,* Massachusetts, Bergin & Garvey Publishers

HALL, Stuart (2002), *A identidade cultural na pós-modernidade*, Rio de Janeiro, DP&A Editora

HANNERZ, Ulf (1986), *Exploración de la ciudad*, Madrid, Fondo de Cultura Económica

HESS, Robert, D. (1970), "Social class and ethnic influences upon socialization", Paul Mussen (org.), *Carmichael's manual of child psychology*, Wiley, New York, pp. 457-557

KELLERHALS, Jean e Cléopâtre Montandon (1991), *Les styles éducatives des familles: Milieu social, dynamique familiale et êducation des pré-adolescents*, Neuchâtel, Delachaux et Niestlé

KOHN, Melvin (1959), "Social Class and Parental Values", *American Journal of Sociology,* 64, pp.337-351

LAUTREY, Jacques (1984) [1981], *Clase Social, medio familiar e intelegencia*, Madrid, Visor

LEMUS, Roberto Brito (2002) "Identidades juveniles y praxis divergente; acerca de la conceptualización de juventud", in Alfredo Nateras Domínguez (org.), *Jóvenes, culturas e identidades urbanas*, México, Universidad Autónoma Metropolitana

LIMA, Antónia Pedroso de (2004), "Quando família e a empresa se tornam inseparáveis: homens de negócios e gestoras familiares", *Etnográfica,* 8 (1), pp. 117-136

MACHADO, Fernando Luís (1994), "Luso-africanos em Portugal: nas margens da etnicidade", *Sociologia – Problemas e Práticas,* 16, pp.111-134

MAGNANI, José Guilherme Cantor (2003), "De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana", *Revista Brasileira de Ciência Sociais*, 17 (49), pp. 11-29

MALKKI, Liisa (2002), "News from nowhere: Mass displacement and globalized 'problems of organization'", *Ethnography,* 3 (3), pp. 351-360

MERTON, Robert King (1970), *Sociologia: Teoria e Estrutura*, São Paulo, Mestre Jou

PAIS, José Machado (2003), *Culturas Juvenis*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda

PAIS, José Machado e BLASS, Leila Maria (org.), (2004), *Tribos Urbanas: Produção artística e identidades*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais

PARKIN, Frank (1979), *Marxism and Class Theory: A bourgeois critique*, London, Tavistock

PARSONS, Talcott e BALES, Robert (1955), *Family, Socializations and Interaction Process*, Illnois, Glencoe

PLECK, Elizabeth (1976), "Two worlds in one: work and family", *Journal of Social History,* 10 (2), pp. 178-195

POIRIER, Jean et al (1995), *Histórias de vida: Teoria e prática*, Oeiras, Celta Editora;

POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne (1997), *Teorias da Etnicidade. Seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth*, São Paulo, Editora UNESP

RAPOSO, Otávio Ribeiro (2005), *A Invenção do Bairro da Quinta da Fonte: O estigma de uma juventude*, Relatório Final de Estágio, Loures, Observatório da Imigração – GARSE

RAPOSO, Otávio Ribeiro (2007), *Representa Red Eyes Gang: Das redes de amizade ao hip hop*, Tese de Mestrado em Antropologia Urbana, Lisboa, ISCTE

SEABRA, Teresa (1999), *Educação nas Famílias: Etnicidade e classes sociais,* Lisboa, Instituto de Inovação Educacional – Ministério da Educação

SIMMEL, George (1979), "A metrópole e a vida mental", in Otávio Velho (org.), *O fenómeno urbano*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, pp.11-25

STALLAERT, Christiane (2004), *Perpetuum Mobile: Entre la balcanización y la aldea global*, Barcelona, Anthropos Editorial

VELHO, Gilberto (1987), *Individualismo e Cultura: Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea,* Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor

VELHO, Gilberto (1979), *Desvio e Divergência: Uma crítica da patologia social,* Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor

VERMEULEN, Hans (2001), *Imigração, Integração e a Dimensão Política da Cultura,* Lisboa, Edições Colibri

WEBER, Max (1992), *Economia y Sociedad,* Madrid, Economica

WHYTE, William Foote (2005), *Sociedade de Esquina: A estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor

WIRTH, Louis (1979), "O urbanismo como modo de vida", in Otávio Velho (org.), *O fenómeno urbano*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, pp. 99-113

Género e poder na Gestão Educacional: os contributos de uma análise crítica dos discursos organizacionais

Maria Custódia Rocha*

Resumo

Neste texto fazemos uma crítica ao positivismo na análise sociológica das organizações, tentando consolidar novas configurações epistemológicas e metodológicas que possam favorecer um melhor entendimento das dinâmicas de género. Assim, apontamos os contributos que uma *análise crítica dos discursos organizacionais* pode providenciar para que os discursos e os poderes dos homens e das mulheres, na gestão executiva das organizações educativas, sejam conceptualizados não são só como elementos de reprodução que constrangem, mas também como relações de produção e de desconstrução que capacitam para o exercício de uma gestão mais democrática.

Introdução

Uma investigação sobre as relações de género enquanto relações de poder, em contextos de gestão educacional, deve abarcar os vectores de uma análise descritiva e explicativa das racionalidades e das lógicas de acção que aí se desenvolvem. Esta atitude investigativa é sobremaneira importante para quem se debruça sobre relações sociais e organizacionais dificilmente categorizáveis e só compreendidas na sua diversidade e relação dinâmicas. Contudo, algumas das "verdades" que se consideram neutras em termos de género, metodologicamente apoiadas pelos critérios da racionalidade científica, mais não são do que "pontos de vista generizados" ou mesmo "ideologias de género" que se apresentam como "conhecimento", tudo isto, aliás, ao serviço de vários arranjos institucionais e interesses (Martin, 1994; Calás e Smircich; 1992). Em algumas análises sobre género e poder, sobretudo naquelas em que se delineiam listas de qualidades, atitudes e comportamentos a partir de critérios que são eles próprios *masculinos* ou *femininos* na sua orientação de base (Karakowsky e Miller, 2002), apresentam-se conclusões que apostam na possibilidade de se poder estabelecer quadros de diferenciação entre a "gestão feminina" e a "gestão masculina", em con-

* Professora Auxiliar no Departamento de Sociologia da Educação e Administração Educacional do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho (mcrocha@iep.uminho.pt).

texto organizacional. Essa diferenciação, que em si mesma poderia ser valorizada, caso não apresentasse um carácter eminentemente hierárquico, está em consonância com "a tenacidade das crenças" que, tal como Lorraine Code (1991: 10-14-186) denuncia, "continuam a fazer eco desde Aristóteles" e com as quais se defende, por exemplo, "que as mulheres têm capacidades intelectuais próprias, manifestadas especialmente numa faculdade intuitiva que *não precisa de um longo processo de racionalização* para as suas operações". Alguns autores e autoras têm, de facto, aludido ao "racionalismo cartesiano [como] a pura masculinização do pensamento" (Stern, 1965, *apud* Bordo, 1986) e têm criticado a oposição binária entre os perfis organizacionais associados aos homens (razão, racionalidade) e às mulheres (emoção, intuição), mostrando como estes têm constituído "obstáculos epistemológicos" para o desenvolvimento de formas alternativas de análise da problemática das relações sociais de género como relações sociais de poder.

Neste artigo, tanto na nota metodológica que nele se apresenta, como na análise que a esta sucede e também na conclusão, tenta-se fazer perceber que o género, o discurso e poder, em contextos e gestão educacional, não são simples categorias analíticas, mas sim relações sociais em constante redefinição, o que impede qualquer tentativa de construção de tipologias que pretendam ser representativas de quadros de acção e de pensamento organizacionais ditos "tipicamente masculinos" ou "tipicamente femininos".

1. Nota Metodológica

A crítica ao positivismo na análise sociológica das organizações e a consequente desconstrução das prescrições e perspectivas racionalistas possibilitou o desenvolvimento de quadros conceptuais que contemplam a heterogeneidade dos contextos, a flexibilidade das estruturas, a ambiguidade e pluralidade dos processos e desempenhos, a realidade eminentemente cultural, simbólica e política das interacções organizacionais, as múltiplas racionalidades e subjectividades organizacionais. A proposta de desconstrução da metodologia prevalecente sobre género e poder está ligada ao pós-modernismo e está eminentemente relacionada com "a desilusão presente nos autores pós-modernos com a ciência, concebida como um esforço no sentido de explicar fenómenos subordinando-os a leis gerais. Um dos problemas que precisam ser enfrentados pelos defensores dessa proposta de aplicação do desconstrucionismo ao entendimento do social é como ligar os textos às experiências da vida cotidiana dos indivíduos e aos contextos sociais dentro dos quais aqueles se tecem" (Guerra Sobrinho, 2001: 108).

Os problemas associados às propostas de desconstrução advêm dos obstáculos epistemológicos com que ainda hoje se confronta quem pretenda analisar a problemática do género e do poder. É Michèle Riot-Sarcey (2004: 807) quem nos informa: "En France, le poids du positivisme est connu et pèse encore sur les différentes méthodologies en usage. Ponctuellement, des voix s'élèvent pour stigmatiser les jeunes chercheurs attirés par l'étude des «représentations» au détriment des «pratiques», version moderne des «faits», chers au positivisme. Auguste Comte lui-même est parti en guerre

contre l'histoire «métaphysique». S'en tenir aux *faits* fut un gage de vérité longtemps en vigueur et toujours en cours d'actualisation". Ora, mesmo sabendo o quão problemáticas podem ser as tentativas de desconstrução metodológica dos princípios que enformam o "modelo racional" de análise, realizamos um trabalho de investigação com o intuito principal de proceder a um questionamento desses princípios, uma vez que eles afectaram e continuam a afectar as concepções sobre género e poder na gestão das organizações educativas e as práticas de gestão que nesses contextos se desenvolvem. Este trabalho de investigação, apoiado num estudo de caso com a duração de cinco anos e efectuado numa Escola Secundária, a que chamámos a Escola XXY (Rocha, 2007), exigiu a convocação de uma base importante de técnicas de recolha de dados, leia-se discursos.

Os discursos registados em contexto de acção permitiram-nos formatar um extenso *corpus* discursivo do qual constam comunicações, comentários, testemunhos; depoimentos, momentos de face-a-face dos actores alvo de investigação. Neste *corpus* discursivo, demos conta dos discursos dos actores, dos produtores enunciativos, homens e mulheres equitativamente representados. Esta técnica metodológica apresentou-se-nos como a técnica mais congruente para quem quer proceder à descrição e análise crítica de um contexto e das práticas que nele se operam por meio da transcrição das manifestações discursivas que neste contexto ocorrem. Entendemos a análise crítica dos discursos organizacionais como uma técnica metodológica em que, a partir de tópicos de análise discursiva, se pode proceder à análise crítica dos dados, leia-se, discursos, confrontando os discursos instituídos (resultantes de apuradas análises bibliográficas, documentais, legislativas) com os discursos instituintes (produzidos no contexto de acção organizacional, pelas mulheres – professoras, gestoras – e pelos homens – professores, gestores. Então, a partir de algumas formulações discursivas de análise (definidos como tópicos discursivos), tais como: "o poder dos homens e das mulheres no conselho executivo" (depoimentos); "os discursos, práticas e poderes dos homens e das mulheres em contexto de gestão escolar" (comentários); "a gestão educacional feminina/masculina?" (testemunhos); "a gestão do conselho executivo da escola XXY", "a especificidade ou não especificidade das formas de gestão feminina e/ou gestão masculina no conselho executivo", "as relações de poder entre homens e mulheres na gestão do conselho executivo" (momentos de *face a face*), e sem nunca retirarmos os discursos do seu contexto de produção e sem a preocupação de o marcar directamente e de o sujeitar a um conjunto de regularidades enunciativas, por muito heterogéneas que estas pudessem ser, procedemos à análise das duas dimensões discursivas atrás enunciadas: os discursos instituídos e os discursos instituintes.

Através desta análise crítica dos discursos organizacionais problematizamos as correlações que o poder instituído mantém com os poderes instituintes, a forma como as mulheres e os homens produzem e reproduzem relações de poder instituído e a forma como elas e eles, simultaneamente, actualizam outras relações de poder, nem sempre em correspondência com as anteriores, e até com capacidade transformadora das mesmas. Alguns dos contributos mais recentes dos analistas críticos do discurso permitem-nos esta opção metodológica: a "análise crítica dos discursos organizacionais"

feita a partir de tópicos discursivos de análise, uma vez que "os tópicos exprimem aquela que é considerada a informação mais 'importante' de um discurso" (Van Dijk, 1997: 110). Mais do que isto, com o "tópico", não se procede a uma análise crítica do discurso orientada por "operações linguísticas [...] mas, pelo contrário, procura-se "estabelecer a relevância sociológica e crítica" da acção social. E isto, porque, "a agência sociológica nem sempre é realizada pela agência linguística [...], não há uma co-referência exacta entre as categorias sociológicas e linguísticas, e se a análise crítica do discurso [...] se restringir demasiado a operações ou categorias linguísticas específicas, muitos exemplos relevantes da agência poderão ser ignorados" (Van Leeuwen, 1997:169). Se assim é, temos de nos demarcar do "tipo de congruência com o sistema gramatical' e, "pelos critérios que a análise sociológica crítica requer", há que propor a utilização de "exemplos retirados do *corpus* dos textos" para mostrar "como é que as práticas sociais se transformam em discursos acerca dessas mesmas práticas sociais" e como é que isto se opera "em contextos institucionais específicos que têm relações peculiares com as práticas sociais" que podem reconfigurar novos contextos de acção (Van Leeuwen, 1997: 169-173).

A investigação empírica que desenvolvemos em contexto de gestão educacional permite-nos dizer que a opção por nos demarcarmos de todo o tipo de análise pragmática do discurso e do sentido, pese embora todas as acepções que também a pragmática comporta, é de extrema relevância em investigações em que se pretenda analisar a problemática das relações de género enquanto relações de poder. Estas análises, pela sua complexidade, não permitem que se continue a apostar, pela evidência enunciativa, na ideia de que *eu, tu, ele, ela, nós, vós, eles, elas* são sujeitos polifónicos reprodutores de um dado contexto discursivo e de uma ideologia colectiva sobre o mundo, ideologia essa que, apoiando-se na categorização das concepções, racionalidades e práticas dos actores organizacionais, mostra não só as diferenças sistemáticas, que existem, é certo, entre os homens e as mulheres, mas também apoia, ao invés de desafiar, a diferenciação hierárquica entre estes e estas.

A análise crítica dos discursos organizacionais feita a partir de duas dimensões discursivas – discursos instituídos e discursos instituintes – permite uma configuração da organização escolar como um contexto institucional atravessado por múltiplas racionalidades não passíveis de serem vistas como simples reproduções organizacionais sobre o que é ser-se homem gestor ou mulher gestora, mas também passíveis de reconfigurar outras lógicas de acção e de pensamento que podem diluir as tradicionais diferenciações hierárquicas entre os homens e as mulheres na gestão executiva da escola.

2. A construção, reconstrução e desconstrução das relações sociais de género como relações sociais de poder

Em muitas análises sobre as mulheres e os homens na gestão educacional, tem-se partido do pressuposto de que o género masculino e o género feminino constituem grupos sociais concretos e que, a partir da categorização das suas formas de pensamento e de actuação, se podem elaborar quadros-tipo fixos acerca dos comportamentos

organizacionais, os quais tendem a reproduzir a dualidade homem (razão, poder) / mulher (emoção, não poder). Com os critérios epistemológicos e metodológicos da "ciência racional", tem-se vindo a proceder, então, à "*racionalização* da produção do género" (Alvesson e Billing, 1992: 78) e não se tem percebido que "o conceito de género não [está] ligado ao desempenho de papéis masculinos ou femininos, mas sim ligado à produção de identidades – múltiplas e plurais – de mulheres e homens no interior de relações e práticas sociais (portanto, no interior de relações de poder) [e que] o mesmo conceito, tomado na sua radicalidade, deveria permitir a *desconstrução* da oposição binária masculino/feminino" (Louro, 2000: 15-26).

Contudo, na maior parte das análises sobre género e poder, tudo fica genericamente reduzido à questão da estereotipia e à constante reiteração sobre a condição de diferenciação assimétrica vivenciada pelas mulheres nos mais diversos contextos de análise, construindo-se, assim, uma gramática organizacional que, em acordo com o conceito de género, não tem sido devidamente estudada de forma a dar conta das suas inúmeras possibilidades de interpretação. A acriticidade de um processo de investigação que trabalhe com as noções de "sexo" e/ou de "género" tem sido vista como resultado de um dos grandes problemas inerentes aos "paradigmas empregues tanto na epistemologia como na metodologia" e que revela "que se continua a pensar o género em termos de sexo, encarando-o como uma dicotomia social determinada por uma dicotomia natural. Para a maior parte dos autores, a questão das relações entre sexo e género é: Que tipo de classificação – forte ou fraca, igualitária ou não igualitária – permite o sexo? Esta questão nunca é colocada da seguinte forma: Porque é que o sexo tem de dar lugar obrigatoriamente a uma qualquer classificação?" (Delphy, 1991: 92-93).

Alguns trabalhos empíricos sobre género e poder mostram, precisamente, a necessidade de fazer perceber que homens e mulheres não podem ser "automaticamente comparados", e de como é preciso "imaginar como o género pode ser desconstruído e como seria bom viver num mundo em que não se estivesse constantemente a 'construir o género'" (Lorber e Farrell, 1991: 311). Por isso, têm surgido propostas teóricas e empíricas em que se fazem ensaios sobre "a desconstrução social do género" (Alvesson e Billing, 1997: 221). Partindo do princípio de que as análises empíricas sobre os géneros não podem ser enformadas por categorizações diferenciadoras que legitimem, a nível social, a hierarquia entre os seres humanos, tem-se, de facto, vindo a propor "uma nova perspectiva em toda a investigação sobre as relações de géneros" (West e Zimmerman, 1991: 34). Uma "desconstrução social do género" implica reconceptualizar o género "mais como um processo do que uma coisa" que "não pode ser estatisticamente medido através de escalas Masculino/Feminino, como tão familiarmente se faz nas investigações por entrevista ou questionário" (Connell, 1987: 140 e 172). Por todos os argumentos que anteriormente expusemos, e por outros que poderíamos expor, parece-nos óbvio que a investigação sobre a problemática das relações sociais de género como relações sociais de poder deve ser metodologicamente repensada. Daí que para nós faça sentido apresentar uma configuração analítica em que tanto o género como o poder e o discurso sejam conceptualizados como práticas sociais em relação e,

por isso, não passíveis de categorização linear. O género, o discurso e o poder nunca têm um só sentido, por muito que um só sentido os pretenda enformar.

Em algumas análises pós-estruturalistas tem-se vindo, precisamente, a mostrar como o discurso "próprio de um determinado período possui uma função normativa e reguladora que constrói os mecanismos de organização do real através da produção de saberes, de estratégias e de práticas", mas também, nestas mesmas análises, se tem vindo a defender que "o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo qual, e com o qual se luta, o poder do qual nos queremos apoderar" (Foucault, 1997: 10-11). É assim que se tem vindo a refutar todo o tipo de discurso que se apresente como transparente, porque anteriormente instituído, através das normas da "gramática geral" e da "trama semântica", todo o tipo de discurso que seja "apenas um jogo: o do signo e o do similar [em que] a natureza e o verbo se podem entrecruzar até ao infinito, formando, para quem saiba ler, como que um grande texto único" (Foucault, 1991: 89 e ss.), todo o tipo de discurso que, em suma, se apresente como um sistema susceptível de captar a totalidade do mundo e, dentro desta totalidade, fixar as dicotomias que diferenciam assimetricamente as pessoas. Para desconstruir os pressupostos de género, e as ideologias que daí resultam, será necessário realizar "sondagens concretas" da actividade dos actores em interacção constante e com elas livrar-se o sujeito da sua "sujeição transcendental" (Foucault, 1969: 46-66); será necessário, em suma, mostrar-se que o discurso é sempre o resultado de estratégias e de práticas em permanente actualização, transformando-se, desta feita, os sujeitos em actores, dotados de poder. Se considerarmos, na linha de Michel Foucault (1994: 95-97), que "o poder exerce-se a partir de um sem número de pontos e num mecanismo de relações não igualitárias mas móveis" e que "as relações de poder não estão em posições de superstrutura, como um simples papel de proibição ou de recondução; elas têm, onde funcionam, um papel directamente produtor". Se considerarmos, ainda, tal como faz Anthony Giddens (2000: 88), que "o 'poder' se encontra situado entre duas noções mais amplas: a de capacidade transformadora, por um lado, e a de dominação, por outro" e que "o poder é relacional [e] opera através da utilização da capacidade transformadora", poderemos dizer que o poder não se possui, carece de essência, é relação, não é unidireccional (quando o é trata-se de dominação), a estrutura piramidal só serve para o entender, mas trata-se de uma pirâmide difusa, móvel, mutante. Não há, pois, possuidores do poder, mas sim mulheres e homens que o actualizam.

Para desconstruir os pressupostos associados ao género e ao poder, tem de se proceder a uma mudança paradigmática na forma como a investigação sobre estas problemáticas tem vindo a ser concebida. Essa mudança implica que se perceba a acriticidade com que se tem procedido na convocação de determinadas técnicas de investigação para a recolha de dados (entrevistas estruturadas, inquéritos por questionário, por exemplo) e para a análise dos mesmos (análise de conteúdo, análise do discurso, análise crítica do discurso, por exemplo). A análise de conteúdo, sendo um dos procedimentos de base na investigação qualitativa exige, sabe-se, várias fases que passam pela enumeração, codificação, categorização, inferência, e envolve processos

de triangulação, contrastação, relacionação e comparação, entre outros, em vias a estabelecer categorias de análise, tipificação de respostas-padrão, circunstâncias-tipo e tudo aquilo que seja susceptível de favorecer a validade e a objectividade da investigação (Bardin, 1977). As investigações sobre a problemática do género e do poder ficam, assim, (quando ficam) bem suportadas pelos "estratos de amostras", pelas "populações de referência", pelos "universos de análise", terminando, normalmente, com a análise estatística que, muitas vezes, se cinge à contabilização de respostas conseguidas através do confronto e do cruzamento de dados obtidos e que revelam situações-tipo ou respostas-tipo. Desta feita, "é preciso considerar a natureza particular da informação estatística que se constitui numa forma de linguagem classificatória que resulta de factos que são socialmente construídos. Ou seja, a codificação homem/mulher, feita por intermédio das informações estatísticas, fundamenta-se na representação social sobre as relações de género", sendo que, com estas classificações e codificações, não se consegue a tão desejada "busca de superação da noção de neutralidade" (Oliveira, 2005: 1).

Nesta sequência analítica, não podemos deixar de mencionar o estudo efectuado por Conceição Nogueira (2001) sobre *Mulheres em Posições de Poder*, tendo em conta "os estereótipos sociais e a profissão de gestão" em "três conjuntos de sujeitos [alunos do ensino secundário, alunos do ensino superior e trabalhadores da administração pública], utilizando "em cada um deles uma amostra distinta" e partindo de um conjunto de hipóteses ["as mesmas para cada um dos três grupos"]. A autora procede, então, à "comparação dos três grupos", tendo por base "29 traços e uma lista de 14 atribuições" listados e apresentados aos sujeitos "por ordem alfabética, seguidos por uma escala tipo Likert de 5 pontos". A análise de conteúdo dos resultados é sujeita a "tratamento estatístico" através do "procedimento ANOVA (four-way)" e a uma "análise factorial com rotação varimax para extracção de factores" e, para algumas variáveis, é utilizado "o procedimento de One-Way Anova e consequente análise post-hoc do teste de Scheffé". Posteriormente a todo este tratamento de dados, a autora faz a apresentação dos "resultados" quanto aos "traços" e "atribuições" de género na gestão tendo em conta as "médias e desvios-padrão". E, na discussão dos resultados, a partir das hipóteses, a autora conclui: "Com este tipo de investigação, não só se reforça a ideia da diferenciação de género, como se mantém a filosofia essencialista. Ao apresentar-se um conjunto fixo de traços e causas não se permite que os indivíduos construam outra interpretação que não aquela que é possível pelo próprio procedimento, impossibilitando-se a acção do sujeito como parte integrante da investigação, inviabilizando-se a construção de versões alternativas de resistência aos discursos estabelecidos e dominantes". A análise de conteúdo joga, então, um papel fundamental na listagem de "quadros de referência" com os quais se tem procedido à construção e reconstrução de perfis organizacionais que tendem a estabelecer sistemas de pensamento bicategorizantes das concepções, das racionalidades, das práticas, dos poderes dos homens e das mulheres nos mais diversos contextos organizacionais e que têm impedido, em suma, a configuração de novos quadros de análise no que respeita à problemática das relações sociais de género como relações sociais de poder. Por seu

turno, a chamada "análise do discurso" pode, também ela, formatar um novo discurso racionalizador, pois a análise do discurso tem servido uma intenção metodológica fundamental no que respeita a sua inscrição nos estudos sobre as relações sociais de género e de poder: a análise do discurso tem essencialmente revelado "os usos 'sexistas' da linguagem", "as relações entre procedimentos metafóricos e opressão" e tem, em suma, revelado como "na própria linguagem se actualizam relações de dominação" (Kail, 1991: 257-258), uma intenção metodológica importante, mas que é acusada de "reducionismo" por propiciar "uma visão simplificada de sociedade", uma visão em que na sociedade (e nas organizações) somente se desenvolvem, e como que inevitavelmente, "relações assimétricas e determinísticas de poder" (Pedro, 1997: 36-37).

Também a "análise crítica do discurso", pese embora tratar-se de uma técnica de investigação em que se defende a impossibilidade de neutralidade de qualquer investigação que se pretenda sociológica, em que se percepcionam os discursos como práticas sociais contextualizadas por relações de poder instituídas, tem sido feita recaindo, não raras vezes, em "análises das estruturas textuais de interacções faladas", em "análises de actos de fala, de implicaturas e de estruturas pressuposicionais", em "análises de estruturas cognitivas" e, ainda, em "análise de metáforas e de estruturas metafóricas", entre muitas outras (Pedro, 1997: 15-32). A análise crítica do discurso, assim entendida, tem vindo a apresentar (tal como a análise de conteúdo e a análise do discurso, aliás) vectores metodológicos que reduzem a análise a processos bicategorizantes e hierarquizantes quando aplicados, por exemplo, ao âmbito de análise das relações sociais de género, enquanto relações sociais de poder em contexto de gestão educacional. Neste contexto, como em muitos outros, algumas metáforas têm sido especialmente perigosas sobretudo quando estas são convocadas para construir "tipologias do poder no feminino" ou "tipologias do poder masculino" –, procedendo-se, desta feita, a uma "construção generizada da gestão e do poder" em que se associa, por norma, os homens ao "núcleo duro da gestão", à "mão forte da gestão" e as mulheres a "líderes como mães" e a "líderes como visionárias" (Enomoto: 2000: 376).

Na sua vertente de análise do social, esta forma de análise do discurso pode ser detectável, por exemplo, em estudos sobre os discursos que primam por apresentar "o feminino" e "o masculino" enquanto categorias em acordo com as noções tradicionais (naturais e não mutáveis) do que é ser-se mulher ou do que é ser-se homem, já que "as palavras e as noções que têm permitido descrever a situação e as condutas das mulheres têm por função principal a de impor uma referência autoritária ao modelo das relações heterossexuais estáveis e assimétricas" (Touraine, 2005: 134). Ora, e "por conseguinte, um objectivo importante da luta hegemónica é a desnaturalização de convenções existentes e a sua substituição por outras" até porque "a hegemonia de uma classe ou grupo sobre uma ordem de discurso é constituída por um equilíbrio, mais ou menos instável, entre as práticas discursivas que a compõem" e também porque "o equilíbrio pode perder-se e, no decurso da luta hegemónica, dar lugar à reestruturação dessas práticas" (Fairclough, 1997: 80-82), é preciso que se apontem outras formas de análise dos discursos que primem pela desconstrução da diferenciação assimétrica entre os homens e as mulheres.

Sabendo-se, então, que é "na prática discursiva concreta que são produzidas, questionadas e transformadas as estruturas hegemónicas de ordens de discurso", sabendo que existem "factores" que constituem "um motivo de reavaliação e um desafio à linguística 'linguística'" – novas tecnologias; multiculturalismo; estruturas económicas; agendas políticas; consciencialização dos efeitos de poder; comunicação pública, elos entre linguagem e cultura, linguagem e sociedade, problemática do género, entre outros (Kress, 1997: 48-53) –, tem-se vindo a defender que "a linguística 'linguística' é uma teoria 'a-social' da linguagem [...] uma teoria fundamentada numa visão monológica e não dialógica da língua [...] uma disciplina normativa [...]", sendo essencial perceber "a linguagem enquanto produção cultural e social" (Fairclough, 1997: 82) e não somente enquanto reprodução. A concepção de discurso como prática social, a concepção de discurso como produção, constitui uma viragem fundamental nas análises críticas do discurso em geral, já que com esta concepção se consegue mostrar que, "pese embora a sua força, nem as regras da linguística, nem as ideologias são deterministas: é possível que influenciem, orientem ou controlem o discurso e acção sociais, mas não os 'provocam' nem 'determinam'" (Van Dijk, 1997: 110). Assim, se a construção social da realidade e do conhecimento são processos de construção institucional e, por isso, em isomorfia com regras vigentes (Berger e Luckmann, 1985: 87), se estes processos implicam uma (re)construção social em que as estruturas de poder de dominação são reproduzidas em e através dos discursos instituídos, se é certo que "a compreensão das representações sociais sobre as relações de género pode descortinar como a estrutura de poder é estabelecida e como as diferenças são construídas e/ou afirmadas" (Andrade *et al.*, 2002: 6), também não se devem ocultar os processos através dos quais as manifestações discursivas se tornam elementos capazes de produzir novos sentidos constitutivos da acção humana, assim como não se deve ignorar os processos através dos quais os discursos instituintes se tornam capazes de desconstruir outros discursos tidos como os únicos possíveis e válidos.

A partir de alguns tópicos discursivos de análise, que já neste trabalho referenciamos, podemos dizer que, na escola como organização, os actores organizacionais, homens e mulheres, procedem à reconstrução dos pressupostos tradicionais de género. É uma mulher quem diz:

> "Não sei como lhe explique! As mulheres são um tanto ou quanto primárias! Não é bem primárias que eu quero dizer, é mais... são mais ligadas às emoções. Isto, claro que tem de interferir na forma como elas fazem as coisas e se não interfere é porque, às vezes, elas imitam os homens, querem ter poder como eles. Mas, no fundo, a base está lá [...]".

E, ainda, nas palavras de uma outra mulher:

> "Eu, sinceramente penso que a escola é melhor gerida quando a escola tem um Conselho Executivo em que, para além dos homens, também estão mulheres. As mulheres são muito mais sensíveis aos problemas e, por isso, em certos aspectos, conseguem compreender melhor um mundo escolar que é essencialmente um mundo feminino, não é? Embora as coisas estejam a mudar... [...]".

Pese embora esta reconstrução discursiva dos pressupostos de género, também os actores organizacionais, homens e mulheres, não raras vezes, e através de discursos instituintes, põem em questão a institucionalização dos processos culturais e das formas organizacionais *generizadas*, advogam a necessidade de mudança, ou afirmam mesmo a existência de uma mudança já operada, no que diz respeito às relações que entre si se estabelecem. É ainda uma mulher quem clarifica:

> "Há muitos anos que sou professora. Na primeira escola em que fui colocada havia uma directora, uma pessoa excelente. Depois, tanto tive a oportunidade de ver tanto homens como mulheres na gestão do Conselho Directivo. Homens, regra geral, como Presidentes, mulheres como Vice-presidentes. Uma regra que, penso, se tem vindo a alterar, conheço muitas mulheres Presidentes de Conselhos Directivos, agora, Conselhos Executivos. Não penso que a questão do poder dos homens e do não poder das mulheres, nas escolas, possa fazer sentido durante muito mais tempo".

Estes discursos permitem-nos um questionamento das relações de poder instituído que operam em contexto organizacional e contrariam a ideia de que na escola, como organização, se favorecem os preconceitos masculinos da cultura organizacional, num contexto em que as mulheres são encorajadas, até, para a ocupação de cargos de gestão:

> "[...] No fim do mandato e com a sua aposentação, o Presidente propôs que continuássemos com a equipa, reorganizada. Decidimos que seria a Presidente", testemunha, precisamente, a presidente do conselho executivo da Escola XXY.

Esses discursos permitem, também, desconstruir a metáfora da dureza do núcleo masculino da gestão. Atendamos às palavras do ex-presidente do mesmo conselho executivo:

> "[...] Eu trabalhei tanto com mulheres como com homens. Há mulheres competentes e homens incompetentes e vice-versa. O poder no masculino e o poder no feminino não é argumento: isto é do domínio cultural e paulatinamente vai mudando. Aquilo da 'mão forte' na gestão significa o quê? Que uma pessoa para gerir uma escola tem de andar à estalada? [...]".

A diferenciação assimétrica entre os géneros em contexto organizacional escolar é diluída em alguns destes discursos, sobretudo naqueles que questionam os pressupostos da especificidade própria das práticas de gestão dos homens em relação às mulheres. É uma mulher quem coloca a seguinte questão:

> "[...] Por que é que se pergunta sempre se as mulheres são diferentes na gestão e não se coloca essa questão sobre os homens? Porque a gestão sempre foi uma coisa de homens e as mulheres ao entrar nela seriam como que automaticamente diferentes. É com isto que eu não concordo. Nesta escola, este problema, pelo menos agora, não se coloca. Há mulheres que trabalham de igual forma aos homens no Conselho Execu-

tivo [...]". Pergunta uma outra mulher: "[...] A autonomia das escolas de que agora se fala muito não é só para os homens gestores, pois não?" A mesma mulher afirma, sem hesitar: "[...] As mulheres também estão em fase de autonomia e de poder[...]".

E, perante a mesma problemática em análise, diz um homem:

"[...] A escola precisa de ser gerida, por quem? Por homens? Por Mulheres? Tanto faz desde que haja disponibilidade e competência para o fazer".

Veja-se, ainda a este propósito, o quão sugestivo é o discurso de um outro homem:

"Eu gostava que nas escolas, na gestão das escolas, houvesse outras solidariedades, outras compreensões. Mais carinho [...] tanto por parte das mulheres como dos homens [...] acho que não há diferença entre a gestão dos homens e a das mulheres nas escolas [...] até há homens que são mais afectivos e mais atenciosos do que as mulheres [...]".

Esta análise crítica dos discursos organizacionais, apoiada nos excertos discursivos que seleccionámos de entre muitos outros que poderíamos ter seleccionado do extenso *corpus* discursivo que suporta o nosso trabalho empírico, permite-nos uma configuração da organização escolar, e da sua gestão executiva, como contextos institucionais atravessados por múltiplas racionalidades e lógicas de acção, uma configuração organizacional onde formações discursivas ideológicas instituídas se confrontam com outras manifestações discursivas que tanto reproduzem o instituído, como produzem o instituinte e onde as delimitações da masculinidade organizacional, tal como as da feminilidade organizacional, a existirem, são difíceis de traçar e de categorizar. Em contextos em constante redefinição, os discursos instituídos e instituintes dos homens e das mulheres revelam o quanto podem ser instáveis, ambíguas, múltiplas, complexas e tensas as relações de poder que nestes contextos se desenvolvem. Se, com os discursos instituídos, se procede à reconstrução dos pressupostos tradicionais de género, os discursos instituintes, mesmo que raros, configuram as possibilidades de fuga, por parte dos actores homens e mulheres, ao hierarquicamente instituído e configuram as suas percepções sobre, por exemplo, o que é o poder, onde este se situa, quem o detém e como este pode suscitar transformações nos quotidianos de vida.

Conclusão

Fazer uma análise das relações sociais de género enquanto relações de poder a partir das tradicionais ideologias diferenciadoras do género humano, tão bem institucionalizadas pelos critérios epistemológicos e metodológicos da "ciência racional", é não ter em consideração que tanto os homens como as mulheres convocam poderes instituintes e que estes e estas tanto operam na construção e reconstrução dos aspectos concretos e simbólicos dos contextos organizacionais, como operam na sua desconstrução.

Na escola existe, pois, um sem número de relações de poderes em que as mulheres e os homens se vêem envoltos e que, pela sua complexidade, não são passíveis de tipificação, mas que permitem, todavia, repensar a compreensão das organizações em termos de género e de poder: as masculinidades e as feminilidades são essencialmente construções sociais, históricas e, por conseguinte, contingentes. São vectores analíticos que não têm existência independente um do outro. Se os conceitos de género resultam de uma construção e reconstrução sociais, também podem estar sujeitos a desconstruções sociais e, nomeadamente, à desconstrução das oposições binárias e hierarquizantes: masculino/feminino; racionalidade/emotividade; poder/não poder. Esta análise crítica dos discursos organizacionais permite-nos mostrar, em suma, como os discursos são constituintes da construção social da realidade e como eles são também facilitadores da desconstrução social de uma realidade *generizada* que tem vindo a ofuscar as possibilidades de micro emancipação e de emancipação social das mulheres e dos homens. Os discursos não são apenas construções sociais fixas do mundo, para sempre instituídos, eles são também elementos instituintes de importantes reconfigurações de novas relações sociais de poder. Desta feita, a análise sociológica das relações sociais de género, enquanto relações sociais de poder, tem de entender-se com as incertezas e as ambiguidades organizacionais que não permitem a conciliação de um discurso com um único sentido e a conciliação de um sentido com uma única "realidade". O poder, o discurso e o sentido não são só elementos de reprodução que constrangem, são também relações de produção que capacitam para a resistência, para a acção, para a transformação, para a mudança.

Bibliografia

ALVESSON, Mats, BILLING, Ivonne, Due (1992), "Gender and Organization: Toward a Differentiated Understanding", *Organization Studies*, 13/ 12, pp. 73-103

ALVESSON, Mats e BILLING, Ivonne Due (1997), *Understanding Gender and Organizations*, London, Sage Publications

ANDRADE, Áurea Lúcia Silva, et al. (2002), "Gênero nas Organizações: um Estudo no Setor Bancário", *RAE-eletrônica,* 1 (2), pp. 1-15. Disponível em http://www.rae.com.br/eletronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=1238&Secao=COMPTO&Volume=1&Numero=2&Ano=2002 [Acedido em 08 de Abril de 2008]

BARDIN, Laurence (1977), *A Análise de Conteúdo*, Lisboa, Edições 70

BERGER, Peter L., LUCKMANN, Thomas (1985), *A Construção Social da Realidade,* Petrópolis, Vozes

BORDO, Susan (1986), "The Cartesian Masculinization of Thought", *Signs*, 11 (3), pp. 439-456

CALÁS, Marta, SMIRCICH, Linda (1992), "Re-Writing Gender into Organizational Theorizing: Directions from Feminist Perspectives", in M. Reed e M. Hughes (Eds.), *Rethinking Organization*, London, Sage, pp. 227-253

CODE, Lorraine (1991), *What Can She Know? Feminist Theory and the Construction of the Knowledge*, London, Cornell University Press

CONNELL, Robert W. (1987), *Gender and Power: Society, The Person, and Sexual Politics,* Stanford, Stanford University Press

DELPHY, Christine (1991), "Penser le Genre: Quels Problèmes?", in M-C. Hurtig, M. Keil e H. Rouch (Eds.), *Sexe et Genre: De la Hiérarchie entre les Sexes*, Paris, Editions du Centre National de la Recherche Scientifique, pp. 89-101

ENOMOTO, Ernestine K. (2000), "Probing Educacional Management as Gendered: An Examination trough Model and Metaphor", *Teacher College Record*, 102 (2), pp. 375-397

FAIRCLOUGH, Norman (1997), "Discurso, mudança e hegemonia", in E. R. Pedro (Org.), *Análise Crítica do Discurso*, Lisboa, Editorial Caminho, pp. 77-103

FOUCAULT, Michel (1969), *L'Archéologie du Savoir,* Paris, Gallimard

FOUCAULT, Michel (1991), *As Palavras e as Coisas: Uma Arqueologia das Ciências Humanas*, Lisboa, Edições 70

FOUCAULT, Michel (1994), *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*, Lisboa, Relógio D' Água Editores

FOUCAULT, Michel (1997), *A Ordem do Discurso*, Lisboa, Relógio D'Água Editores

GIDDENS, Anthony (2000), *Dualidade da Estrutura: Agência e Estrutura,* Oeiras, Celta Editora

GUERRA SOBRINHO, Lemuel Dourado (2001), "O pós-modernismo e as ciências sociais: anotações sobre o atual estado da discussão", *Impulso – Revista de Ciências Sociais e Humanas*, Piracicaba, Universidade Metodista de Piracicaba, 12 (29), pp. 99-112, disponível em: www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp29art07.pdf [Acedido em 08 de Abril de 2008]

KAIL, Michèle (1991), "Le Flou Savant des N.T.R.: Un Discours Métaphorique pour une Méthodologie 'Embryonnaire'", in M-C. Hurtig, M. Kail e H. Rouch (Eds.), *Sexe et Genre: De la Hiérarchie entre les Sexes*, Paris, Editions du Centre National de la Recherche Scientifique, pp. 257-270

KARAKOWSKY, Leonard, MILLER, Diane (2002), "Teams that listen and teams that do not: Exploring the role of gender in groupe responsiveness to negative feedback", *Team Performance Management: An Internacional Journal*, 8 (7/8), pp. 146-156

KRESS, Gunther (1997), "Considerações de carácter cultural na descrição linguística: para uma teoria social da linguagem", in E. R. Pedro (Org.), *Análise Crítica do Discurso*, Lisboa, Editorial Caminho, pp. 47-76

LORBER, Judith, FARRELL, Susan A. (Eds.) (1991), *The Social Construction of Gender*, Newbury Park, Sage Publications

LOURO, Guacira Lopes (2000), *Currículo, Género e Sexualidade*, Porto, Porto Editora

MARTIN, Joanne (1994), "The Organization of Exclusion: Institutionalization of Sex Inequality, Gendered Faculty Jobs and Gendered Knowledge in Organizational Theory and Research", *Organization Articles*, 1 (2), pp. 401-431

NOGUEIRA, Conceição (2001), *Mulheres em Posições de Poder: Estereótipos e Atribuições*, Braga, Centro de Estudos em Educação e Psicologia, Universidade do Minho

OLIVEIRA, Zuleica L. Cavalcanti (2005), "Política de Informação na Área de Gênero", disponível em: http://www.cinform.ufba.br/v_anais/artigos/zuleicacavalcante.html [Acedido em 08 de Abril de 2008]

PEDRO, Emília Ribeiro (1997), "Análise crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos", in E. R. Pedro (Org.), *Análise Crítica do Discurso*, Lisboa, Editorial Caminho, pp. 19-46

RIOT-SARCEY, Michèle (2004), "L'Historiographie Française et le Concept de «Genre»", *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, 47 (4), pp. 805-814, disponível em: www.cairn.info/revue-d-histoire-moderne-et-contemporaine-2000-4-page-805.htm [Acedido em 08 de Abril de 2008]

ROCHA, Custódia (2007), *Educação, Género e Poder: Uma Análise Política, Sociológica e Organizacional*, Braga, Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia

TOURAINE, Alain (2005), *Un nouveau paradigme pour comprendre le monde d'aujourd'hui*, Paris, Librairie Arthème Fayard

VAN DIJK, Teun (1997), "Semântica do discurso e ideologia", in E. R. PEDRO (Org.), *Análise Crítica do Discurso*, Lisboa, Editorial Caminho, pp. 105-168

VAN LEEUWEN, Theo (1997), "A representação dos actores sociais", in E. R. PEDRO (Org.), *Análise Crítica do Discurso*, Lisboa, Editorial Caminho, pp. 169-222

WEST, Candace, ZIMMERMAN, Don (1991), "Doing Gender", in J. Lorber e S. A. Farrell (Eds.), *The Social Construction of Gender*, Newbury Park, Sage Publications, pp. 13-38

Entre a vida vivida e a vida contada: a história de vida como material primário de investigação sociológica

Ana Maria Brandão*

Resumo

A entrevista de história de vida levanta questões teóricas e epistemológicas particulares. A análise e interpretação da informação recolhida através desta técnica de entrevista são encaradas por alguns autores como uma forma de legitimação das explicações comuns. Aceitando a existência de limites característicos a esta técnica, é preciso notar que este tipo de posição parte frequentemente de uma visão parcial e particular dos modos "adequados" de fazer ciência. Neste artigo, pretende-se debater, tomando como exemplo um estudo de casos já concluído, as virtualidades e limites da entrevista de história de vida como técnica principal de recolha de informação, procurando mostrar como, a partir de narrativas individuais, é possível ultrapassar quer as explicações comuns, quer o nível de análise microssociológico.

Introdução

O recurso à história de vida como matéria-prima do trabalho sociológico é habitualmente feito remontar ao estudo inaugural de Thomas e Znaniecki, *The Polish Peasant* (1918-1920). A história de vida faz, pois, parte de uma tradição que procura dar conta das influências socioculturais naquilo que o indivíduo é e faz, inserindo-se na linha das metodologias qualitativas de investigação social, sobretudo quando é usada como técnica principal de recolha de dados.

De uma certa forma, uma história de vida é sempre individual e única – a história de um indivíduo particular contada a partir da sua perspectiva e à luz da sua experiência. Ela está, portanto, sempre imbuída da subjectividade própria do narrador, que não procede, nessa qualidade, ao mesmo tipo de operações que o investigador leva a cabo para construir e/ ou aferir a validade de uma teoria. Aquilo que o narrador transmite é uma visão particular do mundo e de si próprio – a sua –, assente no conhecimento espontâneo que detém de ambos.

* Socióloga, Professora Auxiliar do Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

Porque se trata da sua própria vida, e na medida em que a posse de uma história acerca de si próprio é um elemento central de sustentação do Eu, a história de vida não se refere unicamente a um conjunto de factos e à relação entre eles, mas inclui o investimento emocional do narrador. De uma certa maneira, contar a própria história é uma forma de reviver os eventos que se recorda e é também um re-experimentar os sentimentos e as emoções que lhes estão associados. Neste sentido, uma história de vida não constitui – não pode constituir – um relato objectivo e exaustivo dos eventos ocorridos na vida do narrador, nem exterior a eles. Ela não é nunca um relato desinteressado, pelo contrário, é um relato dotado de uma afectividade particular justamente porque é através dele que o actor se reconta e se reafirma como entidade distinta das demais.

São, justamente, estas características que levam alguns autores a questionar o valor da história de vida para a construção do conhecimento sociológico. A razão de ser destas críticas está ligada à defesa de uma forma particular de fazer ciência no âmbito da qual a história de vida surge, quando muito, com um estatuto exploratório e cujos frutos devem ser submetidos a um processo de demonstração caracteristicamente positivo e dedutivo.

Neste artigo, partindo do questionamento dos pressupostos em que assenta o modelo científico hegemónico, discute-se até que ponto a história de vida pode ser utilizada como técnica principal de pleno direito e em que medida o método de casos pode presidir a investigações não apenas de carácter exploratório, mas também sustentar um trabalho de afinamento e construção teóricos. Para o efeito, são usados dados empíricos de um projecto de investigação já concluído[1], incidindo sobre os processos de construção social da identidade de um conjunto de mulheres e, em especial, sobre a articulação entre as suas identidades sexuais e de género.

1. Sobre o estatuto sociológico da singularidade e do conhecimento comum

A primeira questão sobre a qual o investigador tem que se interrogar se pretende recorrer à história de vida como material fundamental de investigação sociológica é a de saber qual o estatuto a atribuir ao conhecimento comum. Dito de outro modo, qual o valor sociológico que o conhecimento produzido e partilhado pelos próprios actores que são objecto de investigação possui? A segunda questão é a de saber exactamente o que é que a história de vida permite – e não permite – saber acerca dos fenómenos que pretende estudar, na medida em que, como qualquer outra técnica de investigação social, também esta possui potencialidades e limitações próprias. Subjacente a estas duas interrogações, e devido às características próprias da história de vida – nomeadamente, a extensão e complexidade da informação que faculta –, encontra-se uma outra, que se liga à escolha do método: a de saber qual o estatuto da singularidade, isto é, do "caso", em Sociologia.

[1] Ana Maria Brandão (2007), *«E se tu fosses um rapaz?» Homo-erotismo feminino e construção social da identidad*e, dissertação de doutoramento em Sociologia, Universidade do Minho.

A herança positivista da Sociologia está notoriamente na origem das críticas à utilização quer do método de casos, quer da história de vida, habitualmente remetidos ao estatuto "menor" de método e técnica exploratórios, respectivamente. Em geral, as acusações dirigidas ao estudo de casos articulam-se em torno de argumentos que remetem para questões de (ausência de) representatividade, fiabilidade e rigor. Estas acusações partem da fé num modelo de ciência positivo e dedutivo, no seio do qual a singularidade adquire um estatuto problemático (Ferrarotti, 1983; Hamel, 1992; Collins, 1992). No seu conjunto, estes argumentos assentam numa espécie de reificação do número, na confusão entre representatividade estatística e representatividade analítica, ou teórica, e na desconfiança face a uma "subjectividade" implícita quer aos procedimentos indutivos levados a cabo pelo investigador, quer à inclusão da subjectividade do objecto de estudo na análise (Becker, 1994; Burgess, 1997; Hamel, Dufour e Fortin, 1993; Yin, 1994). Tácita ou explicitamente, assume-se que o conhecimento científico procede por dedução e o actor é encarado como peão mais ou menos ignorante das determinantes da sua conduta. É neste quadro que a Sociologia é frequentemente apresentada como "a inimiga do eu" (Touraine, 1982: 157).

Ora, nunca é demais sublinhar, a este propósito, que, para além do facto evidente de os números serem, eles próprios, uma elaboração conceptual, os dados que é possível organizar através de operações diversas de quantificação não deixam de ter origem no mesmo conhecimento comum a que os defensores do método de análise extensiva pretendem negar validade sociológica, nem de depender da fidedignidade da informação transmitida pelos actores. Por outras palavras, não há Sociologia que não passe pelo indivíduo, qualquer que seja a forma como o faz, e, independentemente do procedimento de inquérito adoptado, em última análise, quer a subjectividade, quer a vontade deste de cooperação genuína estão sempre em causa.

Estas críticas podem parecer particularmente plausíveis quando está em causa a utilização da história de vida como técnica principal de recolha de dados. Podemos definir uma história de vida como a história que uma pessoa decidiu contar acerca da vida que viveu, aquilo que ela recorda desta e aquilo que ela quer que os outros saibam acerca dela, em suma, a essência narrativa do que lhe aconteceu (Atkinson, 2002: 152). Isto significa que, ao narrar a sua história, o actor sempre omitirá, voluntária ou involuntariamente, aspectos e eventos que poderiam ser relevantes do ponto de vista sociológico. Porém, não existe razão objectiva para considerar que o mesmo não aconteça quando se recorre, por exemplo, ao questionário. Também aqui se está dependente da memória e da vontade do inquirido, da sua capacidade de compreensão das questões que lhe são colocadas e das suas representações do mundo. Compete, na verdade, ao investigador a concepção dos instrumentos de recolha de dados, quaisquer que eles sejam, pelo que, do mesmo modo que os indicadores que sustentam as questões de um questionário foram alvo de uma aferição prévia que não depende do inquirido, as questões contidas num guião de entrevista de história de vida foram previamente formuladas pelo investigador, de acordo com o conhecimento teórico produzido acerca dos fenómenos que pretende analisar.

A produção de conhecimento sociológico, independentemente da metodologia adoptada, não se cinge, entretanto, ao controlo dos procedimentos operacionais de

recolha empírica. Ela implica a detecção e elaboração de relações conceptuais que estão para lá do alcance do actor, nomeadamente pela interpretação dos elementos fornecidos por este a partir do conhecimento da posição que ocupa no espaço social e da sua relação com o contexto em que se insere. Reconhecer que o senso comum possui valor científico – no sentido em que pode servir de base ao trabalho do sociólogo – não deve, pois, confundir-se com a aceitação da explicação comum, ou com a sua eleição ao estatuto de explicação científica (cf. Pinto, 1990: 10).

A questão de saber como pode a experiência individual e subjectiva servir de fundamento a uma teoria que se pretende universal é, na verdade, puramente retórica, pois a experiência subjectiva nunca é exclusivamente individual: ela traduz também uma experiência comum, chamemos-lhe social ou colectiva (Hoerning e Alheit, 1995). Se devemos acreditar que até no nosso acto mais individual e solitário a nossa sociedade está presente (cf. Durkheim, 1996), é ainda através da nossa consciência e da nossa experiência individuais que ela se manifesta. Através do individual é possível chegar à compreensão do modo como o universal se manifesta na singularidade, pois, como sublinha Lahire (2005: 14), estudar o social individualizado é estudar a realidade social na sua forma incorporada, interiorizada, permitindo compreender como é que a realidade "exterior", através da experiência socializadora, se faz corpo.

Mas este individual tem também um contributo para o colectivo. A preocupação com o rigor e a objectividade científica não deveria levar o sociólogo a esquecer as características únicas do seu objecto de estudo, que não constitui uma tábua rasa onde o social inscreve os seus dados, mas é, pelo contrário, dotado de capacidade reflexiva e de vontade própria. Vale a pena recordar que, como assinalam Thomas e Znaniecki (1958: 38), existe "uma diferença essencial entre a realidade física e a realidade social, pois ao passo que o efeito de um fenómeno físico depende exclusivamente da natureza objectiva desse fenómeno e pode ser calculado com base no conteúdo empírico deste, o efeito de um fenómeno social depende, além disso, do ponto de vista subjectivo assumido pelo indivíduo ou pelo grupo face a esse fenómeno e só pode ser calculado se conhecermos não só o conteúdo objectivo da causa presumida, mas também o significado que possui num determinado momento para certos seres conscientes. Esta simples consideração deveria ter mostrado ao teórico ou ao técnico social que uma causa social não pode ser simples, como uma causa física, mas é composta, e tem que incluir tanto um elemento objectivo, como um elemento subjectivo".

A representatividade dos casos analisados – e, portanto, o valor sociológico dos dados recolhidos – não assenta, nem pode ser avaliada em termos meramente estatísticos, procedimento característico das metodologias quantitativas. São as suas qualidades teóricas e metodológicas – em particular, a sua ligação à natureza do fenómeno investigado – que determinam o seu valor em termos de representatividade – no caso, sociológica (Hamel, Dufour e Fortin, 1993; Yin, 1994) –, não a sua relação quantitativa com um universo que, aliás, não é, muitas vezes, passível de ser determinado[2].

[2] Não deixa, aliás, de ser curioso que os defensores das metodologias quantitativas pareçam esquecer-se do exemplo das ciências duras em que, supostamente, se inspiram, pois, como sublinha Houle (1986: 43), "Como a história terá demonstrado, a maçã do senhor Newton era representativa. Não havia amostragem necessária, nem saturação obrigatória; o valor da explicação era teórico e metodológico. Para partilhar de tais visões, não é preciso ser-se neo-positivista newtoniano"...

Cada caso pode, assim, ser visto como uma espécie de protótipo, caracterizando-se a singularidade pela concentração do global no local e sendo entendido como um facto, uma espécie, ou uma coisa caracterizadora e não como um traço particular de um facto, de uma espécie, ou de uma coisa (Hamel, Dufour e Fortin, 1993: 37-38). A generalização, nos estudos de casos, refere-se, então, não à extrapolação das conclusões para um universo, sob a forma de enumeração de frequências de resultados, mas mais propriamente à expansão e generalização de teorias (Yin, 1994). Aquilo que é sujeito à generalização são as proposições teóricas que os casos analisados ilustram (Bertaux, 1986, 1997; Hamel, Dufour e Fortin, 1993), o que não invalida a necessidade de cumprimento de certas regras de demonstração.

Assim, se o uso de histórias de vida como material empírico primário dificilmente obedece a uma quantificação dos resultados obtidos, o exame da informação obtida permite fazer surgir, gradualmente, regularidades pela saturação das categorias de análise e pela verificação da replicação das proposições teóricas num conjunto de casos singulares escolhidos pela sua ligação ao fenómeno que se pretende estudar. Mas permite explicar, igualmente, as variações que frequentemente escapam às regularidades estatísticas pela inclusão da dimensão individual e subjectiva do actor na própria análise. Neste sentido, arriscaríamos afirmar que se trata de um desses instrumentos metodológicos que, através da reconstituição de um trajecto biográfico particular que apela a contextos de socialização e de acção múltiplos, nos permite, como defende Lahire (2005), captar o "património de disposições" de um indivíduo, a sua pluralidade interna e os seus princípios de (in)coerência.

As tarefas de conceptualização e demonstração obedecem, entretanto, não a um procedimento lógico-dedutivo simples, mas antes a uma relação circular e cumulativa entre dedução e indução, virtuosamente potenciada pelo próprio método de casos, que assenta na utilização conjunta de técnicas diversas – nem todas com um estatuto central –, cujos resultados devem ser concorrentes.

2. Notas teórico-metodológicas de uma pesquisa empírica

A metodologia adoptada na investigação em causa assumiu um carácter eminentemente qualitativo e tomou como objecto teórico os processos de construção social da identidade pessoal – particularmente no que se refere à sua articulação com e entre sexualidade e género –, captados a partir dos pontos de vista de um conjunto de mulheres, através dos quais foi possível explicitar a presença de condicionantes sociais mais vastas. A investigação organizou-se, portanto, em dois eixos: por um lado, uma análise do modo como o homo-erotismo[3] se constituiu como categoria problemática

[3] Entendemos por homo-erotismo a presença de um acto, de um desejo, ou de uma preferência erótico(a) entre ou por indivíduos do mesmo sexo, respectivamente, exclusivamente ou não, abarcando subcategorias e contingentes populacionais diversos e independentemente das identidades reclamadas por ou atribuídas aos indivíduos em causa. De acordo com Brooten (1996), de cuja obra derivamos o conceito de homo-erotismo, este entendimento permite cobrir – e, portanto, estabelecer comparações – entre épocas históricas e sistemas de classificação social diversos, ao contrário do conceito de homossexualidade, aplicável exclusivamente às sociedades modernas onde a preferência erótica veio a sustentar um sistema de classificação social particular que simplificadamente distingue os indivíduos em heterossexuais, bissexuais e homossexuais.

– "a homossexualidade" – e "o homossexual" e "a lésbica", parafraseando Foucault (1994), transformados em espécies; por outro, o propósito central de dar conta dos processos através dos quais estas categorias podem assumir a forma de identidades "reais" e o homo-erotismo tomado como elemento estruturante da identidade pelos próprios actores.

Estas tarefas implicaram operar, por assim dizer, a dois níveis de análise distintos – um macrossociológico, outro mais propriamente microssociológico –, tendo em vista a compreensão dos seus pontos de intersecção. Partiu-se, então, de um modelo teórico de análise dos fenómenos identitários onde se consideraram três dimensões fundamentais: uma dimensão estrutural, incluindo uma pluralidade de discursos e representações sobre o género e a sexualidade; uma dimensão institucional, onde se incluem agências diversas encarregadas de difundir os conteúdos desses discursos e essas representações e de assegurar a conformidade aos seus pressupostos através da socialização; uma dimensão microssocial, relativa aos contextos particulares de socialização e interacção individuais.

As identidades pessoais são construídas em contextos socioculturais particulares no âmbito dos quais os actores se servem de um conjunto de recursos que lhes permitem aceder a uma existência pessoal e social reconhecida. No caso particular do homo-erotismo, está, nomeadamente, em causa, um conjunto de representações e discursos produzidos em domínios tão diversos como o religioso, o científico e o político, que enformam sistemas de classificação social particulares. É no âmbito destes discursos, umas vezes complementares, outras conflituais, que se joga a construção das identidades pessoais e, por isso, falamos em construção social da identidade. Eles estabelecem, por assim dizer, limites não só à acção individual, mas também à percepção da realidade, nomeadamente porquanto estabelecem universos de sentido e sistemas de classificação social específicos no âmbito dos quais o actor procede a atribuições de sentido à sua prática e às dos outros. É neste contexto que as identidades sexuais e de género[4] são incorporadas através da mediação de agentes de socialização como a escola, a família ou os grupos de pares, apenas para referir alguns exemplos.

Sendo a dimensão estrutural e institucional um aspecto importante dos fenómenos identitários, existe, no entanto, outra dimensão a que importa atender e que é, justamente, a do actor, que se espera que incorpore as identidades propostas, mas que não só nem sempre o faz, como, quando o faz, nem sempre o faz nos moldes presumidos. O saldo deste trabalho identitário pode, portanto, assumir configurações distintas. Digamos, então, que, neste sentido, entendemos, como Collins (1992: 81), que a estrutura tanto pode existir aos níveis micro, como macro. Mas também que a estrutura não é tudo. Temos, ainda, que adicionar à análise a reflexividade do actor e a sua capacidade/ necessidade de efectuar escolhas, ambas ligadas ao facto de nenhuma sociedade constituir um todo integrado, sendo, antes, composta por diversos

[4] A identidade de género refere-se ao "sentido subjectivo do *self* de um indivíduo como sendo masculino ou feminino" (Appleby e Anastas, 1998: 52-53), ao passo que a identidade sexual se refere à auto-rotulagem como heterossexual, lésbica, gay ou bissexual (Reiter *apud* Appleby e Anastas, 1998: 49).

submundos ou esferas de existência relativamente autónomos e, por vezes, conflituais, condição necessária para produzir um certo desligamento face à ordem instituída.

Como sublinha Grell (1986), quando se trabalha com histórias de vida, há duas armadilhas que importa evitar: o sociologismo e o psicologismo. O primeiro refere-se a uma concepção do actor que o reduz às suas determinantes sociais, uma marioneta passiva que se ajusta mecanicamente às mudanças que se vão gradualmente produzindo; o segundo, ignorante dessas mesmas determinantes, toma o actor como átomo isolado e plenipotente. Recusando ambas as perspectivas, assumiu-se, pelo contrário, que o objecto de estudo da Sociologia tem como característica distintiva a capacidade de se distanciar face à realidade imediata em que se move, de julgar, e que a atribuição de sentido e a necessidade de fazer escolhas são inerentes à prática social, ainda que operem dentro de limites e sob condicionantes que estão frequentemente fora do seu alcance.

A escolha das histórias de vida como material primário da investigação prendeu-se, antes de mais, com a sua pertinência face aos fenómenos que se pretendia estudar. Há uma ligação íntima entre história de vida e identidade. Ter uma identidade, ser-se alguém, implica não só ter uma história, mas também ser-se capaz de dar conta dessa história. É através de uma história acerca da sua vida e do acto de a narrar que o indivíduo se produz como sujeito da sua própria acção e readquire permanentemente um sentimento de unidade, continuidade e unicidade. O que está em jogo entre a vida vivida e a vida contada é, então, o Eu e esta possibilidade de dizer "Eu", porque é através da organização da vida numa história que é possível, como nota Atkinson (2002: 132-133), responder a três questões: Quem sou eu? Como é que eu sou? Por que é que eu sou?

Assim como a identidade se joga entre singularidade e similaridade, também a história de vida traduz, ao mesmo tempo, a verdade subjectiva do seu narrador e o modo como essa verdade é produzida em momentos e contextos históricos e sociais particulares. Ela permite ao actor organizar e atribuir sentido à sua experiência e à sua existência, estabelecendo e desvendando, simultaneamente, a sua pertença a uma comunidade, a uma cultura, a grupos e/ ou a classes particulares (Atkinson, 2002; Bertaux, 1996; De Gaulejac, 1995). Relatos individuais e singulares, as histórias de vida servem-se dos recursos que cada sociedade e cada cultura põem à disposição dos seus membros para organizarem a sua experiência e fundarem a sua identidade. É por esta razão que, cruzando narrativas singulares, acedemos tanto à diferença, como à similaridade. O recurso às histórias de vida permite-nos alcançar a perspectiva única de um indivíduo e aquilo que constitui a sua verdade e a sua realidade; as perspectivas que ele partilha com outros e que constituem as suas realidades e as suas verdades partilhadas; o modo como essas perspectivas e essas verdades se ligam a um contexto, uma situação, uma posição e/ ou uma história comuns; os elementos a partir dos quais e através dos quais essas realidades, perspectivas e verdades são negociadas, construídas, partilhadas e justificadas (Atkinson, 2002; Bertaux, 1996; Denzin, 1989).

O actor poderá saber pouco sobre as determinantes sociais da sua conduta e do seu ser, mas sabe alguma coisa acerca da sua vida e da realidade com que lida todos

os dias, traduzindo nas suas respostas e nas suas narrativas, simultaneamente, aquelas determinantes e este conhecimento. O trabalho do investigador passa pelo estabelecimento das ligações e das lógicas que o actor não vê – na verdade, não lhe compete ver – a partir da informação que este lhe transmite, situando-a no complexo das relações sociais que a enformam. Mas este procedimento implica também considerar a trajectória e a história de vida particular de cada actor porque é à luz destas que é possível dar conta das suas condutas e das suas representações do mundo.

A história de vida pode, pois, ser encarada como um desses procedimentos que podem ser usados para ilustrar não propriamente os tipos-ideais, ou os tipos exemplares, mas aquilo que são, provavelmente, "os casos «reais» maioritários", as "situações «médias»", "mistas, ambivalentes", e o modo como a pluralidade interna do actor, ela própria resultante da multideterminação social, e a sua pertença a diferentes mundos, contextos ou situações, produzem condições favoráveis à produção de "trajectórias improváveis" (Lahire, 2004). De facto, como assinalam Digneffe e Beckers (1997: 209-210), a história de vida permite captar o que escapa às estatísticas, às regularidades objectivas dominantes e aos determinismos macrossociológicos, tornando acessível o particular, o marginal, as rupturas, os interstícios e os equívocos, elementos fundamentais da realidade social, que explicam por que é que não existe apenas reprodução, e reconhecendo, ao mesmo tempo, valor sociológico no saber individual. E é neste aspecto que as metodologias qualitativas se distinguem, verdadeiramente, do modelo científico hegemónico: reconhecendo que o saber científico se não confunde com o saber comum, assumem, igualmente, que este deve ser incluído na análise se se pretende verdadeiramente perceber como o social e o individual se recriam mútua e constantemente.

Neste sentido, o quadro teórico de partida foi encarado, desde o início, essencialmente como um guia flexível para a recolha empírica, o que significa que se esperava que, através desta, fosse possível uma compreensão dos pontos de ligação das dimensões indicadas que conduzisse ao seu afinamento progressivo, permitindo incluir na análise o sentido atribuído pelos actores às suas práticas e ao mundo que os rodeia. Esta tarefa implicou o recurso a diferentes técnicas de investigação social e, portanto, à construção de instrumentos de recolha de dados distintos cujos resultados parciais tiveram que ser sucessivamente articulados de modo a produzir uma visão de conjunto dos fenómenos em estudo. Tratou-se, como afirma Becker (1986, 1994), de reconstituir um mosaico complexo, encaixando cada uma das peças que o compõem. Mas, ao contrário do puzzle que se adquire já com uma estrutura predefinida, a recolha empírica obriga, por vezes, a repensar todo o edifício porque há uma peça cujo recorte não se harmoniza inteiramente com aquelas que já se encontram montadas. O modelo explicativo final obtém-se, portanto, através de um progressivo ajustamento entre teoria e empiria.

Para além das técnicas clássicas de análise documental, recorreu-se, igualmente, à observação directa, ao questionário e à entrevista. A análise documental incidiu não só sobre a literatura científica especializada sobre o tema, mas também sobre fontes jurídicas (códigos e textos de jurisprudência), clínicas, jornalísticas, documentos pro-

duzidos por associações gays e lésbicas, e obras de ficção. Se o propósito essencial das primeiras foi o de enquadrar a temática em apreço, estabelecendo, nomeadamente, as suas dimensões fundamentais de análise, o das segundas foi o de fazer emergir as representações comuns (dominantes e dissidentes) do homo-erotismo, especialmente no caso da sociedade portuguesa.

A observação, de carácter não estruturado, foi levada a cabo em espaços de sociabilidade gays e lésbicos, e *gay and lesbian-friendly*, essencialmente com dois objectivos: aceder a informantes privilegiados, que se revelariam essenciais à localização e abordagem de potenciais entrevistadas; e proporcionar uma certa familiaridade com as problemáticas e a gíria características do meio gay e lésbico. Visto que certos grupos "acredita[m] que o segredo é a melhor política e [agem] segundo esta norma", tendendo, pela mesma razão, "a gerar uma linguagem especial" (Becker, 1994: 164-165), esta estratégia foi também fundamental para a compreensão e interpretação dos dados das entrevistas.

A técnica fundamental da investigação foi, no entanto, a entrevista semi-directiva, de carácter exploratório, e de história de vida. A entrevista semi-directiva foi aplicada a dirigentes de associações gays e lésbicas nacionais, visando, essencialmente, traçar uma história e uma caracterização do associativismo e das comunidades gays e lésbicas nacionais. Foi, igualmente, fundamental para aceder a informação produzida pelas próprias associações, parte da qual não é do domínio público. A preocupação em abarcar estes aspectos prendeu-se não só com a prática ausência de investigação neste domínio em Portugal, mas também com o facto de estas associações produzirem um dos mais importantes discursos sobre o homo-erotismo que enformam os processos de construção identitária, contribuindo para a naturalização de categorias sociais específicas, e que, sob alguns aspectos, têm contribuído para produzir uma deslocação dos quadros normativos.

Foi, porém, a entrevista de história de vida a produzir o acervo fundamental de informação que se pretendia trabalhar. A entrevista obedeceu ao cumprimento de duas regras fundamentais enunciadas por Becker (1994: 165): perguntar *como* e não *porquê*; e incluir as apreciações subjectivas dos eventos, isto é, o que a pessoa entrevistada pensou/ pensa e sentiu/ sente. A conformidade à estratégia preconizada pelo autor explica-se por um conjunto de razões: primeiro, porque como se tratava de traçar as linhas de um *processo* e reconstituir percursos de vida, perguntar *como* afigurava-se mais adequado do que perguntar *porquê*; segundo, porque perguntar *porquê* conduz, geralmente, o entrevistado a uma explicação assente nos vocabulários de motivos disponíveis – portanto, mais fortemente imbuída de um carácter ideológico ou mitológico –, além de transferir para este o trabalho analítico do entrevistador (idem: 163-165); finalmente, porque os aspectos subjectivos das vivências dos actores são uma parte importante dos seus processos de construção identitária, sobretudo numa sociedade globalizada onde a identidade está intimamente ligada ao "projecto reflexivo do *self*" (Giddens, 1997).

Recorreu-se também à aplicação de um questionário de administração directa às mulheres que constituíram o objecto empírico principal da investigação com o objectivo de proceder à sua caracterização sociodemográfica em função de um conjunto de

variáveis que se prefiguravam, à luz do quadro teórico definido, relevantes em termos explicativos, a saber: idade (tomada não só como indicador do processo de maturação sociopsicológica, mas também de pertença geracional); escolaridade e área de formação, quando aplicável (tomadas como indicadores de acesso a recursos discursivos e a contextos de socialização distintos); origem geográfica (tomada como indicador de acesso a recursos discursivos e a contextos de socialização distintos); origem e lugar individual de classe (tomados como indicadores de trajectória, bem como de acesso a recursos discursivos e a contextos de socialização distintos).

No total, foram entrevistadas dezoito mulheres, todas residentes na região Norte do país (distritos de Braga e Porto) à data da entrevista, distribuídas por três grupos geracionais distintos, a saber: um cuja juventude e início da idade adulta tiveram lugar anteriormente ao 25 de Abril de 1974; outro, cuja juventude e início da idade adulta foram vividos posteriormente a essa data, mas ainda no período de transição correspondente à fase de estabilização da democracia portuguesa; finalmente, um grupo de jovens adultas nascidas já durante a década de oitenta. No que respeita à origem de classe[5], as entrevistadas distribuem-se entre Operariado Industrial (OI), Empregados Executantes (EE), Profissionais Técnicos e de Enquadramento (PTE) e Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais (EDL), com graus de escolaridade variando entre o antigo 7.º ano dos liceus e a licenciatura[6].

As variáveis sociodemográficas indicadas, cruzadas com os conteúdos das entrevistas, com as características de cada história de vida individual e com o quadro teórico, permitiram encontrar elementos de regularidade que abriram pistas conceptuais e contribuíram para sustentar a interpretação dos resultados. Um aspecto importante desta tarefa é a exposição das conclusões propostas pelo investigador em contraste com aquelas que são avançadas pelos próprios actores, que devem ser compreendidas e explicadas no âmbito dos contextos em que ocorrem, isto é, a partir das relações sociais que as constituem; outro é a sua confrontação com os resultados obtidos pelos estudos de outros investigadores (Hamel, Dufour e Fortin, 1993; Yin, 1994). Ambos os procedimentos exigem a explanação das cadeias lógicas de raciocínio e demonstração, de tal modo que o leitor seja capaz de chegar (ou não) às mesmas conclusões. Por isso, tanto a presença de um quadro teórico rico, como a descrição, compreensão e eventual explicação dos fenómenos estudados em articulação com aquele constituem uma das características distintivas do método adoptado.

Refira-se, ainda, que, em diversos momentos, os dados empíricos que foram sendo gradualmente obtidos conduziram ao aprofundamento de aspectos e dimensões teóricos que não haviam sido inicialmente considerados, ou que se havia pressuposto serem marginais para a investigação.

[5] A origem de classe foi determinada de acordo com os critérios definidos por Machado, Costa, Mauritti e Martins *et al.* (2003).

[6] No conjunto, os casos analisados apresentam uma sobre-representação do segundo grupo geracional, dos Profissionais Técnicos e de Enquadramento e das licenciadas, o que pensamos estar ligado, por um lado, ao próprio processo de localização das mulheres a entrevistar (foi usado o procedimento em bola de neve) e a características específicas das comunidades lésbicas a que pertencem, que indiciam a presença de fronteiras mais ou menos claras entre grupos de sociabilidade não (ou pouco) comunicantes entre si.

3. A construção de um modelo explicativo das identidades: alguns exemplos

Tanto o guião de entrevista de história de vida utilizado[7], como o tratamento dos dados obedeceram a uma adaptação dos pressupostos da *grounded-theory*, que poderíamos definir sinteticamente como uma actividade simultânea de análise e conceptualização. O propósito central da *grounded-theory* é mais o de descobrir as categorias de análise relevantes e a relação entre elas do que o de testar a relação entre categorias predefinidas, o que significa que a aplicação de uma teoria à interpretação dos resultados está dependente da sua adequação à própria história e emerge desta (Strauss e Corbin, 1990). Isto implicou proceder a uma análise exaustiva dos conteúdos de cada entrevista, que passou pela sua codificação frase a frase até se chegar à elaboração de categorias de análise progressivamente mais gerais que se articularam num modelo explicativo final. Cada entrevista foi sujeita a este processo logo após a transcrição e os resultados parciais obtidos foram sendo subsequentemente aprofundados na entrevista seguinte, de forma a garantir a saturação da informação e a testar a pertinência e a articulação das categorias entretanto definidas, bem como a relação entre elas.

Importa salientar que se se pretende proceder à explanação de uma teoria que ilustre os pontos de intersecção entre o macro e o microssociológico, entre a explicação que recorre às variáveis externas ao actor e a compreensão dos significados que este atribui à sua vida e à sua acção, as características do guião de entrevista são fundamentais. É ponto assente que a mera presença de uma questão pode conduzir a uma imposição de problemática. Aquilo que é pertinente aos olhos do investigador pode, por outras palavras, não só não o ser aos olhos do actor, como inclusivamente levá-lo a discorrer sobre temáticas e em termos que lhe são estranhos. A formulação das questões e a linguagem utilizada, além de poderem distar dos quadros de referência e do vocabulário deste, podem dificultar a compreensão do que é perguntado e não se ajustar à sua visão de si próprio e do mundo.

Se isto constitui um problema para qualquer investigação, ainda o é mais quando se pretende incluir na análise o contributo do actor. No caso particular desta investigação, estava, além disso, em causa uma dimensão particular da identidade erigida em sustentáculo de um sistema de categorização social que não se limita a diferenciar as pessoas de acordo com o objecto do seu desejo erótico, como também procede à sua (des)classificação em termos de valor pessoal e social.

Nas sociedades modernas, há um conjunto de pressupostos aceites quanto à definição identitária dos indivíduos: assume-se que a posse de certos atributos, nomeadamente os órgãos sexuais externos, assim como alguns outros traços morfológicos, se traduz numa determinada identidade de género e que esta corresponde a uma determinada identidade sexual. O género aparece, portanto, como o traço externo e visível da identidade sexual, marcando, em primeiro lugar, o corpo e a consciência e moldando-os segundo um princípio de (des)equilíbrio que sustenta o próprio padrão da heterossexualidade. Uma parte da socialização refere-se, pois, à aprendizagem das escolhas "adequadas" em termos de objecto sexual (Gagnon e Simon, 1977; Ponse,

[7] Adaptado de Charmaz (2002).

1978; Troiden, 1988), firmando, ao mesmo tempo, um modelo de vida segundo o qual a determinados momentos da trajectória biográfica do indivíduo corresponde a ocorrência de determinados eventos, como sejam o namoro, o casamento e a maternidade/ paternidade – heterossexuais e, geralmente, por esta ordem.

As nossas sociedades pautam-se pelo princípio da "heterossexualidade compulsória" (Rich, 1980), especialmente durante a socialização primária, apenas intermitentemente revelando a presença de modelos alternativos de vivência dos afectos e da sexualidade e, ainda assim, geralmente de forma depreciativa. Este quadro normativo tem consequências várias: por um lado, elimina do horizonte dos possíveis, ou, pelo menos, torna difícil imaginar modelos alternativos de relacionamento amoroso, erótico e sexual. Por outro lado, e por essa mesma via, as instituições sociais e as agências de socialização exercem pressão no sentido do que se considera ser a conduta "normal", associada às expectativas em que assentam os processos de interacção social mais corriqueiros. Aquele percurso, que se pode considerar ideal-típico, constitui, então, o padrão face ao qual a conduta própria e alheia é avaliada, orientando-a.

Este é o pano de fundo que se encontra presente em todas as histórias de vida recolhidas, equacionado não propriamente nestes termos, mas no reconhecimento, por parte da maioria das mulheres entrevistadas, de que os seus namoros (heterossexuais) iniciais corresponderam, como afirma Margarida (33 anos, origem de classe: EE), ao facto de terem "inicialmente, segui[do] aquilo que supostamente devia[m] seguir". Ao falarem das suas primeiras relações amorosas, está presente tanto a ideia de que há um momento em que não só é suposto terem um namorado, como também a de que namorar (com um rapaz) é um sinal de "normalidade", de conformidade às expectativas pessoais e sociais. Essas expectativas fazem-se sentir, por vezes, de forma bastante directa, nomeadamente através das atitudes dos outros – em especial, dos "outros significativos" –, como se depreende das palavras de Margarida quando declara que "Só faltava eu!", razão pela qual os seus amigos "Até quase me arranjaram um namorado!". Frequentemente, aliás, elas continuam a fazer-se sentir ao longo da vida, às vezes de forma bastante cruel, designadamente através da insinuação, um instrumento de regulação social extremamente eficaz ao gerar e/ ou acentuar no indivíduo a ideia de que a sua conduta não corresponde ao esperado.

Estas mulheres representam, exactamente por não seguirem o trajecto de vida previsto – casar e ter filhos –, uma fuga à norma que se traduz, muitas vezes, numa desvalorização social, sobretudo em meios sociais onde o valor da mulher está essencialmente ligado àqueles aspectos. Alexandra (37 anos, origem de classe: EDL) refere-se, justamente, a esse sentimento de ausência de valor quando recorda uma Páscoa em que um dos seus tios "começou nas brincadeiras que ele tem: «Aqui o Pedro está casado! Dois filhos! O João anda aí com a namorada para cima e para baixo... A Fátima já tem uma criança. A Cristina está casada... Esta?! Esta, ninguém a quer!» Na minha casa, com os meus pais presentes!".

É neste contexto que o reconhecimento de sentimentos homo-eróticos constitui, geralmente, um "momento crítico" ou "decisivo", definido como uma fase "em que as coisas se desconjuntam, em que um dado estado de coisas se vê subitamente alterado

por uns tantos acontecimentos-chave" (Giddens, 1997: 105). Um momento crítico representa, portanto, uma encruzilhada, um momento em que estão em jogo várias coisas e em que o rompimento com a "atitude natural" gera condições particularmente favoráveis à reflexividade, ao questionamento e a uma certa desorganização interior e da conduta (Schütz, 1962, 1964; Strauss, 2002).

Socializadas nos princípios que definem o género em estreita ligação com o exercício da (heteros)sexualidade, a atracção homo-erótica começa, então, por ser sentida, pela maior parte das mulheres, como elemento "anómalo" (Douglas, 1994), ou seja, como não fazendo parte das suas trajectórias de vida esperadas, nem das suas identidades. Porque a identidade assenta, de um modo fundamental, em sentimentos de continuidade e coerência, a integração do elemento estranho desencadeia um trabalho destinado a situá-lo a ambos os níveis. Neste processo, os dados do contexto são fundamentais porque enformam as possibilidades de leitura dos eventos no momento em que ocorrem.

Sensivelmente a partir do século XIX, emerge o processo de formulação e estabilização de um sistema de classificação social específico que distingue os seres humanos em categorias mais ou menos estanques de acordo com o objecto do seu desejo. É neste quadro que o sexo vem a ser eleito como *locus* da identidade, culminando, mais recentemente, na formulação da noção de "orientação sexual"[8], que distingue os indivíduos em heterossexuais, bissexuais ou homossexuais. Mas a despeito da legitimidade adquirida por este sistema de classificação e pelas teorias que o sustentam, e das transformações sociais que têm permitido a muitos indivíduos viverem (mais) abertamente as suas escolhas, continua ainda a ser um facto que têm que o fazer num mundo dominado pelo princípio da heterossexualidade e organizado em função dos modelos identitários e de vida que lhe estão associados.

A preservação do hetero-erotismo como paradigma "natural" e, portanto, "normal" de vivência dos afectos e da sexualidade acarreta a presença de percepções negativas e estigmatizantes do homo-erotismo, que são captadas nas interacções mais triviais, como quando, por exemplo, "Nós vamos a conduzir – «Ah! Este paneleiro não sai da frente!» // Piadinhas sobre os homossexuais... Montes delas... Vê-se um rapaz que tem uma maneira de fumar menos machona, ou seja, que não fuma ao canto da boca, uma pessoa que fuma normalmente – «Parece um maricas a fumar, porra!» Os próprios pais para as criancinhas: «Ah, o menino não chore, não seja mariquinhas!»" (Paula, 23 anos, origem de classe: EDL)... Nalguns casos, essas mensagens assumem mesmo contornos claramente homofóbicos. Carolina (43 anos, EE) recorda: "Fui criada num meio onde havia muitos tabus. Depois, o meu marido dizia mesmo: «O Hitler é que tinha razão! Os bichas deviam ser todos mortos!»".

Assim, quando uma mulher reconhece os seus sentimentos homo-eróticos, tendem a estar, simultaneamente, em causa uma ruptura com uma certa representação de si própria e a possibilidade de vir a definir-se como lésbica, nos termos da ideologia que

[8] A noção de "orientação sexual" é entendida como "uma característica do indivíduo que descreve as pessoas por quem é atraído para a satisfação das suas necessidades afectivas e sexuais – pessoas do mesmo género, do género oposto, ou de ambos os géneros" (Appleby e Anastas, 1998b: 44).

sustenta este sistema de classificação, o que conduz, geralmente, a um período mais ou menos longo de auto-questionamento e ao conflito interior: "Meu Deus! Como é que eu estou a fazer uma coisa destas?! Eu não tenho nada a ver com isto! Eu não sou homossexual. Eu já namorei com rapazes. Eu gosto de rapazes. Eu sinto-me bem com os rapazes..." (Alexandra, 37 anos, origem de classe: EDL).

É importante notar, entretanto, que, nas narrativas de várias entrevistadas, esse conflito é narrado mais em termos da dificuldade de lidar com os impactos sociais de uma eventual revelação das suas ligações homo-eróticas do que propriamente como um sentimento de estranheza face ao que acreditam ser, sobretudo entre as mais jovens e entre as que são provenientes da fracção dominada da classe dominante. Assim, por exemplo, Sofia (24 anos, origem de classe: PTE) afirma ter "uma vaga ideia de pensar: «Que estranho! Por que é que havia de ser com uma mulher?» E, ao mesmo tempo: «Mas também não tenho por que pôr limites a isso, achar que não pode ser assim...» Tenho a sensação clara de que nunca me senti constrangida pelo facto de ser uma mulher, nem nunca tentei empolar isso...". Apesar disso, reconhece que, em certos contextos – e, no seu caso, sobretudo no profissional –, "existe sempre aquele medo do tipo de avaliação que as pessoas vão fazer disso".

Se esta aparentemente menor interferência do desejo homo-erótico ao nível da identidade pessoal pode indiciar a ocorrência de transformações sociais mais vastas, que têm contribuído, pelo menos, para a coexistência de mensagens depreciativas com outras que visam, pelo contrário, a valorização do homo-erotismo, bem como as características de contextos particulares de socialização, atravessados pela influência da geração e da classe, é preciso não esquecer, ainda, a influência do meio sociogeográfico em que a primeira experiência amorosa com outra mulher tem lugar.

Embora a questão da regulação social não esteja ausente das narrativas de entrevistadas que habitavam em meios urbanos de maior dimensão, é de crer que fosse (e continue a ser) mais sentida em pequenos meios onde o conhecimento interpessoal é maior. Como defende Simmel (2001: 167), quanto mais pequenos os círculos em que os actores se movem, quanto mais próximas as relações entre os seus membros, mais se dissolvem as fronteiras do individual e mais estreito será o espaço disponível "para o desenvolvimento de qualidades individuais e de movimentos livres e auto-responsáveis". A este propósito, Luísa (24 anos, origem de classe: PTE) recorda que, à data da sua primeira paixão, "sentia algum peso das pessoas de fora. Vivia num meio pequeno e, então, sentia-me sufocada... // Numa terra onde todos os habitantes se conhecem, é um bocadinho complicado...".

Uma parte dos conflitos associados ao reconhecimento de uma paixão homo-erótica está, entretanto, ligada à presumida associação directa entre desejo homo-erótico e lesbianismo e ao facto de a possibilidade de uma mulher se vir a definir como lésbica representar uma ameaça identitária, não só pela sua carga estigmatizante, mas também na medida em que o lesbianismo é usualmente encarado como uma alteração de estatuto significativa tanto em termos de condições de vida presentes, como de possibilidades de vida futuras (Plummer, 1996). A percepção deste facto está patente em diversas narrativas. Assim, se, por um lado, o lesbianismo é, por vezes, comparado

a "Uma coisa! Cola e não sai! Portanto, para todos os efeitos, tem alguma coisa que faz lembrar um pouco as doenças" (Alexandra, 37 anos, origem de classe: PTE), por outro, as entrevistadas exibem uma consciência mais ou menos aguda dos impactos futuros de tal rotulagem: "eu tive consciência de que, se satisfizesse a minha curiosidade, podia haver muita coisa na minha vida que podia mudar. E mudou. // Às vezes, dando o primeiro passo, ou quase sempre dando o primeiro passo, é necessário dar – não é necessário, mas é quase impossível não dar mais dois ou três" (Margarida, 33 anos, origem de classe: EE).

Todavia, a realidade é, geralmente, mais complexa do que os sistemas de classificação social permitem entrever. Os afectos e a sexualidade humanos são bastante mais variáveis e plurais e a relação entre desejo, prática sexual e identidade não é linear, como tem sido, aliás, profusamente demonstrado[9]. Ora, isto significa que nem a percepção do lesbianismo como opção, nem a capacidade de lidar com a ameaça identitária que ele representa conduzem, forçosamente, à adopção de uma identidade lésbica, ainda que esta seja a tendência maioritária detectada. Isto coloca questões não só em termos de análise teórica, como também metodológica.

Quando se pretende perceber de que modo as categorias sexuais são apropriadas, modificadas e/ ou rejeitadas pelos actores, o problema mais evidente é o de decidir qual o modo mais adequado de formular certas questões. Tradicionalmente, um guião de entrevista contém uma lista de perguntas enunciadas da mesma forma, independentemente do entrevistado em causa. Mas perguntar a alguém qual é a sua "orientação sexual" tende a levar o actor a uma resposta que pressupõe já a adopção de uma certa forma de encarar a realidade que não é, necessariamente, a que melhor reflecte o seu ponto de vista.

Para evitar esta situação, preferiu-se seguir uma postura distinta, que consistiu em perguntar às entrevistadas se adoptavam, para si próprias, alguma definição em termos sexuais. Deste modo, permitiu-se que cada uma delas se exprimisse nos seus próprios termos. Concomitantemente, nas questões seguintes procedeu-se a um ajuste da terminologia em função da resposta inicial obtida. Assim, se uma mulher se definia como lésbica, passou a adoptar-se, além deste termo, expressões dele derivadas, como lesbianismo; se, pelo contrário, declarava ser homossexual, passou-se a adoptar expressões como homossexualidade ao longo da entrevista; se declarava não conseguir definir-se em termos de identidade sexual, então, adoptavam-se termos ou expressões neutras provenientes do seu próprio discurso, como "atracção por..."; e assim sucessivamente.

Este procedimento relativamente heterodoxo de aplicação do guião de entrevista permitiu, simultaneamente, atingir, por um lado, um dos objectivos centrais da investigação – compreender e explicar os processos diferenciais de apropriação das classificações dominantes – e, por outro, garantir uma maior aproximação aos entendimentos dos actores sobre si próprios e nos seus próprios termos. Refira-se, entretanto, que, em qualquer caso, a adopção de uma qualquer determinada definição identi-

[9] A este propósito, vejam-se, e.g., o estudo inaugural de Kinsey, Pomeroy, Martin e Gebhard ([1948] 1972; [1953] 1970) ou McWhirter, Sanders e Reinisch (1990) para uma discussão alargada desta temática.

tária passou sempre pela exploração dos seus conteúdos, assegurando, deste modo, a comparabilidade dos dados recolhidos.

Foi possível encontrar, nas histórias de vida recolhidas, dissemelhanças e proximidades entre as entrevistadas a este nível, de acordo com um conjunto de variáveis intervenientes que traduzem a presença de certas condicionantes estruturais, em particular, a pertença geracional, a origem geográfica (meio urbano/ rural) e a origem de classe. Estas variáveis revelaram um potencial explicativo das diferenças encontradas, quer em termos da equiparação da admissão de sentimentos homo-eróticos a um momento crítico, quer dos modos de lidar com este e com o seu desfecho, nomeadamente através da adopção (ou recusa) de uma identidade sexual particular. A influência destas variáveis é dupla: ela liga-se às características incorporadas do género, associadas, por um lado, aos contextos sócio-históricos que definem o período de adolescência e início da idade adulta das mulheres e, por outro, aos padrões típicos da classe e às possibilidades diferenciais de acesso a um conjunto de recursos que a posição de classe faculta, nomeadamente, a presença e/ ou a possibilidade de acesso a modelos de representação e de vivência da sexualidade e dos afectos alternativos ao heterossexual.

Foi, ainda, possível detectar a presença de outras variáveis intervenientes neste processo, ligadas às trajectórias de vida particulares, ainda que com ligação às primeiras. Neste caso, estão em causa os contextos microssociais em que as entrevistadas se movem, ou passam, a partir de determinado momento, a mover-se, incluindo, em particular, a formação e as características dos seus grupos de pares (incluindo o acesso a comunidades gays e lésbicas), que se podem revelar mais ou menos favoráveis à expressão e à vivência do homo-erotismo. A determinação destas ligações foi possível cruzando os conteúdos das narrativas com a caracterização sociodemográfica das entrevistadas, obtida a partir dos dados do questionário.

Do total de dezoito entrevistadas, seis definiam-se como "homossexuais", quatro como "lésbicas", duas usavam indiferentemente ambos os termos, uma preferia o termo "gay", três recusavam ou resistiam à adopção de qualquer definição por a considerarem irrelevante do ponto de vista pessoal e duas declararam não conseguir definir-se em termos de identidade sexual. Cruzando os conteúdos das narrativas com as variáveis referidas foi possível verificar que o termo "homossexual" tendia a ser preferido pelas mulheres mais velhas, ao passo que o termo "lésbica" tendia a ser mais adoptado à medida que a idade decrescia.

A explicação para esta diferença parece residir nas características dos contextos de socialização. Os conteúdos das entrevistas ilustram, no caso das mulheres mais velhas, a dificuldade de acesso quer a vocabulários de motivos, quer a vocabulário *tout court* que lhes permitisse, à data em que iniciam as suas primeiras relações homo-eróticas, enquadrar os seus sentimentos e experiências. O contacto com comunidades gays e lésbicas, e, portanto, o acesso aos seus guiões próprios, é difícil e, geralmente, tardio, sobretudo para aquelas que viviam longe dos grandes centros urbanos, e a terminologia dominante durante o seu período de adolescência e início da idade adulta remete para a categoria clínica da homossexualidade. Inversamente, as mulheres mais jovens vivem os seus primeiros relacionamentos homo-eróticos num momento em que,

em Portugal, o activismo gay e lésbico começa a ter projecção pública e em que o contacto com aquelas comunidades pode ser mais facilmente conseguido, mesmo que indirectamente, através da expansão do acesso à *World Wide Web*.

Declarações como as de Zulmira (47 anos, origem de classe: EE), que "não tinha coisíssima nenhuma a não ser o sentir... Só os sentimentos, porque, basicamente, informação não tinha quase nada", razão pela qual "não chamava nome nenhum a nada que era para não dizer asneiras", ou de Antónia (54 anos, origem de classe: PTE), que recorda que "nunca se dizia a palavra. Homossexualidade era uma palavra que não existia", contrastam, assim, claramente com as das entrevistadas mais jovens, como Paula (23 anos, origem de classe: EDL), que se lembra que, à data da sua primeira paixão, "havia uma espécie de boom em relação a esse assunto porque estava na moda falar de gays e lésbicas, montes de reportagens na SIC... // Só não apanhava quem não queria".

Estas alterações terminológicas, com impactos nas identidades reclamadas das mulheres, haviam sido já notadas por Ponse (1978), que as relaciona, em especial, com a acção do activismo lésbico, apostado, por um lado, na distinção dos significados associados aos termos "homossexual", "gay" e "lésbica", e favorecendo este último por o considerar distintivo face aos primeiros, vistos como mais apropriados para os homens; e, por outro lado, à tentativa de eliminar o estigma que lhe está associado, visando a sua revalorização. O caso mais paradigmático dos efeitos desta acção está plasmado na descrição de Antónia (54 anos, origem de classe: PTE), que diz que só passou a definir-se como lésbica "Para aí há dois anos, porque antes era outras coisas. Antes era homossexual", e que justifica a sua recusa em se definir como lésbica "Porque a palavra «lésbica» tinha uma carga muito negativa". Ora, a alteração enunciada por esta entrevistada, que se refere não só à terminologia, mas também a uma modificação da percepção dos significados associados às diferentes palavras parece reflectir, na verdade, o trabalho levado a cabo pela associação lésbica de que passou a fazer parte sensivelmente na mesma altura, o Clube Safo.

O ajustamento do guião de entrevista às terminologias das entrevistadas permitiu, entretanto, fazer emergir estratégias de nomeação características dos seus grupos de sociabilidade particulares, que operam como um código comum entre os seus membros, excluindo, ao mesmo tempo, da comunicação aqueles que deles não fazem parte. Estas estratégias, igualmente reveladoras da ambivalência associada à adopção de um rótulo que não deixa de ser estigmatizante, podem saldar-se quer na adaptação de denominações correntes – "o termo correcto é lésbica, portanto, digo «lés»" (Zulmira, 47 anos, origem de classe: EE) –, quer na apropriação de palavras de uso comum e não ligadas ao domínio da sexualidade por associação da sua sonoridade às categorias sexuais – "o «homossexual» leva a «homo». // «Omo», e eu costumo dizer «Presto»... Às vezes, na brincadeira, até, com a Maria, costumo dizer «Olha ali mais uma Presto»..." (Alexandra, 37 anos, origem de classe: EDL)[10] –, quer numa apropriação dessas categorias que se pretende lúdica nos contextos apropriados – "com amigos que sabem – especialmente amigos com a mesma orientação, com homens gays

[10] «Omo» e «Presto» são duas marcas de detergente para roupa...

ou mulheres lésbicas – utilizo muito o termo «fufa». // Como muitos amigos meus que são gays utilizam o termo «bicha» no sentido, também, de algum humor" (Marisa, 37 anos, origem de classe: PTE).

Existe um outro aspecto relativamente ao qual as características dos contextos de socialização, quer em termos geracionais, quer em termos de grupos de pertença, revelam possuir potencial explicativo quer para as semelhanças, quer para as diferenças presentes nas narrativas: a relação estabelecida entre desejo erótico e identidade reclamada. Para a maior parte das mulheres entrevistadas, o desejo erótico tende a ser visto como conduzindo a uma determinada definição identitária – lésbica ou homossexual –, facto que tende a ser mais visível tanto com o aumento da idade, como com a maior centralidade da pertença a uma comunidade lésbica. São as mulheres que descrevem esta pertença como central nas suas vidas, e tanto mais quanto mais velhas são, que tendem a apresentar uma visão mais linear da relação entre desejo homo-erótico e identidade homossexual, gay ou lésbica, o que pode ser explicado, sobremaneira, pelo facto de o activismo gay e lésbico possuir um guião próprio de leitura desta relação[11]: a "trajectória gay" (Ponse, 1978), exemplificada nas "histórias de saída do armário".

Na subcultura gay, este guião estabelece um conjunto de experiências subjectivas cuja ordem pode ser mais ou menos aleatória, mas que se ligam logicamente umas às outras, e que culminam na adopção de uma identidade gay ou lésbica. Nas histórias de vida recolhidas, a sua influência pode, ainda, ser claramente deduzida tanto da relação que as próprias entrevistadas estabelecem entre a clarificação dos seus sentimentos e do lugar destes nas suas identidades e o acesso a comunidades lésbicas, como nas formas como descrevem o processo de resolução do hiato identitário provocado pelo reconhecimento do seu próprio desejo homo-erótico. A utilização de termos como "negação" (do próprio lesbianismo) (Paula, 23 anos, origem de classe: EDL), o reconhecimento de que o acesso a uma comunidade lésbica "foi como um livro onde eu fui buscar informação" (Zulmira, 47 anos, origem de classe: EE), ou de que as publicações lésbicas foram "a minha descoberta! Eu, aí, descobri!" (Beatriz, 33 anos, origem de classe: EE) são exemplificativos do que acabamos de afirmar, ilustrando aquilo a que Goffman (1996: 142) chamou o "efeito de carreira".

Mas se a maioria das mulheres entrevistadas tende a conformar-se a esta visão e ao seu desfecho – pese embora com muito menos certezas do que o guião da "trajectória gay" pretende fazer crer –, há também aquelas que o não fazem. Os casos mais paradigmáticos são elucidativos de alterações contextuais – como a disseminação mais recente das teorias construtivistas, que colocam a tónica no questionamento das categorias sociais/ sexuais –, com reflexos, portanto, nos contextos de socialização geracional, porém atravessadas pela influência da classe e por características específicas das trajectórias de vida individuais.

Assim, se entre as entrevistadas mais jovens é possível verificar um certo des-

[11] De resto, inspirado em noções similares às que é possível encontrar nas teses dominantes relativas ao desenvolvimento da identidade gay ou lésbica, que tendem a apresentar-se como formas reificadas e de reificação de identidades distintas e/ ou "essenciais" e com um desfecho previsível e estável. Para uma revisão destas teses, consultem-se, e.g., Appleby e Anastas (1998), Gonsiorek e Rudolph (1991: 161-176), Troiden (1988), Gagnon e Simon (1977), Plummer (1996) e McCarn e Fassinger (1996).

ligamento do desejo erótico face à identidade sexual, ambos encarados como mais fluidos e multidimensionais do que aquele guião pretende fazer crer – "eu diria que não me considero exactamente homossexual. Simplesmente, não ponho um entrave a uma relação homossexual, não me sinto mal nela, do mesmo modo que não me sinto necessariamente mal numa relação heterossexual... É quase como se eu visse as pessoas indiferentemente do sexo" (Sofia, 24 anos, origem de classe: PTE); "Gosto de pessoas e pronto, não preciso de dizer que sou homossexual ou o que quer que seja... Nunca pensei nisso, nunca tive necessidade de dizer «Eu sou isto, eu sou aquilo»..." (Luísa, 24 anos, origem de classe: PTE) –, a classe e as oportunidades que faculta em termos de acesso a recursos discursivos alternativos, tanto como a recursos materiais que possibilitam diferentes estilos de vida, e as marcas de trajectórias de vida que facultam o acesso a contextos de sociabilidade pelo menos mais favoráveis à vivência do homo-erotismo, parecem estar na base de um postura de recusa em adoptar uma identidade entendida como restritiva: "A pessoa não tem nada que, à partida, dizer: «Eu sou dos amarelos! Quem aparecer, se não for amarelo, é melhor desistir porque não há hipótese! Eu sou dos amarelos!» A ambiguidade faz parte da vida. As pessoas são todas bissexuais, são todas homossexuais... As pessoas são isso tudo se tiverem oportunidade de experimentar..." (Teresa, 52 anos, origem de classe: PTE).

Das narrativas de quase todas as entrevistadas que não oferecem uma definição de si próprias a este nível ressaltam características comuns que as aproximam de uma identidade *queer*[12]: a crença na não linearidade entre sexualidade, afectos e identidade e o questionamento e/ ou a redução da importância das categorias sexuais. Onde este discurso surge de forma mais articulada é na narrativa de Catarina, académica, ligada ao mundo das artes e proveniente de uma família de Profissionais Técnicos e de Enquadramento: "Acho que a pergunta nunca está muito bem formulada... Não é a tua pergunta, é a pergunta que o mundo se põe sobre... // [...] essa visão do tema já é uma visão que é uma linguagem contextual... Quer dizer, neste contexto fala-se de orientação sexual, o que, noutra cultura qualquer, noutro contexto qualquer, é ver o problema pelo lado errado! // Isso já é uma construção, já responde..." (Catarina, 35 anos, origem de classe: PTE).

As mulheres que adoptam esta postura são praticamente todas originárias de famílias de Profissionais Técnicos e de Enquadramento, têm formação superior, encontram-se directa ou indirectamente ligadas aos mundos das artes e/ ou das ciências sociais (Sociologia e Psicologia) e os seus grupos de pares são descritos como conhecedores das suas preferências e apoiantes.

Estamos, portanto, na presença de factores explicativos diversos que se entrecruzam com trajectórias de vida particulares: por um lado, as teses da abordagem *queer*

[12] Com epicentro nos estudos literários e fortemente influenciada pelo construtivismo, a *queer theory* salienta as relações fluidas, incoerentes e instáveis entre corpo, sexo, género e desejo, questiona a existência de fronteiras estáveis entre "normalidade" e "desvio" e pretende pôr em causa a hetero-normatividade (Dynes, s.d.; Jagose, 1996; Penn, 1995). Recuperando um termo com uma conotação originalmente injuriosa – *queer* é uma expressão possível do insulto homofóbico, significando, neste caso, bicha ou maricas –, pretende unir sob ele todas as formas de conduta e de identificação proscritos, "estranhos", isto é, não conformes. Porém, ao fazê-lo, questiona, simultaneamente, a estabilidade de qualquer identidade, incluindo a identidade gay e lésbica. Na verdade, como sublinha Jagose (1996: 3) *queer* é "uma categoria de identidade que não tem interesse em consolidar-se, ou mesmo em estabilizar-se", "é menos uma identidade do que uma crítica da identidade".

não têm sido grandemente divulgadas entre nós, o que poderá estar, em parte, ligado ao facto de o activismo gay e lésbico ser ainda recente em Portugal. Historicamente, a sua implantação noutros países esteve ligada à defesa de uma política da identidade, i.e., à construção e defesa de identidades estáveis, e, portanto, de um espaço a partir do qual é possível formular um discurso contrário e mobilizar os indivíduos para a acção. Inversamente, a adopção de um ponto de vista *queer* pode ser lida como um enfraquecimento da força política deste activismo pela diluição das fronteiras desse espaço (Walters, 1996). Entre nós, as estratégias adoptadas pelas associações gays e lésbicas têm-se também orientado maioritariamente por uma política da identidade. A divulgação do projecto *queer* tem estado confinada a círculos relativamente restritos, designadamente o meio académico e os circuitos das artes. Por outro lado, parecem estar também em causa as transformações por que passaram as sociedades ocidentais nas últimas décadas, nomeadamente por acção do próprio movimento gay e lésbico, que se traduziram numa convivência mais fácil entre expressões identitárias e sexuais alternativas (Stein, 1997; Faderman, 1992; Seidman, 2004). Assim, pelo menos nalguns casos, é de supor que os circuitos de sociabilidade de uma parte da população e, em particular, os grupos de pares destas mulheres, sejam, igualmente, se não mais respeitadores das suas opções de vida, pelo menos mais tolerantes em relação a elas. Finalmente, a origem de classe, conjugada com o efeito de trajectória, parece estar também em causa. Histórica e sociologicamente, a fracção dominada da classe dominante tem recusado a assimilação do indivíduo ao grupo, marcando, pelo contrário, o seu direito à livre expressão como forma de realização pessoal (Faderman, 1992; Bourdieu, 1979). A individualidade, a unicidade do ser humano, é valorizada *per se*. Além disso, trata-se de uma fracção de classe dotada de um elevado capital cultural, cuja posição no espaço social atribui aos seus membros condições particulares de acesso aos recursos que facilitam a formulação de um contra-discurso (Bourdieu, 1984; 1989).

Assim, as características dos contextos sociais em que as mulheres se movem, onde se entrecruzam influências de classe e geracionais com efeitos de trajectória, fazem com que as suas identidades reclamadas reflictam também graus variáveis de pressão no sentido da conformidade a categorias definidas de modo mais ou menos estanque. Os recursos a que podem aceder no processo de construção das suas identidades estão, obviamente, ligados a determinantes que elas não controlam e que lhes facultam instrumentos distintos de leitura das suas vivências com impactos ao nível das suas identidades. Mas estas dependem, igualmente, de uma trajectória de vida particular e das avaliações que cada mulher faz da consonância entre essa trajectória e os modelos de identificação que, em cada momento, lhe são propostos.

Nota conclusiva

A identidade é uma estabilização temporária, uma forma provisória de organizar o Eu e o ambiente de modo a que surjam ambos como estáveis e previsíveis. As histórias de vida recolhidas mostram que esta estabilização resulta de um esforço activo de um sujeito que se constrói sob a influência da sua época e dos recursos – modelos

de identificação, sistemas de classificação social, vocabulários de motivos – que esta lhe oferece, mas permitem também ver *como* o faz.

Os resultados obtidos nesta investigação destacam a relevância dos processos de classificação social na construção da identidade, patente no facto de o reconhecimento do próprio desejo homo-erótico implicar que uma mulher se posicione face a uma categoria particular e socialmente estigmatizada – a lésbica. Esse posicionamento está intimamente ligado à sua posição no espaço social. Mas concentrando a atenção não exclusivamente no nível macro, mas também microssociológico, é possível ver, em acção, um sujeito capaz de contrariar as lógicas reguladoras e os processos classificatórios que pretendem impor-lhe a conformidade a identidades e estatutos particulares e as condições sob as quais isto pode ser feito.

A metodologia adoptada, que passou pela inclusão do conhecimento e das lógicas do actor na análise sociológica, revela uma capacidade excepcional de desvendamento do seu papel activo na definição do que é e do que pretende ser. Em cada história de vida singular é possível verificar a presença interactuante das lógicas de classificação social, a influência de condições particulares de socialização, os limites sociais da acção e do pensamento, mas também a irredutibilidade do sujeito às suas circunstâncias, a sua capacidade de se situar para além da ordem social que lhe é mostrada e a que pertence. Os modelos de identificação são apropriados e actualizados pelo actor, mas, nesse processo, são também modificados, deslocados, recombinados. Outros são rejeitados. Em qualquer caso, constituem fragmentos identitários que nunca reflectem exactamente os tipos sociais disponíveis, quaisquer que estes sejam. Mais exactamente, esses fragmentos influenciam-se de múltiplas maneiras, produzem resultados distintos, resultado de uma experiência de vida sempre única.

Tomando como objecto de análise um conjunto de casos particulares, é possível verificar tanto a influência de determinantes macrossociológicas nos processos de construção identitária, como a importância central de incluir na explicação sociológica o contributo dos actores. O modo como estes pensam e se posicionam face aos seus contextos particulares e os seus discursos mostram, por um lado, a presença de elementos condicionadores da conduta a que não podem aceder plenamente e, por outro, a sua compreensão de certas lógicas de funcionamento da realidade social e a sua resistência a essas lógicas. É o modo como os actores pensam esta realidade, independentemente de essa forma de pensamento não assumir as características da explicação científica, que determina a sua acção e o significado que atribuem à acção dos outros. Uma parte da explicação sociológica passa, portanto, pela compreensão da dimensão subjectiva da realidade enquanto elemento integrante e fundamental do seu objecto. Ela exige, todavia, a elucidação das relações e das condições que ultrapassam o sujeito e a sua vontade. E esta última tarefa depende menos da metodologia de investigação adoptada do que da postura do investigador, a quem compete restituir tais relações.

Bibliografia

APPLEBY, George Alan, ANASTAS, Jeane W. (eds.) (1998), *Not Just a passing Phase: Social work with gay, lesbian, and bisexual people*, New York, Columbia University Press

ATKINSON, Robert (2002), "The Life Story Interview", in Jaber F. Gubrium & James A. Holstein (eds.), *Handbook of Interview Research*, Thousand Oaks, Sage, pp. 121-140

BECKER, Howard S. (1994), *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*, São Paulo, Editora Hucitec

BECKER, Howard S. (1986), "Biographie et mosaïque scientifique", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 62/ 63, pp. 105-110

BERTAUX, Daniel (1997), *Les récits de vie: Perspective ethnosociologique*, Paris, Editions Nathan

BERTAUX, Daniel (1986), "Fonctions diverses des récits de vie dans le processus de recherche", in Danielle Desmarais & Paul Grell (eds.), *Les récits de vie: Théorie, méthode et trajectoires types*, Montreal, Editions Saint-Martin, pp. 21-34

BOURDIEU, Pierre (1989), *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel

BOURDIEU, Pierre (1984), *Questions de Sociologie*, Paris, Les Editions de Minuit

BOURDIEU, Pierre (1979), *La Distinction: Critique sociale du jugement*, Paris, Les Editions de Minuit

BRANDÃO, Ana Maria (2007), *"E se tu fosses um rapaz?": Homo-erotismo feminino e construção social da identidade*, Dissertação de doutoramento em Sociologia, Universidade do Minho

BROOTEN, Bernadette J. (1996), *Love Between Women: Early Christian responses to female homoeroticism*, Chicago, The University of Chicago Press

BURGUESS, Robert G. (1997), *A Pesquisa de Terreno: Uma introdução*, Oeiras, Celta

CHARMAZ, Kathy (2002), "Qualitative interviewing and grounded theory Analysis", in Jaber F. Gubrium & James A. Holstein (eds.), *Handbook of Interview Research*, Thousand Oaks, Sage, pp. 675-694

COLLINS, Randall (1992), "The romanticism of agency/ structure versus the analysis of micro/ macro", *Current Sociology*, 40 (1) pp. 77-97

DE GAULEJAC, Vincent (1995), "Sociologie et psychanalyse des récits de vie: Contradictions et complémentarités", *Current Sociology*, 43 (2/ 3,) pp. 19-26

DENZIN, Norman K. (1989), *Interpretive Biography*, Newbury Park, Sage

DIGNEFFE, Françoise, BECKERS, Myriam, (1997), "Do individual ao social: A abordagem biográfica", in Luc Albarello, Françoise Digneffe, Jean-Pierre Hiernaux, Christina Maroy, Danielle Ruquoy & Pierre de Saint-Georges, *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva, pp. 203-245

DOUGLAS, Mary (1994), *Purity and Danger: An analysis of the concepts of pollution and taboo*, London, Routledge

DURKHEIM, Émile (1996), *O Suicídio*, Lisboa, Editorial Presença

DYNES, Wayne R. (s.d.), "Queer Studies: In search of a discipline" [Online], Disponível: *http//www.fc.net/ãrathus/other/queer_studies_in_search_of_a_discipline.txt* [1999, 27 de Junho]

FADERMAN, Lilian (1992), *Odd Girls and Twilight Lovers: A history of lesbian life in twentieth-century America*, s.l., Penguin Books

FERRAROTTI, Franco (1983), *Histoire et Histoires de Vie: La méthode biographique dans les sciences sociales*, Paris, Librairie des Méridiens

GAGNON, John H., SIMON, Wiliam (1977), *Sexual Conduct: The social sources of human sexuality*, Chicago, Aldine Publishing Company

GIDDENS, Anthony (1997), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta

GOFFMAN, Erving (1996), *Manicômios, Prisões e Conventos*, São Paulo, Editora Perspectiva

GONSIOREK, John C., RUDOLPH, James R. (1991), "Homosexual Identity: Coming out and other developmental events", in John C. Gonsiorek & James D. Weinrich (eds.), *Homosexuality: Research Implications for public policy*, London, Sage, pp. 161-176

GRELL, Paul (1986), "Une méthodologie pour dépasser les realités partielles", in Danielle Desmarais & Paul Grell (eds.), *Les récits de vie: Théorie, méthode et trajectoires types*, Montreal, Editions Saint-Martin, pp. 151-176

HAMEL, Jacques (1992), "On the status of singularity in Sociology", *Current Sociology*, 40 (1), pp. 99-119

HAMEL, Jacques, DUFOUR, Stéphane, FORTIN, Dominic (1993), *Case Study Methods*, Newbury Park, Sage

HOERNING, Erika M., ALHEIT, Peter (1995), "Biographical socialization", *Current Sociology*, 43 (2/ 3), pp. 101-114

HOULE, Gilles (1986), "Histoires et récits de vie: la redécouverte obligée du sens commun", in Danielle Desmarais & Paul Grell (eds.), *Les récits de vie: Théorie, méthode et trajectoires types*, Montreal, Editions Saint-Martin, pp. 35-51

JAGOSE, Annamarie (1996), "Queer Theory" [Online], Disponível: *http://www.lib.latrobe.edu.au/AHR/archive/Issue-Dec-1996/jagose.html* [1999, 22 de Julho]

KINSEY, Alfred C., POMEROY, W.B., MARTIN, C.E., GEBHARD, P.H. ([1948] 1972), *O Comportamento Sexual do Homem*, Lisboa, Editora Meridiano

KINSEY, Alfred C., POMEROY, W.B., MARTIN, C.E., GEBHARD, P.H. ([1953] 1970), *O Comportamento Sexual da Mulher*, Lisboa, Editora Meridiano

LAHIRE, Bernard (2004), *Sucesso escolar nos meios populares: As razões do improvável*, São Paulo, Ática

LAHIRE, Bernard (2005), "Patrimónios individuais de disposições: Para uma sociologia à escala individual", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 49, pp. 11-42

MACHADO, Fernando Luís, COSTA, António Firmino da, MAURITTI, Rosário, MARTINS, Susana da Cruz, CASANOVA, José Luís, ALMEIDA, João Ferreira de (2003), "Classes sociais e estudantes universitários: Origens, oportunidades e orientações", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, pp. 45-80

McCARN, Susan R., FASSINGER, Ruth E. (1996), "Revisioning sexual minority identity formation: A new model of lesbian identity and its implications for counselling and research", *Counseling Psychologist*, 24 (3), pp. 508-534

MCWHIRTER, David P., SANDERS, Stephanie A., REINISCH, June Machover (eds.) (1990), *Homosexuality/ Heterosexuality: Concepts of sexual orientation*, New York, Oxford University Press

PENN, Donna (1995), "Queer: Theorizing politics and history", *Radical History Review*, 62, pp. 24-42

PINTO, Louis (1990), "Expérience vécue et exigence scientifique d'objectivité », in Patrick Champagne, Rémi Lenoir, Dominique Merllié & Louis Pinto, *Initiation à la Pratique Sociologique*, Paris, Dunod, pp. 7-50

PLUMMER, Ken (1996), "Symbolic Interactionism and the Forms of Homosexuality", in Steve Seidman (ed.), *Queer Theory/ Sociology*, Cornwall, Blackwell, pp. 64-82

PONSE, Barbara (1978), *Identities in the Lesbian World: The social construction of self*, Westport, Greenwood Press

RICH, Adrienne (1980), "Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence", *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 5 (4), pp. 631-660

SCHÜTZ, Alfred (1964), *Collected Papers: Studies in social theory*, The Hague, Martinus Nijhoff

SCHÜTZ, Alfred (1962), *Collected Papers: The problem of social reality*, The Hague, Martinus Nijhoff

SEIDMAN, Steven (2004), *Beyond the Closet: The transformation of gay and lesbian life*, New York, Routledge

SIMMEL, Georg (2001), "The metropolis and mental life", in Jeffrey Alexander (ed.), *Mainstream and Critical Social Theory: Classical, modern and contemporary*, vol. II, London, Sage, pp. 161-172

STEIN, Arlene (1997), *Sex and Sensibility: Stories of a lesbian generation*, Berkeley, University of California Press

STRAUSS, Anselm L. (2002), *Mirrors and Masks: The search for identity*, New Brunswick, Transaction Publishers

STRAUSS, Anselm, CORBIN, Juliet (1990), *Basics of Qualitative Research: Grounded Theory procedures and techniques*, Newbury Park, Sage

THOMAS, W.I., ZNANIECKI, Florian (1958), *The Polish Peasant in Europe and America I*, New York, Dover Publications

TOURAINE, Alain (1982), *Pela Sociologia*, Lisboa, D. Quixote

TROIDEN, Richard (1988), *Gay and Lesbian Identity: A sociological analysis*, New York, General Hall

WALTERS, Suzanna Danuta (1996), "From here to queer: Radical feminism, postmodernism, and the lesbian menace (or, why can't a woman be more like a fag?)", *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 21 (4)

YIN, Robert K. (1994), *Case Study Research: Design and methods*, Thousand Oaks, Sage

O uso das histórias de vida no estudo da descontinuidade[1]

Emília Rodrigues Araújo*
Ricardo Gouveia**

Resumo

Este artigo versa sobre as potencialidades heurísticas e hermenêuticas das histórias de vida. Os autores do texto consideram as histórias de vida adequadas à pesquisa sobre as realidades sociais complexas e, em particular, ao estudo da descontinuidade temporal da experiência vivida. Esta análise, teoricamente alicerçada em diversos autores ligados à problematização e uso de histórias de vida, suportou-se numa pesquisa à base electrónica da editora *SAGE publications*. Esta permitiu elaborar, para o intervalo entre 2000 e 2007, algumas tipologias relativamente aos objectos de estudo sobre os quais têm versado as histórias de vida.

Introdução

Assiste à teoria social a necessidade de ajustar narrativas mais conclusivas sobre o processo de construção das identidades sociais, o qual sucede em ambientes espácio-temporais crescentemente paradoxais[2] (Dubar, 2002; 2004), produzindo graus diversos de descontinuidade nos sentidos individuais e colectivos de *duração*[3], esta especialmente patente, por um lado, nas temporalidades[4] subjectivas, resultantes da

[1] Os autores agradecem aos *referees* as sugestões à primeira versão do texto.

* Professora auxiliar na Universidade do Minho, Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais.
** Finalista do curso de Sociologia da Universidade do Minho.

[2] O adjectivo mais ajustado seria "ambíguas" e/ ou "sincréticas", pois, dada a complexidade que implica qualquer escolha do actor social, este vê-se confrontado com a necessidade de assumir, incluindo na forma narrativa, comportamentos, atitudes e manifestações sociais pertencentes a modelos socioculturais diferenciados e não necessariamente em estreita coerência entre si.

[3] Definimos *duração* no sentido de experiência contínua do mundo, tal como compreendida pela consciência do sujeito (princípio subjectivo) e garantida, de algum modo, pela sociedade e cultura, através das instituições e modelos de vida (sentido objectivo). Neste ponto, aproximamo-nos da conceptualização de Bergson (1992), que distingue a *duração* do *tempo*.

[4] A temporalidade, ao contrário do conceito de tempo, define-se pela dinâmica da passagem do tempo e respectiva experiência subjectiva. Demarca, muito especialmente, o ritmo inscrito na realização da acção efectiva ou intencional. Para uma análise mais exaustiva do conceito, ver Pomian (1993) e Adam (1990).

reflexividade dos actores sobre si próprios e sobre o seu percurso de vida, e, por outro, nas intersubjectivas, originadas da relação entre os actores e as instituições[5].

Este projecto de descoberta das regras e dos sistemas de justificação, por trás das manifestações da descontinuidade[6] no sentido de duração individual e colectivo, implica a constante interrogação dos quadros teóricos disponíveis, assim como das metodologias de acesso, tratamento e análise das experiências individuais e colectivas (Dubar, 2002). Tal empresa sugere duas assunções: i) o carácter móvel das realidades, não completamente passíveis de olhar estático e macro-narrativo e ii) a inexistência de dados institucionais, normalmente de cariz quantitativo, capazes de informar adequadamente sobre o tipo, o grau e a intensidade das mudanças e dos processos socioculturais em curso, moldando a construção intersubjectiva das identidades. Nesta linha, o presente texto versa sobre as questões seguintes: podemos assumir haver um interesse recente sobre as histórias de vida, quer como técnica de recolha de dados, quer como reportório de saberes, práticas e modelos de acção? Até que ponto esse interesse pelas histórias de vida está relacionado com a dinâmica espácio-temporal da realidade social, nomeadamente da construção das identidades? Trata-se, em todas as pesquisas incidentes sobre as diversas realidades sociais que atravessam a problemática das identidades, do uso efectivo de histórias de vida?

Com efeito, não obstante o esforço metodológico no sentido de traçar o acesso à variação do social e à porosidade das fronteiras identitárias[7], continua a notar-se a dualidade dos métodos de investigação no que respeita ao poder que possuem de construir a "realidade" das identidades sociais[8]: i) ou ajudam a construir padrões e, assim, a suportar a valência de temporalidades coerentes e passíveis de transposição para um contexto narrativo, no qual é possível sustentar-se a existência de uma experiência de duração ou ii), num outro extremo, garantem a tradução da experiência a-temporal, a-sincrónica da descontinuidade temporal individual e histórica, num formato quase *psicologizante*[9]. Neste último caso, tal verifica-se, principalmente, quando o uso do método se pauta por uma atitude cognitiva e epistemológica, mais ilustrativa do que

[5] Entre as quais se encontram a família e as organizações de trabalho, certos movimentos sociais, entre outros. Para uma análise mais detalhada sobre a relação entre tempos individuais, tempos sociais e institucionais, consultar, entre outros, Adam (1990), Demazière e Dubar (2004) e Gadèa e Lallement (2004).

[6] As temáticas sobre esta tese da descontinuidade são vastas. Destacamos, neste caso, a flexibilidade temporal, a taxa de desemprego, o envelhecimento populacional, o desfasamento temporal entre o crescimento biológico e o social, os padrões de uso do tempo de trabalho, em geral, a organização do tempo livre, as desigualdades de género, entre várias outras. Em conjunto, argumentamos que há nestas temporalidades descontínuas uma limitação da subjectividade, dado que se assume não haver instituições ou normas tão vinculadoras, mas sim processos perante os quais os indivíduos se familiarizam e através dos quais encontram formas de constrangimento e de autonomia geridas por eles mesmos (Giddens, 2001; McDonald, 1999:212-3). Neste âmbito, citamos Bauman, que argumenta o seguinte: "Men and women are trained (made to learn the hard away) to perceive of the world as of a container full of disposable objects, objects for one-off use" (Bauman, 2003: 156 e 155).

[7] A porosidade é objecto de análise em diversas áreas de estudo sociológico (Hall, 1996; Giddens, 2001, entre outros), e filosófico, sugerindo teorizações, por vezes, intensamente elaboradas (Butler, 2003). Neste caso concreto das identidades e dos modelos socioculturais referenciais do comportamento, partilhamos de uma ideia central: que o processo de construção e afirmação identitária se define na própria ambiguidade e diversidade contida nas respostas que o mesmo indivíduo dá aos estímulos e às proposições do ambiente situacional que vive.

[8] Este assunto é, de algum modo, tradicional na definição das condições epistemológicas de uma abordagem metodológica em ciências sociais (Champagne, Lenoir, Merllié e Pinto, 1990; Albarello, 1997, entre vários outros).

[9] Esta é a tendência mais marcante das pesquisas que se auto-situam nas abordagens *pós-modernas*.

tipológica[10]. As perguntas difíceis de resolver permanecem ainda pouco esclarecidas: pode ser o método responsável pela construção do grau de "descontinuidade" na construção identitária individual, trajectória e história de vida? Tem o método potencialidades para desdobrar as mudanças que afectam a dinâmica *fragmentada* da identidade? Quais serão as utilizações da história de vida, enquanto técnica de investigação, no estudo e na interpretação dessa descontinuidade? Até que ponto se pode afirmar que as investigações e pesquisas sobre este fenómeno, que dizem utilizar as histórias de vida, as utilizam efectivamente? As respostas a estas questões exigem um amplo trabalho de pesquisa cujo âmbito não cabe totalmente nos objectivos deste texto. Ocupa-nos aqui uma hipótese central, contendo três ideias: i) A experiência moderna da vida social é crescentemente elaborada sem o referencial da duração, definindo-se este como o grau de continuidade inscrito no plano da temporalidade biográfica individual e colectiva; ii) As técnicas de investigação qualitativa, por se dirigirem, na sua definição original, para a recolha de dados sobre processos contínuos de reformulação, variação e confronto representacional, adaptam-se particularmente bem ao estudo dessas "falhas" de duração na construção identitária; e iii) As histórias de vida, ao mesmo tempo que permitem a expressão directa da descontinuidade e da variabilidade nos processos identitários, facilitam o exercício de reflexividade dos actores estudados, assim como dos investigadores e dos receptores das histórias. Por isso, é expectável que, ao lado da análise científica, surjam produções várias de conhecimento com influência directa sobre as trajectórias dos sujeitos receptores da história que vale a pena questionar de um ponto de vista sociológico.

A fim de alinharmos uma argumentação em torno destas questões, organizámos o texto em quatro pontos principais. Após a apresentação da informação acerca do método seguido, apresentam-se, num segundo ponto, os pressupostos principais implicados no uso das histórias de vida. O terceiro ponto é dedicado a uma breve problematização sobre o uso das histórias de vida no estudo das descontinuidades temporais, inscritas nos processos de construção identitária, orientados para um horizonte temporal futuro-presente[11]. Depois desta breve problemática sobre a relação entre a história de vida e a experiência da temporalidade individual[12], mostramos, baseados numa pesquisa parcial sobre a utilização das histórias de vida em Sociologia, que estas têm sido usadas para estudar processos biográficos de "crise" ou ruptura, embora em grande parte dos casos, não se trate de histórias de vida, mas de histórias biográficas. Contudo, evidenciamos que as formas finais de redacção seguem o processo tradicional de *linearização* das histórias. A possibilidade de a história de vida poder ser narrada de forma descontínua, mostrando o carácter intermitente da experiência moderna de vida, constitui o objecto de discussão num último ponto. Neste, referimos a potencialidade *performativa* das histórias de vida, para além do âmbito terapêutico estrito.

[10] Referimo-nos, a este respeito, à capacidade de a investigação produzir uma imagem coerente do objecto de estudo, isto é, dos tipos ideais definidos por Weber (1979), traços comuns, regularidades resultantes da classificação e da comparação de fenómenos sociais.

[11] O futuro-presente define um estado de experiência social em que os indivíduos vivem a necessidade de pensarem no futuro constantemente, no seu dia-a-dia. O conceito próximo deste é o de "presente-extenso" (Nowotny, 1996).

[12] Não há uma distinção nítida entre temporalidade individual e temporalidade social. O que melhor se pode dizer é que nos referimos, no primeiro caso, à experiência do sujeito, a partir do seu universo bio-psicológico e familiar, e, no segundo caso, ao resultado das diversas ordens temporais reguladas pelas várias organizações que compõem a sociedade.

1. Indicações metodológicas

O argumento do texto contempla conclusões da análise à literatura relacionada com a utilização de histórias de vida e de uma pesquisa efectuada na base da *SAGE Publications*, na qual procurámos todos os artigos que combinassem as palavras *sociology* e *life history*. Inicialmente, a pesquisa abrangeu a totalidade das publicações, desde 1890 até 2007. No entanto, tendo verificado que até à década de 1990 estavam apenas publicados 220 artigos, dos quais possuíamos poucos resumos online, decidiu-se analisar o período em que se registou o maior crescimento do número de trabalhos. Limitámos a investigação ao período entre Janeiro de 2000 e Dezembro de 2007. Desta pesquisa resultaram 717 textos, dos quais analisámos 500, a partir dos quais construímos uma base de dados. Após a leitura de cada resumo disponível online, assim como de alguns textos integrais, organizámos uma base tendo em conta a designação da área científica, a proveniência e o tipo de artigo[13]. Esta pesquisa é, como se observa, parcial e deve ser entendida neste patamar. Tivemos em conta, ainda assim, o uso deste tipo de metodologia em Portugal e no Brasil.

2. As histórias de vida: implicações metodológicas

A definição da história de vida e o seu âmbito de aplicação estão documentados em vários estudos exaustivos nos quais se mostra o valor científico, os cuidados e o rigor metodológico exigido aquando do uso desta técnica (Thomas e Znaniecki, 1984[14]; Bertaux, 1986; 1997[15]; Pais, 2002[16]; Poirier, 1999[17]). A história de vida é definida, por norma, como uma técnica de investigação, a qual permite aceder às práticas dos actores e aos processos simbólicos a elas subjacentes, podendo incidir sobre acontecimentos, processos ou pessoas concretas. O objectivo do investigador, ao utilizar a história de vida, pode ser obter uma autobiografia[18], narrada pelos próprios sujeitos, ou realizar uma biografia de forma indirecta, a qual conta com a participação destes[19]. A história de vida pode orientar-se para o estudo da vida de um indivíduo apenas (orientação psicográfica)[20] ou para o estudo de um evento, acontecimento ou período histórico, neste caso implicando várias histórias de vida (orientação etno-

[13] Ou seja, tivemos em conta se se tratavam de histórias de vida, usavam o método biográfico, utilizavam apenas técnicas qualitativas ou se nada tinham a ver com a metodologia qualitativa.

[14] Estes autores foram pioneiros na utilização das histórias de vida na sociologia. Através da recolha de várias cartas de correspondência entre camponeses polacos emigrados nos EUA e os seus familiares na Polónia, reconstruíram os seus percursos biográficos. Mesmo estudos no âmbito da história, principalmente sobre a temática da memória, remetem, com frequência, para os seus desenvolvimentos (entre outros, Pollak, 1992).

[15] Daniel Bertaux e Isabel Bertaux utilizaram histórias de vida de padeiros franceses num estudo sobre a indústria da panificação naquele país (Bertaux, 1986;1997).

[16] José Machado Pais usou as histórias de vida na sua investigação sobre percursos juvenis (Pais, 2002).

[17] Trata-se de um livro – manual onde se condensam os principais passos a seguir para o uso da história de vida.

[18] O uso da autobiografia permite uma compreensão mais aprofundada das acções do sujeito. Horder (2004) escreveu sobre a sua experiência e as dificuldades de conciliação entre a leitura e os novos meios de aquisição de conhecimentos.

[19] Sparkes (2004) escreveu um artigo sobre a experiência da luta contra o cancro de Lance Armstrong, (um conhecido ciclista) baseado na sua autobiografia.

[20] Seguindo esta orientação, o investigador pretende conhecer apenas a história de vida do sujeito sobre o qual incide essa mesma história. Pode reflectir um caso que, pelas suas características, seja representativo de uma comunidade ou, pelo contrário, que seja único e excepcional. Duchowny (2005) analisa a autobiografia de um recluso, no sentido de compreender a sua narrativa.

gráfica)[21]. Esta orientação é a mais usada em Sociologia porque, além de permitir recolher informação sobre a vida de um indivíduo, suas opções e dissonâncias, faculta o acesso a informação sobre o seu relacionamento com os grupos de socialização, como a família e a classe. Permite, ainda, aceder ao discurso do indivíduo sobre os acontecimentos históricos e formas de influência sobre a sua vida, assim como sobre o papel que os outros tiveram, ou não, na sua vida, ao longo do tempo. Tal significa que nem todos os objectos de investigação são apreensíveis através desta técnica, sendo que a sua "cientificidade", na vertente heurística ou hermenêutica, estará seriamente dependente do acatamento do princípio do distanciamento do investigador, assim como do seguimento dos passos metodológicos descritos, nomeadamente, selecção de amostra, construção de guião, registo de dados, elaboração de ficha sinalética e respectiva análise de conteúdo, esta normalmente com carácter cronológico e estrutural (Demazière e Dubar, 2004).

Tem havido um interesse crescente na utilização das histórias de vida (Wengraf, Chamberlayne e Bornat, 2002) que é simultâneo com a tendência em utilizar entrevistas como sendo histórias de vida ou histórias biográficas. O certo é que a utilização das histórias de vida requer uma problematização teórica acerca de um objecto, seguida de uma definição metodológica que implica, como dissemos, uma selecção dos sujeitos a serem estudados, assim como vários passos subsequentes de análise (Poirier, 1997). As entrevistas, ou série de entrevistas, são de carácter aprofundado e exploram a totalidade do percurso biográfico do indivíduo. Por seu turno, a história biográfica (e as entrevistas biográficas) incide apenas, e normalmente, sobre um determinado período da vida do sujeito que o investigador considera mais pertinente para a sua investigação e que é perfeitamente apreensível através de uma entrevista.

3. Histórias de vida e descontinuidade: o debate epistemo-metodológico

Aclarados os pressupostos científicos implicados no uso das histórias de vida e na sua afirmação como técnica de recolha de informação, exigindo passos específicos sujeitos a análise de conteúdo, esquematização e comparabilidade de informação, tentaremos perceber melhor esta relação de adequação entre a história de vida e a pesquisa sociológica. Para tal, é importante isolar algumas escalas de análise situando-nos, em simultâneo, em dois níveis, de qualquer modo artificialmente separados: o "real" e o "construído".

Com efeito, uma das primeiras "tradições" das histórias de vida – em que incluímos Thomas e Znaniecki (1984) e Bertaux (1997) entre outros – contém uma preocupação de tipo realista: a "realidade" pode e deve ser apreendida tal como ela é ou aparenta ser, sendo que o próprio "investigador" tem um papel importante na intervenção sobre esse social, desde que consegue identificar os padrões de funcionamento desse social. O investigador pretenderá, assim, buscar os factos narrados,

[21] A orientação etnográfica diferencia-se da psicográfica pela sua abrangência. Nesta abordagem, o investigador procura encontrar nas várias histórias de vida que recolheu, representações/acções que, de alguma forma, sejam comuns e representativas daquele grupo. Rich (2004) usou onze histórias de vida de professoras de educação física para perceber as dificuldades sentidas pelas mulheres numa profissão altamente masculinizada.

contados e entrelaçados pelo sujeito de modo a classificar os significados potenciais dessa realidade, tanto para o sujeito, como para o conhecimento de um grupo, uma época ou um acontecimento[22]. A segunda tradição no uso das histórias de vida, que se situa entre os anos 80 e 90 do século passado, tem uma raiz de tipo mais fenomenológico e construtivista – incluímos aqui os estudos de grande parte dos autores ligados à escola de Chicago. Tal significa atribuir à história de vida a legitimidade e a potencialidade de descobrir os tempos projectados pelos próprios indivíduos, isto é, o que, na sua vida, representa o que não aconteceu, mas que teve efectivamente papel constitutivo da identidade dos sujeitos. Esta "tradição" radica na fenomenologia de Husserl (1986) muito em particular na definição do conceito de "horizonte temporal", a qual foi grande fonte de inspiração do conceito de temporalidade em Schütz (1962) e Mead (1959)[23]. Se considerarmos, por um lado, que a história de vida revela uma amálgama profunda entre o "real" e o "construído" (Bourdieu, 1986), entre saberes "comuns" e saberes "científicos", e que, por outro, esta representação do real pode ser uma fonte rica de informação compreensiva, diremos que a história de vida traduz, em qualquer caso, um processo: reporta-se a um *ser-indo*-progressivo (utilizando este conceito a partir de Heidegger, 1993). Por isso, *lato sensu*, distanciando-nos do sentido estrito que a liga a uma pessoa ou a um grupo de pessoas, a história de vida *fala*, mediada pela própria interpretação de vários sujeitos, de gerações, de instituições, organizações, sociedades e culturas, assim como de acontecimentos e de eventos com origem e projecção macrossociais. Neste plano macro, a história de vida pode ser o meio de recolha de informação e de partilha de experiências mais ou menos concretas e acontecimentos mais ou menos visíveis: a guerra, o trauma, a experiência colonial, a integração social, a cultura policial, a sexualidade e o género, são exemplos de objectos analisáveis a partir das histórias de vida. Ademais, pode ser fonte de reconstrução identitária, operada não só pela crença na verdade dessas experiências e possibilidade de projecção no discurso biográfico próprio, mas pela interpretação resultante da tomada de conhecimento dessa história, pelo sujeito emissor ou receptor.

Sugerimos, assim, que a história de vida permite aceder ao "segredo" da memória e ao projecto de desconstrução e recomposição identitário, próprio da construção do "eu", muito em especial, nas sociedades do presente, de tipo mais reflexivo. Nesse sentido, por um lado, ela é analisável e tratável ao ponto de poder resultar em tipologias classificativas válidas para a compreensão dos processos identitários de um grupo. Mas, por outro, ela é já um *discurso possível* do indivíduo sobre si próprio do qual resulta um *discurso possível* por parte dos receptores (incluindo o do cientista social)[24]. Assim, podemos concluir que história de vida narrada, sendo objecto da linguagem do sujeito (Demazière e Dubar, 2004), não chega a "revelar" esse "segredo",

[22] Lewis (1970: 11), por exemplo, argumenta que "Este método dá-nos uma visão cumulativa, multifacetada, panorâmica de cada indivíduo, da família como um todo, e de muitos aspectos da vida da classe baixa mexicana".

[23] Não só Schütz usou extensivamente esta tese na problematização da racionalidade das condutas, como o neo-funcionalista Luhmann (1990), que desenvolveu a teoria sobre os sistemas auto-reflexivos (a *autopoesis*), baseando-se na ideia de que o presente é potência do futuro (*disclosure*) e do passado (*closure*).

[24] Utiliza-se deliberadamente a palavra "discurso", considerando que, neste, o indivíduo procura dar continuidade temporal à sua história, transformando-a numa narrativa "de sentido". Incorpora, por isso, a definição de reflexividade, tal como proposta por Giddens (1991 e 1992).

cujo acesso é difícil até ao próprio. Esta é uma ideia central e, porventura, polémica, face à do discurso científico produzido acerca dos critérios metodológicos directores do uso da técnica, na óptica da construção científica[25]. No entanto, trata-se de uma ideia sustentada no próprio conhecimento da experiência (e na fenomenologia) do tempo, tal como apresentada por Berger e Luckmann (1999), numa tripla dimensão: a temporalidade inscrita no corpo, a inter-subjectiva (relacionada com as interacções pessoais) e a biográfica, ligada aos eventos mais importantes a partir dos quais é possível "reconstruir", "interpretar" e, paralelamente, fazer "com as palavras[26]" o caminho biográfico da experiência. Neste sentido, ressalta-se que analisar a história de vida implica ter em conta a relação entre o indivíduo e o tempo (individual e social), sendo esta alicerçada a três níveis:

- Experiência fenomenológica do tempo (tempo subjectivo);
- Experiência sociológica do tempo (tempo intersubjectivo
– regimes de temporalidades);
- Experiência histórica do tempo (tempo evento).

1) No plano da experiência fenomenológica do tempo, afirmamos que a temporalidade fundamenta a história de vida, desde logo porque a narração permite fixar e dar existência ao tempo subjectivo vivido, fornecendo conteúdo à relação do indivíduo com o seu tempo de vida, em sentido fenomenológico, configurando o processo contínuo de *tornar-se em* ou *deixar de ser*. Isto porque as temporalidades (a sua experiência) não estão vedadas por fronteiras cronológicas objectivas, mas por horizontes temporais, ou seja, limites (subjectivos) permanentemente transitórios e fluidos, responsáveis pelo facto de a experiência conduzir os actores (racionais) a experimentarem o próprio futuro como um "presente extenso" (que se faz presente). Na narrativa[27] da história de vida está em causa o tempo de vida, resultante da imbricação de diversos ritmos e de vários mundos perante os quais os indivíduos se posicionam permanentemente. Assim é que, através da história de vida contada, se libertam as próprias experiências (em acto ou em acção) dessas vedações temporais, projectando-as num tempo em permanente transição ou *emergência*. É que a história de vida, embora remeta, em certo sentido, para o tempo passado e para o futuro, é capaz de produzir um tempo presente no presente, isto é, emergência, no sentido de Mead (1959)[28]. As narrativas sobre esta modalidade temporal (relativas a várias di-

[25] Remetemos o leitor para a conceptualização de Butler (2003), autora que argumenta que os sujeitos são opacos nos seus discursos sobre si próprios e sobre os outros. No plano metodológico, aceitamos, com Deloroy-Momberger (2006: s/p), que "a história de vida, tal qual ela é construída na narrativa, que é a *ficção verdadeira* do sujeito: ela é a história que o narrador, no momento em que a enuncia, tem por verdadeira, e ele se constrói como sujeito (individual e social) no ato de sua enunciação".

[26] Inspirado em Denzin (1989).

[27] O conceito de "narrativa" é explorado principalmente por Paul Ricoeur (1994).

[28] Mead afirma que o passado, o presente e o futuro pertencem a uma passagem que comporta uma estrutura temporal através do evento. Segundo este autor, "past, present and future belong to a passage which attains temporal structure through the event, and they may be considered long or short as they are compared with other such passages. But as existing in nature, so far as such a statement has significance, the past and the future are the boundaries of what we term the present, and are determined by the conditioning relationships of the event to its situation" (Mead, 1959: 24).

mensões da vida nos planos profissional e pessoal) representam um constante regresso ao passado, tempo onde se buscam as razões e os fios condutores das suas opções e do seu estado presente (Escolar *et al.*, 2002). Mas são, simultaneamente, projecções *no futuro*, no que se pretende e espera vir, efectivamente, a ser (*sendo*).

2) Em termos da experiência sociológica do tempo, a história de vida fixa os sentidos dos indivíduos acerca da sua experiência nos grupos sociais, na família e na classe social. Extremamente poderosas na construção e detecção de variáveis condicionantes de trajectos sociais e explicativos das formas de convivência com "fases" da vida emocionalmente fortes, entre outros fenómenos sociais, a história de vida sugere o acesso à relação entre as normas e as expectativas temporais desses grupos e as imagens e projectos mais individuais. Assim, os indivíduos são capazes de reflectir sobre o modo como, na sua idade e no seu presente-futuro, se inscrevem as temporalidades, os projectos, os desejos e as expectativas realizadas sobre si por parte de outros grupos. Por entre a história real, alarga-se o próprio âmbito da reconstrução do passado que garante visualizar em que grau os indivíduos atribuem a si, ou a outros, os seus destinos, preferências e escolhas.

3) Por fim, a história de vida encerra o (ou parte do) tempo histórico porque nela se recompõe a memória individual e a social (Halbwachs, 1997; Digneffe e Beckers, 1997; Connerton, 1999). A narrativa recai também sobre os eventos históricos ou, como refere Houle (1997: 308), reenvia ao sócio-simbólico, ao sistema de valores, às representações sociais, à ideologia. Além disso, através da história de vida contada é possível traçar o grau de ligação do indivíduo à história, assim como o seu grau de participação percebido na mesma.

Mais do que nunca, na trajectória das metodologias das ciências sociais e em perfeita e constante tensão entre a rigidez necessária ao rigor do método e a "resistência" à inflexibilidade do próprio método, as histórias de vida e as histórias orais, desde que fundamentadas epistemológica e metodologicamente, oferecerão um caminho possível e fiável para problematizar, de forma consistente, a dinâmica da descontinuidade. Daqui contorna-se a forma linear e causal que normalmente preside à narrativa (tanto aquela fornecida pelos sujeitos, como a "construída" pelo investigador). Dubar (2002: s/p), autor dedicado ao estudo das identidades, di-lo explicitamente: "La pratique des entretiens biographiques et autres récits de vie peut, à certaines conditions, constituer une méthode beaucoup mieux adaptée à la compréhension des dynamiques identitaires et à la prise en compte de la pluralité des temporalités pertinentes".

A história de vida e o método biográfico são advogados por relativa contraposição aos princípios do positivismo, ao pressupor-se que os factos sociais são portadores de sentido e anunciantes de ideologias, estando estas imbuídas no próprio processo de transmissão de informação entre um emissor e um receptor (Fraser, 2004). Por isso, no estudo de problemas específicos, as histórias de vida revelam potenciar uma grande capacidade compreensiva. Mas, ao relacionar as histórias individuais, procurando padrões e modos socioculturais e políticos de actuar, evitando a linearidade causal, a questão complexifica-se, pois pode colocar-se o problema da representatividade (*idem*), face a um determinado universo do qual se pretende construir conhecimento.

Daí que o poder compreensivo dos resultados, para além do descritivo, só possa ser vincado a partir de uma análise coerente das relações objectivas de estruturação das forças societárias que permita comparar experiências inscritas nas histórias (*idem*; Dubar, 2002). Tal como frisa Dubar (2002: s/p):

> "(...), pour éviter les pièges de la simple illustration de thèses préétablies ou de la pure restitution de récits singuliers, elle implique un cadre d'interprétation permettant la reconstitution de processus typiques par l'analyse comparative des formes discursives impliquées par les différents récits".

Quando se utiliza uma história de vida, verifica-se que nela se conjugam as diferentes temporalidades mencionadas acima porque o emissor é capaz de descrever e de pronunciar-se sobre a experiência dessa ligação, ainda que, por vezes, de forma inconsciente. Ademais, não raras vezes, o emissor (pensa que) é analista da sua própria história de vida, *através* da análise que faz das outras[29]. Ora, o conceito de narrativa está normalmente associado à história de vida, uma vez que todas as histórias de vida pressupõem uma ordem temporal imposta a um discurso comportando um certo nível de densidade. Peculiar, tanto na história de vida, como na narrativa que lhe está implícita, é o facto de em ambas se notar a pressuposição da implícita continuidade temporal. Ainda que a descrição feita em discurso directo possa inverter as ordens cronológica e temporal, dirigindo o conteúdo para uma certa circularidade e ilógica, a tensão é enorme no sentido da constância quase causal. Tal acontece porque a história é *contada*, normalmente, segundo uma ordem cronológica e sequencial que torna inteligível e coerente a vivência dos sujeitos. Mas esta é, por sua vez, díspar e multifacetada, tanto para o protagonista, como para o observador-receptor da mensagem. A composição final dessa mesma história, a publicada, denota a reunião de efeitos e de causas e a sequência linear, tal como é descrita pela história e pressuposta pela ordem irreversível do tempo real, dos acontecimentos e da própria idade biológica[30], desde que a continuidade temporal pressuponha a expressa aceitação da temporalidade. Quer dizer, a ideia de que os actores raciocinam e contam os eventos vividos e as suas expectativas passadas, situando-as numa linha temporal significativa para si.

De um ou de outro modo, com esta ou aquela ênfase, nas histórias conduzidas de forma cruzada ou autobiográfica, o que resta sempre perceber é que a história dá, por si, possibilidade ao próprio indivíduo de se *refazer* psicossocialmente, embora nunca tal seja perfeitamente objectivado[31]. Nas suas próprias palavras, o emissor pode *contar-se* e *reflectir-se*, ao mesmo tempo que muda, por um lado, a sua representação da acção levada a cabo e, por outro, a avaliação das consequências manifestas e

[29] Não são, obviamente, identificáveis todos os casos em que os autores das pesquisas realizam investigação, utilizando as histórias de vida, sobre problemáticas que eles mesmo vivem ou viveram. O certo é que, como dita a própria epistemologia metodológica, a vivência do objecto estudado tanto pode favorecer a análise sociológica, como deturpá-la no seu coração, ao tornar-se projecção e análise do próprio investigador.

[30] O exemplo narrativo clássico será o seguinte: "Eu sempre quis ficar aqui, no Norte. Não me lembro de ter pensado sair antes dos 18 anos. Quando o fiz, fui obrigado, fui para a tropa, um mundo novo, lá, em Lourenço Marques. Depois, estive lá aquele tempo todo, quatro anos e voltei, e pronto" (excerto de história de vida de antigo militar português na defesa das ex-colónias).

[31] Podemos sustentar a ideia de que é possível, através do discurso do "eu", construir a imagem desse mesmo sujeito.

potenciais (Leite, 1999). Ainda que seja eminentemente linear na sua forma expressiva e narrativa, o investigador encontrará nessa narrativa a contradição, a respeito da acção e das formas de identificação desta com os seus conteúdos de vida. Além da contradição, a história de vida, revelando o potencial enorme de participação do sujeito, mostra a possibilidade de acesso às zonas de segredo impostas pelos emissores. Em alguns casos, é este manancial de segredo que permite traçar novas linhas de argumentação sobre a *sua* história[32]. Analisando as narrativas dos pais dos estudantes activistas de 1968, em Itália, Hilwing (2001: 581) constata a diversidade de experiências e de entendimentos e contraria a ideia da linearidade dada pelos historiadores que usam fontes documentais apenas, ao afirmar: "Notstanding these concerns, oral history can offer a window onto the emotions and thoughts of the historical participant that are often inaccessible through the traditional processes of historical research".

Chegados aqui, podemos sistematizar as nossas ideias. Os objectos passíveis de análise a partir das histórias de vida, no que definimos ser "cultura moderna"[33], principalmente a descontinuidade, não podem ser entendidos como "novos" objectos, uma vez que a história de vida cobre, por princípio, o estudo dos "pedaços" de vida, das sinuosidades sociais e individuais que, embora adquiram outros conteúdos, permanecem com as mesmas formas historicamente conhecidas. Os modelos culturais estão particularmente vincados nas dimensões do trabalho, da vida privada e profissional e na viabilidade de construção de trajectos e narrativas através do estilo de vida (Bourdieu, 1985). Podemos assumir tratar-se de uma cultura multi-temporal por dois motivos: I) porque facilita o cruzamento de temporalidades diversas e, por vezes, contraditórias, como acontece entre os mundos do trabalho, do lazer e da vida privada e II) porque promete ao indivíduo a realização da sua própria aspiração temporal, inscrita no seu projecto de identidade, ultrapassando possíveis desníveis de poder. Neste sentido, assume-se a cultura moderna como díspar, aberta a várias escolhas e imprimindo a normalidade de ausência de narrativa e de duração. Todavia, faz sentido admitir que, no seio do espaço-tempo social do presente, os indivíduos, seja qual for a sua situação social, sentem necessidade de ser capazes de construir uma narrativa que é, por definição, contínua. Dubar (2002: s/p) é claro no que respeita à sustentabilidade desta hipótese:

[32] A análise sociológica do segredo remonta a Simmel (Simmel, traduzido por Maldonado, 1999: 221), que argumenta o seguinte: "A característica sociológica das combinações entre segredo e revelação na vida do indivíduo é o conhecimento de outrem: aquilo que é intencional ou não-intencionalmente ocultado é intencional ou não-intencionalmente respeitado".

[33] O termo propicia-se a entendimentos múltiplos. O princípio da complexidade temporal impele-nos a usar um conceito de cultura algo desprendido das definições paradigmáticas e disciplinares construídas até aos anos 90 do século XX. O objectivo será conferir à cultura um significado suficientemente lato que permite a sua temporalização ao longo da história e a sua pertinência hermenêutica no quotidiano actual. Tal implica considerar a cultura como um composto de significados e, por isso, não necessariamente definidora de um complexo isomórfico de comportamentos, crenças e valores mas de uma dinâmica em permanente reconstrução de sentidos e de modos de acção, porventura contraditórios e beligerantes. Por esta ordem de ideias, a cultura encara-se como um conjunto de padrões, modelos de comportamento, com origem nos modelos de vida actuais e historicamente reproduzidos e actualizados. Engloba a manifestação estética e artística de uma sociedade, assim como os seus sentidos e modelos de orientação da acção. A premissa central aqui é a de que a cultura é o principal veículo de *performance* da identidade colectiva e individual, "corporizada" no quotidiano e "ritualizada" no tempo e no espaço da acção do presente.

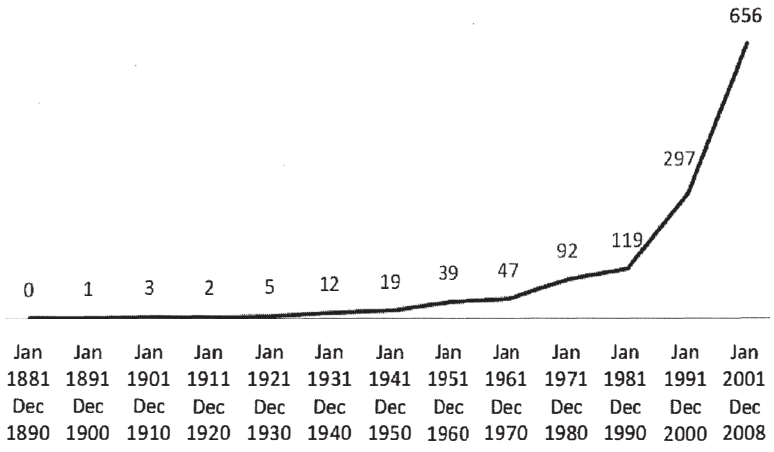
"Ainsi, l'insertion des individus des sociétés contemporaines dans la vie sociale (et d'abord sur le marché du travail) exige qu'ils se dotent d'un discours sur eux-mêmes, sur leurs «compétences» et sur leur «projet», sur leurs réalisations passées et sur leurs perspectives futures, bref sur la manière dont ils articulent, dans leur discours, les trois temporalités (subjective, intersubjective et «objective») précédentes. Cette mise en scène de soi (valable aussi en matière matrimoniale ou symbolique) est devenue une épreuve décisive de l'accès à la reconnaissance sociale, impliquant aussi bien l'estime de soi, la coopération avec les autres que l'inscription dans la vie publique (emploi et citoyenneté notamment) ".

Assim, o que será novo, e aqui reside a pertinência deste texto, é o argumento de que a história de vida, no contexto da experiência vida moderna, deixa de (poder) ser enunciada apenas como narrativa coerente e como história (linear). Pode ser também apresentada na sua descontinuidade, alternância e ambivalência, sem perder o seu carácter científico (observados os passos metodológicos), o que se torna possível através da sua composição "artística". Esta ocorre quando o investigador e/ou outros adoptam, no contacto com os receptores, uma forma narrativa não linear mas *performativa*, isto é, dando forma *teatral* à própria história, propondo um exercício de reflexividade que incide sobre os sentidos da audição e da visão, mais do que da leitura.

4. Definição e âmbito de aplicação das histórias de vida

A análise que fizemos à base das publicações *Sage* permite destacar um aumento significativo de artigos em que história de vida é referenciada. É notório que, em grande parte dos casos, é realizada uma história biográfica ou um conjunto de entrevistas aprofundadas. O incremento no uso das "histórias de vida" (assim compreendendo as histórias biográficas) dá-se a partir de 1990, como se observa no gráfico seguinte (gráfico n.º1).

Gráfico n.º1 – Artigos contendo as palavras "sociology" e "life history"



Fonte: Recolha de dados da Sage Publications

A produção de conhecimento está relacionada com as dinâmicas de desenvolvimento científico e académico. À medida que aumenta o número de investigadores ligados à pesquisa social, alarga-se o leque de temáticas em estudo. Os anos 90 do século XX marcam uma viragem substantiva no modo de fazer investigação em ciências sociais. Revelam, ainda, uma relativa autonomização e "legitimação" de estudos sobre problemas até então considerados não complemente válidos ou próprios à análise sociológica. Enquadram-se aqui, muito particularmente, todos os estudos que, de forma mais ou menos directa, se ligavam à problemática das subculturas "desviantes", do género, da sexualidade e do activismo operário. Sobre este assunto, reforce-se que as correntes feministas tiveram um importante papel na intensificação do uso das histórias de vida, adoptando uma abordagem tipicamente interaccionista e micro-sociológica na forma de construir conhecimento (Olson e Shopes, 1991; Plummer, 2001). Apesar de a pesquisa se situar no estudo do comportamento da Sociologia, aparecem outros artigos relacionados com a Medicina e a Psicologia. Nestes casos, os textos mencionam a utilização de metodologias qualitativas (para além das histórias de vida, outras técnicas) na intervenção social direccionada, em especial, à experiência da doença (o cancro e a doença mental). A análise aos temas de investigação em sociologia possibilita consolidar a coerência dos argumentos apresentados acima.

O uso do método biográfico em investigação liga-se a objectos de pesquisa, de certo modo, "tradicionais", isto se recordarmos a trajectória da utilização do método qualitativo em sociologia. Referimo-nos, neste caso, a objectos como: a experiência da doença; a experiência do desvio e crime; a identidade feminina e a sexualidade; a vivência da profissão e os processos de construção identitária. Com efeito, a principal vaga de utilização de histórias de vida concorre com a emergência e o crescimento do *Tavistock Institute*, de Londres[34], ligado à pesquisa e intervenção sobre doença mental e da Escola de Chicago, esta associada ao estudo dos padrões de delinquência, crime e desvio. A sexualidade e a experiência das identidades no feminino são temas mais recentes. Relacionam-se com a entrada de mulheres no mundo da investigação académica e com a própria autonomização e "legitimação" da metodologia qualitativa, em especial quando estão em causa processos dinâmicos, subtis, não acessíveis através de instrumentos de tipo quantitativo e com carácter extensivo, como os que envolvem relações de poder, discriminação e estigma. O estudo das identidades profissionais, com uma trajectória bastante ligada ao uso do método quantitativo, especialmente na tradição da escola francesa pode também ser incluído no seio dos objectos tradicionais, dado que foi central em autores como Becker (1973) e outros dedicados ao estudo dos processos através dos quais os indivíduos se identificam com as actividades profissionais, incorporam uma certa visão do mundo e partilham um determinado universo cultural. A memória colectiva e a identidade formam outro tipo de par propício ao estudo através da utilização das histórias de vida. São objectos um pouco mais recentes e ligam-se à crescente preocupação histórica da sociologia. O quadro seguinte (quadro I) permite-nos algum detalhe no que respeita à distribuição dos temas dos artigos resultantes da pesquisa dirigida pelas palavras *sociology* e *life history*.

[34] Sítio electrónico do instituto: http://www.tavinstitute.org.

Quadro I – Temas de Artigos Encontrados

Temas	%
Contactos Interculturais, Política e Migrações[1]	2,6
Educação e Ciência[2]	6,4
Exclusão Social e Desvio[3]	13,0
Família[4]	2,8
Identidade e Memórias[5]	9,8
Liderança e Profissões[6]	6,8
Método[7]	10,0
Organizações e Empresas[8]	6,4
Saúde e Doença/ (experiências)[9]	10,6
Sexualidades[10]	11,4
Outros Temas[11]	7,6
Resumo Indisponível[12]	8,6
Não se trata de artigos[13]	4,0
Total	**100**

Fonte: Sage Publications (http://online.sagepub.com/)

[1] Nesta secção, encontrámos textos relacionados com a interculturalidade. Assim, surgem artigos que nos falam sobre a fusão de culturas na cidade de Londres (Mavrommatis, 2006) e sobre o programa H1-B de atribuição de vistos pelos EUA a cidadãos estrangeiros, entre outros.

[2] Estes artigos descrevem investigações sobre temas relacionados com o ensino, desde o uso de métodos de aprendizagem (Krogh Christensen, 2007), passando pelo impacto da baixa escolaridade dos jovens na transição para a sua fase adulta (Simpson e Cieslik, 2007), até à baixa alfabetização da comunidade cigana inglesa. Nesta categoria, colocámos também os artigos relacionados com a inovação científica. Por exemplo, podemos referir um artigo que trata do uso de novas tecnologias nas escolas nos EUA (Zhao e Frank, 2003).

[3] Estas matérias foram amplamente trabalhadas por autores relacionados com a Escola de Chicago e é nestes temas que encontramos mais artigos. Surgem trabalhos relacionados com a droga nas prisões (Crewe, 2005), o estudo de gangs femininos (Cepeda e Valdez, 2003), a violência doméstica, (Anderson e Saunders, 2003), o consumo de estupefacientes (Hser, Longshore e Anglin, 2007).

[4] A "família" apresenta-se como um dos temas com menos resultados na nossa pesquisa. A este respeito, surgiram artigos sobre a relação entre o trabalho e conflitos familiares (Winslow, 2005) ou, por exemplo, experiências de pais após a descoberta da homossexualidade dos seus filhos (Aveline, 2006).

[5] A identidade e a memória envolvem temas como o holocausto nazi (Schiffrin, 2003), a relevância da memória desde o período medieval até à contemporaneidade (Chen e Packard, 2005) e as transformações do corpo na velhice (Fox, 2005).

[6] Estes artigos abordam temas relacionados com histórias profissionais, incluindo a liderança. São histórias de pessoas que, de alguma forma, tiveram um papel importante na sua comunidade: aparecem artigos como a biografia de um professor (Otnes, 2006) e um trabalho baseado na autobiografia de Lance Armstrong, entendido pelos autores (Butryn e Masucci, 2003) como o modelo do atleta da modernidade.

[7] Este tema reúne artigos relacionados com algumas práticas metodológicas, desde o uso da metodologia qualitativa na medicina (Katz e Mishler, 2003) até a uma análise das metodologias utilizadas no estudo da administração pública (Evans e Lowery, 2004).

[8] Aqui estão reunidos os trabalhos que se relacionam, genericamente, com a economia: economia chinesa (Luova, 2006), a evolução da construção de hotéis em Singapura (Teo, 2001) e as experiências de emprego na Alemanha de Leste após a unificação (Solga e Diewald, 2001).

[9] A saúde é uma dos temas com maior destaque nas histórias de vida. Apesar de nem todos os textos mencionados utilizarem esta técnica, aparecem vários relacionados com a experiência de doenças (Riessman, 2003) e as utilizações das histórias de vida na cura de algumas (Rosenthal, 2003).

[10] É um dos temas com mais registos. Agrupam-se aqui artigos sobre histórias de vida de indivíduos homossexuais (Brotman e Kraniou, 1999) ou acerca da violência sobre as mulheres (Straus, 2006).

[11] Incluem-se temas diversos sobre religião, filosofia, ecologia, biologia, psicologia, entre outros.

[12] Estes artigos não possuem resumos online, não sendo, por isso, possível saber quais os seus temas.

[13] Trata-se de artigos que surgem no resultado da pesquisa mas não são artigos. São índices ou colecções de artigos.

A análise que expusemos até agora parte de uma agregação simples de todos os textos cujos resumos incluem as palavras pesquisadas. Mas uma análise mais pormenorizada dá conta que 261 do total de artigos não mencionam explicitamente a utilização directa das histórias de vida, embora sejam tidos como indicativos do seu uso. Tal só acontece com 59 artigos. Apesar de se tratar de cerca de 25% do total de artigos, continuamos a achar importante a análise à base porque nos mostra o mesmo tipo de regularidade que encontrávamos acima em relação ao total, isto é, que é relevante a percentagem de trabalhos apenas relativos à discussão metodológica.

Quadro II – Temas referentes ao Método Biográfico

Temas	%
História de vida	58,4
História oral	5,0
Método biográfico	17,8
Referência[1]	18,8
Total	**100**

Fonte: Sage Publications (http://online.sagepub.com)

[1] Trata-se de textos que apenas mencionam, nas suas referências, o uso do método biográfico (Tierney, 1998).

As histórias de vida mencionadas nos 59 artigos têm, na maioria, uma orientação etnográfica (90%). Só 8% revelam uma orientação psicográfica e apenas 10% têm a forma de auto-biografia. Em relação aos temas, a tendência é muito igual à que se registava antes de isolar apenas os artigos que incluíssem a utilização, em situação de pesquisa, da história de vida. Assim, as experiências (saúde e doença), exclusão social/desvios, sexualidade e profissões representam mais de 50% do total. Fora estes temas, a diversidade é elevada, não sendo possível afirmar outras tendências (ver quadro III).

Quadro III – Temas das Histórias de Vida

Temas	%
Contactos Interculturais, Política e Migrações	6,8
Educação e Ciência	8,5
Exclusão Social e Desvio	18,6
Identidade e Memórias	8,5
Liderança e Profissões	15,3
Organizações e Empresas	5,1
Saúde e Doença (experiências)	11,9
Sexualidade	25,4
Total	**100**

Fonte: Sage Publications (http://online.sagepub.com/)

Um dos dados mais relevantes que encontrámos prende-se com o tipo de sujeitos estudados. Apesar da margem de indivíduos envolvidos no estudo de temáticas como a profissão, a experiência de eventos/acontecimentos e organizações (nomeadamente a respeito dos processos de liderança), a maioria das pesquisas (60%) versa sobre grupos que mais ou menos explícita e objectivamente ocupam uma posição fragilizada em termos de estruturas de poder no espaço social e que, em grande parte dos casos, apresentam um índice de participação sócio-político fraco. Não chega a 15% o peso de temáticas relacionadas com grupos mais privilegiados e dominantes.

Quadro IV – Grupos a que se referem as Histórias de Vida

Temas	%
Acontecimento[1]	11,9
Cultura Profissional	13,6
Grupo "Dominado"	20,3
Grupo "Privilegiado"	5,1
Subcultura/Minoria	40,7
Sucesso/Liderança	8,5
Total	100

Fonte: Sage Publications (http://online.sagepub.com/)

[1] Histórias sobre um acontecimento que marcou um determinado período da vida de um indivíduo.

Há muitas outras pesquisas que ficam fora da classificação. Todavia, e à luz do que sabemos sobre a tradição das histórias de vida e do método qualitativo, assim como das abordagens microssociológicas, tendentes a desconstruir o mundo dos grupos menos ouvidos politicamente, é interessante relacionar esta tendência com o país de proveniência das pesquisas em que se utilizam as histórias de vida. Do conjunto dos 59 artigos que referem utilizar as histórias de vida, 20% tem origem nos EUA e 26% no Reino Unido. Os restantes encontram-se muito dispersos por diversos países, embora seja perceptível uma preponderância dos países anglo-saxónicos. Não obstante o aumento do número de pesquisas com recurso a histórias de vida, observa-se que estas continuam relegadas para o estudo de problemas e de grupos que, em maior ou menor grau, se sentem pertencentes a subculturas minoritárias. Apesar de continuar a ser relevante o seu uso neste tipo de problemáticas, consideramos essencial, por um lado, revalidar o uso das histórias de vida na definição dos métodos e pesquisa e, por outro, alargar o âmbito de aplicação das histórias de vida a uma gama de assuntos que são únicos na experiência da cultura moderna, muito em particular a experiência da descontinuidade temporal, incluindo a possibilidade de as mesmas poderem ter um fim *performativo*[35] não só através dos seus conteúdos relatados e escritos, mas representados em cena. O ponto seguinte ocupa-se desta ideia.

[35] No sentido de "fazer realidade". Para análise inicial do conceito de performatividade, ver Austin (1962). Este conceito tem tido actualização constante, sobretudo devido ao paradigma construtivista.

As histórias de vida sugerem, no formato de história total, história biográfica ou narrativa oral e no âmbito das ciências sociais e do seu aparato metodológico, uma primeira clivagem com a metodologia positivista. Embora esta dualidade não possa ser considerada como tendo sido efectivamente real no seio das ciências sociais, nem como totalmente inteligível, dada a complementaridade existente entre métodos, é certo que as histórias de vida favorecem a análise micro-sociológica. Estas, no entanto, nem sempre indicam as mesmas conclusões dos estudos de tipo mais estrutural e macro-sociológico. Grande parte das vezes, a abordagem biográfica é metódica e teoricamente sustentada para ser usada em estudos de grupos e fenómenos sociais, cuja complexidade escapa às análises macro-estruturais, solicitando procedimentos de investigação de tipo indutivo. Alguns exemplos podem ser usados para clarificar esta finalidade das histórias de vida: os movimentos sociais, sua génese e modelo de actuação e os processos de subordinação de indivíduos, grupos ou classes, entre outros. Nesta linha, Haguette (1995: 82) vinca, seguindo de perto Becker (1973) e Mead (1959), que a história de vida "pode fazer sugerir novas variáveis, novas questões e novos processos que podem conduzir a uma reorientação da área". Além disso, a história de vida, contrariamente a outro tipo de condução metodológica, permite superar, em larga medida, a "inércia" dos dados e das conclusões obtidas numa investigação que tende a ser localizada num tempo dado. Tal acontece porque a história de vida é, em si, apelativa da dinâmica inscrita na possibilidade de existir permanente reformulação de pontos de vista, quadros valorativos e modelos de acção dos próprios actores "sujeitos" a análise. Haguette (1995:82) sustenta esta ideia, por exemplo, ao afirmar tratar-se de um enquadramento metodológico adaptado ao estudo da delinquência, da corrupção, do roubo, do crime, da droga, da doença, da experiência das fases da vida.

A história de vida, inserta na opção metodológica biográfica, envolve importantes e centrais decisões teóricas acerca dos objectos em análise, da sua pertinência sociológica e da sua relação com a temporalidade. Envolve, ainda, decisões sobre perdas em termos de possibilidade de generalizar e ganhos quanto à capacidade de ajudar a reformular paradigmas de interpretação da realidade. Ora, como se aludiu acima, a história de vida possibilita ao investigador o confronto com a própria dinâmica da realidade social, os actores envolvidos e os papéis e modos de actuação das instituições. Tradicionalmente, retomaríamos aqui os objectos de estudo já mencionados, como o crime, a prostituição, a corrupção, entre vários outros. É possível, no entanto, introduzir outros fenómenos sociais, tais como a emigração, os consumos e a mobilidade social. Neste último caso, verifica-se que as histórias de vida são muito pouco utilizadas. Trata-se de um campo de análise normalmente mais tratado à luz dos modelos de análise quantitativa. Por isso, as histórias de vida tenderam a ser consideradas, no âmbito da sociologia das classes e da estratificação social, como subsidiárias da abordagem cultural, especialmente ligada à Escola de Chicago, injustamente desvalorizada na sua qualidade de resgate dos processos e mecanismos de auto-identificação dos grupos sociais.

As histórias de vida representariam novas possibilidades para analisar os valores e os processos simbólicos incorporados nas posturas dos actores sociais, assim como os entendimentos e as reacções destes à fragilidade da acção das organizações e das instituições sócio-políticas, em particular no que respeita à estruturação dos seus percursos de vida. Ademais, permitiriam ir, assim, além do estudo sobre grupos minoritários ou com fraca imposição social. Por esta linha de argumentação, torna-se mais claro por que motivo a história de vida não pode ser remetida apenas ao âmbito da definição da cultura alicerçada na dimensão estética e expressiva. Bourdieu (2002), na teoria da prática, muito concretamente, a propósito do conceito de *habitus*, sustenta esta assunção sobre a abrangência cultural das relações de poder e dos processos temporalizados de posicionamento social dos actores sociais. Com efeito, o estudo da mobilidade social e da *reprodução* dos seus mecanismos, envolvendo estas as escolhas e as oportunidades dos indivíduos nos seus diversos grupos de pertença, supõe o uso de uma definição de cultura que engloba valores sociais, políticos e religiosos e não se fica pela dimensão estética, não obstante o peso desta.

As histórias de vida, como vimos acima, decorrem de uma necessidade quase naturalista de observar e descrever o real vivido e contado· mas, como se enuncia nesta mesma frase, o "vivido" é, simultaneamente, pensado, desejado e projectado. Tal significa que a história de vida, podendo envolver maior ou menor intervenção do investigador na construção dos sentidos e localização histórica da narração, transporta sempre conotações que estão para além do texto, são ilusórios embora efectivos na produção de efeitos. O livro *La Misére du Monde*, de Bourdieu (1993), sugere o jogo das múltiplas temporalidades a que se sujeitam os operários fabris num sistema capitalista globalizado, sem propor um grande quadro teórico sobre esta questão. São as próprias entrevistas e a informação dali proveniente que deixam transparecer a dinâmica da vida da "classe" operária, suas visões do mundo e seus constrangimentos. Por esta ordem de ideias, as próprias palavras e gestos *contados* através da narrativa (em formato de história oral ou de história de vida, aqui acompanhada de documentação e de outras fontes de informação) são capazes de potenciar sentidos no leitor e no receptor da história de vida, carecendo este apenas de *backgrounds* informativos suficientemente estruturados que permitam, de facto, enquadrar os conteúdos e as formas das narrativas. Podemos, *grosso modo* e mesmo assim, afirmar que a história de vida fornece e tece conteúdos legíveis do ponto de vista semântico aos outros e à comunidade, em geral. A dinâmica temporal da história de vida não está, assim, apenas nos conteúdos que relata da acção dos sujeitos mas no que ela, depois de concluída, permite inferir, para além do presente. Por isso, a história de vida tem, de facto – mesmo a que é sujeita a quase nenhuma construção por parte do investigador –, um paralelismo com a função crítica da arte, enquanto retrato verídico e, simultaneamente, metafórico de uma situação social (e política) dada. As histórias de violência doméstica sobre mulheres, sobre os efeitos da relação parental no desvio, da sujeição de povos a invasões e a guerras, entre múltiplas outras, propiciam-se a ser lidas como textos de onde se extraem os sentidos encobertos das acções, por vezes não conscienciализados pelos próprios sujeitos da história, em discurso directo.

Passamos, agora, ao ponto em que a história de vida pode ser usada para fins artísticos, formativos e pragmáticos, como meio de fazer "falar" o social. Thomas Mann, Kafka, Tolstoi, Dumas, Balzac, Zola, Flaubert e Garcia Márquez, entre muitos outros, são citados por Meneghel (2007) como exemplos de autores em cujos romances tanto se fala de uma vida individual, do jogo de reflexividade do protagonista perante o meio envolvente, a sociedade e a cultura, como de uma época histórica, de uma experiência e consciência comuns, relativas a um dado evento ou período histórico. A performatividade, aqui entendida como *teatralidade*, por mais que se pretenda recusar, é uma potencialidade e uma característica do social e pode ser manifesta a partir do resultado da análise do social – os autores interaccionistas são particularmente adeptos da eleição da sociedade como palco – ou através do método – as próprias técnicas utilizadas na recolha de informação modelam e potenciam a construção e a teatralização do social.

No caso das histórias de vida, a *performatividade* tem de ser colocada a dois níveis: por um lado, ao nível do próprio método que determina um saber fazer específico, culmina num produto concreto passível de devolução ao grupo estudado e de uso no mundo social. Por outro lado, ao nível dos conteúdos, isto é, a história de vida como fornecedora de recheios narrativos passíveis de composição artística, estética de entretenimento, neutral ou objectivamente destinada a crítica social.

Em vários outros domínios, a ciência autonomizada e secularizada adopta uma postura cada vez mais aberta ao diálogo com a religião, a arte e a política, reconhecendo os limites das fronteiras entre si. Nas ciências sociais, o debate mais recente sobre a cultura, a sua predominância na experiência social do mundo e a sua complexidade, traz ao de cima a força de uma dialogia substantiva com o discurso artístico, através do realismo na composição de obra e a necessidade do seu efeito crítico e agente de mudança no social.

Conclusão

A história de vida integra um método de recolha e tratamento de informação legitimado mas reconhecemos que seja conhecida, também, a sua capacidade de sustentar medidas de intervenção sobre a realidade social. A rede de investigadores sobre métodos biográficos explora a utilização de diários e outros materiais de relevo biográficos, com a finalidade de contribuir para a intervenção social sobre vários domínios com teor mais ou menos terapêutico, lúdico ou cultural. Em todos estes casos, a grande potencialidade da história de vida consiste em permitir que o Outro se reveja e explore as identificações, as dissemelhanças e as acções mais ou menos conseguidas.

É certo que as ciências sociais, muito em particular num dos domínios que têm sido mais pobremente tratados em Portugal – a investigação-acção-participação[36] – têm desenvolvido diversas formas de operacionalidade dos métodos, concomitan-

[36] A génese e a evolução das metodologias de investigação-acção e participação incorporam vários destes princípios, sendo que a grande parte destas está ligada a Kurt Lewin, Carl Rogers e, mais tarde, a grande parte dos investigadores do *Tavistock Institute*, de Londres.

te com uma certa necessidade de usar e mostrar para que servem os resultados da investigação, do ponto de vista da crítica sócio-política e da mudança social. Mas é necessário destacar duas fases principais neste caminho de demonstração. Uma primeira, em que tanto a aplicação do método como a realidade dos resultados são usadas em contexto terapêutico e quase etnometodológico. Nesta fase, os resultados servem para potenciar a projecção e a identificação por parte dos participantes sobre os quais se dirige uma acção (de intervenção). Uma segunda, mais recente, em que as histórias dos sujeitos, além de continuarem a guardar o carácter de "história de outro", potencialmente identificativa da trajectória de qualquer um (quando retrata o sucesso ou o fracasso), são criadas e construídas com toda a realidade pragmática do dia-a-dia. São reescritas de forma hermenêutica e artística, de modo a servirem de retrato, de crítica e de demonstração social, tendo um papel relevante na transformação desse social[37]. Neste segundo caso, estamos a falar da teatralização do social realizada mediante a realidade do mesmo social, gerado no tempo do método de recolha e de tratamento de dados: a história de vida. Estamos no ponto em que a ciência e a arte se entrecruzam porque são os cientistas que elaboram as histórias e as escrevem elegendo tipologias e dando-lhes vida necessária à identificação, à crítica ou à plena criação e prazer estético das mensagens. Reforcemos a ideia de que uma das aspirações da teoria social tem sido não só a crítica, como a construção para a reflexão e acção sobre o social. Começámos por sugerir que as histórias de vida seriam adaptadas ao estudo das realidades sociais complexas e descontínuas. Apesar de termos insistido na sua utilização em objectos de estudo que podemos considerar "tradicionais" em sociologia, destacamos as potencialidades das histórias de vida ao nível da sua performatividade[38]. Sustentámos que as histórias de vida, ao poderem ser transpostas para um modo de redacção e de tratamento mais "artístico", dramático e performativo, podem propiciar não só aos sujeitos, mas também aos investigadores, um domínio mais próximo da experiência da descontinuidade, seja esta a tipicamente característica de qualquer percurso biográfico ou a objectivamente provocada pelas condições de vida na actualidade, as quais instalam e legitimam a descontinuidade como traço característico da experiência social. Assim usadas, as histórias de vida terão, ainda, a potencialidade de *actuar* sobre o mesmo social, seja na forma terapêutica ou crítica.

Concluímos que os cientistas sociais se confrontam com a necessidade de, a partir do saber metodológico e epistemológico acumulado ao longo do tempo, serem capazes de produzir e adequar novos métodos de estudo e de intervenção sobre o social que não é mais estável e capaz de se organizar numa temporalidade contínua. As histórias de vida, no seu uso tradicional e também na sua vertente mais *performativa*, potenciam, desde de que fundamentadas em pressupostos de rigor científico, a pesquisa de uma mais extensa gama de processos identitários, revelando, por um lado, a objectivação da descontinuidade e, por outro, a crise de subjectividades ali implicada. Muitas questões acerca do tipo de discurso científico que criam e sustentam ficam ainda em aberto.

[37] As histórias de vida começam a ter uma aplicação importante no contexto da formação e da prática pedagógica (Bueno, Chamlian, Sousa *et al.*, 2006).
[38] No Reino Unido intensifica-se, cada vez mais, a exploração teórica da social performative science.

Referências Bibliográficas

ADAM, Barbara (1990), *Time and social theory, Oxford*, Polity Press

ALBARELLO, L. et al. (1997), *Práticas e métodos de investigação em Ciências Sociais, Lisboa*, Gradiva

ANDERSON, K. D. e SAUNDERS, G. D. (2003), "Leaving An Abusive Partner: An Empirical Review of Predictors, the Process of Leaving, and Psychological Well-Being", *Trauma, Violence, & Abuse*, 4 (2), pp.163-191

AUSTIN, J.L. (1962), *How to Do Things with Words*, Oxford, Clarendon Press

AVELINE, D. (2006), "Did I Have Blinders on or What?": Retrospective Sense Making by Parents of Gay Sons Recalling Their Sons' Earlïer Years", *Journal of Family Issues*, 27 (6), pp. 777-802

BAUMAM, Zygmunt (2003), *The individualized society*, Cambridge, Polity Press

BECKER, H.S. (1973), *Outsiders*, New York, Free Press Paperback

BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas (1999), *A construção social da realidade: Um livro sobre sociologia do conhecimento*, Lisboa, Dinalivro

BERGSON, Henri (1992), *Durée et simultanéité*, Paris, Presses Universitaires de France

BERTAUX, Daniel (1986), "Fonctions diverses des récits de vie dans le processus de recherche", in Danielle Desmarais e Paul Grell (eds.), *Les récits de vie: Théorie, méthode et trajectoires types*, Montreal, Editions Saint-Martin, pp. 21-34

BERTAUX, Daniel (1997), *Les Récits de Vie: Perspective Ethnosociologique*, Paris, Nathan

BOURDIEU, Pierre (1993), *La misère du monde*, Paris, Editions du Seuil

BOURDIEU, Pierre (2002), *Esboço de uma teoria da prática; precedido de três estudos de etnologia cabila*, Oeiras, Celta Editora

BOURDIEU, Pierre (1986), "L'illusion biographique", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 62/ 63, pp. 69-72

BROTMAN, S. e KRANIOU, S. (1999), "Ethnic and Lesbian: Understanding Identity through the Life-History Approach", *Affilia*, 14 (4), pp. 417-438

BUENO, B. O., CHAMLIAN, Helena C., SOUSA, PEREIRA, Cynthia et al. (2006), "Life histories and autobiographies in teacher education and teaching profession", *Educação e Pesquisa*, 32, pp.385-410

BUTLER, Judith (2003), *Problemas de género: feminismo e subversão da identidade*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira

BURTRYN, Ted M. e MASUCCI, M. A. (2003), "A Cyborg Counternarrative of Lance Armstrong", *Journal of Sport & Social Issues*, 27 (2), pp. 124-144

CEPEDA, A. e Valdez, A. (2003), "Risk Behaviours among Young Mexican American Gang-Associated Females: Sexual Relations, Partying, Substance Use, and Crime", *Journal of Adolescent Research*, 18 (1), pp. 90-106

CHAMPAGNE, Patrick., LENOIR, R. MERLLIÉ, Dominique e PINTO, Louis (1990), *Initiation à la Pratique Sociologique*, Paris, Dunod

CONNERTON, Paul (1999), *Como as Sociedades Recordam*, Oeiras, Celta Editora

CREWE, B. (2005), "Prisoner society in the era of hard drugs", *Punishment & Society*, 17 (4), pp. 457-481

DELORY-MOMBERGER, C. (2006), "Formação e socialização: Os ateliês biográficos de projeto", *Educação e Pesquisa*, 23 (13), pp. 359-371. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022006000200011&script=sci_arttext [Julho, 2008].

DEMAZIÈRE, Didier, DUBAR, Claude (2004), *Analyser les entretiens biographiques*, Quebéc, Presses de l'université de Laval

DENZIN, N. (1989), *Interpretive Biography*, Newbury Park, Sage

DIGNEFFE, Françoise, BECKERS, Myriam, (1997), "Do individual ao social: A abordagem biográfica", in Luc Albarello, Françoise Digneffe, Jean-Pierre Hiernaux, Christina Ma-

roy, Danielle Ruquoy & Pierre de Saint-Georges, *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva, pp. 203-245

DUBAR, C. (2002), "L'articulation des temporalités dans la construction des identités personnelles: questions de recherche et problèmes d'interprétation", *Temporalités*, 44, Disponível em: http://www.sociologics.org/temporalistes/indarch.php?page2=dubar_n44_02 [Dezembro, 2007]

DUBAR, C. (2004), "Régimes de temporalités et mutation des temps sociaux", *Temporalités*, 1, pp. 108-119

DUCHOWNY, L. (2005), "Life Plus 99 Years, Nathan Leopold and Chicago Criminology", *Journal of Contemporary Criminal Justice*, 21 (4), pp. 336-349

ESCOLAR, C. et al (2002), "Historia de vida y subjetividad: soportes epistemológico", Revista Litorales, 1 (1). Disponível em: http://litorales.filo.uba.ar/web-litorales/articulo4.htm [8 de Julho, 2008]

FOX, Nick J. (2005), "Cultures of Ageing in Thailand and Australia. (What Can an Ageing Body Do?)", *Sociology*, 39 (3), pp. 481-498

FRASER, Heather (2004), "Doing Narrative Research: Analysing Personal Stories Line by Line", *Qualitative Social Work*, 3, pp.179-203

FUENTE, C. e al (2002), "Historia de vida y subjetividad: soportes epistemológico", Revista Litorales, 1 (1). Disponível em: http://litorales.filo.uba.ar/web-litorales/articulo4.htm [8 de Julho, 2008]

GIDDENS, Anthony (1991), *Modernidade e Identidade Pessoal/ Modernity and self-identity*, Oeiras, Celta

GIDDENS, Anthony (1992), *The Transformation of Intimacy*, Cambridge, Polity Press

GIDDENS, Anthony (2001), *Modernidade e identidade pessoal*, Oeiras, Celta Editora

HAGUETTE, T., FROTA, M. (1995), *Metodologias qualitativas na sociologia*, Petrópolis, Vozes

HALBWACHS, M. (1959/1997), *La memoire collective*, Paris, Albin Michell

HALL, E. T. (1996), *A dança da vida: A outra dimensão do tempo*, Lisboa, Relógio d'Água

HEIDEGGER, M. (1993), *Ser e tempo*, Petrópolis, Vozes

HILWING, Stuart J. (2001), "Are you calling me a fascist? A Contribution to the Oral History of the 1968 Italian Student Rebellion", *Journal of Contemporary History*, 36 (4), pp. 581–597

HORDER, W. (2004), "Reading and Not Reading in Professional Practice", *Qualitative Social Work*, 3 (3), pp. 297-311

HOULE, G. (1997), "Clinical Analysis in the social Sciences: Towards a practical epistemology", *International Sociology 12* (2), pp. 191-203

HSER, Y., LONGSHORE, D. e ANGLIN, M. D. (2007), "The Life Course Perspective on Drug Use: A Conceptual Framework for Understanding Drug Use Trajectories", *Evaluation Review*, 31 (6), pp. 515-547.

HUSSERL, Edmund (1986), *A ideia da fenomenologia*, Lisboa, Edições 70

JENNINGS, Rebecca (2004), "Lesbian Voices: The Hall Carpenter Oral History Archive and Post-war", *Sexualities*, 7, pp. 430-445

KATZ, A. e MISHLER, E. (2003), "Close encounters: exemplars of process-oriented qualitative research in health care", *Qualitative Research*, 3 (1), pp. 35-56

KROGH, Christensen, M. (2007), "Biographical learning as health promotion in physical education. A Danish case study", *European Physical Education Review*, 13 (1), pp.5-24.

LALLEMENT, Michel, GADÉA, C. (2004), "Une revolution inachevée: Durkheimianisme et sociologie du temps", *Temporalistes*, 1, pp. 48-68

LEITE, Carolina (1999), "Conto e histórias de vida nas Ciências Sociais", *Cadernos do Noroeste*, Braga, pp. 219-228

LEWIS, Oscar (1970), *Os Filhos de Sanchez*, Lisboa, Moraes Editores

LOWERY, D, EVANS, K. G. (2004), "The Iron Cage of Methodology, The Vicious Circle of Means Limiting Ends Limiting Means", *Administration & Society*, 36 (3), pp. 306-327

LUHMANN, Niklas (1990), *Essays on self-reference*, New York, Columbia University Press

LUOVA, O. (2006), "Mobilizing Transnational Ethnic Linkages for Economic Development: The Case of Yanbian Korean Autonomous Prefecture", *China Information*, 20 (1), pp. 33-67

MALDONADO, Simone (1999), "O Segredo – Georg Simmel", *Política e Trabalho*, 15, pp. 221-226

MAVROMMATIS, G. (2006), "The New 'Creative'Brick Lane, A Narrative Study of Local Multicultural Encounters", *Ethnicities*, 6 (4), pp. 498-517

MCDONALD, Kevin (1999), *Struggles for subjectivity: Iidentity, action and youth experience*, Cambridge, Cambridge University Press

MEAD, George H. (1959), *The Philosophy of the Present (1932)*, La Salle, Open Court

MENEGHEL, S. N. (2007), "Histórias de vida: Notas e reflexões de pesquisa", *Athenea Digital*, 12, pp. 115-129

NOWOTNY, H. (1996), *Time: The modern and post-modern experience*, Cambridge, Polity Press

OLSON, K. e SHOPES, L. (1991), "Crossing Boundaries, Building Bridges: Doing Oral History among Working-Class Women and Men", in S. Berger Gluck & D. Patai (eds), *Women's Words: The Feminist Practice of Oral History*, New York, Routledge, pp. 189-204

OTNES, P. (2006), "Dag Østerberg: Determination through Ruptures, the Dialectics of Post-Positivism", *Acta Sociologica*, 49 (1), pp. 19-28

PACKARD, N, CHEN, C. (2005), "From Medieval Mnemonics to a Social Construction of Memory, Thoughts on Some Early European Conceptualizations of Memory, Morality, and Consciousness", *American Behavioral Scientist*, 48 (10), pp. 1297-1319

PAIS, José Machado (2002), *Sociologia da vida quotidiana: Teoria, métodos e estudos de caso*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais

PLUMMER Ken (2001), "The Call of Life Stories in Ethnographic Research", in P. Atkinson, A. Coffey, S. Delamont, J. Lofland & L. Lofland (eds), *Handbook of Ethnography*, London, Sage, pp. 395-406

POIRIER, J. et al (1999), *Histórias de vida*, Oeiras, Celta

POLLAK, Michel (1989), "Memória, esquecimento e silêncio", *Estudos Históricos*, 283, pp.3-15

POLLAK, Michel (1992), "Memória e Identidade Social, Estudos Históricos", 5 (10), pp. 200-212

POMIAN, Karl (1993), "Tempo/ temporalidade", in G. Fernandes (ed.), *Enciclopédia Einaudi*, 29, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda

RICH, E. (2004), "Exploring Teachers' Biographies and Perceptions of Girls' Participation in Physical Education", *European Physical Education Review*, 10 (2), pp. 215-240

RIESSMAN, C. K. (2003), "Performing identities in illness narrative: masculinity and multiple sclerosis", *Qualitative Research*, 3 (1), pp. 5-33

RICOEUR, Paul (1994), *Tempo e Narrativa*, São Paulo, Papirus

ROSENTHAL, G. (2003), "The Healing Effects of Storytelling: On the Conditions of Curative Storytelling in the Context of Research and Counselling", *Qualitative Inquiry*, 9 (6), pp. 915-933

SCHIFFRIN, D. (2003), "We Knew That's It: Retelling the Turning Point of a Narrative", *Discourse Studies*, 5 (4), pp. 535-561

SCHUTZ, Alfred (1962), *Collected papers Vol. I. The problem of social reality*, The Hague, Martinus Nijhoff

SIMPSON, D., CIESLIK, M. (2007), "Basic skills and transitions to adulthood", Young, 15 (4), pp. 395-412

SOLGA, H. e DIEWALD, M. (2001) "The East German Labour Market After German Unification: A Study of Structural Change and Occupational Matching", *Work, Employment & Society,* 15 (1), pp. 95-126

SPARKES, Andrew C. (2004), "Bodies, Narratives, Selves, and Autobiography: The Example of Lance Armstrong", *Journal of Sport & Social Issues*, 28 (4), pp. 397-428

STRAUS, M. A. (2006), "Future Research on Gender Symmetry in Physical Assaults on Partners", *Violence Against Women*, 12 (11), pp. 1086-1097

TEO, Albert C. Y. (2001), "How Constitutive Legitimation, Sociopolitical Legitimation, and Competition Affected Foundings of Singapore Hotels, 1832 to 1997", *Journal of Hospitality & Tourism Research*, 25 (3), pp. 302-319

THOMAS, William, ZNANIECKI, Florian (1984), *The Polish Peasant in Europe and America*, Urbana, University of Illinois Press

TIERNEY, William (1998), "Life History's History: Subjects Foretold", *Qualitative Inquiry*, 4, pp. 49 -79

WEBER, Max (1979), *Sociologia*, São Paulo, Ed. Atlas

WENGRAF, T., CHAMBERLAYNE, P., BORNAT, J. (2002), "A Biographical Turn in the Social Sciences? A British-European View", *Cultural Studies, Critical Methodologies*, 2, pp. 245-269

WINSLOW, S. (2005), "Work-Family Conflict, Gender, and Parenthood, 1977-1997", *Journal of Family Issues*, 26 (6), pp. 727-755

ZHAO, Y., A. FRANK, K. (2003), "Factors Affecting Technology Uses in Schools: An Ecological Perspective", *American Educational Research Journal*, 40 (4), pp. 807-840

Debatendo os conceitos de cultura e modernidade: história e conceitos no pensamento social brasileiro

Matheus Silveira Lima*

Resumo

A partir da identificação dos fenómenos históricos que influenciam na formação da modernidade ocidental, aqui entendida basicamente como capitalismo e democracia, o presente artigo apresenta alguns conceitos-chave de autores importantes do pensamento social brasileiro, cujo fundamento explicativo mostra, por contraste com o exemplo europeu, os atrasos, principalmente institucionais, na trajectória da formação do Brasil moderno.

Introdução

A história do Brasil começa, para a grande maioria dos pensadores do passado brasileiro, em Portugal, recuando, em linhas gerais, até ao momento da unificação do território português sob a liderança da Casa de Avis em 1385, facto histórico que estabelece, pela primeira vez na história europeia, um Estado-nação, fenómeno que marca toda uma época através do grande contraste político estabelecido com a Idade Média, longo período precedente cuja organização se baseava em torno de feudos relativamente isolados entre si e internamente gozando de soberania política. Essa experiência portuguesa aponta, com grande antecedência, o que será o destino manifesto das outras nações europeias, que também submeterão o poder feudal ao manto vasto e poderoso do poder unificado e absoluto das Casas Reais, que configuram uma nova lógica nas relações de poder no interior do Estado.

Merece destaque a ampliação da receita do Estado através das novas possibilidades de cobrança de impostos abertas com o estabelecimento dessa nova estrutura de poder. Esse fenómeno, inicialmente fiscal, torna possível, em Portugal, o financiamento de um projecto da magnitude da Escola de Sagres, símbolo empírico, ou mítico, conforme a hipótese, das grandes navegações portuguesas que abrem as portas dos sete mares para a expansão colonial, conquistando novas terras que se tornam, depois,

* Professor Assistente de Ciência Política da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/ UESB, Campus de Jequié, Brasil (silveira_lima@hotmail.com).

novas colónias, novos mercados e que são elementos importantes da síntese política e económica que a Europa conhece séculos depois sob o signo do sistema capitalista. Desse modo, numa primeira análise, a avaliação valorativa da herança de um povo, como o de Portugal, vanguarda do mundo nos século XIV e XV, levaria a crer que nas terras sob a sua influência, como é o caso do Brasil, haveria uma ressonância desse pendor para se organizar politicamente de forma centralizada e coordenada com valores auspiciosos de prática científica e de tecnologia aplicada. No entanto, a "herança portuguesa" para o Brasil não é exactamente essa e a matéria com a qual alguns dos nossos autores se ocupam aponta para um outro tipo de referência histórica, anterior ao período da centralização, portanto do feudalismo português, ou posterior ao período das grandes navegações, portanto da "decadência".

Assim, o tipo social do português que coloniza o território brasileiro é sempre visto, por parte da bibliografia dedicada ao tema, como um *degredado, decadente*, ou outro adjectivo que o afaste de seu passado de navegador heróico, da sua trajectória de desbravador de mares, para a de colonizador preguiçoso, anárquico, desordenado e afeito ao improviso, estabelecendo um nexo causal entre o atraso das instituições brasileiras e o seu histórico mais imediato, quais sejam as instituições portuguesas e a *psique* formada a partir delas. Desse *tipo social* teriam sido legadas ao Brasil as suas características mais profundas de povo e de nação.O período que se segue à grande decadência ibérica, isto é, nos séculos XVIII e XIX, é de aparecimento de uma síntese de valores novos em diversas partes da Europa que permitem uma transmutação radical nas formas de vida, de pensamento e de acção. Uma mentalidade nova que empurra de vez o continente Europeu, mas não todo ele, para esse fenómeno que hoje chamamos modernidade, *grosso modo*, capitalismo industrial e Estado moderno, ambos *entes* estranhos ao mundo ibérico: ibérico europeu e d'além mar, o que inclui Portugal, Espanha e América Latina. O contraste é vivo, incomoda e precisa(va) ser explicado. Tipologias distintas são elaboradas ou reproduzidas com tal finalidade cognoscente: burocracia e patrimonialismo; capitalismo e feudalismo; democracia e autoritarismo; cada um desses conceitos representando a mudança ocorrida em países como Inglaterra, França, Alemanha e depois Estados Unidos, o que demarca o rompimento com o passado e, por conseguinte, com o presente ibérico até aos anos de 1930, pelo menos.

Interessa neste texto, como objecto de análise, precisamente, esse conjunto de conceitos que compreende – para utilizar a perspectiva de Max Weber ao tratar das relações parciais e prováveis no delineamento do campo epistemológico das ciências humanas [1] – a evolução histórica das instituições europeias e o contraste estabelecido com partes dessa mesma Europa. O cenário considerado para a correcta compreensão dos (des)caminhos do Brasil rumo à modernidade aparece desse desenvolvimento europeu, mas também norte-americano, faz-lhe menção e nele busca as referências básicas para o processo de auto-conhecimento e de busca de identidade de nação que é manifestada, de forma recorrente, entre autores brasileiros ligados às ciências sociais. Atentos ao desenvolvimento socioeconómico europeu, pela via da comparação, esses

[1] Segundo Raymond Aron, "De modo mais geral, todo o pensamento causal de Max Weber se exprime em termos de probabilidades ou de oportunidades" (Aron, 1999: 463).

autores, dos quais serão apresentadas algumas teorias fundamentais, criam um léxico conceitual que ajuda a explicar a formação social do Brasil.

1. Definição de modernidade

Um esclarecimento histórico e conceitual do fenómeno conhecido como modernidade requer o debate sobre alguns contrastes entre épocas distintas, com a finalidade de estabelecer o "saldo" de valores que surgem com esses eventos[2]. Nessa linha, cabe destacar a centralização do Estado-nação em Portugal em 1385, pois nesse momento demarca-se o início de uma experiência política que é o primeiro passo para a constituição de uma organização mais complexa e que direcciona esforços para a criação de uma estrutura de arrecadação de impostos que, acumulados, permite a constituição de um orçamento, elemento importante, entre outros, para a expansão marítima. Tal como refere Cortesão (1966: 44) sobre o descobrimento do caminho marítimo para a Índia, este "exigia lenta preparação, direcção técnica, continuidade no esforço e largas possibilidades financeiras, que só num Estado se poderiam em conjunto deparar". Essas "largas possibilidade financeiras", que podemos entender como orçamento, têm reflexo no século seguinte, com o financiamento das grandes navegações, a descoberta da América e as fabulosas oportunidades de lucros que se abrem com esses novos contactos. Logo, um elemento importante, visto como etapa a ser superada para os países postulantes à condição de moderno, é essa experiência de centralização do Estado. A busca obsessiva pela sua unificação na Alemanha e na Itália, ao longo da década de 1860, demonstra claramente a importância desse processo antecipado por Portugal. Com efeito, no intervalo entre as datas chave de 1385 a 1870, ocorrem profundas mudanças no modo-de-produção e, se em 1385 Portugal continuava feudal, a Alemanha em 1870 atingia a síntese das mudanças em direcção ao capitalismo industrial. São as mudanças na política e na economia nesse interregno de quase quinhentos anos, desencadeadas por efeito do capital acumulado nas novas colónias, somadas aos avanços substantivos de novas tecnologias advindas da Revolução Industrial Inglesa no século XVIII e, ainda, da modernização do Estado através de uma nova base de poder inaugurada com a Revolução Francesa (1789) e com a expansão napoleónica (1803-1815), que podem ser entendidos como referenciais básicos para o correcto entendimento da modernidade.

Em síntese, o Estado é centralizado superando o centrifuguismo feudal e, do mesmo modo, o trabalho é tornado livre em relação ao esclavagismo e à servidão e a indústria em relação ao artesanato. Há que se assinalar ainda, como pressupostos da modernidade, outros fenómenos que derivam de eventos históricos específicos, como o triunfo da cidade sobre o campo, que possibilita o estabelecimento, se vistos em conjunto, do contraste entre o mundo antigo – mais próximo da antiguidade propriamen-

[2] Jessé Souza (2000: 159 e 252), em importante estudo sobre a modernidade, faz uma associação dos momentos históricos e revoluções da modenidade com o Iluminismo, a Reforma Protestante, a Revolução Francesa, o capitalismo industrial competitivo para, mais adiante, propor uma síntese bastante substantiva da motivação dos valores modernos considerando-os orientados pelo "mercado capitalista" e pelo "Estado tendencialmente racional", dando a esses fenómenos o *status* de "duas das instituições mais importantes do mundo moderno".

te dita – e o mundo moderno do capitalismo e do Estado burocrático racional-legal. Corrobora esse conjunto de mudanças a ética religiosa: o surgimento e a disseminação da doutrina calvinista permitem que haja um rompimento, em países como a Holanda, a Inglaterra e os Estados Unidos, com o conjunto de valores morais pregados pela Igreja Católica até à Idade Média. Se nos valores católicos havia uma associação entre riqueza, usura e danação, nos novos valores calvinistas uma nova associação de idéias invertia essa lógica, interligando a riqueza, a acumulação, o reinvestimento de capital e a prosperidade, sendo que esta última adquiria o estatuto de *eleição divina*[3]. Esse conjunto de acontecimentos históricos promove mudanças tecnológicas, institucionais, de economia política e de mentalidade. Dir-se-á que o saldo final das *afinidades electivas*[4] existentes entre todas elas é o que ora é associado à modernidade. É em cada uma dessas experiências históricas que os pensadores brasileiros buscam referências para *tipificar* o contraste entre o "velho" e o "novo". Nesse caso, a sociedade brasileira, pelo menos até ao início do século XIX, era mais parecida, sob muitos aspectos, com a Europa feudal, anterior à centralização portuguesa. Tal sugere uma visão diacrónica sobre a história do país: vivíamos sempre refractários em relação à Europa, o nosso presente era sempre o seu (da Europa) passado. Logo, o quadro geral que deriva da interpretação dos conceitos apresentados a seguir é de arcaísmo, de atraso em relação a um modelo que não é único, mas de um modelo que acumula trajectórias históricas diversas que são agregadas sob o mesmo signo da modernidade.

2. O patrimonialismo

O patrimonialismo equivaleria a uma etapa intermediária entre as forças políticas centrífugas da Idade Média e a constituição do Estado racional, exigindo, portanto, uma superação desse Estado patrimonial no mesmo sentido das mudanças impostas pela lógica capitalista à economia política feudal no continente europeu. Assim, há uma correlação entre a evolução da economia e a das instituições políticas. Segundo Birnbaum (1994: 100 e 108), "Ao acentuar o rígido contraste entre feudalismo e capitalismo, Weber enfatizou a distinção entre valores sociais tradicionais e racionais" e prossegue afirmando que "uma sociedade tradicional nas suas relações econômicas normalmente não possui um sistema de dominação racional-legal". Desse modo, essa associação é posta de maneira clara e o diálogo com as teses de Marx (2001) sobre o acossamento da grande propriedade rural sobre os pequenos produtores é nítido[5]:

> "Em toda parte, o desenvolvimento do Estado moderno é iniciado através da ação do príncipe. Ele abre o caminho para a expropriação dos portadores autônomos e "privados" do poder executivo que estão ao lado, daqueles que possuem meios de administração próprios, meios de guerra e organização financeira, assim como os bens

[3] Para uma discussão mais aprofundada sobre as diferenças entre as doutrinas católica e protestante em face dos fenómenos económicos de um modo geral, contextualizada em relação à formação social brasileira, cf. Moog (1964).

[4] Cf. Paula (2005).

[5] É o que também pensa Giddens (1994, 133-134), quando afirma que "a discussão de Marx sobre o curso do desenvolvimento histórico na Europa está em alguns aspectos extremamente próxima da análise de Weber: este facto só se tornou evidente com a publicação dos *Grundrisse* que Marx escreveu como preparação ao *Capital* em 1857-58".

> politicamente usáveis de todos os tipos. A totalidade do processo é um paralelo completo ao *desenvolvimento* da empresa *capitalista através da expropriação gradativa dos produtores independentes*" (Weber, 1982a: 102) [itálico meu].

As mudanças operadas na sociedade europeia (que mencionamos acima) geram uma cadeia de efeitos, como o despovoamento do meio rural e a abundância de mão-de-obra assalariada. Tal como afirma Marx (1998: 847), "Conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram as terras ao capital e proporcionaram à indústria das cidades a oferta de proletários sem direitos". De modo que na Europa, em especial na Inglaterra, onde o capitalismo se desenvolve de forma exemplar, esses factores discutidos por Marx resultam numa dinâmica que leva o capitalismo ao seu estágio de constituição mais bem acabado através desse processo que Weber (1982a: 102) designa "expropriação gradativa dos produtores independentes", tema central do famoso capítulo XXIV de O *capital*, a assim chamada acumulação primitiva (Marx, 2001). Se na economia há "produtores independentes" que são acossados pela grande propriedade, tal facto dá-se, em analogia completa, nas relações de poder no interior do Estado na sua relação com os "produtores independentes" de poder[6], que constituem de forma fragmentada as suas associações políticas. Como diz Weber (idem: 101):

> "Essas associações políticas nas quais os meios materiais de administração são controlados autonomamente, no todo ou em parte, pelo quadro administrativo dependente, podem ser chamadas associações organizadas em *estamentos*" [itálico do autor].

Tais associações corresponderiam, no plano político, ao primeiro momento de superação do feudo e sua fragmentação de origem, uma vez que o poder passa a estar representado entre diversos estamentos (grupos de *status*) que medeiam a relação entre o Estado e a sociedade. Com isso "o vassalo na associação feudal, por exemplo, pagava do seu próprio bolso a administração e judicatura do distrito que lhe era entregue como feudo" (idem). Se o senhor fornecia equipamentos e provisões de guerras, isso tinha uma implicação geral que consistia em ter como base a fé pessoal no poderio do senhor, sendo que só essa relação de proximidade, na qual também se incluía a honra, tinha legitimidade (Weber, 1999: 236).

Assim, a proximidade, a fé pessoal e a legitimidade do poder baseado na honra são elementos vivos do conjunto de relações políticas da Europa Medieval. Para que fique mais claro o que isso significa, é interessante fazer um contraste com as linhas gerais que, para Weber (idem: 98), definem o Estado moderno: "comunidade humana que pretende, com êxito, *o monopólio do uso legítimo da força física* dentro de um determinado território (...). O Estado é considerado como a única fonte do "direito" de usar a violência" [itálico do autor]. É possível, destarte, concluir que essa caracteri-

[6] "Weber era da opinião de que o Estado racional-legal representa a única estrutura política que permite esta calculabilidade na atividade econômica; estados tradicionalistas são muito marcados por decisões ligadas a certas tradições e administrativamente arbitrárias. Weber até defendia a opinião de que este Estado racional-legal, ou burocrático, foi a condição para a emergência do capitalismo" (Birnbaum: 1994, 102).

zação final do Estado como a única fonte de onde pode emanar a coação e a violência física legítima implica, por ordem de importância, primeiro, a centralização do Estado submetendo os feudos e, em segundo lugar, a forma como essa centralização do poder em mãos do Estado o torna a única instituição que detém legitimidade para o exercício da autoridade. Fica clara a consideração mais incisiva feita logo depois por Weber e que define o sentido da superação promovida pelo Estado moderno, em relação ao modelo patrimonialista:

> "O Estado moderno é uma associação compulsória que organiza a dominação (...) Com essa finalidade, o Estado combinou os meios materiais de organização nas mãos de seus líderes, e expropriou todos os funcionários autónomos dos estamentos, que antes controlavam esses meios por direito próprio" (idem: 103).

Seguindo esse quadro teórico, é possível entender melhor a tese central de *Os donos do Poder* de Raymundo Faoro (2000), que concebe uma visão sobre a formação do Estado dentro de um quadro conceptual que sustenta a tese de que Portugal se livrou cedo, já no século XIV, da estrutura feudal de organização, constituindo um Estado empreendedor que centraliza as acções mais importantes do desenrolar da história portuguesa e depois do seu apêndice na América Portuguesa. Ocorre que o Estado passa a desenvolver no seu interior um *estamento* que, de certo modo, tem vida independente do Rei e que, embora actue em conformidade com os interesses deste, o faz também em favor dos seus próprios interesses.

> "Na monarquia patrimonial, o rei se eleva sobre todos os súbditos, senhor da riqueza territorial, dono do comércio – o reino tem um *dominus*, um titular da riqueza eminente e perpétua, capaz de gerir as maiores propriedades do país, dirigir o comércio, conduzir a economia como se fosse empresa sua. O sistema patrimonial, ao contrário dos direitos, privilégios e obrigações fixamente determinados do feudalismo, prende os servidores numa rede patriarcal, na qual eles representam a extensão da casa do soberano. Mais um passo, e a categoria dos auxiliares do príncipe comporá uma nobreza própria, ao lado e, muitas vezes, superior à nobreza territorial. Outro passo ainda e os legistas, doutores e letrados, conservando os fumos aristocráticos, serão sepultados na vala comum dos funcionários, onde a vontade do soberano os ressuscita para as grandezas ou lhes vota o esquecimento aniquilador" (Faoro, 2000: 25).

O período em questão, que vai da centralização portuguesa (1385) à unificação alemã (1870), que temos vindo a considerar como o período de constituição da modernidade ocidental, para Faoro não pode ser tido em Portugal, e depois no Brasil, como período feudal, sendo isso uma "falsa analogia, de nações de outra índole, sujeitas a outros acontecimentos, teatros de outras lutas e diferentes tradições" (idem: 23). Há várias implicações nessa "substituição" que Faoro faz da tese de um passado feudal luso-brasileiro por um outro de ordem patrimonial. Uma delas liga-se ao facto de a estrutura patrimonial levar, "porém à estabilização da economia, embora com maior flexibilidade que o feudalismo". Desse modo será essa nova estrutura patrimonial que "permitirá a expansão do capitalismo comercial, fará do Estado uma gigantesca em-

presa de tráfico, mas impedirá o capitalismo industrial" (idem: 26). Será essa *diferente tradição*, surgida e estruturada em torno do estamento que dará essa particularidade à história portuguesa que, num momento, supera o feudalismo projectando-se como vanguarda, mas que cria um sistema económico e de poder que "engessa" as estruturas da sociedade até o ponto de não permitir uma nova síntese direcionada para fenómenos importantes da modernidade, como o capitalismo industrial e a democracia[7]. Não são de pouco alcance as repercussões da formação do estamento português, pois, além da profundidade da sua actuação, deve-se considerar a extensão histórica da sua permanência:

> "Patrimonial e não feudal o mundo português, cujos ecos soam no mundo brasileiro atual, as relações entre o homem e o poder são de outra feição, bem como de outra índole a natureza da ordem econômica, ainda hoje *persistente, obstinadamente persistente*" (Faoro, 2000: 22) [Itálico meu].

Fica entendido, ao menos de modo aproximado, como e por que motivo há uma valoração positiva na centralização patrimonialista do Estado português a partir de 1385: é esse modelo de organização que permite o desenvolvimento pleno do que Faoro designa "capitalismo comercial". No patrimonialismo as formas de acomodação dos diversos sectores da sociedade são muitas e permitem, através da apropriação pelo Rei do conjunto de riquezas da sociedade, dividi-las conforme as mudanças na sociedade as exigem; assim o equilíbrio de poder consegue sustentar-se durante tanto tempo[8]. Possíveis antagonismos logo encontram o seu ponto de equilíbrio, ou *equilíbrio de antagonismos*, conforme diz Gilberto Freyre ser a *constante* da história da América Portuguesa[9], de modo que a economia e a sociedade luso-brasileira não conhecem a mesma dinâmica dos demais processos históricos que vimos descrevendo como antecedentes da modernidade. Com isso a sua estrutura patrimonialista não é pressionada, incorporando atores novos que são ungidos ao primeiro plano da sociedade européia – como a burguesia – e que contribuem decisivamente para que a sociedade sofra as transformações radicais que se iniciam no final do século XVIII e sejam a constante do século XIX em grande parte da Europa e dos Estados Unidos.

Em síntese, o eixo teórico sobre o qual se estabelece a visão de Faoro sobre o processo de constituição da modernidade recupera a visão de Weber, que entende a

[7] Uma argumentação mais directa em relação à formação da democracia no mundo luso-brasileiro encontra – se noutro ensaio de Faoro, *Existe um pensamento político brasileiro?* Nele, diz o autor, o caminho que leva à modernidade "é o mesmo caminho no qual trafega a cidadania; essa via, que só os países modernos, e não modernizadores, percorrem, não tem atalhos" (Faoro, 1994: 115).

[8] "O patrimonialismo também estimula o surgimento de um capitalismo politicamente orientado, em que as actividades mercantis se subordinam às necessidades do Estado. O rei promove monopólios e privilégios, bloqueando o livre desenvolvimento do mercado e, com ele, das classes. Portugal não consegue, dessa maneira, ultrapassar a fase do capitalismo mercantil" (Ricupero e Ferreira, 2005: 39).

[9] Nas Palavras de Freyre (2000: 125), "Antagonismos de economia e de cultura. A cultura européia e a indígena. A européia e a africana. A africana e a indígena. A economia agrária e a pastoril. A agrária e a mineira. O católico e o herege. O jesuíta e o fazendeiro. O bandeirante e o senhor de engenho. O paulista e o emboaba. O pernambucano e o mascate. O grande proprietário e o pária. O bacharel e o analfabeto. Mas predominando sobre todos os antagonismos, o mais geral e o mais profundo: o senhor e o escravo".

passagem da estrutura de poder feudal para uma outra de tipo patrimonial, e desta para a dominação racional-legal do Estado moderno, através de uma paralelo com as mudanças na economia política captadas pela sociologia de Marx, no que trata da passagem do feudalismo para o capitalismo no aspecto específico da *expropriação gradativa dos produtores independentes*, sejam eles ligados à pequena propriedade rural ou aos pequenos núcleos de poder autónomo. Para Faoro (2000), o epicentro explicativo está no momento em que se dá a passagem do feudalismo para o patrimonialismo, na medida em que o segundo tipo de relações, tendo sido constituído de forma exemplar em Portugal, permite uma mediação entre *entes* sociais *potencialmente* antagónicos, evitando os sobressaltos provocados pelos choques de interesses entre camadas distintas da sociedade. Logo, essa evolução que Portugal conhece antes dos outros países europeus, a centralização patrimonialista, traz o ónus do engessamento da sua estrutura de poder, de modo que a ausência de grandes conflitos não leva àquelas sínteses que em outros países europeus fazem emergir novos actores, novos valores e concepções políticas e económicas mais próximas da modernidade.Essa leitura encontra uma correlação com outra referência utilizada por Faoro ao tratar de tema que lhe é correlato. Rediscutindo a visão de Veblen presente em *A Alemanha Imperial* e a *Revolução Industrial*, ensaio de 1915, no qual o autor apresenta a consagrada tese sobre *as vantagens do atraso*, diz Faoro (1994: 97) que, "se o país, no começo da corrida, se situa nas últimas filas e por isso privilegia a sua trajetória, correlatamente a liderança sofre o castigo de ter-se adiantado". Ao que parece, é essa uma razão importante que tirou de Portugal parte significativa do seu pendor modernizador dos seus primeiros séculos de nação, sofrendo, por obra do seu modelo de patrimonialismo e de capitalismo comercial, uma espécie de *desvantagem em antecipar-se*.

3. A ordem privada

As noções de público e privado são clássicas na filosofia política. Já eram utilizados no mundo Greco-romano e suas definições fundamentais ainda guardam o seu sentido original de oposição dialéctica[10]. Estando o privado ligado ao sentido da religião e da família e o público às outras instituições que operam a política e o Estado, o conceito de ordem privada, em si mesmo, revela uma justaposição de categorias, uma vez que uma ordem perfeita deve ser política e, por isso, expressão das vontades públicas, ou pelo menos deve apontar claramente para uma evolução nesse sentido. Distante, desse modo, das volições dos fenómenos particulares e privados. O conceito de ordem privada é, portanto, relativamente simples e expressa uma universalidade de valores do mundo ocidental, que evolui distinguindo cada vez mais as esferas do público e do privado e delimitando cada vez mais o que é da alçada de cada uma delas. O conceito de "público" atinge a sua realização mais bem acabada no regime democrático e as suas imperfeições ligam-se muito mais à ideia de "privatização" do

[10] As reflexões e, até certo ponto, a estrutura do texto do presente tópico sobre a ordem privada, são retomadas da minha Dissertação de Mestrado, "As raízes do pensamento político de Nestor Duarte: um estudo da ordem privada", defendida no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, no Brasil, sob orientação do Prof. Doutor. Marco António Villa, em 2004.

público do que à ausência da participação directa do povo expressando suas vontades. Essa limitação da participação é fruto da impossibilidade de se manter uma democracia plebiscitária, com a participação directa da plebe, pois o alargamento das Cidades para Confederações, Impérios e Estados-nações resolve, pela própria materialidade da situação, aquilo que não pode ser resolvido através de objeções ideais. Chega-se, assim, à democracia delegativa e às instituições que intermedeiam o Estado e a sociedade civil.

Se passa a existir essa distinção da *democracia direta* da Grécia antiga para os seus herdeiros, as sociedades do Ocidente cristão, com as suas *delegações*, as noções de público e de privado continuam separadas, sem concessões do público para o privado, através da insofismável categorização das instituições que vão aparecendo. Quando democráticas, trazem em si mesmas todas as objecções aos interesses privados que contrariam o interesse público; quando não trazem essas objecções dir-se-á que são imperfeitas e, se ganham grandeza de proporções que logram atingir uma ordem, então configura-se a situação de uma ordem privada. Cremos ser esse o sentido original do conceito de ordem privada, exaustivamente trabalhado por Nestor Duarte em *A ordem privada e a organização política nacional*, ensaio de 1939, e identificado, em níveis distintos de gradações, como presente ao longo de toda a história do Brasil. Começando pelo período que se estende dos primeiros anos de colonização do território brasileiro, no século XVI, até ao final do século XIX, com a abolição da escravatura em 1888, vê-se que todo esse período é marcado profundamente pela escravidão como organização social do trabalho e pelo latifúndio como modo de ocupação do território.

Os significados desses dois fenómenos – escravidão e latifúndio – para a sociedade brasileira estão presentes em praticamente todos os autores que a explicam no seu desenvolvimento histórico ao longo dos três primeiros séculos na condição de Colónia e, também, no quarto século, já quase todo ele com vida independente. Para Oliveira Vianna (1987) e Gilberto Freyre (2000) os núcleos rurais dedicados à agricultura da cana-de-acúcar tornam-se auto-suficientes em praticamente tudo o que diz respeito às suas necessidades, seja de trabalho – articulados em torno da instituição do esclavagismo - seja de suprimentos materiais, uma vez que produzem tudo de que necessitam. A conseqüência básica desse processo resulta no facto de que não será no interior desses núcleos rurais – para Oliveira Vianna *grande domínio rural*; para Gilberto Freyre *Casa-grande* – que a sociedade, nas suas representações mais elementares, encontrará estímulo material para se desenvolver e tornar complexa a divisão social do trabalho, pois enquanto nos núcleos rurais há uma vida económica e social intensa, fora deles prevalece a dissociação e a dependência do homem livre em relação aos favores que lhes são prestados a partir do núcleo rural, que lhe cobra contrapartidas, surgindo, assim, o compadrismo e o patrocinato político. Essa realidade económica e social, rediscutidas a partir da obra de Oliveira Vianna e Gilberto Freyre, são os dados com que Nestor Duarte trabalha para materializar a sua hipótese inicial, e central para o seu trabalho, de que entre os portugueses já prevalecia, antes da colonização do Brasil, um pendor cultural para voltar-se antes para o interesse particular e da família do que para o interesse público, isto é, do Estado e da comunidade.

A colónia tem, então, uma realidade que desenvolve grande tendência ao particularismo e ao privado e de que seriam portadores os portugueses, mas aprofundando-a ao extremo, uma vez que há uma série de outros fenómenos – dos quais tratará Nestor Duarte ao longo do seu ensaio – que são específicos da Colónia, cujo significado dá a essa "tendência" portuguesa para o privado contornos muito maiores, permitindo formar uma ordem política e uma morfologia social próprias, que este autor denominará de "ordem privada".

Cabe destacar, entre esses fenómenos, além do isolamento e da auto-suficiência dos núcleos rurais, o bandeirismo anárquico bem como a completa ausência de vínculos reguladores dos afectos da sociedade colonial. Todo esse processo resulta em condições estruturais para que a oposição entre público e privado veja favorecida a realização plena do segundo e o que era apenas um conceito de teoria política clássica ganha materialização e forma uma ordem política e cultural na América Portuguesa. Parte importante desse triunfo do público sobre o privado liga-se à presença da família, instituição que ocupa o epicentro do processo de colonização do país e exerce um controlo amplo sobre o conjunto de instituições existentes e, por outro lado, impede que outras instituições apareçam[11]. Esse processo estabelece uma lógica política de contornos bastante definidos: a Coroa portuguesa, ao franquear para a família patriarcal a tarefa de colonizar, garante para si a posse efectiva da Colónia, cobiçada por corsários franceses e holandeses, consegue transferir uma renda vultuosa para o Reino e, em troca, estabelece uma autonomia irrestrita aos senhores rurais, que fazem da sua Casa-grande um domínio rural auto-soberano e auto-suficiente. A implicação política desse pacto, para Nestor Duarte (1966: 72), é clara:

> "Toda a paz dessa sociedade se assegura por um compromisso do Estado com a casa-grande. Ele lhe transfere o poder que pode transferir, consente que lhe retire quase toda a oportunidade de interferência no governo da Colónia, enquanto ela, por sua vez, o apoiará assim, porque de acordo com o sentido de seus interesses. E enquanto não se rompe esse compromisso, ela é, por igual, a força conservadora da colónia, anti-revolucionária, aliada do poder político".

Embora do ponto de vista da Coroa portuguesa a Colónia fosse a sua posse mais importante "Tudo deixou-se, porém, à iniciativa particular. Os gastos de instalação. Os encargos de defesa militar da colónia. Mas também os privilégios de mando e de jurisdição em terras enormes" (Freyre, 2000: 306), cumprindo, assim, o seu firme propósito de *povoar sem ónus os ermos da América*, nesse famoso trecho de *Casa-grande & Senzala* citado por Nestor Duarte. É importante observar que se o conjunto da cultura portuguesa conhece modificações nessa tentativa de transplantação que é a tarefa de colonização, tal se dá como consequência do processo de miscigenação

[11] "É precisamente como unidade econômica que a família proprietária e produtora simplificou e reduziu o meio social da Colônia e a zona do interior do País, rarefazendo ainda mais a sua população e as relações que intensificam os homens e as classes que os comportam" (Duarte, 1966: 80).

intensa que ocorre no período colonial, modificando-lhe aspectos substantivos da sua cultura. No entanto, a sua principal instituição – a família patriarcal – graças à qual a tarefa de colonização logra êxito mantém-se firme, pois é através dela que o eixo orientador da lógica do equilíbrio colonial sobrevive, mesmo que os outros elementos da cultura portuguesa se vejam diluídos na imensidão colonial. Como afirma Nestor Duarte (idem: 66):

> "Tudo o mais pode cair em crise – o seu sentimento político, já fraco, o seu sentimento religioso, a própria organização sexual, o seu espírito moral, como o estilo de uma cultura e até a portuguesa língua neo-latina que esteve a pique de fundir-se na "língua geral", mas a sua organização familiar e o seu familialismo não".

Tal organização familiar substitui o Estado, comanda a colonização, orienta todo o sentido das instituições e da mentalidade do país em formação e não conhece crise. Resulta desse processo um sentido inverso àquele identificado por Marilena Chauí (1992: 357, que conclui que "onde houver espaço público e vida pública, onde houver *politéia*, não pode haver *despotéia*, não se poder manter o princípio do poder despótico, que pertence ao espaço privado e à vida privada". E é precisamente esse o conjunto de relações que Nestor Duarte tem em vista, mas a partir da identificação no todo histórico brasileiro do espaço privado e da vida privada, portanto da *despotéia*, não havendo por seu turno espaço público, a vida pública, enfim, a *politéia*. O conteúdo desse conjunto de ideias difere em essência daquele apresentado por Faoro, uma vez que se afasta de uma explicação teórica do Estado e dos tipos ideais que o compreendem. Numa acepção mais ampla, e mais imprecisa também, há um sentido comum ao se tratar de patrimonialismo e de ordem privada, embora à primeira vista um conceito estabeleça a omnipresença do Estado e o outro a "omniausência" do mesmo. O sentido comum a ambos é o impedimento prolongado do surgimento do Estado moderno e da democracia. Cada um tratando de aspectos específicos cumpre esse papel.

4. O homem cordial

Um *tipo social* definido pela predominância da cordialidade aparece em nossa sociologia como conceito. Seu significado remonta a um conjunto de características da sociedade brasileira que teria formado, como produto de sua experiência histórica, uma mentalidade própria, uma maneira bastante singular de mediar as suas relações sociais de modo a privilegiar sempre os laços familiares, afectivos e baseados na proximidade em detrimento das mediações sociais fundamentadas na razão.

Esse conceito é amparado pela interpretação feita por Sérgio Buarque de Holanda (1971), em *Raízes do Brasil*, a propósito da formação histórica das instituições políticas brasileiras. Nesse livro, o autor apresenta uma série de outros conceitos e características sociais do Brasil que, se não são criadas por ele, o seu endosso dá-lhes muito do respaldo teórico que passam a ter na sociologia brasileira. Assim, um vasto léxico, que inclui patriarcalismo, ruralismo, mandonismo, paternalismo, bacharelismo, iberismo e americanismo, desenvolvem-se depois, na sociologia brasileira, como

conceitos importantes que conduzem a uma ilustração significativa do processo de constituição da sociedade brasileira. Não seria o caso de explicar um a um, mas apenas de identificar o traço comum que todos eles guardam entre si: aparecem como resultado do pressuposto de que a colonização do Brasil nos primeiros séculos foi dominada pelo ambiente rural[12], cuja implicação fundamental é um conjunto de instituições, de práticas políticas e, por fim, de uma cultura, que incompatibiliza o homem brasileiro com a democracia, com o poder público, com a modernidade e com a cidadania, uma vez que esses fenómenos necessitam de uma conduta racionalista, com um forte conteúdo de fundamentos lógicos que os aproximassem das "instituições democráticas, fundadas em princípios neutros e abstractos, [que] pretendem assentar a sociedade em normas antiparticularistas" (Holanda, 1971: 106).

A baliza de todos esses pressupostos e implicações, ou dos fundamentos da colonização e dos resultados que ela lega para o futuro país em formação, alinhavam-se com as características da instituição familiar e do domínio que ela logra exercer ao longo da colonização da América Portuguesa, por que tem, nesse momento, os meios materiais para tal exercício e, depois, continua a sua dominação por extensão do próprio caldo de cultura que cria e impõe ao país. Assim, uma das primeiras ideias do famoso quinto capítulo de *Raízes do Brasil*, "O homem cordial", começa por afirmar que não há, nem deve haver, uma associação entre a fundação do Estado e a sucessão circular da família: a ordem familiar é abolida por transcendência. Isto posto, Sérgio Buarque (1971: 106) lança a assertiva de que a formação educacional do cidadão brasileiro está demasiadamente ligada aos valores da família patriarcal, afirmando que:

> "Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público. Assim, eles se caracterizam justamente pelo que separa o funcionário 'patrimonial' do puro burocrata conforme a definição de Max Weber. Para o funcionário 'patrimonial', a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que dele aufere, relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos".

Há, assim, senão um modelo de organização do Estado, um padrão de conduta generalizado durante um período da história brasileira cujo resultado é de alcance profundo: o Estado moderno e democrático encontra dificuldades para se desenvolver plenamente porque a sociedade ainda opera segundo a lógica e os valores de outras épocas. Tal como frisa Holanda (1971: 131):

> "O Estado brasileiro preserva como relíquias respeitáveis algumas das formas exteriores do sistema tradicional, depois de desaparecida a base que as sustentava: uma periferia sem um centro".

[12] Ideia central do Capítulo III de Raízes do Brasil, "Herança Rural" e de Populações Meridionais do Brasil, de Oliveira Vianna.

Ainda segundo o mesmo autor, o modelo patrimonialista encontrou eco no Brasil porque foram as relações típicas da vida doméstica, e não outras, que sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós. Assim, o adjetivo "cordial" é proposto por Sérgio Buarque (idem: 108) como sentimento que tem a génese no "coração", procedendo da esfera do íntimo, do familiar e do privado.

> "No homem cordial a vida em sociedade é, de certo modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo, apoiar-se sobre si próprio em todas as circunstâncias da existência. Sua maneira de expansão para com os outros reduz o indivíduo, cada vez mais, à parcela social, periférica, que no brasileiro – como bom americano – tende a ser a que mais importa. Ele é antes um viver nos outros".

A imagem criada para a sociedade brasileira é de uma grande família ampliada, cujo resultado incide com muita força sobre o Estado, sobre o poder público e sobre as instituições políticas de um modo geral. A superação dessa justaposição da família sobre o Estado só poderia ser pensada se um longo processo de mudanças, do qual inclusive o autor se ocupa ao longo do Capítulo VII, denominado de "Nossa Revolução", tivesse a repercussão profunda de atingir a *psique* do indivíduo, tornando-o um cidadão que mede as suas relações políticas e sociais a partir de outras referências criadas na própria vida em sociedade e já afastadas da referência familiar. Desse modo, o conceito de homem cordial fecha um círculo e se não tem uma dimensão tão sistémica quanto o patrimonialismo para Faoro (2000), tem, no entanto, uma fundamentação empírica muito maior, pois provoca no leitor brasileiro o mesmo desnudamento totalmente empírico do "Lê em ti mesmo" de Thomas Hobbes (Chevallier, 1973: 68). Tal acontece porque demonstra dimensões humanas prontamente reconhecidas tão-somente por breve exame de consciência, que no caso da cultura brasileira levaria a esse reconhecimento imediato da cordialidade como arquétipo do comportamento do homem brasileiro, algo próximo de uma psicanálise do colectivo que, partindo das condições culturais, objectivas e materiais de uma sociedade, encontra no seu inconsciente a maneira como este estrutura toda uma concepção acerca do mundo. Concepção que, uma vez revelada, tornaria claro o seu anacronismo e incompatibilidade com os novos tempos e com o *ethos* da vida moderna.

5. O coronelismo

Ao longo do período colonial constitui-se uma ordem que impede o surgimento completo do Estado. No Império o Estado constrói-se, mas representa os interesses hegemónicos dos senhores rurais. A partir da Abolição e da República, no entanto, o poder privado entra em franca decadência e se ainda tem influência no epicentro do poder, não é suficiente para atingir uma proporção que atinja o ponto de uma ordem política. A partir daí há uma articulação, através da *Política dos Governadores* e do *Coronelismo*, para se manter nacos de poder que já não são nem sombra do que fora no passado. Nesse momento já não existe mais um poder privado que possa ser considerado como uma ordem e é da consideração dessa nova conjuntura que o estudo

clássico de Victor Nunes Leal, *Coronelismo Enxada e Voto*, estrutura a sua análise das instituições políticas brasileiras.

Segundo Leal (1986), a palavra *coronelismo* tem origem nas posições de chefia dos coronéis da Guarda Nacional, criada em 1831 pelo Padre Feijó. Esses coronéis eram uma espécie de chefes locais que exerciam o poder de mando e, a partir daí, todo homem de poder passou a ser chamado, com reverência, pelos sertanejos, de coronel. Como fenómeno político o coronelismo é o "resultado da super-posição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequadas (...) resíduos da base privada coexistem com o regime representativo" (Leal, 1986: 20).

Esses coronéis mantêm-se alimentados pelo poder político que lhes é conferido e, através desse poder, substituem, muitas vezes, importantes instituições políticas, como as policiais. Quer dizer, socorrem-se do auxílio de agregados e capangas. O mecanismo de liderança local surge e estrutura-se a partir da concentração da propriedade de terras, fazendo do latifúndio o factor dominante na vida rural. A partir dessa realidade pode-se compreender o *voto de cabresto*: fazendeiros e chefes locais custeiam as despesas da candidatura, do alistamento de eleitores e da eleição, incluindo, por exemplo, os documentos, o transporte, o alojamento, as refeições, os dias de trabalho perdidos, de modo ao que o eleitor obedeça à "orientação" daquele que tudo lhe paga.

Nesse período, que abrange o tempo entre a Proclamação da República (1889) e a Revolução de 1930, predomina nas eleições, em todos os níveis, a lógica da conjuntura municipal e o "coronel", como político que opera no reduzido cenário municipal, não é melhor nem pior que os outros que circulam nas esferas mais altas – estaduais e federais – pois estes últimos provêm, em geral, do município e, no fim das contas, estão todos vinculados a essa estrutura económica e social. Essa articulação, faz, então, com que, no quadro geral da política nacional, prevaleça a reciprocidade da liderança do coronel oferecida às esferas estaduais e federais, que lhes devolvem um tratamento de favorecimento através do poder político a estas conferido: "poder estadual e federal para o governo e poder municipal para o coronel" (idem: 43). Nesse sistema coronelista as figuras do delegado e do sub-delegado aparecem como importante instrumento de dominação e a sua nomeação é de sumo interesse para o coronel, pois, através deles, fica garantido todo um sistema de poder com as suas próprias instituições e mecanismos de funcionamento que, ao serem questionados, activam os instrumentos de sobrevivência pela coacção e pela violência do Estado, última salvaguarda da ordem instituída.

Todas as particularidades do coronelismo, quando observadas em conjunto, demonstram, de maneira bastante clara, um equilíbrio conciso e perfeito, quase inabalável, fazendo com que o poder seja distribuído de maneira equânime entre os velhos *potentados rurais*, na expressão de Oliveira Vianna, e aqueles que não sendo mais apenas fazendeiros, adquirem um *status* de sofisticação mais ampla e passam a gerir a política nos Estados e a grande política nacional. Nesse sentido, há uma convergência entre Victor Nunes Leal (1986) e Sérgio Buarque de Holanda (1971), este último afirmando que o Estado preserva, como relíquia, formas exteriores do sistema tradicional

(idem: 131) enquanto que Leal trata a questão como sobreposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura económica e social inadequadas (Leal, 1986: 20), o que resulta como síntese possível numa ideia muito clara de que a estrutura social do país continuava arcaica, mas as instituições políticas tentavam parecer modernas e liberais, embora no seu interior haja uma articulação muito nítida para que as clivagens de poder, todas ligadas à grande propriedade rural, continuassem exercendo a dominação, sem abrir espaço, assim, para novos actores políticos.

É bastante crível que, através dos movimentos sociais ligados à causa da abolição e mais timidamente à democratização da propriedade da terra, se registasse um clima liberalizante e modernizador no país no período imediato à Abolição (1888) e à Proclamação da República (1889). No entanto, as elites ligadas à propriedade de terras, sempre afeitas às "mudanças lentas e graduais", criam a partir do governo de Campos Sales (1898-1902) o arcabouço político que sustentará o federalismo, os interesses de São Paulo e Minas Gerais – secundariamente do Rio Grande do Sul também – e a estrutura de poder local em todo o país que, tendo garantido o seu domínio, apoiará, assim, todas as exigências do Estado central e em decorrência dos principais Estados da Federação que o dirigiam. Dentro de todo esse quadro, bastante complexo, a instituição do coronelismo aparece como sustentáculo do antigo regime patriarcal e autoritário herdado do Império, com a devida incorporação dos novos actores políticos ungidos com a primazia do novo eixo económico do país, a agroexportação de café. Logo, o período de ascensão e queda do *coronelismo*, a chamada *república velha* (1889-1930), pode ser entendido como um longo interregno de adiamento das mudanças modernizadoras no campo da economia, da política e da cultura de um modo geral, de que o país necessitava e já havia criado as condições para sofrê-las, mas que era impedido devido às amarras da estrutura de poder que vigorava.Assim, o coronelismo talvez seja a última instituição de natureza sistémica que impede a aquisição substantiva de elementos típicos da modernidade, como a democracia, a incorporação das massas urbanas e o operariado à nova estrutura de poder e de uma nova hegemonia tipicamente burguesa.

Breve conclusão

Segundo Francisco de Oliveira (1997), no seu livro, *Economia brasileira: Crítica à razão dualista*, no conceito de modo de produção subdesenvolvido não cabe a separação singular entre um sector "atrasado" e outro "moderno", já que há entre eles uma simbiose em um processo real de unidade de contrários em que o moderno cresce e se alimenta da existência do atrasado. Conclui Oliveira que o subdesenvolvimento é uma formação capitalista e não histórica. Análise como esta ampara-se, entre outras, na ideia de imperialismo, em que a dominação dos países mais ricos sobre os mais pobres garante a preservação da distância económica existente entre eles, em alguns casos inclusive essa distância amplia-se.

Como foge do presente trabalho discutir o conceito de imperialismo e sua influência no impedimento do desenvolvimento pleno dos países atrasados, caberia apenas

considerar que há fundamentos históricos que compreendem a constituição da modernidade, havendo, por seu turno, as trajectórias nacionais que, por conta da própria particularidade da sua história, seguem um curso diferente daqueles fenómenos económicos associados, depois, ao modo-de-produção capitalista e que alguns países desenvolvem de maneira exemplar. Ora, se há momentos de síntese das grandes contradições das sociedades europeias na passagem da Idade Média para a Idade Moderna e desta para a Contemporaneidade, sem dúvida que parte dessas sínteses encontradas fornece os fundamentos lógicos à tentativa de explicação do produto final delas, que temos vindo a identificar como a modernidade em si mesma.

Logo, a comparação entre trajectórias nacionais tem uma importante finalidade cognoscente e o recuo às épocas passadas permite que se compreenda que, se o capitalismo tem uma estrutura que o mantém de pé, tem também uma origem. Passou por momentos históricos e desenvolveu-se a partir de determinadas condições existentes. De entre essas condições, merece nota, principalmente, o tipo de capitalismo comercial patrocinado pelo Estado, do qual Portugal foi pioneiro, mas que congela na própria dominação patrimonialista, da qual esse modelo é exemplo máximo de *engessamento*, as possibilidades de aperfeiçoamento económico, atingindo novas sínteses, como noutros países da Europa. Não há como ignorar que a dimensão cultural, sobretudo naqueles elementos de cultura política, que leva José Guilherme Merquior (1990) a qualificar como *Outro Ocidente* a Península Ibérica, leva a uma indistinção entre as esferas do público e do privado, para Sérgio Buarque de Holanda (1971) correspondendo a uma indistinção entre a família e o Estado, que forma todo um universo psicológico, cujo resultado é um *tipo social* impreparado para as relações individualistas e utilitaristas do capitalismo moderno.

Segundo Nestor Duarte (1966), esses factos inserem-se numa nova cadeia de relações, em que à mentalidade e à cultura portuguesa devem acrescentar-se as características materiais do processo de colonização, gerando uma implicação política: não há poder público no Brasil, mas a persistência renitente dos interesses privados dos grandes fazendeiros. Se esse quadro é persistente para Faoro (1994), Holanda e Duarte, Victor Nunes Leal (1986), por sua vez, demonstra que há um outro tipo de articulação que preserva a essência dessas relações, mas com um verniz de regime representativo, através de eleições de fachada que mantém para o poder privado dos fazendeiros do interior – os mesmos que comandaram a colonização e a dominação sobre o território por quatro longos séculos – importantes instrumentos de dominação que os mantêm como actores políticos importantes, embora bem menos que outrora. Denomina tal relação de coronelismo e estabelece um conjunto de questões instigantes sobre a realidade política do país: não tão arcaico quanto antes, mas com um caminho ainda longo até chegar num regime democrático.

Mesmo fugindo de questões estruturais da economia política, é possível identificar implicações económicas dessas relações de dominação, de cultura política e de mentalidade que permeiam conceitos como *patrimonialismo, ordem privada, homem cordial* e *coronelismo* e uma das implicações pode ser a identificação de fundamentos históricos – e não estruturais como quer Francisco de Oliveira – para o subdesenvolvi-

mento ou para o atraso de um modo geral. Mesmo carecendo de mais elementos e de um aprofundamento dos que são apresentados nesse artigo, há sinais claros, emitidos por esse conjunto de conceitos apresentados, de que a trajectória da constituição da modernidade em seus fundamentos históricos, é um modelo importante para o entendimento da não modernidade e essa parece ser uma perspectiva que nenhum dos autores citados nesse texto perde de vista.

Bibliografia

ARON, Raymond (1999), *As etapas do pensamento sociológico*, São Paulo, Martins Fontes

BIRNBAUM, Normam (1994), "Interpretações conflitantes sobre a gênese do capitalismo: Marx & Weber", in René Gertz, *Marx & Weber*, São Paulo, Hucitec, pp. 99-119

CARVALHO, José Murilo de (1997), "Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual", *Dados: Revista de Ciências Sociais*, 40 (2), pp. 229-250

CHAUÍ, Marilena (1992), "Público, privado e despotismo", in Vários, *Ética*, São Paulo, Cia das Letras, pp. 356-390

CHEVALLIER, Jean-Jacques (1973), "O leviatã de Thomas Hobbes", in *As grandes obras políticas: de Maquiavel a nossos dias*, Rio de Janeiro, Livraria Agir Editora

CORTESÃO, Jaime (1966), *Os descobrimentos pré-colombianos dos portugueses*, Lisboa, Portugalia

DUARTE, Nestor (1966), *A ordem privada e a organização política nacional*, São Paulo, Companhia Editora Nacional

FAORO, Raymundo (1994), *Existe um pensamento político brasileiro?*, São Paulo, Ática

FAORO, Raymundo (2000), *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*, São Paulo, Publifolha/ Editora Globo

FREYRE, Gilberto (2000), *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob regime de economia patriarcal*, São Paulo/ Rio de Janeiro, Record

GIDDENS, Anthony, (1994) "Marx, Weber e o desenvolvimento do capitalismo", in René Gertz, *Marx & Weber*, São Paulo, Hucitec, pp.120-145

HOLANDA, Sérgio Buarque de (1971), *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro, INL/ José Olympio Editora

LEAL, Victor Nunes (1986), *Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil*, São Paulo, Alfa-omega

LIMA, Matheus Silveira (s/d), *Raízes do pensamento político de Nestor Duarte: um estudo da ordem privada*, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, 2004

MARX, Karl (2001), *O Capital: Crítica da economia política. Livro primeiro: O processo de Produção de Capital*, Volume II, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira

MERQUIOR, José Guilherme (1990), "O outro ocidente", *Revista Presença*, Política e cultura, 15, São Paulo, pp. 67-91

MOOG, Vianna (1964), "Ética e economia", in Vianna Moog, *Bandeirantes e Pioneiros: paralelo entre duas culturas*, Rio de Janeiro, Civilização Brasielira

OLIVEIRA, Francisco (1997), *Economia Brasileira: Crítica a Razão Dualista*, São Paulo, Brasiliense-Cebrap

PAULA, João Antônio de (2005), "Afinidades eletivas e pensamento econômico: 1870-1914", *Kriterion*, 46, p. 111

RICUPERO, Bernardo, FERREIRA, Gabriela Nunes (2005), "Raymundo Faoro e as interpretações do Brasil", *Perspectivas, Revista de Ciências Sociais*, 28, pp. 37-55

SOUZA, Jessé (2000), *A modernização seletiva*, Brasília, UNB

VIANNA, Francisco de Oliveira (1987), *Populações Meridionais do Brasil. Populações Rurais do Centro-Sul. Paulistas-Fluminenses-Mineiros*, 1º Vol., Belo Horizonte/ Niterói, Itatiaia/ EDUFF

WEBER, Max (1993), "Ensaios críticos sobre a lógica das ciências da cultura", in Max Weber, *Metodologia das Ciências Sociais*, Campinas, Cortez Editora, Editora da Unicamp

WEBER, Max (1982a), "A política como vocação", in *Ensaios de Sociologia*, Rio de Janeiro, Zahar, pp. 97-153

WEBER, Max (1982b), "A ciência como vocação", in *Ensaios de Sociologia*, Rio de Janeiro, Zahar, pp.154-183

WEBER, Max (1999), *Economia e Sociedade*, Brasília, Editora Universidade de Brasília

Recensões

Michèle LAMONT (1995), *La Morale et l'Argent: Les Valeurs des Cadres en France et aux Étas-Unis*, Paris, Métailié, 328 págs.[1]

Ana Maria Duarte*

Michèle Lamont apresenta, nesta obra, uma análise comparada da marcação de fronteiras simbólicas pelos membros das classes médias superiores americana e francesa. Ao fazê-lo, inicia um programa de pesquisa de sociologia comparada, abordando objectos clássicos como as identidades e as desigualdades, a partir da definição subjectiva de fronteiras. O método e o conjunto de resultados aqui obtidos viriam a servir de referência e a ser aprofundados, posteriormente, num projecto análogo sobre os operários[2], e conceptualizados numa obra dirigida em conjunto com Laurent Thévenot[3], na qual se procura reforçar as bases teóricas para uma sociologia comparativa.

A socióloga, actualmente professora na Universidade de Harvard, realizou 160 entrevistas a quadros e profissionais liberais franceses e a gestores e "profissionais"[4] americanos para analisar a forma como eles definem uma "pessoa de valor" e como utilizam esses critérios para estabelecer fronteiras de classe. Como num filme fotográfico, a obra começa com a apresentação de retratos de alguns desses homens (arquitectos, gestores, administradores de universidades, homens de negócios, economistas), uns vivendo em áreas centrais (Paris e arredores de Nova Iorque) e outros em áreas mais periféricas (Clermont-Ferrand, em Auvergne, e Indianápolis, em Indiana). Al-

[1] Edição francesa de Michèle Lamont (1992), Money, Morals and Manners: The Culture of the French and the American Upper-Middle Class, Chicago, University of Chicago Press.

* Assistente do Departamento de Sociologia, Universidade do Minho (anaduarte@ics.uminho.pt)

[2] Michèle Lamont (2002), *La dignité des travailleurs, Exclusion, race, classe et immigration en France et aux États-Unis*, Paris, Presses de Sciences Po.

[3] Michèle Lamont e Laurent Thévenot (eds) (2000), *Rethinking Comparative Cultural Sociology: Repertoires of Evaluation in France and the United States*, Cambridge, Cambridge University Press. Este livro é o resultado de projectos realizados em colaboração com os membros do *Groupe de sociologie politique et moral*, fundado por Luc Boltanski, em Paris.

[4] Nos Estados Unidos, o termo "profissionais" ("professionals") é reservado aos profissionais detentores de diplomas universitários que não exerçam tarefas de gestão (distinguindo-se, portanto, dos "gestores" – "managers"). Trata-se de profissões relativamente prestigiadas que requerem um saber complexo, abstracto e especializado, com um elevado grau de autonomia e poder face aos clientes, podendo ser exercidas por trabalhadores quer na condição de assalariados, quer na condição de independentes. Nessa medida, não existe uma correspondência directa com os "profissionais liberais" franceses ("professionnels libérals"), pois esta designação recobre, sobretudo, os trabalhadores independentes. A autora apresenta uma explicitação das questões relativas à comparação dos grupos profissionais no anexo 1, pp. 234-236.

guns, no seu contexto habitual de trabalho, outros não. A autora dá-nos a conhecer os seus principais traços, o seu ambiente familiar e/ ou de trabalho e revela-nos os critérios que mais valorizam para se definirem e para avaliarem os outros. Enquanto uns mobilizam, principalmente, critérios como a atitude e a curiosidade intelectual, o requinte e a busca estética, outros valorizam mais as qualidades morais dos indivíduos e outros, por seu turno, utilizam, sobretudo, as marcas do sucesso mundano, como o dinheiro, o poder e a posição social. Nestes três grupos de homens, pode encontrar-se a situação daqueles que, vivendo lado a lado, se opõem, contudo, no que respeita aos atributos mais valorizados; e a situação de outros que, estando fisicamente distantes, se assemelham quanto aos seus sistemas de classificação, como que constituindo uma *comunidade simbólica*. Trata-se, portanto, de uma abordagem empírica (duplamente) comparativa (França/ América, capital/ província), através do estudo de comparações do eu/ nós em relação aos outros, privilegiando a análise de esquemas mentais, de construções subjectivas simbólicas, de sistemas de categorização, enfim, de *fronteiras simbólicas* em dois contextos nacionais e culturais diferentes.

As *fronteiras simbólicas* são definidas como «distinções conceptuais que efectuamos para categorizar os objectos, as pessoas, as práticas e mesmo o tempo e o espaço» (p. 32). As fronteiras simbólicas pressupõem, simultaneamente, *inclusão, exclusão* e *indiferença*. *Inclusão* daqueles e daquilo com que se simpatiza e para com os quais se adopta um comportamento amigável, inclusivo e atitudes de apreço e aceitação; *exclusão* do impuro, do repugnante, pelo qual se tem atitudes hostis, de repulsa, agressão e um comportamento distante; e, ainda, *indiferença* perante aquilo e aqueles que, simplesmente, se tolera. A marcação de fronteiras é um elemento intrínseco ao processo de constituição da identidade, que é um processo relacional. É também uma forma de se desenvolver sentimentos de pertença a um grupo profissional, a um grupo étnico, a classes sociais.

O propósito inicial era o de estudar apenas as diferenças relativamente à marcação de fronteiras culturais, seguindo de perto outros estudos, nomeadamente os de Bourdieu, que têm salientado ser a ostentação do capital cultural um dos traços mais apreciados no seio da classe média superior. Mas as primeiras entrevistas demonstraram a necessidade de se considerar mais dois tipos de fronteiras simbólicas: as socioeconómicas e as morais. As *fronteiras morais* referem-se ao carácter moral e centram-se em torno de qualidades como a honestidade, a ética do trabalho, a integridade pessoal e a consideração pelos outros. As *fronteiras socioeconómicas* respeitam a julgamentos relativos à posição social das pessoas, integrando marcas como o sucesso profissional, a fortuna e o poder. As *fronteiras culturais* são marcadas com base no nível de educação, na atitude intelectual, no grau de refinação/ requinte, no gosto pela cultura e na curiosidade intelectual.

A tese principal de Michèle Lamont é a de que a marcação de fronteiras simbólicas varia em função não apenas da posição social dos agentes (*condições estruturais específicas*), mas também dos *recursos e reportórios culturais* aos quais os agentes sociais estão expostos e de que podem dispor, assim como dos contextos estruturais que os envolvem (*condições estruturais gerais*). O enfoque da obra é, assim, colocado na

análise das condições culturais e estruturais gerais que levam os indivíduos a utilizar certos critérios de avaliação em detrimento de outros. As condições estruturais gerais dizem respeito às características estruturais globais da sociedade, nas quais se inclui, por exemplo, o papel do sector público e do sector associativo, as características do sistema de estratificação, a maior ou menor mobilidade geográfica e a diversidade étnica, entre outros. Os *recursos culturais* são aqueles que são produzidos pelas tradições históricas nacionais e pelos sectores de produção e difusão cultural (sistema educativo, *mass media*, instituições e elites culturais). O corolário é que a marcação de fronteiras é influenciada pelas diferentes culturas nacionais, ou seja, a importância relativa dada a cada tipo de fronteiras pelos membros da classe média superior varia de um contexto nacional para outro, variando inclusivamente as categorias utilizadas, de tal forma que se chega a referir o conceito de *modelos nacionais de marcação de fronteiras*.

Deste modo, a autora mostra que as fronteiras socioeconómicas, ou seja a percepção do sucesso e da riqueza como uma fronteira social, são marcadas muito mais nitidamente nos Estados Unidos do que em França. Os franceses raramente referem o sentimento de inferioridade no que diz respeito a pessoas mais afortunadas do que eles. Têm tendência a marcar fronteiras anti-económicas, criticando aqueles que enaltecem o seu próprio sucesso económico, ou que "produzem demasiados sinais exteriores de riqueza". Em contrapartida, o "nível de conforto" é uma marca de sucesso desejada e admirada nos Estados Unidos. Este último facto não está desligado da ideologia "americanicista" do sucesso material, do individualismo e do igualitarismo, da existência de uma divulgação massiva de valores consumistas por parte dos *media*, de uma forte mobilidade geográfica e de um sector associativo mais importante do que o sector público.

Já as fronteiras culturais são mais marcadas, e de forma mais rígida, em França, o que se explica por um conjunto de factores estruturais desta sociedade, tais como a existência de uma forte tradição política de esquerda e de uma crítica ao materialismo, a valorização do princípio da razão e da capacidade intelectual, a tradição católica inibidora da marcação de fronteiras socioeconómicas, a importância do sector público, do apoio e financiamento deste a programas culturais na rádio e na televisão e a instituições culturais e o poder de intervenção política das elites intelectuais. Tanto os franceses como os americanos mobilizam, de modo mais ou menos igual, os critérios morais, mas utilizam, para isso, categorias específicas. Os americanos rejeitam os "phony", os "ambiciosos", as pessoas que não respeitam a vida em sociedade e o tipo "imoral" em relação à ética do trabalho e à obediência à lei; os franceses têm uma concepção de honestidade diferente. Esta assemelha-se mais à honestidade intelectual, ao ser-se fiel a si próprio, às suas ideias. Por isso, os franceses estigmatizam não o tipo ambicioso, mas o "indecente", aquele que age arbitrariamente, sem solidariedade de grupo ou classe. A esta diferença nacional de marcação de fronteiras não é alheia a influência do socialismo e existencialismo em França e a influência do "moralismo puritano" na América.

Os dados demonstram também que as condições estruturais específicas (o *habitus*) da classe média superior influenciam directamente o modo como se marcam as

fronteiras, registando-se importantes variações no seu interior, nomeadamente no que se refere à profissão exercida e sua relação com a racionalidade económica e a trajectória social. É assim que vemos os especialistas de domínios culturais e sociais (psicólogos, educadores, juristas,...) elaborarem principalmente critérios morais e culturais, enquanto os trabalhadores orientados para o lucro (banqueiros, chefes de empresa,...) tendem mais a marcar fronteiras socioeconómicas. Da mesma forma que estes dois grupos se opõem, também se excluem mutuamente. Os especialistas em domínios sociais e culturais inferiorizam os trabalhadores orientados para o lucro pelo seu materialismo excessivo. Estes últimos criticam naqueles a abstracção, o facto de serem pouco reais e pouco práticos. Este modelo, que opõe especialistas dos domínios culturais e sociais e trabalhadores orientados para o lucro, tende a ser reforçado pelos modelos nacionais. Por exemplo, os especialistas em domínios culturais e sociais franceses marcam mais nitidamente as fronteiras culturais do que os seus homólogos americanos, e os trabalhadores franceses orientados para o lucro marcam as fronteiras culturais também mais nitidamente do que os seus homólogos americanos. As fronteiras culturais são frequentemente mais utilizadas num contexto como a França, onde os intelectuais e os especialistas de domínios culturais e sociais têm um papel activo na promoção da "racionalidade de valor" e na legitimação dos critérios culturais de avaliação, embora, como refere a autora, algumas transformações recentes da sociedade francesa estejam a potenciar cada vez mais a marcação de fronteiras socioeconómicas.

Outro factor de variação importante no seio da classe média superior é a trajectória social. Aqueles que estão em forte ascensão social marcam mais nitidamente as fronteiras socioeconómicas. Os poucos (12%) que se encontram em declínio têm tendência a praticar sobretudo a exclusão cultural. Há também uma diferença considerável entre os que já estão há pelo menos três gerações ancorados na classe média superior e os novos membros. Os primeiros praticam uma forte exclusão cultural, nomeadamente em relação aos "novos-ricos" e àqueles que, na sua óptica, pensam que a cultura se pode comprar. Aliás, em França, há uma grande referência às origens sociais e não tanto à riqueza para se fundar o estatuto social. Já os novos membros têm critérios de avaliação mais universais (ex.: "O género de pessoa humana que se é") e tendem a ser mais tolerantes, mas têm sentimentos de inadequação cultural e social, pois têm um pé em cada mundo.

O género também faz variar a marcação de fronteiras. As mulheres marcam fronteiras culturais de forma mais nítida, fronteiras socioeconómicas mais fluidas e fronteiras morais um pouco mais precisas do que os homens.

Relativamente à comparação entre os residentes nos "centros culturais" (Paris e Nova Iorque e os residentes nas "periferias culturais" (Indianápolis e Clermond-Ferrand), não se registam grandes diferenças. Não obstante, a marcação de fronteiras morais é mais nítida nas periferias. Já no que respeita às fronteiras culturais, as diferenças são menos relevantes. Ainda assim, o contraste é maior em França do que nos Estados Unidos. Tanto os parisienses como os residentes em Clermond-ferrand demonstravam ter tendência para menosprezar a ambição. Todavia, enquanto os de Clermond-Ferrand consideravam a simplicidade, o pragmatismo, o trabalho e a vontade, os pari-

sienses interessavam-se mais pelo vigor e pelo talento, concluindo-se que, sob alguns aspectos, os habitantes de Clermond-Ferrand estavam mais próximos dos habitantes do estado americano de Indiana, no Midwest, do que dos parisienses.

Este estudo situa-se na continuidade de outras pesquisas sobre os gostos e os estilos de vida, tendo como referência principal o trabalho de Bourdieu, que a autora utiliza quer de forma apreciativa, quer de forma crítica. A crítica às teses de Bourdieu em *La distinction...* centra-se no questionamento de alguns dos seus pressupostos, nomeadamente daquele que faz corresponder *habitus*, classe social e marcação de fronteiras. Com efeito, os resultados evidenciam que pessoas da mesma classe e com a mesma trajectória social marcam diferentemente as fronteiras se viverem em França ou nos Estados Unidos. Por isso, a autora considera fundamental considerar, na análise dos processos de distinção social, novas dimensões, constituídas pelos *factores estruturais gerais* e pelos *recursos culturais*[5]. No que respeita à relação entre marcação de fronteiras e reprodução de classes, Michèle Lamont recusa o postulado de que as diferenças culturais conduzam automaticamente à dominação (à hierarquia). Não basta existirem fronteiras subjectivas. É uma condição necessária, mas não suficiente. Só as fronteiras nitidamente marcadas e largamente partilhadas têm implicações políticas hierárquicas. A autora procura mostrar também que Bourdieu subestima e minimiza as marcas morais, não reconhecendo que os indivíduos possam utilizar o estatuto moral como um fim em si mesmo. Na sua perspectiva, Bourdieu define o comportamento moral de forma estreita, assimilando-o a uma série limitada de virtudes como disciplina, ascetismo, legalismo e puritanismo e ignorando categorias como integridade pessoal, solidariedade, pacifismo e caridade. Lamont chega mesmo a acusar Bourdieu de etnocentrismo, afirmando que a sua análise é feita a partir da cultura do mundo intelectual onde vive (Paris). A autora critica, ainda, em Bourdieu, o facto de a sua análise tender a universalizar as fronteiras culturais e a defender a ideia de que o estatuto socioeconómico é, por definição, mais importante.

Pode encontrar-se nesta abordagem das fronteiras simbólicas uma aproximação à perspectiva seguida por Thévenot e Boltanski em *De la justification: les économies de la grandeur*[6], na medida em que ambas colocam no centro da análise os julgamentos éticos e a noção de princípios de equivalência. Solicitar aos indivíduos que descrevam as pessoas relativamente às quais se sentem superiores e inferiores, aquelas que se lhes assemelham e aquelas que de si se diferenciam, explicando os critérios que estão na base das comparações efectuadas, tem muito a ver com a análise dos autores franceses sobre a forma como as pessoas justificam as suas posições em situações de conflito. Mas enquanto a perspectiva de Thévenot e Boltanski supõe a construção prévia de um número restrito de princípios de justiça – as seis cités – analisáveis aquando da sua mobilização pelos indivíduos em situações de conflito, a abordagem desenvolvida

[5] A esta observação da autora convém referir que o próprio Bourdieu também salientou a necessidade de se atender ao efeito dos contextos espaciais e temporais. Em "Condition de classe et position de classe", por exemplo, afirma que não se deve transferir "esquemas descritivos e explicativos de uma sociedade para outra, ou de uma época para outra da mesma sociedade" (Pierre Bourdieu, *Economia das Trocas Simbólicas*, São Paulo, Perspectiva, 1987, p. 5).

[6] Laurent Thévenot e Luc Boltanski (1991), *De la justification: les économies de la grandeur*, Paris, Gallimard.

por Michèle Lamont é sobretudo indutiva, pressupondo que os actores são orientados para a marcação de fronteiras cujo conteúdo permanece grandemente indeterminado.

O estudo focaliza-se nas representações sociais no contexto da entrevista, em actos discursivos, fora do contexto da acção. Nessa medida, haveria necessidade de confrontar estes materiais com a análise das práticas sociais, dos comportamentos em situação e de eventuais discrepâncias entre estes dois níveis. Apesar da autora nos dar conta de algumas das limitações da sua análise (p. 35), esta questão, referente ao estatuto e significado do material recolhido, não chega a ser cabalmente discutida.

Uma última observação: o grupo estudado é principalmente masculino[7] e branco. Mesmo sabendo que foi intenção da autora considerar apenas o local de residência e a actividade profissional, por forma a neutralizar outras variações que não aquelas, a análise da marcação de fronteiras sairia enriquecida com a consideração da etnia e das divisões de raça. Desde logo, pela importância que tem a pertença étnica na América e cada vez também mais em França. Depois porque, assumindo-se, como faz a autora, serem os homens brancos a dominar o mundo do trabalho e, em particular, estas profissões, e os de origem étnica uma minoria, parece razoável equacionar-se a hipótese de estes últimos marcarem as fronteiras simbólicas por oposição aos seus "pares" de classe brancos, justamente devido à desigual posição, quantitativa e qualitativa, detida no seio da classe média superior.

Posto isto, a obra de Lamont constitui uma importante contribuição para o estudo dos processos de classificação e hierarquização, das categorias de distinção cultural e do seu papel na reprodução de divisões sociais de classe. Outro do seu interesse reside no exercício de comparação das culturas francesa e americana.

[7] Ainda que, com o objectivo de analisar a influência das diferenças sexuais no processo de marcação de fronteiras, a autora tenha entrevistado também quinze mulheres.

Zygmunt BAUMAN (2006), *Confiança e medo na cidade*, Lisboa, Relógio d'Água

Teresa Mora*

Este livro reúne três ensaios através dos quais o sociólogo polaco Zygmunt Bauman reflecte criticamente sobre o sentimento de insegurança vivenciado no mundo ocidental contemporâneo. No primeiro ensaio, com o título de *Confiança e medo na cidade*, o autor, aludindo a Robert Castel[1], começa por nos colocar face à seguinte contradição: apesar das sociedades europeias se terem organizado em torno da maximização da protecção, é na Europa que "o medo e a obsessão da segurança têm vindo a ganhar terreno a passos de gigante" (p. 9). Fazendo-nos recuar à Europa moderna, Bauman corrobora Castel ao considerar que o *medo individualizado* de não se ser capaz de "pôr em prática a emancipação e a auto-superação" (p. 13) é, afinal, o *medo social* de não ser possível adequar-se à "norma geral" (p. 18) da auto-determinação que subjaz ao desenvolvimento do individualismo e da liberalização. A aspiração à auto-determinação individual tem, todavia, o seu reverso no sentimento de vulnerabilidade e fragilidade, consentâneo com a diluição das redes sociais de parentesco e vizinhança que tradicionalmente ofereciam ao indivíduo protecção, ao unir comunidades e corporações. No quadro societal da "modernidade sólida", coube ao Estado social assumir a tarefa de providenciar ao indivíduo protecção – nos campos da saúde, da educação, do alojamento – e aos sindicatos e associações protagonizar no terreno da relação capital-trabalho "laços artificiais" de solidariedade em substituição dos "laços naturais" de parentesco e vizinhança (p. 16). No quadro actual da sociedade de "modernidade líquida", a "dissolução da solidariedade" (*ibidem*), resultante da decomposição do Estado social, veio fomentar a "irreversibilidade da exclusão" (p. 19). Hoje, a condição de desempregado é, no limite, equiparável à de delinquente pois aquele, ao estar "a um passo de cair no buraco negro dos desclassificados", é – como o delinquente – parte do conjunto dos "elementos anti-sociais" e vê-se – sem esperança de reciclagem – "desterrado para o depósito de lixo do progresso económico" (p. 20).

Ao transitarmos do primeiro para o segundo quadro societal, o espaço no qual Bauman vai dar volume à sua reflexão sobre o medo social é compreensivelmente o das cidades: é aí que o "lixo de problemas de origem mundial" – tais como o desper-

* Professora Auxiliar no Departamento de Sociologia, Universidade do Minho (tmora@ics.uminho.pt).

[1] Robert Castel (2003), *L'insécurité sociale: Qu'est-ce qu'être protégé*, Paris, Éditions du Seuil.

dício de meios de sobrevivência e o desenraizamento territorial de populações – tem o seu "depósito" principal (p. 28). Subsequentemente, as cidades contemporâneas emergem, logo neste primeiro ensaio, como o espelho privilegiado para o autor reflectir uma segunda contradição inscrita no quadro da modernidade líquida: a contradição entre a força dos poderes mundiais e as razões de ser e de querer de cada um dos seus habitantes, a radicar na "tarefa impossível" de "encontrar soluções locais para contradições globais" (*ibidem*).

Considerando que a proximidade de estranhos sempre foi uma característica central da vida citadina, Bauman afirma que nas cidades contemporâneas esta característica é indissociável do *medo do desconhecido* vivenciado pelos seus habitantes. O sentimento de insegurança e o impulso segregacionista que lhe estão associados ganham acuidade quando a figura do estrangeiro – encarnação por excelência do fantasma do desconhecido – entra no campo de acção dos citadinos. Esta assunção é explorada pelo autor através de curtas incursões em vários estudos sobre diversas cidades da Europa e não só.

São Paulo é-nos apresentada como a expressão mais brutal de uma arquitectura do medo relativamente à qual o estudo da antropóloga Teresa Caldeira, sobre os condomínios fechados, elucida bem a tendência urbana para a criação de "enclaves fortificados"[2]. As invenções arquitectónicas e urbanísticas descritas pelo geógrafo Steven Flusty[3] para o contexto norte americano materializam o mesmo padrão segregacionista, caracterizado pela construção de "pequenas fortalezas" que funcionam como "equivalentes modernizados dos antigos fossos, torreões e bocas de canhão das antigas muralhas" (p. 39) de protecção da cidade. Essas e outras incursões constituem o terreno para Bauman formular aquela que pode ser considerada a sua tese principal: em todas as pessoas que habitam nas cidades contemporâneas, a "mixofobia" e a "mixofilia" coexistem como expressões (exteriores) da tensão interior entre o medo de contactar com desconhecidos e o desejo de se misturar, ou conviver, com os que são diferentes de nós. A coexistência destes opostos revela-se, contudo, assimétrica: o crescendo de mixofobia não só vem sendo potenciado pela intensificação da diversidade cultural e do multilinguismo, decorrentes do impacto da globalização, como é preocupantemente alimentado por determinadas práticas urbanísticas – homogeneizar bairros e projectar áreas e prédios residenciais de acesso vedado – que ao serem portadoras do germe segregacionista vêm, afinal, agudizar o *medo da alteridade exterior*.

Enunciadas algumas das razões de ser da actual tendência mixofóbica, Bauman apela a uma outra estratégia urbanística: a criação de numerosos espaços públicos abertos à afluência das diferentes pessoas como um meio de reduzir o impacto da mixofobia ao contribuir para cultivar o sentimento de confiança mútua no meio da diversidade e para incrementar uma "cultura de disposições mixofílicas" (p. 46). No segundo ensaio, tendo por título *Em busca de refúgio na Caixa de Pandora*, o autor leva-nos a reconhecer que, num mundo em que a confiança na promessa de progresso

[2] Teresa Caldeira (1996), "Fortified enclaves: the new urban segregation", *Public Culture*, 8 (2), pp. 303-328.
[3] Steven Flusty (1997), "Building paranoia", in Nan Ellin (ed.), *Architecture of fear*, New York, Princeton Architectural Press, pp. 47-60.

cedeu o lugar à incapacidade de "prever ou governar a sua trajectória" (p. 50), o sentimento de medo e o seu vicioso antídoto – as "medidas defensivas" – são canalizados para o pequeno mundo de cada um, ou dos seus, e alimentados por uma panóplia de estratégias de mercado. "Cada uma das novas fechaduras que instalamos na porta de entrada principal, na sequência de uma série de rumores que propagam os desacatos de certos delinquentes aparentemente estrangeiros, ou cada mudança do nosso regime alimentar motivada por reiteradas notícias alarmantes acerca de 'alimentos perigosos'" (p. 51), ou cada uma dessas "cápsulas defensivas" (p. 52) – os automóveis todo-o-terreno – que circulam no meio da cidade, "não faz mais do que exasperar a nossa convicção de que o mundo está cada vez mais perigoso e temível, induzindo-nos a adoptarmos cada vez mais medidas defensivas" (p. 51).

A proposta de defesa do espaço público (acima enunciada), ou – se quisermos – a esperança que permaneceu nos bordos da caixa de Pandora, é coerentemente retomada pelo autor. Para Bauman, os espaços públicos são os lugares onde a convergência de desconhecidos, característica da vida urbana, pode ser celebrada, na condição, porém, da sua implementação renunciar "tanto à ambição moderna de apagar as diferenças do mapa, como à tendência pós-moderna que conduz à fossilização dessas mesmas diferenças através da separação e do afastamento recíprocos" (p.68). Em suma, – recuando às belas palavras de Hans Gadamer, em *Verdade e Método*[4] –, Bauman perspectiva o espaço público como o lugar propício ao "entendimento mútuo" que "nasce da 'fusão de horizontes', dos horizontes cognitivos, quer dizer daqueles que se delineiam e expandem à medida que a experiência vital se vai acumulando" (p. 47) e cuja condição primeira é justamente a de "compartilhar o espaço" (*ibidem*).

O terceiro e último ensaio, intitulado *Viver com estranhos*, traz-nos de volta ao cerco segregacionista: é contra as diferenças que nos causam mais medo que as fronteiras são obsessivamente traçadas. De entre as figuras que suportam esta "obsessão", o autor faz realçar os imigrantes "mensageiros de desgraças", – "o horror de guerras remotas, de fomes, de privações" (p. 75) –, eleitos como representantes da precariedade da condição humana, e os desempregados, a representar para os cidadãos "normais" o receio de vir a fazer parte da maré de "gente supérflua" que enche as cidades europeias. Mas para Bauman é ainda possível ter esperança na "comunidade dos homens" (p. 86), ou seja, ainda "[p]odemos ser diferentes e viver juntos" (p. 85). Uma confiança que radica numa outra imagem das circunstâncias da vida urbana (o que quer dizer das circunstâncias da humanidade) : para lá de "campo de batalha" entre mixofilia e mixofobia, para lá de depósito dos "resíduos globais", a vida no meio da cidade também é apercebida pelo autor *como* um "laboratório" (cf. p. 84) onde a mistura desproporcionada das duas tendências (mixofílica e mixofóbica) pode ser, se não superada, pelo menos invertida.

É nesse sentido que o autor nos transporta para as frases (aparentemente) simples da jornalista britânica Madeleine Bunting: se na cidade de cada um de nós estivermos dispostos – "através da acumulação de minúsculas interacções quotidianas

[4] Ver Hans Georg Gadamer (1997), *Verdade e método*, Petrópolis, Vozes.

– com o condutor de autocarro, com os outros passageiros, com o vendedor do quiosque, com as empregadas de mesa dos bares – e através também de frases soltas, de saudações fugazes, desses pequenos gestos apressados que atenuam as ásperas arestas da vida urbana" – a aprender e exercitar "a arte de viver com a diferença, salvaguardando cada qual a sua diferença e aceitando a diferença do outro", seremos então capazes de celebrar o "espírito da cidade" (p. 85). Para todos quantos se interessam por pensar-agir sobre as circunstâncias relacionais em que vivemos o dia-a-dia, *Confiança e medo na cidade* oferece a cada leitor a oportunidade de re-criar a sua própria capacidade de abertura.

Resumos/Abstracts/Resumés

Zygmunt Bauman

Culture: Liquid-modern adventures of an idea

Abstract:
What renders modernity "liquid" is the permanently accelerating compulsive and obsessive "modernization" through which no form of social life, such as liquids, is able to enduringly retain its shape. The modern-liquid culture has no "peoples" to "cultivate". Instead, it has clients to seduce. And unlike its "solid modern" predecessor, it no longer wishes to be – eventually, but the quicker, the better – out of service. Its work is to render its own survival permanent – through the temporalization of all aspects of life of its preceding constituents', now reborn as clients.

Zygmunt Bauman

Culture : aventures liquides-modernes d'une idée

Résumé:
Ce qui rend la modernité "liquide" c'est la modernisation accélérée compulsive et obsessive à travers laquelle aucune forme de la vie sociale, comme les liquides, n'est capable de soutenir sa configuration. La culture moderne-liquide n'a pas de peuples à cultiver. Au contraire, elle a des clients à séduire. Et différemment de sa précédente solide-moderne, elle ne désire pas rester – éventuellement mais le plus vite, le mieux – sans emploi. Son travail c'est de changer sa propre survie permanente à travers de la temporalisation de tous ses aspects de la vie de ses antérieurs électeurs, maintenant renés comme clients.

David Le Breton

Sociology and adolescent suffering

Abstract:
The world is currently faced with the final dissolution of old models of existence characteristic of industrial societies: the relative community, which is part of a whole where each one has his/ her place and role; a profession with a career plan leading to retirement; belonging to a social class with a specific culture and dignity; male and female roles resting on tradition; for better, or worse, a long-lasting family. The individualisation of meaning makes way to liberty, but also to distress, to fear regarding a world whose keystones are always provisory.

David Le Breton

Sociologie et la souffrance identitaire

Résumé
Le monde est aujourd'hui confronté à la dissolution définitive des anciens modèles d'existence propres à la société industrielle: la communauté relative qui intègre dans un ensemble où chacun possède sa place et son rôle, une profession avec un plan de carrière jusqu'à la retraite, l'appartenance à une classe sociale porteuse d'une culture propre et d'une dignité, des rôles d'hommes et de femmes inscrits dans la tradition, une famille vouée pour le meilleur ou pour le pire à la longue durée. L'individualisation du sens ouvre à la liberté, mais aussi à l'angoisse, à la peur face à un monde dont les repères sont toujours provisoires.

Custódia Lima

Gender and Power in Educational Management: Contributions from a critical analysis of organizational discourses

Abstract:
In this paper, we propose a critique to positivism in the sociological analysis of organizations, trying to consolidate new epistemological and methodological configurations that may favour a better understanding of gender dynamics. Therefore, we highlight the contributions that a critical analysis of organizational discourses may provide to conceptualize the discourses and power of men and women, both in terms of organizational management as constraint and as empowering, and democratic production and reproduction relations.

Custódia Lima

Genre et pouvoir en gestion éducationnelle : les contributions d'une analyse critique des discours

Résumé:
Dans cet article, on se propose de critiquer le positivisme dans l'analyse sociologique des organisations, en essayant de consolider des nouvelles configurations épistémologiques et méthodologiques pour favoriser la compréhension des dynamiques de genre. De cette façon, on souligne les contributions qu'une analyse critique des discourses organisationnels peut offrir pour conceptualiser les discours et le pouvoir des hommes et des femmes, en termes de management organisationnel en tant que contrainte et empowerement, et de production et reproduction des relations démocratiques.

Vera Duarte

Studying juvenile delinquency: theoretical-methodological options

Abstract:
This article offers a brief overview of the author's doctoral investigation's theoretical and methodological choices. This investigation focuses on female juvenile delinquency and the life choices that lead young women to delinquency. The understanding of how these youths live, perceive, and describe their life-courses' delinquent experiences implies the discursive construction and visibility allowed by life-stories.

Vera Duarte

Étudier la délinquance juvénile : options théórico-méthodologiques

Résumé:
Cet article offre une vision de la recherche doctorale de l'auteur en ce qui concerne des choix théoriques et méthodologiques. Cette recherche se rapporte à la délinquance juvénile féminine et aux choix de vie qui amènent les jeunes à la délinquance. La compréhension de la façon dont ces jeunes vivent, perçoivent et décrivent les expériences délinquantes de leurs parcours de vie implique la construction discursive et la visibilité permis par le recueil e l'analyse de leurs histoires de vie.

Octávio Raposo

Youth, life conditions and styles de vie: the sociocultural context of Quinta da Fonte

Abstract:
Work and family are often considered opposite, un-communicating worlds in our society. However, what we have observed among the young descendents of African immigrants at the neighbourhood of Quinta da Fonte (Loures) shows us that these two fields are inseparable. By articulating familial education strategies with both the social status and economical activities of the neighbourhood's youths, it became easier to understand their school and professional performances.

Octávio Raposo

Jeunesse, conditions et modèles de vie : le contexte socioculturel de Quinta da Fonte

Résumé:
Le domaine professionnel et le domaine familial sont très souvent considérés comme deux domaines antagoniques. En effet, dans notre société, un océan les sépare. Cependant, on observe, parmi les jeunes descendants d'immigrés africains, du quartier de Quinta da Fonte (Loures), une totale indissociabilité de ces deux domaines. Si on fait le rapprochement entre les stratégies d'éducation familiale et leur situation économique et sociale, il devient, alors, moins difficile de comprendre leurs parcours scolaires et professionnels.

Ana Maria Brandão

Between lived life and narrated life: life story as primary material for sociological research

Abstract:
The life-story interview raises specific theoretical and epistemological queries. Analysing and interpreting data gathered through this interview technique are seen by some authors as a form of legitimation of common sense explanations. Accepting the existence of limits caracteristic to this technique, one should note that this type of stance frequently derives from a partial and particular vision regarding the "adequate" modes of producing science. In this article, one intends to debate the virtues and limits of the life-story interview as primary data gathering technique, based on the example of an already finished case-study, and attempting to show how, from individual narratives it is possible to overcome both common sense and the micro-sociological analysis level.

Ana Maria Brandão

Entre la vie vécue et la vie racontée : le récit de vie en tant que matériel primaire de la recherche sociologique

Résumé:
Les récits de vie suscitent des questions théoriques et épistémologiques particulières. L'analyse et l'interprétation de l'information recueillie à travers cette technique d'entretien sont vues par certains auteurs comme une façon de légitimation des explications communes. En acceptant l'existence de limites caractéristiques de cette technique, il faut souligner que ce type de position part fréquemment d'une vision partielle et particulière des façons "propres" de faire de la science. Dans cet article, on prétend débattre, prenant comme exemple une étude de cas, les virtualités et les limites de le récit de vie comme technique principale de recueil d'information, en essayant d'illustrer comment, en partant des narratives individuelles, il est possible de surmonter tant les explications communes, comme le niveau d'analyse microsociologique.

Emília Aráujo e Ricardo Gouveia

Studying discontinuité with life stories method

Abstract:
This article focuses on the heuristical and hermeneutical potencialities of life-histories. The authors consider life-histories to be suitable to research on complex social realities, and particularly to the study of the temporal discontinuity of lived experience. This analysis, theoretically grounded on several authors linked to the problematisation and use of life-histories, was based on a research on the electronic database of SAGE publications. The latter allowed the elaboration of some typologies regarding the study objects of life-histories, between the years 2000 and 2007.

Emília Aráujo e Ricardo Gouveia

L'emploi des récits de vie dans l'étude de la discontinuité

Résumé:
Ce texte se centre sur les potentialités heuristiques et herméneutiques des récits de vie. Les auteurs considèrent qu'elles sont valables dans l'étude des réalités sociales complexes, en particulier, dans l'étude de la discontinuité temporelle. Cette analyse est théoriquement soutenue par les auteurs qui travaillent sur la problématisation des histoires de vie. Elle est appuyée sur une recherche sur la base électronique des publications SAGE qui a permit d'élaborer, pour la période entre 2000 et 2007, quelques typologies sur les objets d'étude traités a partir des histoires de vie.

Matheus Silveira

Readings on modernity: History and concepts in Brazilian social thought

Abstract:
From the identification of the historical phenomena that influence the formation of western modernity, understood essentially as capitalism and democracy, this paper presents some key-concepts of important authors in Brazilian social thought, whose explanatory foundations show, in contrast with the European case, the hindrances in the forming trajectory of modern Brazil.

Matheus Silveira

Débattant les concepts de culture et modernité : histoire et concepts de la pensée sociale brésilienne

Résumé:
A partir de l'identification des phénomènes historiques qui contribuent à la formation de la modernité occidentale, ici vue avant tout comme le capitalisme et la démocratie, cet article présente quelques-uns des principaux concepts d'importants auteurs de la pensée sociale brésilienne, dont le moyen explicatif apporte, contrairement à l'exemple européen, les retards, principalement institutionnels, dans la formation du Brésil moderne.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ARTIGOS

Indicações gerais

1. *Configurações* – Revista de Sociologia publica trabalhos académicos inéditos em ciências sociais, sob a forma de artigos e recensões de livros, que possam contribuir para enriquecer o conhecimento científico da realidade social, no plano nacional e internacional. Procura-se equilibrar a publicação de trabalhos de investigadores seniores com a disseminação de trabalhos de jovens investigadores, que apresentem qualidade e originalidade.

2. Trabalhos provenientes de áreas afins, considerados com interesse para as ciências sociais, mormente para a Sociologia, poderão ser considerados para publicação. Pode aceitar trabalhos já publicados em língua estrangeira, mas inéditos em português. Os trabalhos originais em língua estrangeira deverão ser traduzidos.

3. Seguindo critérios internacionais de excelência, os trabalhos propostos para publicação são submetidos a avaliação independente por especialistas, em regime de anonimato. Com base nos pareceres emitidos, o Conselho de Redacção pode sugerir aos autores a revisão dos trabalhos.

4. O Conselho de Redacção reserva-se o direito de não publicar os trabalhos recebidos, sendo a decisão comunicada por escrito aos autores e apoiada em pareceres de especialistas.

5. Os artigos propostos devem vir acompanhados de um *curriculum vitae* resumido do(s) autor(es), contendo: nome, situação profissional, instituição/organização onde desenvolve a sua actividade, endereço, telefone, fax, e-mail.

6. Os trabalhos devem ser remetidos, em duplicado, para a seguinte morada: Revista *Configurações* – Centro de Investigação em Ciências Sociais, A/c Dr.ª Sofia Oliveira, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Campus Gualtar, 4710-057 Braga Portugal.

Os artigos devem obedecer às seguintes regras formais:

1. Dactilografados em páginas A4, a espaço e meio e tamanho de caracteres 12, acompanhados de uma disquete com o respectivo ficheiro em Word, com indicação da versão usada.

2. Poderão ter como limite máximo aconselhável cerca de 25 páginas, incluindo notas, bibliografia, quadro, gráficos e figuras. Deve também ser apresentado um resumo do artigo com um limite máximo de 500 caracteres, em português, inglês e francês.

3. As transcrições deverão ser colocadas entre aspas e os vocábulos em língua estrangeira deverão ser formatados em itálico.

4. Quadros, gráficos e figuras deverão ser numerados de forma contínua, com numeração árabe, para cada um dos elementos respectivos.

5. Os ficheiros originais dos quadros, gráficos e figuras devem ser enviados juntamente com o ficheiro do Word, quer sejam ficheiros de Excel, quer sejam ficheiros de outras programas (neste caso devem ser gravados na extensão JPG, GIF ou EPS).

6. As titulações deverão ser apresentadas em numeração árabe.

7. As notas de pé de página serão numeradas, sem parênteses, de forma contínua, do princípio ao fim do artigo.

8. A norma de citação adoptada será a anglo-saxónica (autor-data).

8.1. A bibliografia, apresentada de forma alfabeticamente ordenada e presente no final do artigo, obedecerá às seguintes regras:

- Apelido, Nome próprio (ano), Título do livro, Local de edição, Editor
- Apelido, Nome próprio (ano), Título do texto, Nome da revista, Volume, número, páginas
- Apelido, Nome próprio (ano), Título do texto, Nome próprio
- Apelido (org.), Título da Colectânea, Local de edição, Editor

Para trabalhos individuais:

- Autor/editor (ano), Título, [Tipo de suporte], Protocolo disponível: Site//Path [data de acesso]

Artigos de revistas:

- Autor (ano, mês, dia), Título, Título da revista [Tipo de suporte], volume, páginas ou indicador de extensão, Disponível: Site/Path [data de acesso]

8.2. Para os recursos electrónicos serão usadas as seguintes regras:

Mensagens de Discussions lists:

- Autor (ano, mês dia), assunto da mensagem, Discussion List [Tipo de suporte], E-mail disponível: DISCUSSION-LIST@mail. endereço [data de acesso]

Os originais devem ser enviados em duplicado por correio em suporte de papel; são necessárias duas cópias e uma disquete com o respectivo ficheiro em formato Word, dirigidos à seguinte morada: Revista *Configurações* – Centro de Investigação em Ciências Sociais, A/c Dr.ª Sofia Oliveira, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Campus Gualtar, 4710-057 Braga Portugal.

3

Universidade do Minho
Núcleo de Estudos em Sociologia Instituto de Ciências Sociais

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR